

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: João Cláudio Todorov
Vice-Reitor: Sérgio Barroso de Assis Fonseca

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Editora Universidade de Brasília, instituída pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, tem como objetivo "editar obras científicas, técnicas e culturais, de nível universitário".

Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio

"*Discorsi*"

Tradução de Sérgio Bath

3ª edição, revista



Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário — Asa Norte
70.919-970 — Brasília — Distrito Federal

Tradução: Sérgio Fernando Guarischi Bath
Capa: Elisa de Sousa

EQUIPE TÉCNICA

Editores:
Lúcio Reiner, Manuel Montenegro da Cruz,
Maria Rizza Baptista Dutra e Maria Rosa Magalhães.

Supervisão Gráfica:
Antonio Batista Filho e Elmano Rodrigues Pinheiro

Supervisor de Revisão:
José Reis

Controladores de Texto:
Antônio Carlos Ayres Maranhão, Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes, Clarice Santos, Laís Serra Bátor, Maria del Puy Diez de Uré Helinger, Maria Helena Miranda, Mônica Fernandes Guimarães, Patrícia Maria Silva de Assis, Thelma Rosane Pereira de Souza, Wilma G. Rosas Saltarelli

32 Machiavelli, Niccolò, 1469-1527.
M149c Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. Trad. de
= 690 Sérgio Bath, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994, 3ª ed.

440 p.

Título original: Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio.

Nos seus "Discorsi", Maquiavel analisa a história romana em função dos problemas da Itália do seu tempo. Ao contrário do historiador contemporâneo, Maquiavel não se preocupa em fundamentar afirmativas ou em documentar suas muitas referências. Procura, em vez disso, acontecimentos, ou seqüências de eventos, na história da Roma republicana segundo Tito Lívio, que confirmem suas convicções acerca de qual a política que a Itália — então dividida em várias cidades-estado e enfrentando graves problemas por causa de conflitos intestinos — deveria seguir para alcançar a cura dos seus males e para chegar a unificar-se e assim aumentar o seu poderio. Não se pode, pois, considerar os "Discorsi" como sendo apenas uma obra acerca de um tema histórico. Os "Discorsi" são uma obra política no seu enfoque e, na medida em que indicam um curso de ação a ser seguido, são também uma obra normativa, à semelhança de "O Príncipe".

Esta edição dos "Discorsi", pois, amplia as possibilidades de o leitor brasileiro se aprofundar na obra de Maquiavel e de apreciar, através do seu estudo, a contribuição deste autor para a evolução do pensamento político. A esta, e às obras já publicadas, seguir-se-ão outras de relevante importância para ciência política, no marco da Coleção Pensamento Político, da Editora Universidade de Brasília.

Sumário

APRESENTAÇÃO

Maquiavel é um antigo e contínuo sucesso editorial: do século XVI a nossos dias tem sido um autor com público certo. Escrito em 1513, *O príncipe* só foi editado em 1532, cinco anos após a sua morte, mas antes disso já circulava em manuscrito. Neste fim do século XX, em quase todo o mundo suas edições ainda se esgotam regularmente, o que acontece também com as várias edições brasileiras, dentre elas a da Editora Universidade de Brasília. Não será surpreendente se, passados mais alguns séculos, esse pequeno manual de política e também de psicologia tiver ainda um público garantido, quem sabe já exclusivamente em algum meio eletrônico. A *Mandrágora*, de 1518, peça bem mais antiga que as de Shakespeare (escritas setenta e mais anos depois), ainda hoje é representada para um público interessado.

No Brasil, os *Discorsi*, obra mais extensa e menos conhecida, foi um lançamento pioneiro da Editora Universidade de Brasília, uma iniciativa de Carlos Henrique Cardim, em 1979. Provocou uma dessas redescobertas cíclicas de Maquiavel, e nos meses subseqüentes o noticiário político nacional foi colorido por citações maquiavélicas.

Esgotada a primeira edição, a segunda veio a público em 1982 e agora, doze anos depois, surge a terceira, porque as livrarias não têm mais exemplares para atender à demanda.

O historiador romano Tito Lívio nasceu em Patavium (Pádua) em 59 a.C.; passou a maior parte da sua vida em Roma e retornou à cidade natal para morrer, em 17 A.D., na época do imperador Tibério. Sua história de Roma compreende 142 livros, abrangendo um largo período, da fundação da cidade até a morte de Druso, no nono ano antes de Cristo. Dessa obra, habitualmente dividida em décadas, isto é, conjuntos de dez livros, só conhecemos o texto integral de 35 deles, inclusive a primeira década, que vai da fundação (*ab urbe condita*), por volta de 750 a.C. — oficialmente a data é 21 de abril de 753 a.C. — até o ano 294 a.C. Trata-se de período fundamental para a formação do Estado romano.

Os *Discorsi — Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, como preferi traduzir, pois se trata efetivamente de comentários — foram escritos entre 1513 e 1517 e constituem uma digressão sobre os dez primeiros livros da obra de Tito Lívio, lidos à luz dos problemas da Itália renascentista. Maquiavel não se preocupa em fundamentar afirmativas ou documentar suas referências. Em vez disso, identifica no passado acontecimentos ou seqüências de eventos que ilustrem e confirmem suas

convicções acerca do presente, e em especial da política a ser seguida pelas cidades italianas, imersas em divergências e conflitos.

Na verdade a história romana é a matéria-prima, o modelo e a fonte de inspiração para um tratado sobre os problemas políticos da sua época.

A pretexto de comentar fatos pretéritos, os *Discorsi* são uma obra política, que contém mensagem para os contemporâneos. Nela o autor faz filosofia política e psicologia da conduta política, revelando-se por outro lado republicano, preferência que não se depreende da leitura de *O Príncipe* — simples manual prático de operação política, para uso do monarca.

Num período de crise política como a que há tanto tempo estamos vivendo, é uma boa notícia saber que o público brasileiro continua a demandar os *Discorsi*. Eles permitirão uma reflexão profunda sobre a nossa atualidade, análoga à que fez o secretário Florentino sobre o seu tempo, a partir da história de Tito Lívio.

Brasília, 1994

Sérgio Bath

Carta de Nicolau Maquiavel a Zenóbio Buondelmonti e Cosmo Ruccellai

Envio a Vossas Senhorias um presente que, se não corresponde à magnitude das minhas obrigações, é o que tenho de mais precioso. Trata-se do registro de tudo o que sei, tudo o que me ensinaram uma longa experiência e o estudo contínuo das coisas do mundo.

Nem Vossas Senhorias nem qualquer outra pessoa poderiam esperar de mim mais do que tenho a oferecer aqui; como não poderiam queixar-se de que não lhes dei objeto de maior valor. A pobreza do meu espírito poderá aborrecê-los com a aridez de certos relatos; poderá feri-los a falsidade do meu julgamento, quando encontrarem algum erro, no meio da exposição de tantos assuntos. Mas, mesmo neste caso, não sei quem poderia queixar-se: Vossas Senhorias, por não lhes dar este livro completa satisfação; ou eu, por ter sido obrigado a desenvolver um tema que jamais teria escolhido voluntariamente.

Rogo, portanto, que aceitem este presente como tudo o que vem de um amigo — considerando menos o valor do que é dado do que a intenção de quem o oferece.

Estejam certos de que sinto neste momento uma satisfação genuína ao pensar que, tendo cometido tantos erros, acertei ao escolher as pessoas a quem ofereço estes "Comentários". Com tal escolha penso ter demonstrado reconhecimento pelos Benefícios recebidos, e também ter desprezado o caminho seguido em geral pelos escritores que dedicam seus livros a algum príncipe, a quem atribuem, com profusão de elogios banais, todas as virtudes — cegos à sua ambição e avareza —, quando deveriam fazê-lo corar pelos seus vícios.

Para não cair neste erro comum, escolhi não um príncipe, mas pessoas que mereceriam sê-lo, pelas suas belas qualidades; não quem me pudesse cumular de títulos, honrarias e riquezas, mas quem, não podendo fazê-lo, tem pelo menos o desejo de me prodigalizar tais vantagens. Para um julgamento sadio, os homens devem saber discernir entre os que são verdadeiramente generosos e os que têm apenas o poder material de agir com liberalidade; entre os que deveriam dirigir o Estado e os que, sem esta capacitação, se acham às vezes à testa de um império. Os his-

toriadores sentem mais atração por Híeron, cidadão de Siracusa, do que por Perseu, rei da Macedônia, porque o primeiro, para ser príncipe, só precisaria do poder supremo; mas Perseu tinha só um dos atributos do rei — a realeza.

Aproveitem, portanto, o bem e o mal que Vossas Senhorias mesmas procuraram. E se chegarem a aceitar com benevolência os meus comentários, esforçar-me-ei por continuar esta história, cumprindo assim a promessa que fiz ao começar a escrevê-la.

Saudações.

LIVRO PRIMEIRO

Introdução

Embora os homens, por natureza invejosos, tenham tornado o descobrimento de novos métodos e sistemas tão perigoso quanto a descoberta de terras e mares desconhecidos — pois se inclinam por essência mais à crítica do que ao elogio —, tomei a decisão de seguir uma senda ainda não trilhada, movido pelo natural desejo que sempre me levou sem receios aos empreendimentos que considero úteis.

Se vier a encontrar dificuldades e aborrecimentos, espero colher também recompensa na aprovação dos que lançarem um olhar benevolente aos objetivos deste esforço. E se a tentativa for falha e de escassa utilidade, devido à pobreza do do meu espírito, à insuficiente experiência das coisas de hoje ou ao pouco conhecimento do passado, terá ao menos o mérito de abrir caminho a quem, dotado de maior vigor, eloqüência e discernimento, possa alcançar a meta. Enfim, se este trabalho não me der a glória, também não me servirá de condenação.

Não posso deixar de me espantar — e de queixar-me — quando considero, de um lado, a veneração que inspiram as coisas antigas (bastaria lembrar como se compra, a peso do ouro, um fragmento de estátua que se deseja ter junto a si, como adorno da casa: modelo para os que se deliciam com a sua arte, esforçando-se por reproduzi-la); de outro, os atos admiráveis de virtude que a história registra, nos antigos reinos e repúblicas, envolvendo monarcas, capitães, cidadãos, legisladores, todos os que trabalharam pela grandeza da pátria. Atos mais friamente admirados do que imitados (longe disto, todos parecem evitar o que sugerem, de modo que é pouco o que resta da sua antiga virtude).

Com maior espanto ainda vejo que, nas causas que agitam os cidadãos e nos males que afetam os homens, sempre se recorre aos conselhos e remédios dos antigos. As leis, por exemplo, não são mais do que sentenças dos jurisconsultos pretéritos, as quais, codificadas, orientam os modernos juristas. A própria medicina não passa da experiência dos médicos de outros tempos, que ajudam os clínicos de hoje a fazer seus diagnósticos. Contudo, quando se trata de ordenar uma república, manter um Estado, governar um reino, comandar exércitos e administrar a guerra, ou de distribuir justiça aos cidadãos, não se viu ainda um só príncipe, uma só república, um só capitão, ou cidadão, apoiar-se no exemplo da Antiguidade.

A causa disto, na minha opinião, está menos na fraqueza em que a moderna religião fez mergulhar o mundo, e nos vícios que levaram tantos Estados e cidades da Cristandade a uma forma orgulhosa de preguiça, do que na ignorância do espírito genuíno da história. Ignorância que nos impede de aprender o seu sentido real, e de nutrir nosso espírito com a sua substância. O resultado é que os que se dedicam a ler a história ficam limitados à satisfação de ver desfilar os acontecimentos sob os olhos sem procurar imitá-los, julgando tal imitação mais do que difícil, impossível. Como se o sol, o céu, os homens e os elementos não fossem os mesmos de outrora; como se a sua ordem, seu rumo e seu poder tivessem sido alterados.

Resolvido a salvar os homens deste erro, achei necessário redigir, a propósito de cada um dos livros de Tito Lívio que resistiram à injúria do tempo, uma comparação entre fatos antigos e contemporâneos, de modo a facilitar-lhes a compreensão. Deste modo, meus leitores poderão tirar daqueles livros toda a utilidade que se deve buscar no estudo histórico. É uma empresa difícil que espero, contudo, conduzir longe o bastante para que fique faltando pouco caminho a quem queira levá-la a termo. É o que procurarei fazer, com a assistência dos que me induziram a assumir este encargo.

Capítulo Primeiro

Como começaram as cidades, de modo geral; e como Roma, em particular, teve o seu início.

Os que estudarem o que foi o início de Roma, seus legisladores e a ordem pública que instituíram, não se espantarão de saber que tantas virtudes tenham sido ali cultivadas durante séculos, e que aquela cidade se tenha tornado centro de imenso império. Para começar discorrendo sobre a origem das cidades, lembrarei que todas foram fundadas ou por naturais do país onde se situam ou por estrangeiros.

O primeiro caso ocorre quando os habitantes, disseminados por muitas vilas de limitada população, têm dificuldade de viver em segurança, já que nenhuma dessas vilas, pela sua localização e reduzido tamanho, pode resistir com as próprias forças à agressão de eventuais atacantes. À aproximação do inimigo não há tempo para a defesa comum, sendo necessário ceder-lhe a maior parte das instalações, que são logo capturadas. Para prevenir este perigo, os habitantes, espontaneamente ou movidos pela tribo de maior autoridade, decidem habitar em conjunto um local de sua escolha que ofereça maior comodidade e cuja defesa seja mais fácil.

Atenas e Veneza são dois exemplos. A primeira foi construída, sob a direção de Teseu, para acolher a população dispersa pela Ática. A segunda reuniu os numerosos habitantes que se haviam refugiado na constelação de ilhotas situadas na extremidade do mar Adriático para escapar às guerras que se sucediam na Itália, depois da decadência do Império Romano. Começavam as invasões bárbaras, e nenhum príncipe assegurava àquele país um governo com leis que parecessem apropriadas. O empreendimento foi coroado de êxito, favorecido por uma paz prolongada e pela sua posição num mar sem saída, que as limitações dos navios da época preservavam da infestação pelos bárbaros que arruinavam a Itália. Foi assim que Veneza construiu, sobre fundamentos bem frágeis, a grandeza que hoje admiramos.

O segundo caso é o da cidade fundada por estrangeiros, homens livres ou dependentes de outro Estado. Deve-se incluir nesta categoria as colônias fundadas pelas repúblicas, ou pelos príncipes, para receber a população excedente ou para manter suas novas conquistas de modo mais seguro e menos dispendioso. O povo romano, por exemplo, fundou muitas destas cidades em toda a extensão do Império.

Há ainda um outro tipo de cidade: a construída por um príncipe, não com o propósito de ali fixar residência, mas exclusivamente para a sua glória, como dá exemplo a cidade de Alexandria, estabelecida por Alexandre. Como estas cidades não têm origem natural, é raro que se desenvolvam plenamente, chegando a constituir capitais de Estados. Florença nasceu assim; fundada pelos soldados de Sila ou pelos habitantes de Fiesole (os quais, seduzidos pela longa paz otaviana, teriam decidido habitar a planície do rio Arno), a verdade é que a sua fundação foi obra do Império Romano. Por isto Florença, no princípio da sua vida urbana, não pôde expandir-se a não ser mediante a munificência do príncipe.

Uma cidade deve sua existência a homens livres quando um povo, movido pela doença, a fome ou a guerra, deixa a pátria dos seus pais para estabelecer-se em outro local — espontaneamente ou sob a direção de um príncipe. O povo imigrante se instala em cidades conquistadas pela força das armas, como fez Moisés; ou então edifica uma nova cidade, como Enéas. Neste último caso, manifestam-se a sabedoria do fundador e a sorte do seu empreendimento — melhor ou pior, conforme seja maior ou menor a sabedoria do príncipe. Esta sabedoria se revela em duas coisas: a escolha do local e a natureza das leis promulgadas.

Como os homens agem por necessidade ou por escolha, e a coragem sempre brilha mais intensamente quando a escolha é mais livre, deve-se considerar se não é mais vantajoso selecionar, para sede de uma cidade, local infértil, onde os habitantes, constrangidos ao trabalho, e menos inclinados ao ócio, possam viver unidos, sujeitos à concórdia pela sua situação de pobreza. Tal é o exemplo de Ragusa, e de muitas outras cidades construídas em regiões desse tipo. Esta escolha seria sem dúvida mais sábia e mais útil se os homens se contentassem em viver com o que têm, e não buscassem ampliar seu território. Mas como estão condenados a garantir o seu destino exclusivamente pelo poder, é preciso que fujam das regiões muito estéreis, e se fixem em terras fecundas, onde a riqueza do solo permita o desenvolvimento; onde os habitantes possam defender-se de ataques, dominando quem se oponha ao seu progresso.

Quanto à falta de vigor que um local assim fértil pode provocar nos cidadãos, é preciso que seja evitada pelas leis, que devem impor uma operosidade à qual o solo não obriga de modo natural. É necessário imitar os governantes sábios que, habitando países férteis e risonhos (os quais produzem cidadãos efeminados, incapazes de qualquer esforço generoso), souberam compensar os inconvenientes devidos ao clima sensual impondo aos que se destinavam às armas a necessidade de contínuo exercício. Graças a tal regra, foi possível formar soldados melhores que os de países naturalmente rústicos e estéreis. Foi o que aconteceu no Egito, onde a influência da suavidade da terra foi tão alterada pelo vigor das instituições que aquele país produziu os homens mais eminentes em todos os campos. E se o curso do tempo não houvesse já extinto a lembrança dos seus nomes, perceberíamos que esses homens são mais dignos de elogio do que o Grande Alexandre, e tantos outros cuja memória ainda floresce.

Quem tiver estudado o Império do Sudão, a organização dos mamelucos e a disciplina da sua milícia, antes da destruição do Sultão Selim, saberá que esses soldados estavam obrigados a contínuos exercícios; eles temiam, de fato, o ócio a que a amenidade do clima poderia levá-los, se não o tivessem neutralizado com as leis mais estritas. Minha opinião, portanto, é a de que é mais prudente escolher uma região fértil, já que as leis podem conter esta influência nefasta dentro de limites convenientes.

Alexandre, o Grande, queria construir uma cidade que fosse monumento à sua glória. O arquiteto Dinocrato mostrou-lhe que era possível construí-la facilmente sobre o monte Atos. Além da força natural do lugar, dizia, poder-se-ia esculpir a montanha com forma humana — um projeto maravilhoso, digno do seu poder. Alexandre perguntou então de que viveriam os habitantes; o arquiteto respondeu que não havia pensado nisso. O príncipe riu e, deixando de lado o monte Atos, mandou lançar os alicerces de Alexandria, num local onde os homens se fixariam prazerosamente, seduzidos pela fecundidade do solo e pela dupla vantagem do Nilo e do Mediterrâneo.

Se nos remontarmos à origem de Roma, e considerarmos Enéas seu primeiro fundador, poderemos dizer que aquela cidade foi instituída por estrangeiros; mas se seu fundador foi Rômulo, terá sido fundada pelos naturais do país. Em qualquer hipótese, sua origem foi livre e independente.

Veremos mais tarde quantas restrições às leis estabelecidas por Rômulo foram impostas ao povo por Numa e outros legisladores. Desta forma, nem a fertilidade do solo, nem a comodidade do mar, nem as vitórias freqüentes, nem mesmo a própria grandeza do Império puderam, no curso de tantos séculos, corromper seus costumes: Roma viu florescer no seu seio mais virtudes do que qualquer outra república.

E como as grandes coisas que os romanos produziram, e Tito Lívio celebrou, decorreram de deliberações públicas e particulares, no seio da cidade ou fora dela, começarei falando sobre o que lá aconteceu por decisão pública, detendo-me no que merecer, a meu juízo, maior atenção, e explicando as circunstâncias de cada caso. Este será o tema dos comentários deste Livro Primeiro.

Capítulo Segundo

Quantas espécies há de repúblicas, e a qual pertenceu a república romana.

Vou abster-me de falar das cidades cuja fundação se deve a um outro Estado; tratarei somente daquelas que surgiram livres de qualquer dependência estrangeira, tendo sido autogovernadas, desde o início, como repúblicas ou como monarquias — embora, devido a esta dupla origem, tenham tido leis e constituição diferentes. Algumas receberam legislação de um só homem, no momento da fundação ou pouco tempo depois — como aconteceu com Licurgo, na Lacedemônia. Em outras, as leis foram sendo instituídas gradualmente, de acordo com os acontecimentos — como em Roma.

Feliz é a república à qual o destino outorga um legislador prudente, cujas leis se combinam de modo a assegurar a tranqüilidade de todos, sem que seja necessário reformá-las. É o que se viu em Esparta, onde as leis foram respeitadas durante oito séculos, sem alteração e sem desordens perigosas.

Infeliz, porém, é a cidade que, não tendo tido um legislador sábio, é obrigada a restabelecer a ordem no seu seio. Dentre elas, a mais infeliz é a que está mais afastada da ordem; isto é, aquela cujas instituições se apartam do bom caminho que pode levá-las ao seu objetivo perfeito e verdadeiro — porque é quase impossível que, nessa situação, ocorra algum acontecimento feliz que lhe restabeleça a boa ordem. Contudo, as cidades cuja constituição é imperfeita, mas que têm princípes bons, susceptíveis de aprimoramento, podem, de acordo com os acontecimentos, chegar à perfeição.

Mas não há dúvida de que as reformas serão sempre perigosas, pois a maioria dos homens não se curva de boa vontade a uma lei inovadora, que estabeleça uma ordenação nova das coias a que não considerem necessário submeter-se. E como tal necessidade nunca é imposta sem perigo, pode acontecer facilmente que uma república pereça sem que haja atingido a ordem perfeita. Em Florença temos disto uma demonstração marcante: reorganizada depois da revolta de Arezzo, em 1502, a cidade foi revolucionada outra vez após a tomada de Prato, em 1512.

Para descrever as formas que assumiu o governo de Roma, e o conjunto de circunstâncias que o levaram à perfeição, lembrarei (como os que escreveram a respeito da organização das repúblicas) que há três espécies de governo: o monárquico, o aristocrático e o popular; os que pretendem estabelecer a ordem numa cidade devem escolher, dentre estas três espécies, a que melhor convém a seus objetivos.

Outros, segundo a opinião geral, mais esclarecidos, acham que há seis formas de governo, das quais três são essencialmente más; as três outras são em si boas, mas degeneram tão facilmente que podem também tornar-se perniciosas. Os bons governos são os que relacionei anteriormente; os maus, suas derivações. E se parecem tanto aos primeiros, aos quais correspondem, que podem com facilidade ser confundidos com eles.

Deste modo, a monarquia se transforma em despotismo; a aristocracia, em oligarquia; e a democracia em permissividade. Em conseqüência, todo legislador que adota para o Estado que vai fundar uma destas três formas de governo não a mantém por muito tempo; não há o que a possa impedir de precipitar-se no tipo contrário, tal a semelhança entre a forma boa e a má.

Foi por acaso que surgiu esta variedade de governos. No começo do mundo, os habitantes da terra eram pouco numerosos, e viveram por muito tempo dispersos, como animais. Com o crescimento da população, os homens se reuniram e, para melhor se defender, começaram a distinguir os mais robustos e mais corajosos, que passaram a respeitar como chefes. Chegou-se assim ao conhecimento do que era útil e honesto, por oposição ao que era pernicioso e ruim. Viu-se que quem prejudicava o seu benfeitor provocava nos homens sentimentos de ira — e de piedade pela sua vítima. Passou-se a detestar os ingratos, a honrar os que demonstravam gratidão; e, pelo temor de sofrer as mesmas injúrias que outros tinham sofrido, procurou-se erigir a barreira das leis contra os maus, impondo penalidades aos que tentassem desrespeitá-la. Estas foram as primeiras noções de justiça.

A partir de então, quando houve necessidade de escolher um chefe, deixou-se de procurar o mais corajoso para buscar o mais sábio, e sobretudo o mais justo; contudo, como os príncipes vieram a reinar pelo direito de sucessão, e não pela escolha do povo, em breve os herdeiros degeneraram; desprezando a virtude, persuadiam-se de que nada mais tinham a fazer além de exceder seus semelhantes em luxo, ócio e todos os tipos de volúpia. Desde então, a figura do príncipe começou a provocar ira, que a rodeou de terror; mas não tardou a nascer a tirania, que transformou o medo em agressão.

Estas foram as causas da queda dos príncipes: contra eles foram urdidas conjuras, não por homens fracos ou pusilâmines, mas sobretudo pelos que demonstravam generosidade e grandez d'alma; os que tinham riqueza, fidalguia, e não podiam suportar a vida criminosa de tais príncipes.

Levada pelo exemplo dos grandes, a multidão se armava contra o soberano; e depois que este era castigado, obedecia àqueles como seus libertadores — estes, que detestavam até mesmo o título principesco, organizavam entre si um governo. A princípio, dado o exemplo da tirania precedente, conformavam sua conduta às leis que haviam promulgado. Preferindo o bem público à vantagem própria, governavam com justiça e zelavam com igual empenho pelos interesses comuns e pelos particulares.

Mas o poder passou às mãos dos seus filhos, que ignoravam os caprichos da sorte; como os infortúnios não os tinham submetido à prova, não queiram respeitar a igualdade civil; entregando-se à avareza, à ambição e ao desmando, transformaram o governo, que até então fora aristocrático, numa oligarquia que deixou de respeitar os direitos dos cidadãos. Em breve, porém, tiveram a mesma sorte do tirano: a multidão, cansada, se fez instrumento de quem quisesse vingá-la dos seus opressores. Logo surgiu um homem que, com o apoio do povo, os derrubou do poder.

A lembrança do príncipe e dos seus ultrajes continuava viva. A oligarquia tinha sido destruída e não se queria restabelecer o poder de uma só pessoa. Organizou-se assim o Estado popular, no qual a autoridade não recaía nem no príncipe nem num pequeno número de senhores. Como todo governo, que ao começar sempre inspira algum respeito, o Estado popular a princípio se manteve — mas por bem pouco tempo, só até extinguir-se a geração que o havia posto no poder. Não tardou a desenvolver-se uma situação de licença em que não se respeitava mais os cidadãos nem as autoridades. Cada um vivia conforme o seu capricho, e a cada dia ocorriam mil ultrajes. Constrangidos pela necessidade, advertidos pelos conselhos de um sábio, ou movidos pela fadiga de tal licença, os homens voltaram ao império de um só, para recair de novo, gradualmente, da mesma maneira e pelas mesmas causas, nos horrores da anarquia.

Este é o círculo seguido por todos os Estados que já existiram, e pelos que existem. Mas raramente se retorna ao ponto exato de partida, pois nenhuma república tem resistência suficiente para sofrer várias vezes as mesmas vicissitudes. Acontece muitas vezes que, no meio destes distúrbios, uma república, privada de conselhos e de força, é tomada por algum Estado vizinho, governado com mais sabedoria. Se isto não ocorrer, um império percorrerá por muito tempo o círculo das mesmas revoluções. Para mim, todas estas formas de governo são igualmente desvantajosas: as três primeiras, porque não podem durar; as três outras, pelo princípio de corrupção que contêm. Por isto, todos os legisladores conhecidos pela sua sabedoria evitaram empregar exclusivamente qualquer uma delas, reconhecendo o vício de cada uma. Escolheram sempre um sistema de governo de que participavam todas, por julgá-lo mais sólido e estável: se o príncipe, os aristocratas e o povo governam em conjunto o Estado, podem com facilidade controlar-se mutuamente.

Entre os legisladores que elaboraram constituições semelhantes, o mais digno de encômios é Licurgo. Nas leis que deu à Esparta, soube de tal modo contrabalançar o poder do rei, da aristocracia e do povo que o Estado se manteve em paz durante mais de oitocentos anos, por sua grande glória.

O contrário sucedeu a Sólon, legislador de Atenas; por só se servir do governo popular, deu-lhe existência tão efêmera que ainda vivia quando eclodiu a tirania de Pisístrato. Embora os herdeiros do tirano tenham sido expulsos quarenta anos depois, recobrando Atenas a liberdade, como se restabeleceu então o sistema de Sólon, este só durou um século, não obstante as emendas feitas para consolidá-lo, e para reprimir a insolência dos aristocratas e a licença da multidão — dois vícios que não tinham merecido a atenção de Sólon. Por outro lado, como não participavam da constituição ateniense nem a autoridade do príncipe nem a aristocrática, a cidade teve uma existência muito limitada, em comparação com a Lacedemônia.

Mas, retornemos a Roma. No princípio da sua vida, essa cidade não teve um Licurgo que lhe desse leis, que estabelecesse ali um governo capaz de conservar a liberdade por muito tempo. Contudo, devido aos acontecimentos que fizeram nascer no seu seio o ciúme que sempre separou o povo dos poderosos, Roma conseguiu o que seu legislador não lhe tinha concedido. Com efeito, se a cidade não se beneficiou da primeira vantagem que indiquei, teve a segunda; e se suas primeiras leis eram defeituosas, jamais se afastaram do caminho que podia levá-las à perfeição.

Rômulo e os demais reis promulgaram numerosas outras leis, excelentes para um governo livre. Entretanto, como o seu objetivo principal tinha sido fundar uma monarquia, e não uma república, quando a cidade recobrou a independência viu-se que a liberdade reclamava muitas disposições que os reis não haviam pensado estabelecer. E embora estes tivessem perdido a coroa pelas causas e nas circunstâncias que acima indicamos, os que os expulsaram instituíram dois cônsules para exercer a função real, de modo que só se baniu de Roma o título, e não a autoridade do rei.

A república, retendo os cônsules e o Senado, representou a princípio a mistura de duas das três formas mencionadas: a monarquia e a aristocracia. Só faltava introduzir o governo popular. A nobreza romana, pelos motivos que vamos explicar, tornou-se insolente, despertando o ressentimento do povo; para não perder tudo, teve que ceder-lhe uma parte da autoridade. De seu lado, tanto o Senado como os cônsules guardaram bastante desta autoridade para manter a posição que ocupavam no Estado.

Estas foram as causas que originaram os tribunos do povo, instituição que enfraqueceu a república porque cada um dos três elementos do governo recebeu uma porção da sua autoridade. A sorte favoreceu Roma de tal modo que, embora tenha passado da monarquia à aristocracia e ao governo popular, seguindo a degradação provocada pelas causas que estudamos, o poder real não cedeu toda a sua autoridade para os aristocratas, nem o poder destes foi todo transferido para o povo. O equilíbrio dos três poderes fez assim com que nascesse uma república perfeita. A fonte desta perfeição, todavia, foi a desunião do povo e do Senado, como demonstraremos amplamente nos dois capítulos que seguem.

Capítulo Terceiro

Os acontecimentos que levaram à criação dos tribunos romanos, instituição que aperfeiçoou o governo da república.

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião. Se esta malvadez se oculta durante um certo tempo, isso se deve a alguma causa desconhecida, que a experiência ainda não desvelou; mas o tempo — conhecido justamente como o pai da verdade — vai manifestá-la.

Depois da expulsão dos Tarquínios, parecia reinar a maior concórdia entre o povo e o Senado; os nobres, despojados do seu orgulho, pareciam revestir-se de disposição popular, o que os tornava aceitáveis mesmo às classes mais modestas. Esta aparente união durou, sem que se soubesse porquê, enquanto os Tarquínios viveram. A nobreza, que os temia, tinha medo também de que o povo, ofendido, dela se afastasse; por isto o tratava com moderação.

Todavia, logo que os Tarquínios morreram, e os nobres perderam o medo, começaram a derramar sobre o povo o veneno que guardavam no coração, agredindo-o com todas as vexações que podiam conceber. O que prova seguramente o que disse antes: os homens só fazem o bem quando é necessário; quando cada um tem a liberdade de agir com abandono e licença, a confusão e a desordem não tardam a se manifestar por toda parte. Por isto se diz que a fome e a miséria despertam a operosidade, e que as leis tornam os homens bons. Quando uma causa qualquer produz boas conseqüências sem a interveniência da lei, esta é inútil; mas quando tal disposição propícia não existe, a lei é indispensável.

Assim, quando os Tarquínios (os quais refreavam os aristocratas pelo terror que lhes inspiravam) deixaram de existir, foi preciso buscar novas instituições que os substituíssem, com o mesmo efeito. Em conseqüência, só depois dos distúrbios, das contínuas reclamações e dos perigos provocados pelos longos debates entre no-

bres e plebeus é que se instituíram os tribunos, para a segurança do povo. A autoridade desses novos magistrados foi cercada de tantas prerrogativas e prestígio que puderam manter o equilíbrio entre povo e Senado, oferecendo um obstáculo às pretensões insolentes da nobreza.

Capítulo Quarto

A desunião entre o povo e o Senado foi a causa da grandeza e da liberdade da república romana.

Não quero silenciar sobre as desordens ocorridas em Roma, entre a morte dos Tarquínios e o estabelecimento dos tribunos. Mas não aceitarei as afirmativas dos que acham que aquela foi uma república tumultuada e desordenada, inferior a todos os outros governos da mesma espécie a não ser pela boa sorte que teve, e pelas virtudes militares que lhe compensaram os defeitos. Não vou negar que a sorte e a disciplina tenham contribuído para o poder de Roma; mas não se pode esquecer que uma excelente disciplina é a conseqüência necessária de leis apropriadas, e que em toda parte onde estas reinam, a sorte, por sua vez, não tarda a brilhar.

Examinemos, porém, as outras particularidades de Roma. Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaprovar justamente as causas que asseguraram fosse conservada a liberdade de Roma, prestando mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares. Não querem perceber que há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião, como prova o que aconteceu em Roma, onde, durante os trezentos anos e mais que transcorreram entre os Tarquínios e os Gracos, as desordens havidas produziram poucos exilados, e mais raramente ainda fizeram correr o sangue.

Não se pode, portanto, considerar estas dissensões como funestas, nem o Estado como inteiramente dividido, pois durante tantos anos tais diferenças só causaram o exílio de oito ou dez pessoas, e a morte de bem poucos cidadãos, sendo alguns outros multados. Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república que deu tantos exemplos de virtude, pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam irrefletidamente. De fato, se se examinar com atenção o modo como tais desordens terminaram, ver-se-á que nunca provocaram o exílio, ou violências prejudiciais ao bem público, mas que, ao contrário, fizeram nascer leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos.

E se alguém perguntar: mas não é uma conduta extraordinária, e por assim dizer selvagem, o correr todo o povo a acusar o Senado em altos brados, e o Senado o povo, precipitando-se os cidadãos pelas ruas, fechando as lojas e abandonando a cidade? A descrição apavora. Responderei, contudo, que cada Estado deve ter costumes próprios, por meio dos quais os populares possam satisfazer sua ambição, sobretudo nas cidades onde os assuntos importantes são decididos com a interveniência do povo. Dentre os Estados desta categoria, Roma tinha por hábito ver os populares entregues a um comportamento extremado como o que descrevi, ou recusando-se à mobilização para a guerra, quando queriam que se fizesse alguma lei. De tal sorte que, para acalmá-los, era necessário satisfazer a sua vontade.

O desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade, porque nasce da opressão ou do temor de ser oprimido. E se o povo se engana, os discursos em praça pública existem justamente para retificar suas idéias; basta que um homem de bem levante a voz para demonstrar com um discurso o engano do mesmo. Pois o povo, como disse Cícero, mesmo quando vive mergulhado na ignorância, pode compreender a verdade, e a admite com facilidade quando alguém da sua confiança sabe indicá-la.

Sejamos, portanto, avaros de críticas ao governo romano; atentemos para o fato de que tudo o que de melhor produziu esta república provém de uma boa causa. Se os tribunos devem sua origem à desordem, esta desordem merece encômios, pois o povo, desta forma, assegurou participação no governo. E os tribunos foram os guardiães das liberdades romanas, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo Quinto

A quem se pode confiar com mais segurança a defesa da liberdade: aos aristocratas ou ao povo? Quais são os que têm mais motivos para instigar desordens: os que querem adquirir ou os que querem conservar?

Aqueles que agiram com maior tino ao fundar um Estado incluíram entre suas instituições essenciais a salvaguarda da liberdade; e os cidadãos puderam viver em liberdade um tempo mais ou menos longo, segundo tal salvaguarda tenha sido mais ou menos bem formulada. Como em todos os Estados existem aristocratas e plebeus, pode-se bem perguntar em que mãos a liberdade estaria melhor savalguardada.

Em outros tempos, os lacedemônios a confiaram aos nobres, como o fazem em nossos dias os venezianos: já em Roma, ela estava nas mãos do povo. É necessário, portanto, examinar qual dessas repúblicas fez melhor escolha. Se considerássemos os seus motivos, teríamos muito a dizer em favor de cada lado; examinando os resultados, contudo, dar-se-á a preferência à nobreza, porque em Esparta e em Veneza a liberdade teve vida mais longa do que em Roma.

No entanto, para chegar aos motivos, e tomando os romanos como exemplo, direi que se deve sempre confiar um depósito a quem tem por ele menos avidez. De fato, se considerarmos o objetivo da aristocracia e do povo, perceberemos na primeira a sede do domínio; no segundo, o desejo de não ser degradado — portanto, uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque o povo pode bem menos do que os poderosos ter esperança de usurpar a autoridade. Assim, se os plebeus têm o encargo de zelar pela salvaguarda da liberdade, é razoável esperar que o cumpram com menos avareza, e que, não podendo apropriar-se do poder, não permitam que outros o façam.

Por outro lado, os defensores da ordem estabelecida em Esparta e em Veneza pretendem que confiar este depósito aos mais poderosos dá ao Estado duas vantagens; a primeira é contemplar, em parte, a ambição dos que exercem importante influência na república e que, tendo em mãos as armas que protegem o poder, por

isto mesmo têm mais motivos de satisfação com a sua partilha; a segunda é impedír que o povo, de índole inquieta, use o poder que lhe facultaria o provocar dissensões e distúrbios capazes de levar a nobreza a algum gesto de desespero, cujos efeitos funestos se fariam sentir um dia.

Cita-se a própria Roma como exemplo. Quando os tribunos foram instituídos, o povo não se contentou com um cônsul plebeu: quis logo dois. Depois, exigiu a censura; em seguida a pretoria; mais tarde todas as demais funções de governo. Mais ainda: movido sempre pela mesma ânsia de poder, veio com o tempo a idolatrar os homens que considerava capazes de rebaixar a nobreza. Esta foi a origem do poder de Mário, e da ruína de Roma.

Considerando todos os aspectos desta questão, seria difícil decidir a quem confiar a guarda da liberdade, pois não se pode determinar com clareza que espécie de homem é mais nociva numa república: a dos que desejam adquirir o que não possuem ou a dos que só querem conservar as vantagens já alcançadas. É possível que um exame aprofundado nos leve à seguinte conclusão: ou se trata de uma república que quer adquirir um império — como Roma, por exemplo — ou de uma república que tem como fim exclusivo a sua própria conservação. No primeiro caso, é preciso fazer como se fez em Roma; no segundo, pode-se imitar Esparta e Veneza, pelos motivos sobre os quais vamos falar no capítulo seguinte, e do modo ali indicado.

Quanto a saber quais as pessoas mais perigosas numa república — as que querem adquirir ou as que não querem perder o que já possuem — lembrarei o caso de Marco Menênio e de Marco Fúlvio. Tendo sido os dois, plebeus que eram, nomeados para investigar uma conspiração urdida em Cápua contra a república romana, o povo os investiu também com autoridade para examinar, na capital, a conduta de todos os que, por meios escusos, ambicionavam apoderar-se do consulado e outros cargos públicos. Convencida de que este poder delegado ao ditador era dirigido contra ela, a nobreza difundiu em Roma a notícia de que quem assim agia não eram os nobres, mas os plebeus; estes, sem confiança na posição familiar ou no próprio mérito, procuravam insinuar-se no governo, usando meios ilegais. Era sobretudo ao ditador que os nobres visavam em seus discursos.

Esta acusação influenciou de tal modo o espírito de Menênio que o levou a renunciar à ditadura, após um discurso em que se queixou amargamente das calúnias dos nobres. Menênio pediu para ser julgado, tendo sido declarado inocente. Nos debates que precederam o julgamento, considerou-se mais de uma vez quem seria o mais ambicioso: o que não quer perder ou o que quer adquirir — duas paixões que podem ser causa dos maiores desastres.

No entanto, as dificuldades são criadas mais freqüentemente pelos que já possuem; o temor de perder o que se tem provoca paixão igual à causada pelo desejo de adquirir. É natural dos homens não se considerarem proprietários tranqüilos a não

ser quando podem acrescentar algo aos bens de que já dispõem. É preciso considerar, também, que quanto mais um indivíduo possui, mais aumenta o seu poder; é mais fácil para ele provocar alterações da ordem. E, o que é bem mais funesto, sua ambição desenfreada acende o desejo de posse no coração dos que não o tinham, seja como vingança, para despojar os inimigos, seja para compartilhar as honrarias e riquezas de que querem fazer uso ilícito.

Capítulo Sexto

Se seria possível instalar em Roma um governo que extinguisse a inimizade entre o povo e o Senado.

Expusemos já os efeitos das divergências entre o povo e o Senado. Considerando que elas duraram até o tempo dos Gracos, quando provocaram a perda da liberdade, é natural que se creia desejável que Roma tivesse podido realizar seus grandes feitos sem a perturbação causada por semelhante inimizade.

Contudo, vale a pena examinar se seria possível fundar em Roma um governo que evitasse essas dissensões. Naturalmente, para fazer um julgamento seguro, é preciso passar os olhos sobre as repúblicas que, sem discórdia e inimizade, gozaram longamente da liberdade; ver qual a forma do seu governo, e se o mesmo poderia ter sido introduzido em Roma.

Tomemos como exemplos Esparta, entre os antigos, e Veneza entre os modernos, como já tivemos ocasião de fazer.

Esparta foi governada por um reino e um Senado pouco numeroso. Veneza não dividiu o poder sob denominações diferentes; todos os que dele participavam tinham o mesmo título: "Gentiluomini". É à sorte, mais do que à sabedoria dos seus legisladores, que Veneza deve esta forma de governo. Com efeito, foi fundada pelos muitos habitantes expulsos das regiões vizinhas, devido às razões a que anteriormente me referi, e que se refugiaram nos escolhos onde hoje está situada. Vendo o seu número aumentar, os cidadãos formularam leis que lhes permitissem viver em coletividade. E como se reunissem com freqüência para deliberar sobre os assuntos de interesse da cidade, refletiram que já tinham número suficiente para completar sua existência política, recusando, a todos que imigrassem depois disto, a faculdade de participar do governo. Em conseqüência, como estes últimos tivessem aumentado consideravelmente, passou-se a chamar "gentiluomini" aos que governavam a cidade, e aos outros, "popolani".

Esta forma de governo nasceu e se manteve sem distúrbios porque, originalmente, todos os habitantes da cidade foram chamados ao poder, de modo que nin-

guém podia queixar-se; os que vieram depois encontraram o governo já completamente organizado, e não tiveram a possibilidade, ou o desejo, de instigar tumultos. Faltou-lhes o desejo, porque nada lhes tinha sido retirado; a possibilidade, porque os governantes os controlavam com pulso firme, não lhes confiando jamais qualquer cargo que pudesse conferir-lhes a menor autoridade. Por outro lado, os que vieram se estabelecer em Veneza não eram bastante numerosos para romper o equilíbrio entre governantes e governados: os nobres eram seus iguais em número, ou mesmo superiores. Deste modo, Veneza pôde fundar um governo, e manter sua unidade.

Esparta, como já disse, governada por um rei e Senado pouco numeroso, subsistiu também durante vários séculos. Sua pequena população, a sua recusa de receber estrangeiros, a submissão às leis de Licurgo, tudo isto havia afastado as desordens, e permitido por muito tempo uma existência unida. Com suas instituições, Licurgo tinha estabelecido em Esparta mais igualdade de substância do que de grau; havia ali uma pobreza generalizada e igualitária. Quanto o povo, este não era ambicioso, porque as honrarias do Estado beneficiavam poucos cidadãos e a conduta destes não era de molde a despertar a inveja dos populares.

A seus reis Esparta devia esta vantagem. Do trono, no meio da nobreza, só tinham um meio para conservar toda a força da sua dignidade: defender o povo de qualquer insulto. Por isto o povo nem temia nem almejava o poder — pelo que desapareciam os germes de tumulto, e todos os pretextos de discórdia entre ele e a nobreza; puderam assim viver por muito tempo na união mais perfeita. Esta concórdia teve duas causas principais: a reduzida população de Esparta, que tornava possível o governo por poucos magistrados; e a rejeição dos estrangeiros, o que afastava do povo toda causa de corrupção, e impedia a população de aumentar além do limite imposto pelos governantes. Quando examinamos todas estas dificuldades, convencemo-nos de que os legisladores romanos, para manter sua cidade tão pacífica quanto as repúblicas que mencionamos, deveriam ou desobrigar o povo do serviço militar, como os venezianos, ou negar aos estrangeiros a cidadania, como os lacedemônios. Contudo, fizeram as duas coisas, o que aumentou o número e a força do povo, multiplicando em conseqüência as fontes de distúrbio. Mas se a república romana tivesse sido mais pacífica, o resultado teria sido inconveniente: sua debilidade teria aumentado, e ela talvez ficasse impossibilitada de trilhar os caminhos da grandeza que mais tarde seguiu. De modo que, se os romanos tivessem querido preservar-se de tumultos, deixariam de ter todos os meios para desenvolver-se.

Se refletirmos com atenção sobre o que acontece neste mundo, ficaremos persuadidos de que não é possível remediar um inconveniente sem provocar algum outro. Assim, se se quiser um povo guerreiro e numeroso, que estenda o domínio do Estado, será necessário imprimir-lhe um caráter tal que o tornará difícil de governar; se se quer restringi-lo dentro de limites estreitos, ou mantê-lo desarmado a fim de melhor governá-lo, ele não poderá conservar suas conquistas, ou se tornará tão

covarde que será presa fácil do primeiro agressor. É preciso examinar, portanto, em todas as nossas resoluções, qual apresenta menos inconvenientes, abraçando-a como a melhor — porque jamais se encontrará nada que seja perfeitamente puro, isento de quaisquer vícios ou perigos.

Seguindo o exemplo de Esparta, Roma podia perfeitamente instituir um rei eletivo, um Senado pouco numeroso; mas não podia, como Esparta, impedir que sua população crescesse, porque queria assegurar um amplo território; um rei com mandato vitalício, e um número reduzido de senadores, não teriam contribuído muito para manter a união entre os cidadãos.

Assim, se alguém quiser fundar uma nova república, deverá decidir se o seu objetivo é como o de Roma, aumentar o império e o seu poder, ou ao contrário, mantê-los limitados dentro de justos limites. No primeiro caso, seria preciso organizá-la como Roma, deixando as desordens e dissensões gerais seguirem seu curso da maneira que pareça menos perigosa; sem uma população importante, bem armada, nenhuma república poderá jamais crescer.

No segundo caso pode-se imitar a constituição de Esparta ou de Veneza. Contudo, como para as repúblicas deste tipo a sede de crescimento é um veneno, o fundador do novo Estado deverá proibir as conquistas com todos os meios ao seu alcance. Toda conquista de um Estado fraco termina por arruiná-lo: Esparta e Veneza são exemplos muito claros. Esparta, após ter conquistado quase toda a Grécia, demonstrou, no primeiro revés, a fraqueza dos fundamentos do seu poder; depois da revolta de Tebas, provocada por Pelópidas, as outras cidades se levantaram, derrubando aquela república. Veneza também se tinha apossado de uma grande parte da Itália, antes pela sua riqueza e política do que pelas armas. Quando quis prová-las, perdeu, num só combate, todos os Estados que possuía.

Acredito que, para estabelecer uma república cuja existência se possa prolongar por muito tempo, o melhor seria organizá-la como Esparta ou Veneza, num local protegido, tornando-a forte o bastante para que ninguém pensasse poder vencê-la.

Mas este poder não deveria ser suficientemente grande para fazê-la temida pelos vizinhos. Deste modo seria possível assegurar ao seu governo uma longa vida. Pois só dois motivos levam a atacar uma república: o desejo de apoderar-se dela, ou de impedir que venha a se apoderar do país atacante. O meio que indicamos remedia estes dois inconvenientes. Se é difícil vencê-la por assalto, e se ela está sempre pronta a defender-se, como estou sugerindo, raramente acontecerá (se acontecer) que alguém tente dominá-la.

Se a república se mantiver dentro dos seus limites, se a experiência demonstrar que não dá ouvido à ambição, o medo jamais levará os vizinhos a declarar-lhe a

guerra. Confiança que será ainda maior se a constituição a proibir de alterar seus limites. Estou seguro de que se este equilíbrio puder ser mantido, teremos a vida coletiva mais perfeita, e a paz mais desejável para uma cidade. Todavia, como não há nada que seja permanente entre os mortais, e nada é estável, é natural que as coisas melhorem ou piorem. A necessidade, por sua vez, muitas vezes nos obriga a empreendimentos que a razão nos faria rejeitar. Assim, depois de fundar uma república adaptada a se manter sem conquistas, se surgisse a necessidade de fazê-la crescer, ela logo desmoronaria, por falta da base necessária.

Por outro lado, se o céu a favorecesse poupando-lhe os desastres da guerra, o ócio criaria no seu seio a discórdia ou o langor: estes dois flagelos (se um só não bastasse) seriam a causa da sua perdição.

Entretanto, como a meu juízo não se pode manter esta balança em repouso, ou em equilíbrio perfeito, é preciso, ao fundar uma república, escolher o caminho mais honroso, organizando-a de maneira tal que, se surgir a necessidade de crescer, ela possa conservar as possessões que vier a adquirir. E, para voltar ao meu primeiro raciocínio, penso que se deve imitar a constituição de Roma e não a das outras repúblicas que consideramos; não creio que seja possível escolher um termo intermediário entre estes dois modos de governo. Acho que é preciso tolerar as discórdias que possam surgir entre o povo e o Senado, considerando-as como um mal necessário para alcançar a grandeza romana. Além dos motivos já alegados, pelos quais demonstrei que a autoridade dos tribunos era indispensável à conservação da liberdade, é fácil perceber a vantagem que trazia para as repúblicas o poder de acusar — parte das atribuições dos tribunos — como se explicará no capítulo seguinte.

Capítulo Sétimo

Como o direito de acusação pública é necessário para manter a liberdade numa república.

Não se pode dar aos guardiães da liberdade num Estado direito mais útil e necessário do que o de poder acusar, perante o povo, ou diante de um magistrado ou tribunal, os cidadãos que tenham atentado contra esta liberdade. Esta medida tem, numa república, dois efeitos extremamente importantes: o primeiro é que os cidadãos, temendo ser acusados, não ousam investir contra a segurança do Estado; se tentam fazê-lo, recebem imediatamente o castigo merecido. O outro é o de se constituir numa válvula de escape à paixão que, de um modo ou de outro, sempre fermenta contra algum cidadão. Quando esta paixão não encontra um meio legal de vir à superfície, assume uma importância extraordinária, que abala os fundamentos da república. Nada a enfraquecerá tanto, todavia, quanto organizar-se o Estado de modo tal que a fermentação de paixões possa escapar por um canal autorizado. É o que se prova com muitos exemplos, e sobretudo pelo que Tito Lívio relata a propósito de Coriolano.

Tito Lívio conta que a nobreza romana estava indisposta contra o povo, que lhe parecia ter adquirido demasiada autoridade desde a instituição dos tribunos. Roma sofria, nessa época — como acontecia com freqüência —, grande escassez de alimentos, e o Senado tinha mandado comprar na Sicília os cereais de que a população necessitava. Foi quando Coriolano, inimigo do partido popular, fez sentir que era chegado o momento de castigar o povo, retirando-lhe a autoridade que havia usurpado à nobreza. Para isto, queria fazê-lo passar fome, recusando a distribuição do trigo. Como esta proposta tivesse chegado a ouvidos populares, levantou-se grande indignação contra o seu autor, que teria sido morto se os tribunos não o houvessem citado para que comparecesse diante deles, a defender sua causa.

Este acontecimento fundamenta o que disse acima: é útil e necessário que as leis da república concedam à massa um meio legítimo de manifestar a cólera que lhe possa inspirar um cidadão; quando este meio regular é inexistente, ela recorre a meios extraordinários: e não há dúvida de que estes últimos produzem males maiores do que os que se poderia imputar aos primeiros. De fato, se um cidadão é puni-

do por meios legais, ainda que injustamente, isto pouca ou nenhuma desordem causa na república, por ter ocorrido a punição sem recurso à força particular, ou de estrangeiros, causas ordinárias da ruína da liberdade. É uma punição baseada apenas na força da lei e da ordem pública, cujos limites são conhecidos, e cuja ação nunca é violenta o bastante para subverter a república.

Para apoiar minha opinião com exemplos, basta-me o de Coriolano, entre os antigos. Que se considere, com efeito, todos os males que teriam resultado para a república romana se tivesse ocorrido um massacre, como resultado da comoção popular. Teria havido um crime; ora, o crime provoca o medo; o medo busca meios de proteção; estes reclamam partidos; e os partidos criam as facções que dividem as cidades, e originam a ruína dos Estados. Mas se a ação for cometida pela autoridade legítima, prevenir-se-á o desenvolvimento de todos os males que poderiam nascer do simples uso da força particular.

Vimos em nosso tempo as inovações introduzidas na república de Florença pela impossibilidade em que se encontrava a multidão de atacar legalmente Francesco Valori, cidadão cuja autoridade era semelhante à de um príncipe. A maioria do povo suspeitava da sua ambição, acusando-o, por sua audácia, de querer elevar-se acima das leis. A república não tinha outro meio de resistir-lhe senão o de opor-lhe uma opinião contrária. Mas Valori, que só respeitava os meios extraordinários, procurou cercar-se de cúmplices que o defendessem. Os que o cambatiam, não podendo dominá-lo pela força das leis, empregaram então meios ilegais, vencendo-o pelas armas. O método, que obrigava a lutar com recursos que a lei não outorgava, fez com que Valori arrastasse em sua queda muitos cidadãos dignos.

Estas reflexões adquirem força nova quando se pensa no que sucedeu em Florença com Pedro Soderini — exclusivamente porque não existia na república um modo adequado de conter a ambição dos cidadãos que adquiriam excessivo poder. Pode-se, de fato, considerar adequada a faculdade de acusar um homem poderoso perante tribunal composto apenas por oito juízes? Os juízes devem ser muitos, porque o pequeno número se curva facilmente à vontade dos poderosos. Com efeito, se o Estado tivesse tido meios de defesa, e se Soderini fosse culpado, os cidadãos teriam podido satisfazer sua animosidade sem ter que implorar a assistência do exército espanhol. Se, ao contrário, sua conduta fosse legítima, não teriam ousado processá-lo, pelo temor de terminarem como réus. E assim se extinguiria o furor deste ressentimento que foi causa de tantas desordens.

De onde se conclui que todas as vezes que um dos partidos que dominam uma cidade pede socorro a forças estrangeiras, deve-se atribuir isto aos defeitos da sua constituição, e ao fato de não existir no seio daquela república uma instituição que favoreça a explosão regular dos ressentimentos que agitam com tanta freqüência os indivíduos.

Seria possível prevenir tais inconvenientes se se estabelecesse um tribunal bastante numeroso para tomar conhecimento de todas as acusações. Em Roma, esta instituição era tão bem ordenada que, no meio de longas dissensões entre o povo e o Senado, nunca um ou outro — nem um simples cidadão — pensou em chamar em seu socorro forças estrangeiras. Como possuíam em casa o remédio para o mal, não tinham necessidade de ir buscá-lo em outra parte.

Embora os exemplos precedentes sejam suficientes para demonstrar o que afirmei, quero relatar um outro, fornecido também pela "História" de Tito Lívio. Conta aquele autor que em Chiusi, uma das cidades mais renomadas da Toscana, um certo Lucumo tinha violado a irmã de Arunte; este, não podendo vingar-se, pois o inimigo era poderoso, procurou os gauleses que ocupavam a região hoje conhecida como Lombardia, propondo-lhes o envio de uma expedição contra a cidade, fazendo ver que seria vantajoso tomar a si aquela vingança. Está claro que se Arunte tivesse podido vingar-se de acordo com as leis da sua pátria, não teria recorrido às forças dos bárbaros.

Todavia, embora as acusações sejam úteis numa república, as calúnias são daninhas, e inúteis, como veremos no capítulo que se segue.

Capítulo Oitavo

As calúnias são tão perniciosas às repúblicas quanto são úteis as denúncias.

Embora Camilo Furius, cuja coragem libertara Roma do jugo dos gauleses, tivesse pelo seu mérito obrigado todos os cidadãos a reconhecê-lo como superior, sem que se considerassem por isto rebaixados, Mânlio Capitolino sofria com impaciência a atribuição àquele grande homem de tantas honrarias. Salvador do Capitólio, pensava ter contribuído tanto quanto Camilo para a defesa da cidade, e não se considerava em coisa alguma inferior ao rival, no concernente aos outros talentos militares. Devorado pela inveja, irritado com a glória de Camilo, e vendo que não conseguiria semear a discórdia entre os senadores, lançou-se aos braços do povo, espalhando entre os cidadãos suspeitas as mais ignóbeis. Dizia, entre outras coisas, que os tesouros reunidos para saciar a avidez dos gauleses (tesouros que, afinal, não lhes tinham sido entregues) haviam sido divididos entre alguns cidadãos; que se fossem recuperados, dando-se-lhes uma destinação pública, seria possível aliviar o povo de uma parte dos tributos, ou pagar algumas das suas dívidas. Estes discursos tiveram bastante influência sobre o povo, levando-o a se reunir, e a cometer desordens pela cidade. Irritados, os senadores, julgando o Estado em perigo, nomearam um ditador para tomar conhecimento do que se passava, e reprimir a audácia de Mânlio. Citado pelo ditador, os dois se encontraram em praça pública: o ditador cercado de todos os nobres, Mânlio no meio do povo. Ordenou-se a Mânlio declarar onde se encontrava o tesouro a que se referia, pois o Senado tinha tanto desejo de localizá-lo quanto o povo. Sem ter nada a dizer de positivo, Mânlio respondeu, de modo evasivo, que era inútil dizer o que todos sabiam tão bem quanto ele; por esta resposta, o ditador o fez prender em seguida.

Este episódio mostra claramente que a calúnia deve ser detestada, nas cidades que vivem sob o império da liberdade — e como é importante criar instituições capazes de reprimi-la. Para isto, o melhor meio é abrir caminho às denúncias. Quanto mais estas denúncias são propícias à república, mais as calúnias se tornam injuriosas. É preciso atentar para o fato de que a calúnia dispensa testemunhos e provas: qualquer um pode ser caluniado por qualquer um. Mas as acusações exigem provas exatas, com a indicação de circunstâncias precisas, que demonstram fatos.

Acusa-se os cidadãos perante magistrados, perante o povo, ou os tribunais; calunia-se nas praças públicas, em reuniões particulares. A calúnia é mais empregada sobretudo nos Estados onde a acusação é menos habitual, e cujas instituições não se harmonizam com este sistema.

Por isto, o fundador de uma república deve estabelecer o princípio de que todo cidadão poderá ser acusado, sem qualquer temor ou perigo; uma vez estabelecido e bem observado este direito, os caluniadores devem ser punidos rigorosamente; não poderão queixar-se de tal punição, uma vez que existam tribunais abertos para ouvir acusações contra os que preferirem caluniar em reuniões particulares. Em toda parte onde esta disposição não está perfeitamente estabelecida, sempre nascem grandes desordens. A calúnia, de fato, irrita os homens e não os corrige; os que se irritam só pensam em seguir seu caminho, porque detestam a calúnia mais do que a temem.

Esta era uma das medidas bem ordenadas em Roma, mas foi sempre mal organizada em Florença. Como a ordem estabelecida em Roma teve grandes méritos, assim também em Florença a desordem contrária provocou males dos mais funestos.

Quem ler a história desta cidade verá como a calúnia sempre perseguiu os cidadãos que se envolveram em qualquer assunto de importância. Dizia-se de um, que havia desviado fundos do Estado; de outro, que por corrupto não alcançara a vitória; de outro ainda, que a sua ambição causara esta ou aquela desgraça. Como resultado, surge a animosidade e o rompimento aberto de facções, levando o faccionismo à ruína do Estado.

Se houvesse em Florença uma lei que permitisse acusar os cidadãos, e punir os caluniadores, não teria havido todas as desordens ocorridas nesta cidade. Condenados ou absolvidos, os cidadãos acusados não se teriam tornado perigosos para o Estado. De todo modo, o número dos acusados teria sido sempre muito inferior aos dos caluniados. Como disse, pode-se acusar tão facilmente quanto caluniar. A calúnia foi sempre um dos meios utilizados pelos ambiciosos para chegar à grandeza, e não dos menos eficazes. Foi empregada contra os poderosos que se opunham à avidez dos caluniadores, servindo maravilhosamente aos desígnos destes. De fato, tomando o partido do povo, e acirrando o seu natural ciúme contra tudo o que é elevado, o caluniador conseguia facilmente o seu apoio.

Poderia citar muitos exemplos para ilustrar a tese que avancei, mas me contentarei com um só.

O exército de Florença assediava Luca, sob o comando de João Guicciardini, comissário da república. Seja pela imperícia do comando militar, seja por simples má sorte, não foi possível tomar a cidade. Qualquer que tenha sido a causa do infortúnio, lançou-se a culpa sobre João, acusando-o de se ter deixado corromper pelos habitantes de Luca. Seus inimigos ecoaram esta calúnia, levando-o quase ao desespero. Para se justificar, ofereceu-se em vão como prisioneiro ao capitão do povo, e não conseguiu jamais se justificar integralmente, porque não havia nesta república um modo próprio de fazê-lo.

Disto resultou profunda irritação entre os amigos do caluniado — a maioria dos aristocratas de Florença — e entre os que almejavam uma modificação no governo. Tais inimizades, atiçadas diariamente por estes e outros motivos, acenderam enfim um incêndio, que devorou toda a república.

Mânlio Capitolino foi um caluniador, e não denunciante; no episódio que o envolveu, os romanos deram um exemplo claro da maneira como a calúnia deve ser reprimida: obrigando o caluniador a agir como acusador, para recompensá-lo — ou, pelo menos, deixá-lo sem punição — se a acusação for fundada. Mas, no caso de falsidade, para puni-lo, como foi punido Mânlio Capitolino.

Capítulo Nono

É preciso estar só para fundar uma nova república, ou para reformá-la de modo totalmente novo.

Talvez se possa pensar que avancei muito na história romana sem ter mencionado os que estabeleceram a república e as instituições relativas à religião e à disciplina militar. Não quero manter em suspenso por mais tempo a atenção dos que desejam ver o assunto exposto; direi, portanto, que muitos consideram como um mal exemplo o fato de que o fundador de um governo livre, como foi Rômulo, tenha primeiramente assassinado seu irmão, tendo concordado em seguida com a morte de Tito Tácio Sabino, com quem compartilhava o trono. Pensam alguns que os cidadãos, encorajados pelo exemplo do príncipe, poderiam — por ambição ou sede de poder — forçar os que a eles se opusessem.

Esta opinião seria bem fundamentada se não se levasse em conta o motivo que conduziu Rômulo àquele homicídio. É por assim dizer uma regra geral a de que as repúblicas e os reinos que não receberam as suas leis de um único legislador, ao serem fundados ou durante alguma reforma fundamental que se tenha feito, não possam ser bem organizados. É necessário que um só homem imprima a forma e o espírito do qual depende a organização do Estado.

Deste modo, o legislador sábio, animado do desejo exclusivo de servir não os seus interesses pessoais, mas os do público: de trabalhar não em favor dos próprios herdeiros, mas para a pátria comum, não poupará esforços para reter em suas mãos toda a autoridade. E nenhum espírito esclarecido reprovará quem se tenha valido de uma ação extraordinária para instituir um reino ou uma república. Alguém pode ser acusado pelas ações que cometeu, e justificado pelos resultados destas. E quando o resultado for bom, como no exemplo de Rômulo, a justificação não faltará. Só devem ser reprovadas as ações cuja violência tem por objetivo destruir, em vez de reparar.

Um príncipe deve ter bastante sabedoria e virtude para não legar a outrem a autoridade da qual se apossou; de fato, como os homens se inclinam mais ao mal do

que ao bem, seu sucessor poderá empregar ambiciosamente o poder do qual o primeiro príncipe só se serviu de maneira virtuosa. Por outro lado, se um só homem é capaz de estabelecer normas para um Estado, este durará bem pouco tempo, se um só homem também continuar a suportar todo o seu peso. Não acontece o mesmo quando sua guarda é confiada a um grande número de pessoas. E, da mesma forma que um grupo de homens será incapaz de fundar uma instituição, se não lhe reconhecer as vantagens, porque a diversidade de opinião obscurece o seu julgamento, depois que lhe admitam a utilidade, jamais poderão pôr-se de acordo para abandoná-la.

O que demonstra que Rômulo merece ser absolvido da morte do seu irmão e do seu colega, e que agiu não para satisfazer uma ambição pessoal, mas em prol do bem comum, é o estabelecimento imediato do Senado, cujo conselho procurou, tomando-o como guia. Examinando-se com atenção a autoridade que Rômulo guardou para si, ver-se-á que ele se limitou ao comando do exército, em tempo de guerra, e ao direito de convocar o Senado. Foi o que se viu claramente quando Roma, depois da expulsão dos Tarquínios, recobrou a liberdade. Foi desnecessário, então, alterar o antigo governo; tudo o que se fez foi criar dois cônsules anuais em lugar do rei vitalício: prova evidente de que as primeiras instituições daquela cidade estavam mais ajustadas a um governo livre e popular do que a um governo absoluto e tirânico.

Para sustentar esta opinião, poderia citar inúmeros exemplos, tais como os de Moisés, Licurgo, Sólon, e de alguns outros fundadores de reinos e de repúblicas; todos puderam formular leis favoráveis ao bem público porque obtiveram do povo a autoridade mais completa. Abandono porém esses exemplos, porque são de todos bem conhecidos. Vou contentar-me com um só célebre, mas que deve provocar reflexão em todos os que quiserem tornar-se legisladores.

Eis o exemplo: Ágis, rei de Esparta, pretendeu revigorar entre os lacedemônios as leis que Licurgo lhes havia outorgado. Pensava que, ao se afastar daquela legislação, Esparta só havia perdido suas antigas virtudes e, em conseqüência, sua força e poder.

Numa das primeiras tentativas foi massacrado pelos éforos, que o acusavam de procurar estabelecer uma tirania. Cleômenes, seu sucessor, tinha o mesmo propósito. Advertido, porém, pelas instruções de Ágis e pelos escritos nos quais o príncipe tinha desenvolvido suas idéias, percebeu que não poderia dar à pátria tal benefício se não reunisse nas mãos toda a autoridade do Estado — convencido de que a ambição dos homens não permite a realização do bem geral quando o interesse de uma minoria a isto se opõe.

Aproveitando uma oportunidade favorável, fez matar todos os éforos, juntamente com os que se poderiam opor ao seu projeto. Em seguida, pôs em vigor as leis de Licurgo.

Este episódio poderia ter soerguido o poder de Esparta, dando a Cleômenes glória igual à de Licurgo, se o poder dos macedônios e a fraqueza das demais repúblicas gregas não o tivessem feito fracassar.

Logo após sua reforma, Cleômenes foi atacado pelos lacedemônios, a cuja força era interior. Não sabendo a que apoio recorrer, foi vencido; seu objetivo, embora justo e louvável, não pôde ser realizado.

Depois de ter pesado bem estas considerações, creio poder concluir do seguinte modo: para instituir uma república é preciso a ação de um só homem; e Rômulo, em vez de ser condenado pela morte de Remo e de Tácio, deve merecer nossa absolvição.

Capítulo Décimo

Os fundadores de uma república ou de um reino são dignos de elogio, tanto quanto merecem recriminação os que fundam uma tirania.

Dentre todos os mortais que já mereceram elogios, os mais dignos são os chefes ou fundadores de religiões. Depois vêm os fundadores de república ou de reinos. Em seguida os que, à frente de exércitos, estenderam os domínios da sua pátria. A estes devemos acrescentar os letrados; e como destes há várias espécies, cada um alcança a glória reservada à categoria a que pertence. Enfim, no número infinito dos homens, nenhum deles deixa de receber a fração de elogio a que faz jus pela sua arte ou profissão.

Por outro lado, merecem o ódio e a infâmia os destruidores de religiões, os que permitiram que os reinos ou repúblicas confiados a seus cuidados se perdessem; os inimigos da virtude, das letras e das artes honradas e úteis à espécie humana; e assim os ímpios, os furiosos, os ignorantes, os ociosos, os covardes e os inúteis.

Não haverá ninguém tão insensato ou sábio, tão corrompido ou virtuoso, que, se lhe pedirmos para escolher entre as duas espécies de homem, não aprove a que merece ser elogiada, criticando a que merece ser detestada. Contudo, quase todos se deixam seduzir, voluntariamente ou por ignorância, pelo brilho enganoso dos que merecem o desprezo mais do que encômios, envolvidos pela atração do falso bem, ou da vã glória.

E alguns que alcançaram a honra imortal de fundar uma república ou um reino, mergulham na tirania sem perceber que, ao abraçá-lo, perdem renome, glória, honra, segurança, paz e satisfação espiritual, expondo-se à infâmia, às críticas, à culpa, a perigos e inquietações.

Se os cidadãos de uma república — ou aqueles que a boa sorte ou a coragem transformaram em príncipes — aprendessem as lições da história, seria impossível que não preferissem viver, os primeiros, mais como Cipão do que como César; os se-

gundos, como Agesilau, Timoleonte, e Dí, e não como Nábis, Faláris e Dionísio. Isto, porque veriam que uns se cobriram de vergonha; outros, de glória. Veriam que Timoleonte e os seus êmulos podem ter alcançado autoridade igual à de Dionísio e Faláris, mas tiveram segurança bem menor.

Que ninguém se deixe maravilhar pela glória de César, e sobretudo pelos elogios com que os escritores o cumularam. Os que celebraram César haviam sido corrompidos, ou se assustavam com a duração de um império que, governado sempre sob a sua influência, não permitia aos escritores escreverem livremente. Os que quiserem saber o que pensavam os escritores terão apenas que ler o que disseram de Catilina. César teria sofrido execração ainda maior, pois quem pratica o crime é mais culpado do que quem o planeja. Quem examinar todos os encômios prodigalizados a Brutus verá que, na impossibilidade de atingir o tirano, por causa do seu poder, exaltou-se a glória do seu inimigo.

Aquele que for elevado ao poder supremo de uma república que considere os elogios com que Roma, transformada em império, cumulou os imperadores que seguiram as leis, de preferência aos que se conduziram de modo contrário. Verá então que Tito, Nerva, Trajano, Adriano, Antonino e Marco Aurélio não tinham necessidade, para a sua defesa, de soldados pretorianos ou de grande número de legiões, porque a maneira como viviam, a afeição do povo e o amor do Senado constituíam sua melhor proteção.

Verá também que todas as forças do Oriente e do Ocidente não conseguiram salvar os Calígulas, os Neros, os Vitélios, e tantos outros criminosos coroados, da vingança dos inimigos criados pelos seus costumes execráveis e pela sua ferocidade. Se a história desses monstros fosse bem estudada, serviria de ensinamento aos príncipes, mostrando-lhes os caminhos da glória e da vergonha, da segurança e do terror. Sabe-se, como efeito, que dos vinte e seis imperadores que reinaram, de César a Maximino, dezesseis foram assassinados, e dez morreram de morte natural. Se o número dos assassinados se inclui alguns justos, como Galba e Pertinax, é porque foram vítimas da corrupção introduzida no exército pelos seus predecessores. Por outro lado, se dentre os que morreram naturalmente se encontra um malvado como Severo, isto se deve à sua grande coragem, e a uma felicidade inaudita — duas circunstâncias que poucas vezes se reúnem para beneficiar os homens.

O estudo da história ensinará também como se pode fundar um bom governo, pois todos os imperadores que subiram ao trono por direito de nascença foram maus, com a exceção de Tito; os adotados como reis foram todos excelentes, como se pode ver pelos cinco que se sucederam, de Nerva a Marco Aurélio. Que o leitor os compare com seus antecessores e sucessores, escolhendo depois aqueles sob quais preferiria viver como súdito.

E que descobriria sob o reino dos imperadores bons? Um príncipe governando em segurança, no meio de súditos pacíficos; o mundo em paz, dirigido pela justiça; o Senado com plena autoridade, os magistrados em toda dignidade, os cidadãos com riqueza opulenta. A nobreza e a virtude, honradas; em toda parte a dita e a tranqüilidade.

Afastados o ressentimento, a licença, a corrupção, todas as ambições, veria renascida a idade de ouro em que todos podem sem temor exprimir e sustentar uma opinião. Veria enfim o mundo triunfante, o príncipe cercado de respeito e glória, os povos felizes envolvendo-o com o seu amor.

E se examinasse depois, em pormenor, o reinado dos outros imperadores, poderia vê-los ensangüentados por guerras atrozes, revolucionados por sedições e desastres, na paz e na guerra. A maior parte dos príncipes mortos pela espada; em toda parte a guerra civil, ou guerras externas. A itália em pranto, e a cada dia presa de novos infortúnios: suas cidades devastadas, caindo em ruínas.

Veria Roma em cinzas, o Capitólio desfeito pelos próprios cidadãos; templos antigos profanados, cerimônias religiosas corrompidas, as cidades povoadas de adúlteros. Os mares cheios de exilados, os rochedos manchados de sangue. Veria Roma atemorizada por crueldades inumeráveis. A nobreza, as riquezas, as honrarias antigas e sobretudo a virtude tidas como pecados capitais. Os caluniadores premiados, os servos corrompidos contra os senhores, os clientes contra seus patronos; os que não possuiam inimigos, oprimidos pelos próprios amigos. Poderia perceber então o que Roma, a Itália, e todo o mundo devem a César. E se espantaria de ver que há quem possa imitar esses reinados execráveis.

Seguramente, um príncipe inflamado pelo amor à glória desejará governar um Estado corrompido — não, como César, para completar sua ruína, mas, como Rômulo, para reformá-lo. De fato, não pode haver melhor ocasião de ganhar a imortalidade. Se um prñcipe, animado pela vontade de regenerar um Estado, se vir ameaçado de perder o trono, e renunciar por isto a seus projetos de reforma, poder-se-á talvez desculpá-lo. Mas se tiver condições de conservar o trono, reformando o Estado, e não o fizer, será impossível absolvê-lo.

Que reflita, portanto, todo aquele a quem o céu vier a oferecer tão bela ocasião, sobre as duas alternativas que se abrem à sua escolha: uma que o fará viver em segurança, assegurando-lhe a glória após a morte; a outra fa-lo-á viver em constante angústia, e marcará sua memória com eterna infâmia.

Capítulo Décimo Primeiro

A religião dos romanos.

Roma teve Rômulo por fundador, devendo-lhe, como a um pai, seu nascimento e formação. Os céus não julgaram, porém, que as instituições daquele príncipe fossem suficientes para os grandes destinos do império, inspirando ao Senado a escolha de Numa como seu sucessor, para que promulgasse todas as leis que Rômulo não chegou a formular.

O novo monarca encontrou um povo bravio; quis impor-lhe o jugo da obediência civil, fazendo com que experimentasse as artes da paz. Voltou o seu olhar para a religião como o agente mais poderoso da manutenção da sociedade, fundando-a sobre tais bases que nenhuma outra república demonstrou jamais maior respeito pelos deuses, o que facilitou todos os empreendimentos do Senado e dos grandes homens que aquele Estado viu nascer.

Quem examinar os atos importantes devidos a todo o povo romano reunido, ou a grupos de cidadãos, verá que os romanos respeitavam seus juramentos mais ainda do que as leis, convencidos que estavam de que a potência dos deuses é maior do que a dos homens. Cipião e Mânilo Torquato oferecem dois exemplos frisantes.

O primeiro, após a vitória de Cannes, que Anibal impôs aos romanos, vem a saber que um grupo de cidadãos, aterrorizados com a derrota, pretendiam abandonar a Itália, buscando refúgio na Sicília. Corre ao seu encontro e, de espada na mão, força-os a jurar que não abandonariam a pátria.

Tito Mânlio, conhecido depois pelo sobrenome Torquato, tinha sido acusado por Marco Pompônio, tribuno do povo. Antes do dia do julgamento, Tito vai procurar Marco e o ameaça de morte, obrigando—o a abandonar a acusação dirigida contra seu pai. É o que Pompônio jura e, tendo comprometido a palavra, abandona de fato a acusação.

Vê-se, nestes exemplos, que cidadãos a quem o amor da pátria e a força das leis não puderam reter na Itália, nela permaneceram, presos por juramento que

lhes tinha sido arrancado à força; e como Pompônio esqueceu a animosidade que sentia por Lúcio Mânlio, e a injúria recebida do seu filho, olvidando a própria honra para guardar a palavra empenhada. Fidelidade sublime que teve sua origem na religião introduzida por Numa no Governo de Roma.

Quando se examina o espírito da história romana, é forçoso reconhecer que a religião servia para comandar os exércitos, levar a concórdia ao povo, zelar pela segurança dos justos e fazer com que os maus corassem pelas suas infâmias. De modo que, se se tivesse de dizer a quem Roma devia maiores obrigações, se a Rômulo ou a Numa, creio que este último teria a preferência. Nos Estados onde a religião é todo-poderosa pode-se introduzir facilmente o espírito militar; já num povo guerreiro, mas irreligioso, é difícil fazer penetrar a religião. Vê-se com efeito que, para organizar o Senado e estabelecer a ordem civil e militar, Rômulo não sentiu necessidade de se apoiar na autoridade dos deuses, mas Numa precisou recorrer à sua intervenção, alegando encontrar-se com uma ninfa, de quem recebia conselhos para serem transmitidos ao povo (o que não teria ocorrido se Numa não pretendesse estabelecer instituições novas e inusitadas, e se não duvidasse de que para isto bastaria sua própria autoridade).

De fato, nunca nenhum legislador outorgou a seu povo leis de caráter extraordinário sem apelar para a divindade, pois sem isto não seriam aceitas. Há muitas instituições cujos efeitos benéficos podem ser previstos por um homem sábio e prudente, mas cuja evidência não é tal que convença imediatamente todos os espíritos. Por isto o governante sábio recorre aos deuses. Foi o que fizeram Licurgo, Sólon e a maior parte dos que tiveram idêntico objetivo.

Admirador das virtudes e da sabedoria de Numa, o povo romano se empenhou em obedecer às instituições que ele formulou. É verdade que o domínio exercido naquela época pela religião, e a simploriedade dos homens que Numa devia governar, facilitaram-lhe o cumprimento dos seus desígnios, de tal modo os espíritos estavam preparados para receber novas impressões. Está também fora de dúvida que o legislador que hoje quisesse fundar um Estado encontraria menos obstáculos entre os rudes habitantes das montanhas, onde a civilização ainda é desconhecida, do que entre os habitantes das cidades, cujos costumes já estão corrompidos. Da mesma forma, um escultor fará mais facilmente uma bela estátua com um bloco informe do que com um mármore já trabalhado por mão imperita.

Tudo bem considerado, concluo que a religião estabelecida por Numa em Roma foi uma das causas principais da felicidade daquela nobre cidade, porque introduziu no seu seio uma útil ordenação, a qual por sua vez a conduziu a um destino feliz; deste decorreu o êxito que coroou todos os seus empreendimentos.

Se a observância do culto divino é a fonte da grandeza dos Estados, a sua negligência é causa da ruína dos povos. Onde não exista o temor a Deus o império sucumbirá, a menos que seja sustentado pela fé de um príncipe capaz de se apoiar na religião. Mas, como a vida de um príncipe não é duradoura, o Estado inevitavelmente se arruinará logo que lhe falte o apoio das suas virtudes. De onde se vê que os governos cuja sorte depende da sabedoria de um só homem têm curta duração, porque sua virtude se extingue com a vida do príncipe; raramente seu vigor se restabelece com o sucessor, como Dante sabiamente exprimiu nos versos:

"É raro que, entre os homens,
O valor passe de pai a filho — assim dispõe
Aquele que o provê".

Não basta, portanto, para a felicidade de uma república ou de um reino, ter um príncipe que governe com sabedoria durante sua vida; é necessário que o soberano organize o Estado de modo que, mesmo após sua morte, o governo se mantenha cheio de vida. Embora seja mais fácil demonstrar a homens ainda bárbaros as benesses da ordem e das novas instituições, não é impossível inspirar amor aos que já são civilizados, ou que dizem sê-lo.

Os florentinos não se julgam ignorantes ou grosseiros, e, contudo, Savonarola conseguiu convencê-los de que conversava com Deus. Não tenho a pretensão de decidir se ele estava certo ou equivocado; sobre um homem tão extraordinário só se deve falar com respeito. Lembro apenas que muitíssimas pessoas acreditaram no que dizia sem nada ver de sobrenatural que pudesse justificar a sua crença; a sua doutrina, suas dissertações, a sua vida, eram suficientes para que se ouvisse com fé as palavras que pronunciava.

Contudo, não deve causar espanto que possam fracassar, hoje, empresas em que tantos outros tiveram êxito; pois os homens, como disse no prefácio, nascem, vivem e morrem sempre de acordo com as mesmas leis.

Capítulo Décimo Segundo

Como é importante conservar a religião, e como a Itália se arruinou por a ter perdido, devido à Igreja Romana.

Os príncipes e as repúblicas que querem impedir a corrupção do Estado devem sobretudo manter sem alterações os ritos religiosos e o respeito que inspiram. O índice mais seguro da ruína de um país é o desprezo pelo culto dos deuses: o que será fácil de compreender se se souber o fundamento da religião do país; pois toda religião tem como base alguma instituição principal.

A religião dos pagãos se fundava nos vaticínios dos oráculos, nos augúrios e auspícios; esta a origem de todas as suas cerimônias, seus ritos e sacrifícios. Acreditavam que a divindade que podia prever os bens e os males futuros era capaz também de provocá-los. Daí os templos, sacrifícios, orações e todas as demais cerimônias destinadas a honrar os deuses. Pelos mesmos motivos o oráculo de Delos, o templo de Júpiter-Amon, e outros não menos célebres mereciam admiração e devoção universais. Mas quando os oráculos começaram a tomar o partido dos poderosos, e a fraude foi percebida, os homens se fizeram menos crédulos, mostrando-se dispostos a contestar a ordem estabelecida.

Os dirigentes de uma república ou de uma monarquia devem respeitar os fundamentos da religião nacional. Seguindo este preceito, ser-lhes-á fácil manter os sentimentos religiosos do Estado, a união e os bons costumes. Devem, ademais, favorecer tudo o que possa propagar esses sentimentos, mesmo que se trate de algo que considerem ser um erro. Quanto mais esclarecidos, e maior o seu conhecimento da ciência da natureza, mais firmemente devem agir assim.

É de tal comportamento, de homens sábios e esclarecidos, que nasceu a crença nos milagres, aceita por todas as religiões mesmo as falsas. Os próprios sábios a difundiam, qualquer que fosse a sua origem, fazendo da sua autoridade uma prova suficiente para os outros cidadãos. Em Roma houve muitos destes milagres, dentre os quais citaria o seguinte. Os soldados romanos saqueavam a cidade de Veios; alguns entraram no templo de Juno e, aproximando-se da estátua da deusa, perguntaram-lhe se queria ir com eles para Roma: "vis venire Romam?" Houve

quem pensasse tê-la visto responder que "sim", com um gesto ou uma palavra. Cheios de religiosidade, esses soldados (como comenta Tito Lívio, observando que tinham entrado no templo sem desordem, dominados pelo respeito e pela devoção) acreditaram facilmente que a deusa dava à pergunta a resposta que tinham provavelmente presumido. E Camilo, como os outros responsáveis pelo governo, aceitou e difundiu esta crença.

Se a religião se tivesse podido manter na república cristã tal como o seu divino fundador a estabelecera, os Estados que a professavam teriam sido bem mais felizes. Contudo, a religião decaiu muito. Temos a prova mais marcante desta decadência no fato de que os povos mais próximos da Igreja Romana, a capital da nossa religião, são justamente os menos religiosos. Se examinássemos o espírito primitivo da religião, observando como a prática atual dela se afasta, concluiríamos, sem dúvida, que chegamos ao momento da sua ruína e do seu castigo.

Como há quem pretenda que a felicidade da Itália depende da Igreja de Roma, apresentarei contra essa Igreja várias razões que se oferecem ao meu espírito, dentre as quais duas extremamente graves, contra as quais, segundo penso, não há objeção possível. Em primeiro lugar, os maus exemplos da corte romana extinguiram, neste país, a devoção e a religião, que trouxe como conseqüência muitos inconvenientes e distúrbios. E como em toda parte onde reina a religião se acredita na prevalência do bem, pela mesma razão se deve supor a presença do mal nos lugares onde ela desapareceu. É, portanto, à Igreja e aos sacerdotes que os italianos devem estar vivendo sem religião e sem moral; e lhes devemos uma obrigação ainda maior, que é a fonte da nossa ruína: a Igreja tem promovido incessantemente a divisão neste malfadado país — e ainda a promove. Com efeito, só há união e felicidade nos Estados sujeitos a um governo único e a um só príncipe, como a França e a Espanha. A razão por que a Itália não se encontra na mesma situação daqueles dois países, não possuindo um governo único, monárquico ou republicano, é exclusivamente a Igreja, a qual, tendo possuído e saboreado o poder temporal, não tem contudo a força suficiente, nem a coragem bastante, para se apossar do resto do país, tornando-se dele soberana.

Por outro lado, se a Igreja nunca foi tão forte como para poder ocupar toda a Itália, não permitiu que qualquer outro país dela se apossasse; fez assim com que esta nação não se pudesse reunir sob um só chefe, mantendo-se dividida entre vários príncipes ou senhores. Daí a desunião e a fraqueza, que a reduziram a presa não só de bárbaros ferozes, mas do primeiro que quisesse atacá-la.

É à Igreja que a Itália deve isto. E para provar esta verdade com uma experiência irrecusável, bastaria que se fizesse a corte romana mudar-se, com toda a autoridade que possui em Roma, para a Suíça — o único país contemporâneo que se assemelha aos antigos, na religião e nas instituições militares. Ver-se-ia em pouco tempo os costumes corruptos daquela corte provocarem desordens das mais profundas, que poderiam produzir, sem tardança, os acontecimentos mais desastrosos.

Capítulo Décimo Terceiro

Como os romanos se serviram da religião para organizar o governo da república, para promover seus empreendimentos e reprimir desordens.

Penso que não estaria fora de propósito relatar aqui alguns exemplos do modo como os romanos se serviram da religião para executar reformas no Estado, e para promover seus empreendimentos. Tito Lívio nos dá muitos exemplos, mas me contentarei com os seguintes.

Depois que os tribunos militares sucederam os cônsules no poder consular, aconteceu num certo ano que o povo elegeu todos eles dentre os plebeus, com uma única exceção. Naquele mesmo ano o país sofreu peste e fome, acompanhadas de muitos prodígios. Quando da eleição subseqüente, os nobres, aproveitando-se das circunstâncias, divulgaram que os deuses estavam irritados com Roma, a qual havia prejudicado a majestade do império, e que a única maneira de aplacá-los seria retirar os tribunos da classe onde deviam ser justamente escolhidos. Atemorizado, temendo ofender a religião, o povo elegeu todos os novos tribunos dentre os patrícios.

O assédio de Veios nos ofereceu um exemplo do modo como os generais se utilizavam da religião para incitar os soldados a uma campanha. Em certo ano o lago de Alba tinha crescido de forma prodigiosa; os soldados romanos, cansados pelo longo sítio, queriam voltar à sua cidade; foi quando se fez correr a voz de que Apolo, e outros oráculos, tinham profetizado que Veios se renderia no ano em que as águas do Alba extravasassem suas margens.

A esperança de que a cidade sitiada fosse logo tomada permitiu que os soldados suportassem a morosidade da guerra, e os aborrecimentos do sítio. Prosseguiram na sua campanha prazerosamente, até o dia em que Camilo, nomeado ditador, tomou a cidade, após um assédio de dez anos. Deste modo, a religião, bem empregada, foi de utilidade para conquistar Veios e para obrigar a eleição de tribunos escolhidos dentro os nobres. Sem a religião, teria havido sem dúvida grandes dificuldades naquelas duas ocasiões.

Não quero deixar escapar um outro exemplo. Tinha havido desordem em Roma no tempo do tribuno Terêntilo, que desejava promulgar uma lei sobre cujos motivos falaremos mais adiante. Entre os meios empregados contra ele pela nobreza, um dos mais poderosos foi a religião, utilizada com dois objetivos. Em primeiro lugar, foram consultados os livros sibilinos, que se interpretou de modo a profetizarem que naquele ano a cidade estaria sob ameaça até mesmo de perder a liberdade caso houvesse discórdia interna. Embora descoberto pelos tribunos, o embuste provocou um tal terror entre os populares que congelou todo o seu ardor por seguir a proposta de Terêntilo.

A outra vantagem foi a seguinte: um certo Ápio Erdônio se havia apoderado à noite do Capitólio, à frente de mais de quatro mil bandidos e escravos; temia-se que se os équos ou os volscos, inimigos perenes de Roma, atacassem a cidade naquele momento, poderiam tomá-la por assalto. Contudo, os tribunos insistiam opiniaticamente na necessidade de promulgar a lei Terêntila, alegando que Roma de fato não corria o menor perigo. Foi quando um certo Públio Rubétio, homem sério e razoável, saiu do Senado e, num discurso entre ameaçador e aliciante, expôs os perigos que cercavam a capital, mostrando ao povo que sua reivindicação não era oportuna, e convencendo-o a jurar o cumprimento das ordens do cônsul. A multidão obedeceu, e o Capitólio foi tomado pela força.

Como o cônsul Públio Valério foi morto no ataque, nomeou-se imediatamente Tito Valério para substituí-lo. Este preferiu não dar ao povo tempo para pensar sobre a controvertida lei, ordenando-lhe sair de Roma para marchar contra os volscos, com a justificativa de que o juramento feito tornava aquela ordem obrigatória. Os tribunos se opuseram, dizendo que o juramento havia sido feito ao cônsul falecido. Mas Tito Lívio conta como o povo, temendo violar a religião, preferiu obedecer ao cônsul, em vez de ouvir os tribunos. E acrescenta estas palavras em favor da antiga religião: "Nondum haec, quae nunc tenet saeculum, negligentia deum venerat, nec interpretando sibi quisque jusjurandum et leges aptas faciebat" ("não predominava ainda, como hoje, a inobservância das coisas divinas; nem cada um interpretava a seu modo o valor das leis e dos juramentos").

Temerosos de perder credibilidade, os tribunos entraram em acordo com o cônsul, consentindo em obedecê-lo, e admitindo deixar transcorrer todo um ano sem insistir na lei Terêntila, sob condição de que durante esse período os cônsules não levassem o povo à guerra. Deste modo, a religião deu ao Senado os meios para vencer uma dificuldade que não teria sido jamais contornada sem o seu auxílio.

Capítulo Décimo Quarto

Os romanos interpretavam os auspícios conforme a necessidade, e agiam com grande prudência na observância pública da religião, mesmo quando eram obrigados a violá-la; puniam todos os que, temerariamente, a desprezavam.

Como disse anteriormente, os augúrios constituíam não só boa parte do fundamento da religião mas também uma das fontes do bem-estar da república romana. Eram, igualmente, de todas as instituições religiosas, aquela à qual os romanos atribuíam a maior importância. A abertura das sessões consulares, o início de todos os empreendimentos, e das campanhas militares, o momento de travar batalha — enfim, todo assunto de importância, civil ou militar — dependia de que se auscultasse os auspícios; jamais se dava início a uma expedição sem persuadir os soldados de que os deuses haviam prometido a vitória.

Entre os áugures, havia os guardiães das aves sagradas que seguiam os exércitos. Quando se preparava o ataque ao inimigo, esses guardiães faziam auspícios favoráveis se as aves comessem com avidez (caso em que se combatia com confiança); se se recusavam a comer, era aconselhável abster-se do ataque. Contudo, quando a razão fazia sentir a necessidade do combate, ainda que os auspícios fossem contrários, não se deixava de combater; mas tomava-se cuidado para evitar a acusação de desprezo pela religião.

Foi o que fez o cônsul Papírio por ocasião de uma batalha de grande importância contra os samnitas (o tiro de misericórdia contra esse povo aguerrido). A vitória lhe parecia certa, se pudesse atacar em dado momento; desejando aproveitar oportunidade tão favorável, fez com que se procurassem os auspícios, mas as aves sagradas se recusaram a comer. Vendo o ardor das tropas, a convicção do general e dos soldados de que venceriam a batalha, o chefe dos guardiães não quis que se perdesse a oportunidade e mandou dizer ao cônsul que os auspícios eram favoráveis.

Contudo, quando Papírio dispunha o exército em posição de ataque, alguns dos guardiães comentaram o que tinha acontecido. A notícia chegou a Spúrio Papí-

rio, sobrinho do cônsul, que foi levá-la ao tio. Papírio respondeu imediatamente que fosse cumprir o seu dever; que quanto a ele e ao exército os auspícios estavam perfeitamente em ordem; se o chefe dos guardiães o tivesse alterado, a culpa recairia exclusivamente sobre ele. E para que as coisas se passassem assim, deu ordens de colocar o guardião na linha avançada do ataque, onde ele foi atingido acidentalmente por uma lança romana, que o matou. Ao ser informado do acidente, Papírio declarou que agora tudo sairia bem, e que os deuses lhes seriam favoráveis, porque o erro cometido pelo exército tinha sido lavado pela morte do impostor, cujo sangue extinguira a cólera que pudessem ter contra os romanos. Conciliando assim com prudência seus objetivos com a predição dos oráculos, entrou em combate sem que os soldados suspeitassem que pudesse ter infringido em qualquer ponto as ordens sagradas da religião.

Durante a primeira guerra púnica, Ápio Pulcro comportou-se, na campanha da Sicília, de modo oposto. Queria atacar os cartagineses e fez consulta às aves sagradas, que não quiseram alimentar-se. "Vejamos se querem beber", disse; e mandou jogá-las ao mar. A batalha foi travada, e os romanos, vencidos. Sua conduta foi condenada em Roma, enquanto a de Papírio foi elogiada.

Esta diferença de tratamento tinha menos que ver com o fato de um haver sido vencido, enquanto o outro fora vencedor, do que com a circunstância de que o segundo tratara com prudência os oráculos, enquanto que o primeiro os desprezara temerariamente.

Este costume de consultar os auspícios tinha uma só finalidade: incitar os soldados a marchar confiantes para o combate, pois a confiança gera quase sempre a vitória. Esta prática não era seguida apenas pelos romanos, mas também por estrangeiros. Darei um exemplo no capítulo seguinte.

Capítulo Décimo Quinto

Como os samnitas recorreram à religião como um derradeiro remédio contra os seus males.

Depois de terem sido vencidos muitas vezes pelos romanos, os samnitas foram completamente derrotados na Toscana, perecendo todos os seus soldados e capitães. E com eles os toscanos, gauleses e úmbrios, que partilharam o desastre. "Nec suis nec externis viribus jam stare poterant, tament bello non abstinebant; adeo ne infeliciter quidem defensae libertatis taedebat, et vinci quam non tentare victoriam malebant" ("Já não podiam contar com sua própria força, ou com a dos aliados, e contudo não abandonavam a disposição de combater pela liberdade defendida com tão pouca sorte; preferiam ser vencidos a deixar de tentar a vitória"). Foi quando resolveram fazer uma última tentativa. E como sabiam que o êxito desse esforço dependia em grande parte da firmeza dos soldados, e que o modo mais seguro de promovê-la era a religião, pensaram renovar um antigo sacrifício, servindo-se para iso do Sumo Sacerdote Óvio Pácio; arranjaram as cerimônias da seguinte forma: após um sacrifício solene, chamou-se todos os chefes militares para junto dos corpos dos soldados mortos em combate, colocados em altares iluminados por tochas. Os chefes juraram então não abandonar o combate um instante sequer. Chamou-se, em seguida, todos os soldados, uns após os outros: ao lado dos altares, e no meio de numerosos centuriões com a espada desembainhada, os soldados juraram não repetir jamais o que iriam ver e ouvir, após o que se exigiu deles que prometessem diante dos deuses, com imprecações terríveis, e as fórmulas mais espantosas, seguir estritamente as ordens dos seus comandantes, sem abandonar o combate sob qualquer pretexto, matando todos os que vissem fugir. Apelou-se para a vingança dos céus, que deveria cair sobre as suas cabeças e as dos seus descendentes, caso traíssem a palavra empenhada.

Alguns soldados, assustados, recusaram-se a prestar tal juramento, e foram massacrados pelos centuriões. Os sobreviventes, horrorizados com o espetáculo, juraram unanimemente.

Para dar maior pompa à assembléia, que reunia mais de quarenta mil homens, os soldados foram vestidos de branco, com cristas e penachos sobre os capacetes; assim uniformizados, foram acampar perto de Aquilônia. Papírio foi ao seu encontro e, para animar os soldados romanos, disse-lhes: "Non enim cristas vulnera facere et picta atque aurata scuta transire romanum pilum" ("As cristas não são perigosas, e os escudos dourados também podem ser transpassados pelas lanças romanas").

A fim de atenuar o medo que a tropa pudesse ter do juramento feito pelos inimigos. Papírio disse que este contribuiria mais para difundir o temor no seu seio do que para inflamar sua coragem, observando que os samnitas teriam que temer ao mesmo tempo seus concidadãos, os deuses e o inimigo. No combate que se seguiu, os samnitas foram vencidos, porque a coragem dos romanos e o terror que inspiravam as passadas derrotas extinguiram o ardor que poderia dar-lhes o poder da religião e a santidade do juramento feito. Vê-se contudo, neste episódio, que os samnitas julgaram ter apenas um recurso para tentar levantar sua coragem, batida pelos reveses; o que prova, de modo evidente, a confiança que pode inspirar a religião.

Embora este fato possa ser considerado estranho à história romana, achei meu dever relatá-lo aqui, por dizer respeito a uma das instituições mais importantes daquela república. Assim, não precisarei dividir o tratamento do assunto, e não serei obrigado a retornar ao tema.

Capítulo Décimo Sexto

Se um povo habituado a viver sob o governo de um príncipe ganha acidentalmente a liberdade, tem dificuldade em mantê-la.

Muitos exemplos demonstram, a quem consulta as memórias da Antiguidade, como é difícil a um povo habituado a viver sob as leis de um príncipe conservar a liberdade, quando algum acidente feliz lhe permite ganhá-la — como aconteceu em Roma, depois da expulsão dos Tarquínios. É uma dificuldade que se deve à seguinte razão: um povo nesta situação é como um animal vigoroso que, embora feroz por nautreza, e nascido na floresta, tivesse crescido numa jaula; posto casualmente em liberdade, em pleno campo, não saberia encontrar alimento, nem abrigo, tornando-se presa do primeiro que quisesse outra vez capturá-lo.

É o que acontece com um povo acostumado a viver sob leis alheias; não sabendo garantir sua própria defesa, nem defender a coisa pública dos atentados inimigos, desconhecendo os príncipes e sendo por eles desconhecido, cairá logo sob um jugo muitas vezes mais intolerável do que aquele do qual se libertou.

É o perigo que corre uma nação que não se corrompeu inteiramente; pois quando o veneno alcançou todas as partes do corpo social, a liberdade não pode sequer nascer, como provarei mais adiante. Mas não quero falar das nações onde a corrupção é inveterada; limito-me àquelas onde o bem sobrepuja o mal. À dificuldade que assinalei é preciso somar uma outra: o Estado que recobra a liberdade faz inimigos engajados, o que seus amigos não são. Passa a ter como inimigos todos os que, à sombra do governo tirânico, se prevalecem do poder para nutrir-se da substância do príncipe; os que, retirada sua fonte de benefício, não podem ficar satisfeitos e investem todos os seus esforços em favor da tirania, para reconquistar a autoridade perdida.

Quanto aos seus amigos, não são homens de partido. Um governo livre só atribui recompensas e honrarias por ações boas, fora das quais ninguém tem o direito de ser recompensado ou honrado. E quando alguém recebe honrarias ou vantagens que acredita haver merecido não sente gratidão pelos que lhes deram tais prêmios.

Por outro lado, as vantagens da liberdade, que consistem em poder gozar a vida livremente e sem medo, sem temer por si, pela honra da esposa ou dos filhos, não são facilmente percebidas quando se as possui. E ninguém jamais confessará gratuitamente que é devedor de quem não o agride.

Por isto, todo novo governo que seja livre terá como inimigos pessoas engajadas. Para remediar esta dificuldade, e as desordens que provoca, não há meio mais poderoso, mais eficaz e necessário do que matar os filhos de Brutus (os quais, como a história nos ensina, só não foram arrastados com outros jovens romanos a conspirar contra a pátria porque não podiam mais prevalecer-se, sob os cônsules, de um poder ilegítimo). A liberdade do povo era para eles como que uma servidão.

Quem pretenda governar um povo, sob uma república ou uma monarquia, deve certificar-se dos que demonstram ser inimigos da nova ordem das coisas, se não quiser estabelecer um governo efêmero. São verdadeiramente infelizes os príncipes que, tendo a multidão como inimiga, são obrigados a usar meios extraordinários para afirmar seu poder. De fato, aquele que só tem um pequeno número de inimigos pode viver seguro sem muita preocupação; mas quem é objeto do ódio geral nunca pode ter certeza de qualquer coisa. Quanto maior crueldade demonstra, mais se enfraquece seu poder. O caminho mais seguro é, portanto, procurar ganhar a afeição do povo.

O que disse tem pouca relação com o título deste capítulo — que fala de príncipes, quando aqui tratamos de repúblicas. Não obstante, gostaria de dizer ainda umas poucas palavras, para não ter que voltar ao assunto.

Um príncipe que queira conquistar um povo que poderia ser seu inimigo (refiro-me aos príncipes que conquistaram o poder no seu próprio país) deve indagar antes de mais nada o que o povo deseja. Verá que ele sempre quer duas coisas: a primeira é vingar-se dos que o agrilhoaram; a segunda, recobrar a liberdade.

O primeiro desejo pode ser atendido inteiramente; o segundo, em parte. Quanto ao primeiro, contarei o exemplo seguinte.

Clearco, tirano de Heracléia, tinha sido expulso do país. Durante seu exílio, ocorreram dissensões entre o povo e os nobres. Estes últimos, considerando-se mais fracos, resolveram favorecer Clearco e, depois de entrarem em acordo com ele, levaram-no de volta a Heracléia, a despeito da oposição do partido do povo. Nesta situação, Clearco, situado entre o orgulho dos nobres , que não podia conter ou reprimir, e o furor do povo — profundamente irritado pelo revés sofrido — resolveu libertar-se dos nobres e, ao mesmo tempo, ganhar a simpatia do povo. Aproveitando uma ocasião oportuna, matou todos os nobres para grande alegria da multidão, cujo desejo de vingança ele deste modo satisfazia.

Não podendo contentar senão em parte o desejo que têm os povos de recobrar a liberdade perdida, o príncipe deve examinar as causas deste desejo: verá então que um pequeno número deseja a liberdade para poder comandar, mas um número infinitamente maior de cidadãos quer a liberdade apenas para poder viver em segurança. Quanto aos primeiros, qualquer que seja a forma como se organize a república, no máximo quarenta ou cinqüenta cidadãos podem alcançar o poder — um número bem reduzido. É fácil, portanto, controlá-los, seja eliminando-os, seja dando-lhes honrarias bastantes para que se satisfaçam, até um certo ponto, com a sua situação presente. Quanto aos que querem viver em segurança, também não é difícil contentá-los: basta estabelecer leis e instituições que conciliem o poder do príncipe com a segurança geral.

Se o príncipe seguir este caminho, convencendo o povo de que o próprio soberano não pretende violar as leis, começará em breve a viver feliz e tranqüilo. Temos um exemplo marcante na França, cuja tranqüilidade repousa na obrigação dos seus monarcas de se submeterem a uma infinidade de leis que só têm por objetivo a segurança dos súditos. Na França, os legisladores quiseram que os reis pudessem dispor à vontade do exército e da fazenda, mas que em tudo o mais estivessem obrigados a respeitar as leis.

Em conseqüência, o príncipe ou a república que desde o início não pôde afirmar perfeitamente o seu poder, deve aproveitar a primeira oportunidade para fazê-lo. Se deixar escapar essa ocasião, se arrependerá tardiamente.

O povo romano não estava ainda corrompido quando recobrou a liberdade; pôde assim consolidá-la, depois da morte dos filhos de Brutus e da destruição dos Tarquínios, por todos os meios e todas as instituições que descrevemos. Se o povo fosse corrupto, não encontraria remédio eficaz, em Roma ou em qualquer outro lugar, para poder mantê-la. É o que demonstraremos no capítulo seguinte.

Capítulo Décimo Sétimo

Um povo corrompido que recobra a liberdade só com grande dificuldade poderá manter-se livre.

A meu juízo, ou Roma deixaria de ter reis ou necessariamente recairia, em pouco tempo, numa tal fraqueza que passaria a ser um Estado sem importância. Se considerarmos o grau de corrupção a que tinham chegado seus monarcas, veremos que teria sido impossível remediá-la caso tivesse havido dois ou três outros reinados, e o mal se alastrasse aos membros da coletividade, depois de dominar sua cabeça. Mas, como esta foi decepada quando o tronco estava ainda intacto, foi possível manter a ordem e a liberdade.

É incontestável que uma cidade corrompida, que vive sob o domínio de um príncipe, não recobrará jamais a liberdade, ainda que o príncipe e sua raça sejam destruídos. Torna-se mesmo necessário que o príncipe seja destronado por um outro, e que a cidade passe assim de monarca em monarca, até encontrar um soberano, mais virtuoso e esclarecido, que a liberte — benefício este que não se estenderá por mais tempo do que o da vida do libertador. Em Siracusa houve dois exemplos marcantes: Dí e Timoleonte, que fizeram florescer a virtude, nas diferentes épocas em que viveram; mas, logo após a morte de cada um, a cidade recaiu na tirania.

O exemplo de Roma é ainda mais convincente. Após a expulsão dos Tarquínios, a cidade pôde conquistar e conservar a liberdade. Mas, depois da morte de César, de Calígula, de Nero, após a extinção de todos os Césares, foi impossível reviver-lhe a chama. Resultados tão opostos de acontecimentos semelhantes, na mesma cidade, são devidos unicamente a que o povo romano, sob o reinado dos Tarquínios, não estava ainda corrompido, enquanto que, mais tarde, todo o império se encontrava infectado por profunda corrupção.

No primeiro daqueles períodos, bastava fazer jurar que Roma não admitiria jamais um rei para afirmar a república e inspirar a repulsa aos monarcas. No segundo, o exemplo estóico de Brutus, apoiado por todas as legiões do Ocidente, não foi suficiente para levar os romanos a decidir conservar sua liberdade — a qual, como o primeiro Brutus, ele acabava de oferecer-lhes. Esta corrupção tinha sido in-

troduzida no corpo estatal pelo partido de Mário; feito chefe supremo, César conseguiu cegar de tal forma a multidão que ninguém percebeu o jugo que o próprio povo consentiu em receber.

Embora o exemplo de Roma seja mais decisivo do que qualquer outro, quero citar o de alguns povos contemporâneos: ouso, portanto, declarar que Milão e Nápoles nunca serão livres, por maior que seja a catástrofe ou mais sangrenta a revolução que possa ali ocorrer: a corrupção avançou demais pelos membros daqueles Estados. Viu-se a prova disto após a morte de Felipe Visconti, quando Milão, querendo reaver a liberdade, nem pôde e nem soube mantê-la.

Para os romanos, foi uma grande felicidade que os seus reis tenham degenerado tão rapidamente que tenha sido possível expulsá-los antes de que o mal penetrasse nas entranhas do Estado. Sua corrupção fez com que as numerosas desordens ocorridas em Roma fossem vantajosas, em vez de ter resultados funestos, pois as intenções dos cidadãos eram boas.

De onde se conclui que, quando a massa do povo é sadia, as desordens e os tumultos não chegam a ser daninhos: mas quando está corrompida, mesmo as leis melhor ordenadas são impotentes — a menos que sejam manipuladas habilmente por uma personalidade vigorosa, respeitada pela sua autoridade, e que possa cortar o mal pela raiz.

Não sei se já se viu tal prodígio, ou mesmo se ele é possível. Se acontecesse de uma cidade arruinada pela corrupção se recuperar da sua queda, este benefício só poderia ser atribuído a virtude de um homem, e não à vontade geral que o povo pudesse ter em favor de boas instituições. E mal a morte abatesse este reformador, a massa retornaria aos seus antigos costumes. Com efeito, não há homem cuja vida seja longa o bastante para poder reformar um governo há muito tempo desorganizado; e se tal reforma não for feita por um príncipe longevo, ou durante dois reinados igualmente virtuosos, o Estado tombará necessariamente num abismo do qual só poderá sair às custas de muito esforço e de sangue derramado. A corrupção e a inaptidão para a vida em liberdade provêm da desigualdade que se introduziu no Estado; para nivelar essa desigualdade, é preciso recorrer a meios extraordinários, que poucos homens sabem ou querem usar. É o que vamos ver mais detidamente em outra parte destes comentários.

Capítulo Décimo Oitavo

De que maneira se pode manter o governo livre numa cidade corrompida; e como instituí-lo, se ela ainda não o tiver.

Não creio que seja fora de propósito, ou estranho ao que avancei no capítulo precedente, analisar a possibilidade de se manter um governo livre numa cidade corrompida, ou de instituí-lo, caso ainda não tenha sido estabelecido. As duas empresas apresentam igual dificuldade; e, embora seja quase impossível propor regras fixas sobre este ponto, devido à necessidade de proceder segundo os diferentes graus de corrupção, não quero deixar passar em claro o assunto, pois é bom que tudo seja examinado.

Vamos supor, em primeiro lugar, uma cidade que chegou ao estado máximo de corrupção, onde a questão se apresenta com toda a força da sua dificuldade. Onde o desregramento é universal, não há leis nem instituições que o possam reprimir. De fato, os bons costumes só podem ser conservados com o apoio de boas leis, e a observação das leis exige bons costumes.

Além disto, as leis e instituições estabelecidas na origem de uma república, quando os cidadãos eram virtuosos, se tornam insuficientes quando eles começam a se corromper. E se os acontecimentos determinam alterações nas leis, como o mais comum é que as instituições não se modifiquem, a legislação nova fica sem efeito, já que as instituições originais cedo as corrompem.

Para melhor me explicar, direi que em Roma havia instituições que regulavam o governo, ou seja, o Estado, e leis que ajudavam os magistrados a refrear as desordens provocadas pelos cidadãos.

As instituições abrangiam a autoridade do povo, do Senado, dos tribunos, dos cônsules, a maneira de eleger os magistrados, e o processo legislativo. Os fatos pouco mudaram essas instituições. O mesmo não aconteceu, contudo, com as leis que disciplinavam os cidadãos, como as leis sobre o adultério, o luxo, a conspiração e todas as demais que se tornaram necessárias devido à mudança sucessiva dos costu-

mes. Mas, como foram conservadas instituições que não eram boas, no meio da corrupção geral, as novas leis não bastaram para manter os homens na virtude. Para fazer com que se tornassem inteiramente úteis, teria sido preciso que se mudasse ao mesmo tempo as antigas instituições.

Dois pontos principais demonstram que as mesmas instituições deixam de ser convenientes a uma cidade corrompida: a criação dos magistrados e o processo legislativo.

O povo romano só concedia o consulado e as outras principais magistraturas da república aos que as postulavam. Este princípio era excelente, pois só se candidatavam àquelas funções os cidadãos que se consideravam dignos, já que era uma vergonha o ser rejeitado. De sorte que, para merecê-las, os cidadãos se esforçavam por praticar o bem.

Mas quando os costumes da cidade decaíram, este processo se tornou extremamente pernicioso. As magistraturas passaram a ser postuladas não pelos mais virtuosos, mas pelos mais poderosos; e os cidadãos sem recursos, ainda que dotados de todas as virtudes, não ousavam apresentar-se como candidatos, temendo ser rejeitados. Este vício não se manifestou imediatamente; surgiu aos poucos, como soe acontecer com todas as inconveniências. Como os romanos tinham dominado a África e a Ásia, bem como uma parte da Grécia, sentiam-se seguros da sua liberdade, e não temiam nenhum inimigo. Esta segurança e a impotência dos seus rivais fizeram com que os cidadãos, na escolha dos cônsules, não se detivessem mais na consideração do valor, mas sim na do favor, promovendo àquela elevada função os que melhor sabiam obter os votos populares — e não os que melhor sabiam vencer seus inimigos. Mais tarde, desceu-se ainda mais, passando-se a nomear os que ostentavam maior poder; de modo que, pelo vício das instituições, os homens de bem foram excluídos de todos os cargos. Qualquer tribuno, ou outro cidadão, podia propor uma lei: todos tinham o direito de apoiá-la, ou não, antes de que fosse objeto de deliberação — o que era uma boa medida, na época em que os cidadãos eram virtuosos; deve-se considerar como um bem a possibilidade de cada um propor o que considera útil ao público, e é igualmente bom que se permita a cada um expressar livremente o seu pensamento sobre o que é proposto, de modo que o povo, esclarecido pela discussão, adote o partido que achar melhor.

Mas, quando os cidadãos se corromperam, a instituição ficou sujeita a numerosos inconvenientes: só os homens poderosos passaram a propor leis, não no interesse de liberdade, mas no do seu próprio poder; e ninguém ousava falar contra esses projetos, devido ao temor que seus proponentes inspiravam. De modo que o povo, enganado ou constrangido, se via obrigado a decretar a própria ruína.

Para que, no meio desta corrupção, Roma pudesse manter a liberdade, foi necessário que, em diversas épocas da sua existência, promulgasse novas leis e ao mesmo tempo estabelecesse novas instituições. Pois as instituições apropriadas a um povo corrompido são diferentes das que se ajustam ao que não o é; não convém a mesma forma a matérias inteiramente diversas.

A mudança das instituições pode ser feita de dois modos: reformando-se todas elas ao mesmo tempo, quando se reconhece que perderam o valor, ou gradualmente, à medida que se lhes percebe os inconvenientes. Os dois modos oferecem dificuldades quase insuperáveis.

A reforma parcial e sucessiva deve ser provocada por um homem esclarecido que saiba reconhecer de muito longe as dificuldades, logo que surjam. É possível que nunca se encontre um homem deste tipo; se surgisse um só, não conseguiria jamais convencer os concidadãos dos vícios identificados pela sua previsão. Quando estão habituados a uma certa maneira de viver, os homens não a querem alterar, sobretudo se não enxergam claramente o mal que se lhes insinua.

Quanto à reforma total e imediata da constituição política, quando há convicção geral de que ela é defeituosa, é difícil efetuá-la mesmo se o defeito é evidente, porque para isto os meios ordinários são insuficientes. Torna-se indispensável o recurso a métodos extraordinários — as armas e a violência. Antes de mais nada, o reformador deve apoderar-se do Estado, a fim de poder dele dispor à vontade.

É necessário ser um homem de bem para reformar a vida política e as instituições de um Estado; mas a usurpação violenta do poder pressupõe um homem ambicioso e corrupto. Assim raramente acontecerá que um cidadão virtuoso queria apossar-se do poder por meios ilegítimos, mesmo com as melhores intenções; ou que um homem mau, tendo alcançado o poder, queira fazer o bem, dando boa utilização ao poder que conquistou com o mal.

Do que acabo de dizer, transparece a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de manter o governo republicano numa cidade corrompida, ou de ali estabelecê-lo. De qualquer maneira, mais vale a monarquia do que o estado popular para assegurar que os indivíduos cuja insolência as leis não podem reprimir sejam subjugados por uma autoridade real.

Pretender regenerá-los por outro meio seria uma empresa muito penosa, ou absolutamente impossível, como já comentei, ao falar de Cleômenes.

Aquele príncipe massacrou os éforos para reunir em suas mãos toda a autoridade do Estado. Levado pelos mesmos motivos, Rômulo matou seu irmão, e Tito Tácio. E se ambos fizeram depois um bom uso da autoridade que conseguiram obter desta forma, é preciso lembrar que os dois tratavam com povos ainda não marcados pela corrupção. Por isto puderam entregar-se sem obstáculos a seus objetivos, revestido-os de cores favoráveis.

Capítulo Décimo Nono

Um príncipe fraco pode manter-se no poder após um príncipe sábio e vigoroso; mas nenhum reino pode subsistir quando um príncipe fraco é sucedido por um outro.

Quando se considera as qualidades e o comportamento de Rômulo, de Numa e de Tulo, os três primeiros monarcas romanos, não se pode deixar de admirar como foi feliz aquela cidade, que teve primeiro um rei belicoso e cheio de ousadia; depois, um príncipe pacífico e religioso; e um terceiro soberano, de coragem igual à de Rômulo, mais inclinado aos perigos da guerra do que as benesses da paz. Era necessário que entre os primeiros reis de Roma houvesse um legislador, que fundasse as bases das instituições civis; mas era também necessário que os seus sucessores retomassem os traços de Rômulo, para que Roma não perdesse o vigor, tornando-se presa dos seus vizinhos.

De onde se conclui que um rei, ainda quando dotado de qualidades menos importantes que as do seu predecessor, pode conservar um Estado por causa das virtudes do príncipe que governou antes dele, usufruindo o fruto dos seus esforços. Mas, se o seu reinado se prolongar, ou se o suceder no trono um príncipe que não tenha as virtudes do primeiro, a ruína do Estado será inevitável. Por outro lado, se dois príncipes de grandes qualidades se sucederem imediatamente, poderão realizar grandes obras, adquirindo um excelente renome.

Davi foi, sem dúvida, um príncipe esclarecido, e um notável guerreiro. Sua coragem e sabedoria foram tão grandes que, após ter vencido todos os vizinhos, legou a Salomão, seu filho, um reino tranqüilo, no qual o novo monarca pôde cultivar as artes da paz e da guerra, beneficiando-se sem cuidados das virtudes do seu pai. Salomão, contudo, não pôde deixar a mesma herança a seu filho Roboão; este, que não possuía as qualidades do avô, ou a sorte do pai, só conseguiu conservar a sexta parte do reino.

O Sultão Bajazé, que preferia a paz à guerra, pôde tirar vantagem dos esforços do pai, Maomet, quem, tendo vencido todas as nações vizinhas, legou-lhe um trono

firme, que era fácil conservar no meio das delícias da paz. Se seu filho Sali se parecesse ao pai, e não ao avô, seu império estaria arruinado; mas aquele príncipe parece ultrapassar até mesmo a glória do avô. Afirmo, portanto, baseando-me em exemplos, que depois de um monarca de caráter forte poder reinar um príncipe fraco, mas após um reinado sem vigor, um outro igualmente débil não tem condições de subsistir por muito tempo, a menos que o Estado, como acontece com a França, seja preservado por antigas instituições (considero príncipe fraco o que negligencia a arte da guerra).

Conclui-se que o gênio guerreiro de Rômulo manteve uma influência longa o bastante para permitir a Numa Pompílio, durante muitos anos, governar as artes da paz. Depois dele veio Tulo, cujo espírito belicoso lembrava Rômulo. Anco, seu sucessor, generosamente tratado pela natureza, foi excelente tanto na paz como na guerra: tentou, a princípio, viver em paz com os vizinhos; como estes passaram a considerá-lo um soberano efeminado, parecendo desprezar sua fraqueza, o rei percebeu que para manter Roma era necessário fazer a guerra, assemelhando-se assim a Rômulo, e não a Numa.

Que este exemplo ilumine todos os soberanos. Se agirem como Numa, poderão conservar o trono ou perdê-lo, conforme os caprichos da sorte; contudo, se agirem como Rômulo, com armas e prudência, terão a certeza de conservá-lo, malgrado todos os seus inimigos — a menos que alguma força opiniática e invencível os impulsione.

É evidente que, se a sorte tivesse dado a Roma, como terceiro rei, um homem que não tivesse, com a força das armas, à altura da sua reputação, aquela cidade não teria podido jamais realizar qualquer um dos seus grandes feitos. Enquanto Roma permaneceu sujeita ao poder dos reis, esteve sempre exposta ao perigo de desaparecer devido a um príncipe fraco ou corrompido pelos vícios.

Capítulo Vigésimo

O reinado sucessivo de dois príncipes virtuosos tem resultados dos mais felizes; e como as repúblicas bem organizadas têm necessariamente sucessões virtuosas, são grandes os seus êxitos e conquistas.

Depois que Roma expulsou os reis, ficou ao abrigo dos perigos que germinavam em seu seio, e que a ameaçariam se um príncipe fraco ou viciado subisse ao trono. A autoridade suprema passou, de fato, para as mãos dos cônsules, que não a recebiam por herança, pela intriga ou pela violência, mas pelo livre sufrágio dos cidadãos. Eram os homens de maior virtude: sua virtude — e algumas vezes também sua boa sorte — esteve sempre a serviço de Roma. Para chegar aos limites extremos da glória, a cidade não precisou de mais tempo do que aquele em que viveu sob a monarquia.

Para demonstrar como a sucessão de dois príncipes corajosos é o bastante para conquistar o mundo, lembremos Filipe da Macedônia e Alexandre, o Grande. Esta é uma vantagem que deve beneficiar mais ainda as repúblicas, onde o sistema de escolha dos governantes oferece a possibilidade não apenas de ter sucessivamente dois governos virtuosos, mas toda uma série de governantes virtuosos, sucedendo-se até o infinito. Uma feliz característica, que marcará sempre as repúblicas bem organizadas.

Capítulo Vigésimo Primeiro

Como são culpados os príncipes e as repúblicas que não têm exército próprio.

Os príncipes contemporâneos e as repúblicas modernas que não dispõem de soldados próprios, para o ataque ou para a defesa, deveriam corar, vendo, no exemplo de Tulo, que este erro não pode ser atribuído à falta de homens capacitados para a guerra; a culpa é exclusivamente dos governantes, que não souberam treinar seus cidadãos como soldados.

Durante quarenta anos, Roma tinha gozado as delícias da paz. Ao subir ao trono, Tulo não encontrou num só romano com experiência de armas. Tinha intenção de fazer a guerra, mas não queria servir-se para isto dos samnitas ou dos toscanos — nem de qualquer outro povo habituado ao combate. Príncipe esclarecido que era, decidiu contar somente com os seus súditos, empenhando-se nisto de tal forma, que em breve pôde reunir soldados magníficos.

Se faltam soldados onde há homens, a culpa disto é exclusivamente do príncipe, não do país ou da natureza — esta é uma das verdades mais bem provadas. Temos um exemplo recente: ninguém ignora que, nos últimos tempos, o rei da Inglaterra atacou a França com tropas formadas com o povo; como o seu reino gozava de paz há mais de trinta anos, não foi possível encontrar um só soldado ou oficial com experiência militar. Mas o monarca inglês não teve medo de atacar um país repleto de chefes militares hábeis, e com um exército experimentado, que continuava a combater na Itália. Isto se deveu à sabedoria do rei e à boa administração do seu reino onde, mesmo em tempos de paz, praticava-se o treinamento militar.

Depois de ter libertado Tebas, sua pátria, subtraindo-a ao jugo espartano, Epaminondas e Pelópidas se encontraram numa cidade amoldada ao trabalho escravo, no meio de um povo efeminado.

Corajosos, não tiveram dúvida de que poderiam formar seus concidadãos no ofício das armas, liderando-os numa campanha para impedir a expansão de Esparta, até alcançar a vitória.

Contam os historiadores, com efeito, que aqueles ilustres capitães provaram, em pouco tempo, que não só na Lacedemônia havia guerreiros, mas em todos os países, desde que haja quem treine os homens na prática militar, como se diz que Tulo instruiu os romanos. Os versos de Vírgílio não poderiam exprimir mais claramente esta opinião, que era também a sua: "... Desidesque movebit Tullus in arma viros" ("... Tulo obrigou à prática das armas os homens enlanguescidos").

Capítulo Vigésimo Segundo

O que há de notável no combate entre os três Horácios de Roma e os três Curiácios de Alba.

Tulo, reino de Roma, e Métio, reino de Alba, tinham convencionado que se jogaria a sorte dos dois Estados num combate de que participariam três guerreiros de cada país: aquele que vencesse governaria o outro. No combate, os três Curiácios de Alba foram mortos; do lado romano, um só dos Horácios saiu com vida. Foi assim que Métio e o seu povo se tornaram súditos dos romanos.

Após a vitória, o Horácio vencedor, de volta a Roma, matou uma das suas irmãs, que chorava um dos Curiácios mortos, seu esposo. Julgado pelo crime, foi absolvido após longo julgamento — resultado devido mais aos pedidos do pai do que aos próprios méritos.

Há três coisas a observar aqui:

A primeira, que não se deve jamais arriscar toda nossa fortuna com apenas uma parte das nossas forças; a segunda, que num Estado bem governado o mérito nunca pode compensar a culpa; a terceira, que se deve considerar pouco sábia toda resolução quando houver dúvida de que os acordos serão bem observados; a escravidão é de tal modo funesta que era impossível aceitar que esses dois reis, ou dois povos, não se arrependeriam de jogar sua liberdade na sorte de três concidadãos.

Foi o que Métio demonstrou pouco tempo depois. Embora aquele príncipe se confessasse vencido, após a vitória dos romanos, tendo jurado obedecer a Tulo, quando, na primeira campanha contra os veianos, se viu obrigado a juntar-se ao rei romano, procurou enganá-lo, tomando consciência, tarde demais, da imprudência do que tinha feito.

Como me estendi bastante a propósito desta personagem, nos dois próximos capítulos falarei só dos dois outros.

Capítulo Vigésimo Terceiro

Não se deve pôr em perigo toda a nossa sorte sem empregar todas as nossas forças; por isto muitas vezes não se deve defender um desfiladeiro.

Expor tudo o que temos sem empregar todas as forças disponíveis é uma imprudência extrema, que se pode cometer de várias maneiras.

Uma consiste em agir como Tulo e Métio, que jogaram o destino da sua pátria, e o valor de tantos guerreiros na coragem e na sorte de apenas três cidadãos — uma parte bem pequena da força de que dispunham. Não perceberam que, deste modo, se desvaneciam todos os esforços realizados pelos seus antepassados para fundar o Estado e para dar-lhe uma existência livre e prolongada, fazendo dos cidadãos defensores da sua liberdade. Não seria possível tomar decisão mais imprudente.

O mesmo ocorre quase sempre quando, para impedir a marcha do inimigo, se decide defender um desfiladeiro, ou guardar uma posição difícil. Se as condições o permitem, deve-se fazê-lo: mas se o lugar em questão for de difícil acesso e não for possível postar ali todo o exército, a decisão é perigosa. Esta opinião tem fundamento no exemplo dos que atacados por inimigo poderoso, numa região árida, cercada de montanhas escarpadas, evitaram combater o inimigo nos desfiladeiros ou nas montanhas, preferindo encontrá-lo mais adiante; ou então acharam melhor esperar o seu ataque num local aberto e de fácil acesso. A razão disto, já a expliquei. Como não se pode empregar muitos homens para defender um lugar selvagem, por causa das dificuldades de abastecimento e pela aspereza do terreno, é impossível resistir ao choque de um inimigo que ataca com forças consideráveis.

Para o inimigo, é mais fácil atacar em grande número, porque seu objetivo é passar, e não manter uma posição. Mas os que se defendem não podem contar com o grande número, pois precisam acampar durante muito tempo em lugares inóspitos, e não sabem o momento em que o inimigo vai tentar a passagem. Por outro lado, se se perder um desfiladeiro que se acreditava poder defender, e no qual o povo

e o exército tinha posto toda confiança, o terror se apoderará dos habitantes e do resto do exército, perdendo-se a guerra sem pôr-se à prova a coragem do país. Assim, chega-se à perdição por haver-se utilizado só uma parte das forças disponíveis.

Todos sabem as dificuldades que Aníbal teve de enfrentar para cruzar os Alpes que separam a Lombardia da França, e as montanhas entre a Lombardia e a Toscana. Os romanos decidiram esperá-lo primeiro no Tesino, e depois na planície de Arezzo; preferiram ver o seu exército destruído pelo inimigo nos lugares onde tinham alguma possibilidade de vitória a conduzi-lo pelas montanhas, cuja natural rudeza certamente o destruiria.

Quem estudar com atenção as lições da história verá que poucos capitães ilustres tentaram defender passagens semelhantes, pelos motivos que relatei, e também porque é impossível impedir todos os caminhos das montanhas. Estas, como os campos abertos, têm não só as rotas conhecidas freqüentadas mas muitos outros caminhos, desconhecidos dos forasteiros mas familiares aos naturais, que sempre poderão indicar uma passagem, contra a vontade dos que quiseram cerrar o caminho a um exército.

Temos um exemplo muito recente, ocorrido em 1515. Quando Francisco I, rei de França, decidiu passar a Itália para recuperar a Lombardia, os que se opunham a esses planos depositavam a maior esperança nos suíços, que pensavam ser capazes de impedir a passagem pelos Alpes.

A experiência mostrou, contudo, como era vã esta esperança. Desprezando dois ou três desfiladeiros defendidos pelos suíços, o rei usou outro caminho, inteiramente desconhecido; penetrou em território italiano, apresentando-se à frente dos seus inimigos antes de que estes o pressentissem.

Atemorizadas, as tropas lombardas se refugiaram em Milão, e toda a população da Lombardia se passou aos franceses quando se desvaneceu sua esperança de que a expedição inimiga fosse detida pelas montanhas.

Capítulo Vigésimo Quarto

Nas repúblicas bem organizadas há prêmios e castigos previstos, mas uns não compensam os outros.

O mérito de Horácio era muito grande, porque, com sua coragem, tinha vencido os Curiácios; mas o assassinato de sua irmã foi um crime horrendo: inspirou um tal horror aos romanos que se pensou em aplicar-lhe a pena capital, não obstante a grandeza dos seus serviços que prestara.

À primeira vista, parecerá o povo culpado de ingratidão. Mas, se examinarmos o caso com maior atenção, e refletirmos mais maduramente sobre os princípios genuínos de governo, se culpará o povo romano por haver absolvido o culpado, em vez de condená-lo. A razão é a seguinte: num império bem governado, nunca os serviços prestados por um cidadão podem apagar um crime. As recompensas se destinam a premiar as boas ações; os castigos, a punir as más. Quando um cidadão é recompensado, e depois se comporta mal, deve ser punido sem consideração pelo que fez de bom. Quando esta regra é observada escrupulosamente, o Estado mantém por muito tempo a liberdade; em caso contrário, logo se arruína.

De fato, se um cidadão prestigiado por ter feito algum benefício à sua cidade acrescentasse à audácia que lhe pode dar tal reputação a confiança de tentar impunemente um delito, sua insolência chegaria em breve ao excesso, destruindo-se a ordem pública. Por outro lado, se se quer que o pavor do castigo espante os criminosos, é preciso que os serviços prestados ao Estado não fiquem sem recompensa. Foi assim em Roma. Por mais pobre que seja um Estado, por mais modestas que sejam as recompensas, não se deve deixar de concedê-las. A doação mais simples, quando é prêmio da mais bela ação, adquire, aos olhos de quem a recebe, altíssimo valor.

E muito conhecida a história de Horácio Cocles e de Múcio Cévola. Um deteve o avanço inimigo até que a ponte que defendia pudesse ser destruída. O outro queimou a própria mão como castigo pelo engano de haver querido apunhalar Porsena, rei dos toscanos. Para recompensá-los, o Estado deu a cada um pequena extensão de terra.

É conhecida também a história de Mânlio Capitolino, que tinha salvado o Capitólio do ataque gaulês. Os que partilharam com ele os perigos da defesa lhe deram uma pequena quantidade de farinha. A recompensa, na situação de Roma naquela época, pareceu tão importante a Mânlio que este, incitado pela ambição, ou talvez movido por impulso criminoso, promoveu uma revolta. Por tentar levantar o povo foi precipitado do alto do Capitólio, o qual salvara tão gloriosamente.

Capítulo Vigésimo Quinto

Quem quiser reformar a antiga constituição de um país livre deve conservar pelo menos a sombra dos antigos costumes.

Aquele que, pretendendo reformar o governo de um Estado quiser ver seu projeto bem acolhido, e as novas instituições apoiadas pelo assentimento geral, deve conservar pelo menos a sombra dos antigos costumes, para que o povo não suspeite de uma alteração — mesmo se a nova constituição for inteiramente diversa da antiga. Todos os homens se importam com a aparência das coisas, tanto quanto com o que elas realmente são; e muitas vezes se interessam mais pelas aparências de que pela realidade.

Por isto os romanos, no princípio da sua vida independente, convencidos desta necessidade, instituíram dois cônsules em lugar de um rei; mas não quiseram que cada cônsul fosse servido por mais de doze litores, número dos que serviam os reis.

Mais ainda: como se celebrava em Roma um certo sacrifício anual, que só podia ser oficiado pelo rei pessoalmente, para evitar que se lamentasse o não cumprimento do antigo costume pela falta de um rei, foi criado, para presidir à cerimônia, um "rei" simbólico, subordinado ao sumo sacerdote. O povo podia assim assistir ao sacrifício, desaparecendo o pretexto de que o seu interesse significava um desejo de que retornassem os monarcas.

É o que devem fazer todos os que querem apagar mesmo os traços mais tênues dos costumes antigos, para substituí-los por novas instituições e um governo livre. Como as inovações terminam por transformar inteiramente o espírito dos homens, é preciso que haja um esforço para conservar o mais que se possa a antiga fisionomia do Estado. Se os novos magistrados diferem dos antigos pelas funções, a autoridade e a extensão do seu mandato, devem pelo menos conservar o título primitivo.

Eis o que deve fazer quem pretende instituir um poder soberano — seja republicano, seja monárquico. Mas quem quiser fundar esta autoridade absoluta que os autores chama de tirania, precisa mudar integralmente todas as coisas, conforme explicarei no capítulo seguinte.

Capítulo Vigésimo Sexto

Um novo príncipe, em cidade ou região conquistada, deve renovar todas as coisas.

Quem conquista o poder soberano sobre uma cidade ou um Estado, não tem meio mais seguro de se manter no trono do que pela renovação, desde o início do seu reinado, de todas as instituições — sobretudo quando o seu poder não tem raízes muito fortes. Deve, por exemplo, instituir novos magistrados com novas denominações; ou dar a riqueza aos pobres, como fez Davi, ao ser coroado, "qui esurientes implevit bonis, et divites dimisit inanes" ("que encheu de bens os miseráveis, e reduziu os ricos à pobreza").

Será preciso também que construa novas cidades, destruindo as antigas; e que faça transportar os habitantes de um lugar para outro. Em poucas palavras, que não deixe coisa alguma intata no novo Estado; que toda situação, autoridade ou riqueza seja devida ao novo soberano. Seu modelo deve ser Filipe da Macedônia, pai de Alexandre Magno, que, com tal política, de rei de um pequeno país transformou-se no monarca de toda a Grécia. Os historiadores contam que Filipe passeava os cidadãos, de província para província, como um pastor a conduzir seu rebanho.

Este é, sem dúvida, um procedimento bárbaro, contrário à civilização, anticristão e anti-humanitário. Todos devem evitá-lo, preferindo a vida simples de um particular à de um rei que, para reinar, deve levar à ruína seus súditos.

Não obstante, àquele, que em vez do bem preferir o poder, convém que pratique este mal. Mas os homens pensam que é possível escolher um caminho entre esses dois extremos, o que é muito perigoso. Não sabem ser completamente bons ou completamente maus, como demonstra o exemplo do capítulo seguinte.

Capítulo Vigésimo Sétimo

Raramente os homens sabem ser inteiramente bons ou inteiramente maus.

Ao viajar a Bolonha, em 1505, para expulsar dali a família Bentivogli, que há cem anos dominava a cidade, o Papa Júlio II queria também expulsar de Perugia o tirano João Paulo Baglioni, como pretendesse combater todos os tiranos que haviam ocupado terras da Igreja. Aproximando-se de Perugia, cheio deste ânimo determinado e audacioso por que era conhecido, não quis esperar o exército que o seguia, e entrou na cidade só e desarmado, embora João Paulo houvesse reunido um grande número de soldados para defender-se. Levado pela impetuosidade que dirigia todas as suas ações, entregou-se, com sua guarda imediata, nas mãos do inimigo. Este o levou consigo, deixando na cidade um governador para comandá-la em nome da Igreja.

A gente esclarecida que acompanhava o Papa comentou a temeridade do pontífice e a covardia de Baglioni. Não podiam conceber que este, com um gesto que o teria tornado famoso, não houvesse esmagado de um golpe o inimigo; que não se tivesse enriquecido com os cardeais, que arrastavam consigo todos os seus refinamentos e que teriam constituído presa fácil. Não se podia crer que tivesse deixado de agir assim por bondade, ou consciência; um celerado, que vivia maritalmente com a própria irmã, assassinara os sobrinhos e primos para poder chegar ao trono, não poderia ter o mais leve sentimento de respeitosa piedade. Do episódio se conclui que os homens não sabem guardar nenhuma dignidade no crime, nem ser perfeitamente bons. E que, quando o crime apresenta algum aspecto de grandeza ou generosidade, temem praticá-lo.

Por isto João Paulo — que não temia o incesto ou o parricídio — quando surgiu uma ocasião legítima, não soube fazer o que lhe teria valido a admiração de todos pela sua coragem, dando-lhe memória eterna. Não quis ser o primeiro a demonstrar aos chefes da Igreja a pouca estima que se tinha pelos que governavam como eles, executando uma ação cuja grandeza teria feito apagar sua infâmia, neutralizando todos os perigos que dela pudessem resultar.

Capítulo Vigésimo Oitavo

Porque Roma foi menos ingrata com os seus cidadãos do que Atenas.

Quando se percorre a história das repúblicas, vê-se que todas elas foram ingratas para com os seus cidadãos: mas há menos exemplos disto em Roma do que Atenas, ou em qualquer outra cidade de governo popular. Se se quiser conhecer a razão, creio que ela está em que os romanos tinham menos motivos do que os atenienses para temer a ambição dos seus concidadãos. De fato, desde a expulsão dos reis até os tempos de Mário e Sila, Roma não viu nenhum cidadão usurpar a liberdade. Não tinha, portanto, motivo para desconfiar deles, e, em conseqüência, nenhuma razão para ofendê-los gratuitamente.

Em Atenas aconteceu o contrário. Sob a aparência de uma falsa probidade, Pisístrato roubou a liberdade dos atenienses, quando esta florescia. Por isto, ao reaver sua liberdade, a lembrança das ofensas sofridas e da escravidão tornou Atenas extremamente vingativa. Os cidadãos eram punidos não só pelos seus crimes, mas pela sombra de um equívoco. Daí a morte e o exílio impostos a tantos homens ilustres; a instituição do ostracismo; e todas as violências exercidas em diversas épocas contra cidadãos dos mais ilustres.

Nada mais verdadeiro do que o que dizem alguns pensadores: os povos que recobram a liberdade são mais atrozes na sua vingança do que os povos que nunca foram livres.

Se refletirmos no que disse, ficará claro que não se deve culpar Atenas ou louvar Roma, mas simplesmente reconhecer a situação a que as conduziram acontecimentos diferentes, ocorridos em uma e outra cidade. Poder-se-á ver, com efeito, que se Roma tivesse tido sua liberdade destruída, como Atenas, não trataria com menos crueldade seus cidadãos. Prova disto é o que aconteceu com Colatino e P. Valério, quando os reis foram expulsos. O primeiro, embora tivesse colaborado com a libertação de Roma, foi exilado só porque levava o nome Tarquínio.

O segundo esteve a ponto de ter a mesma sorte, por ter construído uma casa no monte Célio, despertando assim suspeitas nos seus compatriotas.

Da conduta suspeitosa e severa de Roma com relação a essas duas grandes figuras, pode-se concluir que a sua ingratidão não teria sido menor que a de Atenas se, na origem da sua liberdade, e no período do nascimento da sua grandeza, tivesse recebido dos cidadãos iguais ofensas.

E para não ter que voltar ao assunto da ingratidão, dedicarei à ele também o capítulo seguinte.

Capítulo Vigésimo Nono

Quem é capaz de maior ingratidão: um povo ou um príncipe

O assunto de que estou tratando leva naturalmente a considerar se foram os povos ou os príncipes que deram exemplos mais numerosos e marcantes de ingratidão. Para melhor esclarecer a questão direi, antes de mais nada, que o vício da ingratidão nasce da avareza ou da suspeição.

Quando um povo ou um príncipe incumbe um general de expedição importante e longínqua, na qual a vitória o cobre de glória, deve também cumulá-lo de recompensas; se, ao contrário, o general vitorioso é recebido com descrédito ou desonra por uma secreta avareza que lhe veda suas justas pretensões, comete-se uma falta imperdoável, vergonhosa. Mas esta é a falta cometida por muitos príncipes, como diz Tácito: "Proclivius est injuriae, quam beneficio vicem exsolvere, quia gratias oneri, ultio in quaestu habetur" ("É mais fácil repagar uma injúria do que um benefício, porque a gratidão é considerada um peso, e a vingança uma vantagem").

Por outro lado, se se recusa uma recompensa ou, melhor dizendo, se se ofende o vencedor não por avareza, mas por falta de confiança, neste caso, o povo ou o príncipe merece alguma desculpa. Exemplos deste tipo de ingratidão enchem todas as histórias. De fato, o capitão, cuja coragem conquistou um império para o seu monarca, triunfando sobre os inimigos e cobrindo-se de glória, dando riquezas a seus soldados, deverá adquirir necessariamente junto aos comandados, aos inimigos e aos concidadãos, uma tal reputação que torne a vitória conquistada pouco agradável ao príncipe.

Como a ambição e a desconfiança são naturais no homem, e como não se pode impor limitesà sorte, acontece que as suspeitas que o êxito dos generais faz nascer no coração do príncipe não podem deixar de crescer devido a algum ato imprudente ou orgulhoso do general vitorioso. O príncipe é obrigado assim a reprimi-lo, tirando-lhe a vida ou enfraquecendo sua reputação junto ao povo ou ao exército, empregando todos os esforços para provar que a vitória não lhe é devida, mas sim à sorte, à covardia dos inimigos, ou ao talento dos outros capitães que tenham concorrido para o êxito das armas.

Vespasiano encontrava-se na Judéia quando o exército o proclamou imperador. Antônio Primo, que estava então na Ilíria, à frente de outro exército, colocou-se ao lado de Vespasiano, deslocando-se rapidamente para a Itália, a fim de combater Vitélio, que ocupava o trono. Derrotou-o duas vezes, assenhoreando-se da capital do império. Quando Mutiano chegou a Roma, enviado por Vespasiano, viu que Antônio se tinha feito senhor da Itália, graças à sua coragem, e superando todos os obstáculos. Para recompensar o vencedor, Mutiano tirou-lhe imediatamente o comando do exército, e, aos poucos, toda a autoridade que tinha ganho em Roma. Perturbado, Antônio viajou à Ásia e foi ter com Vespasiano, que ainda se encontrava lá; teve tal acolhida que, sentindo-se rejeitado, morreu de desgosto pouco depois.

A história é fecunda nestes exemplos. Todos conhecem a prudência e a coragem com que Gonsalvo Ferrante lutou, no reino de Nápoles, por Fernando de Aragão, contra os franceses. A recompensa que recebeu pela vitória foi a perda do comando do exército e das praças fortes, logo que Fernando chegou à cidade, vindo de Aragão. Levado em seguida para a Espanha, morreu pouco tempo depois, sem qualquer homenagem.

A desconfiança é de tal modo natural nos príncipes que eles não podem evitá-la; simplesmente não lhes é possível tratar com reconhecimento aqueles que, levando sua bandeira à vitória, obtêm a glória pessoal por amplas conquistas.

E, se um príncipe não pode resistir à suspicácia, não espanta que todo um povo a ela se abandone. Uma cidade que goza dos benefícios da liberdade é animada por duas paixões: a primeira é expandir-se; a segunda, manter-se livre. Mas, com muita freqüência, estas paixões são deturpadas. Falarei, em outra parte, sobre as faltas a que o desejo de engrandecimento obriga. Quanto às faltas que o amor da liberdade faz cometer, consistem, entre outras, em ultrajar os cidadãos que deveriam ser recompensados, e agredir com a suspeita os indivíduos mais dignos de confiança.

Embora esta conduta possa ocasionar os maiores desastres numa república de costumes extraviados, levando muitas vezes à tirania (como se viu em Roma quando César extraiu pela força o que a ingratidão dos cidadãos lhe recusara), numa república virtuosa produz um grande bem. Prolonga a liberdade, uma vez que o medo que a vergonha do castigo inspira faz com que os homens se tornem ao mesmo tempo mais sábios e menos ambiciosos.

É verdade que, de todos os povos que chegaram a ter um império, o romano foi pelos motivos indicados, o menos ingrato. Pode-se dizer que Roma só oferece um exemplo real de ingratidão: o de Cipião. Coriolano e Camilo foram ambos exilados por ofenderem o povo. A ira inveterada do primeiro contra os plebeus impediu que fosse perdoado. Quanto a Camilo, não só foi chamado de volta a Roma como viveu o resto da vida cercado pelo respeito devido aos príncipes.

No caso de Cipião, a ingratidão de que foi vítima deve ser atribuída às suspeitas que o seu renome provocou, o que até então não havia acontecido com nenhum outro cidadão. O poder e a grandeza do inimigo que havia vencido, a glória de pôr fim a guerra tão longa e perigosa, a rapidez da vitória alcançada, sua juventude e prudência, o crédito de tantas virtudes admiráveis, tudo isto devia provocar o ciúme dos compatriotas.

Uma influência tão grande chegava a despertar preocupação nos magistrados, e os justos não podiam deixar de ver com espanto o que era inaudito em Roma. A vida de Cipião parecia tão diferente da vida dos homens comuns que Catão, o Antigo, tão respeitado pela santidade dos costumes, foi o primeiro a levantar a voz contra ele, declarando que uma cidade não podia dizer-se livre quando os magistrados temiam um simples cidadão. Portanto, se o povo adotou nestas circunstâncias o conselho de Catão, deve ser absolvido; como já disse, os príncipes e os povos são dignos de perdão quando são ingratos por desconfiança.

A conclusão destes comentários é que, se o princípio da ingratidão é a avareza ou a desconfiança, os povos nunca são ingratos por avaros; no que concerne à desconfiança, ela os afeta mais raramente do que aos príncipes, porque têm menos motivos para suspeitar. É o que vou desenvolver mais adiante.

Capítulo Trigésimo

O que deve fazer um príncipe, ou uma república, para escapar ao vício da ingratidão; e o que devem fazer os capitães e os cidadãos para não se tornarem vítimas.

Um príncipe que não queira viver sob constante temor, e que deseje evitar a ingratidão, deve assumir pessoalmente o comando de todas as expedições militares, como o fizeram desde o início os imperadores romanos; como o faz em nossos dias o Grão-Turco; como o fizeram e fazem ainda todos os príncipes corajosos.

Se alcançar a vitória, a glória e as conquistas serão suas. Mas, se não comandar em pessoa, a vitória lhe será estranha, e pensará ser necessário extinguir nos outros a glória do que não se pôde revestir — o que o tornará necessariamente ingrato ou injusto (certamente há mais a perder do que a ganhar, com este tipo de conduta). Ao príncipe que, por indolência ou imbecilidade, permanecer em seu palácio mergulhado no ócio, fazendo-se substituir por um dos seus súditos, não tenho outro conselho a dar senão o de seguir o próprio instinto.

Ao capitão vitorioso, presa segura da ingratidão, direi que tem duas alternativas. Logo após a vitória, é preciso que deixe o seu exército e venha lançar-se nos braços do príncipe, evitando demonstrar orgulho ou ambição; deste modo, despojando-se de qualquer suspeita, o monarca terá motivo para recompensá-lo — ou pelo menos para não lhe fazer mal. Se não puder agir assim, que tome a atitude oposta, com coragem e sem hesitação; que todas as suas ações tendam a provar que considera as conquistas feitas como suas, e não do príncipe: demonstrando afabilidade para com os seus soldados e os cidadãos; entrando em novas alianças com os vizinhos; ocupando as praças fortificadas com tropas de confiança; corrompendo os principais chefes do exército e assegurando-se do apoio daqueles que não pode corromper. Quer procure, enfim, com o seu comportamento, punir o soberano pela ingratidão que suspeite possa usar contra ele. Não há outro caminho. Mas, como já disse, os homens não sabem ser nem de uma virtude absoluta nem inteiramente criminosos. Os generais não querem abandonar seu exército logo após a vitória; não

conseguem conduzir-se com moderação e também não sabem agir com determinação violenta, que seria pelo menos gloriosa. Flutuando nesta ambigüidade, são vitimados pela sua demora e sua hesitação.

As repúblicas não se pode aconselhar, como aos príncipes, que, para evitar a ingratidão, comandem pessoalmente os exércitos; no seu caso, é preciso confiar tal comando a um cidadão. Mas é aconselhável fazer o que fazia a república romana para ser menos ingrata do que as demais. Em Roma, tanto os nobres quanto os plebeus serviam indistintamente na guerra; assim, em todas as épocas, surgiam muitos homens de coragem, numerosos cidadãos coroados por vitórias; nenhum deles, portanto, era temido, devido ao seu grande número e ao controle que exerciam uns sobre os outros. A sua virtude não se corrompia, e todos cuidavam de não demonstrar qualquer sombra de ambição, e de não dar motivo que pudesse levar o povo a puni-los. Por isto, quem atingia a ditadura alcançava uma glória tanto maior quanto mais depressa se despojava do poder.

Com isto, não nasciam suspeitas, e portanto não se produzia a ingratidão. A república que deseja escapar à prática da ingratidão deve imitar Roma; o cidadão que procura evitar as agressões da inveja deve seguir em todas as ocasiões o exemplo dos romanos.

Capítulo Trigésimo Primeiro

Os generais romanos nunca foram punidos de forma extrema pelos erros cometidos, mesmo quando, por ignorância ou por uma decisão errônea, causaram prejuízo à república.

Os romanos foram não só menos ingratos do que os cidadãos de outras repúblicas, como já tive ocasião de dizer, mas também mais humanos e moderados nos castigos impostos a seus generais. Se um deles cometia um erro com intenção criminosa, era punido, mas sem rigores inúteis. Se o erro era cometido por ignorância, em lugar de puni-lo, os romanos o recompensavam, atribuindo-lhe honrarias.

Isto lhes parecia apropriado, pois acreditavam muito importante, para os comandantes, ter o espírito livre de temores: poder tomar uma decisão sem se deixar influenciar por considerações estranhas às que o problema militar exigia. Não queriam acrescentar perigos e dificuldades adicionais a algo já em si tão difícil e perigoso, e estavam persuadidos de que os temores permanentes impediriam a condução de qualquer empreendimento com o vigor necessário.

Se enviavam, por exemplo, uma expedição militar à Grécia, contra Felipe da Macedônia, ou à Itália, contra Anibal, ou contra alguns dos povos dominados inicialmente, o general que a comandava estaria normalmente preocupado com os cuidados relativos às graves providências exigidas pelas circunstâncias. Se se acrescentasse a esta preocupação a idéia de que um general romano podia ser crucificado, ou condenado a qualquer outro suplício, por ter perdido uma batalha, isso tornaria impossível ao chefe militar tomar decisões com toda firmeza. Achavam os romanos que a vergonha da derrota era um suplício bastante grande, e que não se devia atemorizar os generais com a perspectiva de penas ainda mais rigorosas.

Eis um exemplo de erro não causado pela ignorância: Sérgio e Virgínio estavam ambos acampados frente a Veios, cada um comandando uma divisão do exército. Sérgio, do lado de onde poderiam vir os toscanos; Virgínio, do outro lado. Atacado pelos feliscos e outros povos, Sérgio preferiu ser batido e ter que recuar do

que pedir socorro a Virgínio. Este, por sua vez, esperando que o companheiro se humilhasse diante dele, preferiu assistir à desonra da pátria, e à sua vergonha, do que correr a socorrê-lo.

Este comportamento, verdadeiramente criminoso, merecia a infâmia eterna, e teria comprometido a honra da república romana se os dois generais não fossem punidos. Roma se contentou com uma multa, embora em qualquer outra república os dois tivessem recebido a pena capital. Limitava-se o castigo não porque o delito não merecesse punição maior, mas porque os romanos, pelos motivos que expliquei, preferiam respeitar, nas circunstâncias, as máximas dos seus antepassados.

Quanto aos erros provocados pela ignorância, não há exemplo mas convincente do que o de Varrão. Sua temeridade fez com que o exército romano fosse destruído inteiramente por Aníbal, em Cannes, pondo em perígo a liberdade da república. No entanto, como sua ação fosse causada pela ignorância, e não pela perfídia, em lugar de ser punido, Varrão foi cumulado de honrarias. Quando retornou a Roma, o Senado inteiro foi ao seu encontro e, não podendo felicitá-lo pelo êxito da batalha, agradeceu-lhe o ter voltado a Roma, não desesperando da salvação da república.

Quando Papírio Cursor quis condenar Fábio ao suplício por ter dado combate aos samnitas, não obstante a ordem recebida em contrário, a razão mais importante alegada pelo pai do culpado foi a de que, mesmo nos maiores reveses, os romanos jamais tinham tratado os generais vencidos com a severidade que Papírio queria fosse aplicada a um general vitorioso.

Capítulo Trigésimo Segundo

As repúblicas e os príncipes não devem demorar a assistir o povo nas suas necessidades.

Os romanos costumavam tratar o povo com liberalidade nos momentos de perigo. Quando Porsena assediou a cidade, com o propósito de reconquistá-la para os Tarquínios, o Senado, que não confiava na plebe (pois suspeitava que estava pronta a servir os reis, em lugar de combatê-los), isentou-a do imposto do sal e de outros tributos, para obter o seu apoio, alegando que "os pobres já fazem bastante pelo bem público criando os seus filhos". Seu objetivo era fazer com que o povo, diante deste benefício, não hesitasse em resistir ao assalto, à fome e à guerra.

Que este exemplo não recomende esperar o momento do perigo para ganhar o apoio popular; o que deu resultado para os romanos pode nunca mais ter o mesmo efeito. A multidão não dirá que deve aos governantes o benefício recebido, mas que o deve ao inimigo; suspeitará que, cessado o perigo, a vantagem lhe possa ser retirada — vantagem pela qual, aliás, não precisa manifestar gratidão.

Se os romanos tiraram alguma vantagem do que fizeram, foi porque o Estádo mal se iniciava, e o povo já tinha visto várias leis promulgadas em seu benefício (como a do apelo ao julgamento popular); pensou-se, assim, que o novo benefício era devido menos à aproximação do inimigo do que à inclinação do Senado em seu favor. Por outro lado, estava viva ainda a lembrança dos ultrajes e do desprezo dos reis.

Contudo, como tais causas raramente ocorrem juntas, é também raro que os mesmos remédios possam ser eficazes. Em conseqüência, estejamos numa república ou numa monarquia, é preciso examinar, antes de mais nada, que perigos nos ameaçam, e de quem vamos precisar, no momento do perigo. Depois, é preciso agir com relação a essas pessoas como estaríamos obrigados a agir em caso de desgraça. Quem agir de outro modo — seja príncipe ou república, mas especialmente um príncipe — estará profundamente enganado, pois acreditará que, na hora do perigo poderá conquistar o apoio necessário, em troca de benefícios. Em lugar de obter o que precisa, o resultado será o apressamento da sua ruína.

Capítulo Trigésimo Terceiro

Quando surge uma grande dificuldade para o Estado, interna ou externa, mais vale contemporizar do que atacar de frente o mal.

À medida que a república romana crescia em renome, força e extensão, os seus vizinhos, que não tinham previsto todos os danos que poderia causar o novo Estado, tiveram que reconhecer, tarde demais, o erro cometido. Quiseram dar remédio, assim, ao que não souberam curar desde o princípio, e mais de quarenta povos juraram a perdição de Roma. Foi quando os romanos, entre outras medidas que tinham o costume de empregar nos casos de perigo, tomaram a decisão de instituir um ditador, isto é, de atribuir a um cidadão o direito de decidir sem ter que consultar ninguém, agindo sem qualquer apelo. medida, que foi útil naquela ocasião, e permitiu contornar os perigos mais iminentes, teve também a maior utilidade em todas as circunstâncias críticas criadas pelo crescimento do império, para conjurar os mesmos perigos que ameaçaram tantas vezes a república.

A circunstância referida me permite comentar que, qualquer que seja a causa interna ou externa dos perigos que ameaçam uma república, se estes se avolumam, dando motivo de temor aos cidadãos, será mais seguro contemporizar diante do mal do que procurar atacá-lo diretamente. O esforço feito para destruí-lo terá o efeito de acrescentar à sua força, precipitando uma explosão.

Os acidentes deste tipo que ocorrem no seio das repúblicas derivam mais comumente de alguma causa interna; nascem, com maior freqüência, ou do fato de um cidadão assumir autoridade maior do que é próprio ou de que se deixe alterar uma lei que seja vital à liberdade. Permite-se que o mal se estenda até o ponto em que seja mais perigoso tentar remediá-lo do que deixar que siga seu curso natural. É mais difícil reconhecer estes perigos no seu ponto de origem porque os homens têm uma inclinação natural que os leva a favorecer tudo o que é novo, sobretudo quando se trata de empreendimentos de coragem, realizados por gente jovem.

De fato, se surge no seio de uma república um jovem dotado de espírito nobre e coragem incomum, todos os olhares convergem para ele; honrarias lhe são prodi-

galizadas imprudentemente. Se a ambição o incita, usando com vantagem os dons naturais e o favor das circunstâncias, chega-se logo a um ponto em que os cidadãos, percebendo muito tarde o seu erro, não lhe podem opor mais do que débeis obstáculos, que só contribuem para aumentar ainda mais o seu poder.

Poderíamos citar exemplos numerosos, mas me contentarei em relatar um caso, ocorrido em nossa cidade.

Cosmo de Médici, que plantou em Florença os fundamentos da grandeza de sua família, alcançou — pela sua sabedoria e pela cegueira dos concidadãos — uma tal autoridade que começou a inspirar temores ao governo; todos pensavam que, se bem fosse perigoso ofendê-lo, mais perigoso seria deixá-lo como estava. Nicolau de Uzzano, que vivia nessa época, e que tinha grande experiência, não quis, enquanto era vivo, que se acrescentasse à primeira falta cometida — não perceber o perigo representado pela influência de Cosmo — uma segunda, procurando-se destruí-lo, pois estava convencido de que tal tentativa traria a ruína do Estado. Esta predição só se efetivou muito depois da sua morte, quando os cidadãos, sem atentar para o que dissera, lançaram todas as suas forças contra Cosmo, expulsando-o de Florença. Mas logo o seu partido o fez chamar de volta, transformando-o numa espécie de príncipe da república — glória que jamais atingiria sem a oposição manifestada contra ele.

O mesmo aconteceu em Roma, com César. A princípio, Pompeu e outros cidadãos enalteceram sua coragem; mas esta boa vontade logo se trasmudou em medo, como testemunha Cícero, ao dizer que Pompeu começou a desconfiar de César tarde demais. O medo o levou a cogitar de remédios para a situação, mas os meios que empregou só fizeram acelerar a ruína da república.

Portanto, como é difícil prever, na sua origem, os males ocultos pela ilusão que cerca todas as novas instituições, é mais prudente suportá-los com paciência, quando se manifestam, do que combatê-los imprudentemente. Com o auxílio do tempo, ou esses males desaparecem, ou pelo menos se faz recuar a catástrofe.

É preciso, portanto, que os governantes mantenham sempre os olhos abertos para os perigos que procuram afastar, ou cuja violência querem reprimir. Que evitem aumentar-lhes a força, ao tentar enfraquecê-los; cuidado para não atirá-los sobre suas próprias cabeças, ao procurar afastá-los; que não reguem a planta daninha, pensando abafá-la. É preciso, contudo, sondar a força do mal: se for possível destruí-lo, que nenhuma consideração o impeça; em caso contrário, convém deixar agir a natureza, evitando a aplicação de qualquer remédio, com todos os inconvenientes que relatei, a propósito dos povos vizinhos de Roma.

Como aquela cidade se havia tornado demasiado poderosa para eles, ser-lhes-ia bem mais vantajoso procurar apaziguá-la, protegendo-se dela pelas vantagens da paz, em vez de lhe dar, com a guerra, ocasião de novos meios de ataque e defesa. A liga de tantos povos contra Roma não fez mais do que fortalecer a coragem dos romanos, levando-os a buscar novas maneiras de aumentar o mais depressa possível o seu poder.

A instituição de um ditador foi um destes meios; destinado a enfrentar os perigos mais iminentes, permitiu obviar uma infinidade de desgraças que pesariam sobre uma república sem tal recurso.

Capítulo Trigésimo Quarto

A instituição da ditadura fez bem, e não mal, à república romana; o que causa dano à vida política é o poder usurpado, não o que é livremente delegado.

Alguns autores criticam os romanos por haverem instituído um ditador, que consideram a causa da tirania imposta a Roma em seguida. Alegam tais autores que o primeiro tirano de Roma teve o título de ditador, e que se essa instituição não existisse, César não teria revestido sua tirania com o véu da legitimidade.

Mas quem avança esta opinião não examinou os fatos com atenção. Não foi a instituição ou o título de ditador que sujeitou Roma, mas o poder usurpado pelos cidadãos para se manter no governo. Se o título não existisse, criariam um outro: a força encontra facilmente um título, mas nenhum título cria a força.

Enquanto a ditadura se manteve dentro das formas legais, e não foi usurpada pelos cidadãos, representou um sustentáculo da república. De fato, os magistrados instituídos por meios extraordinários, e o poder alcançado por esses meios, não são perigosos para o Estado. Se examinarmos os acontecimentos ocorridos na república romana, veremos que os ditadores só lhe prestaram serviços importantes por razões evidentes.

Para que um cidadão possa fazer dano ao Estado, usurpando um poder extraordinário, é preciso, antes de mais nada, o concurso de numerosas circunstâncias — inexistentes numa república que manteve a pureza de costumes. É preciso que ele seja extremamente rico, e que tenha um grande número de amigos e de clientes, o que não pode acontecer numa monarquia. Supondo que tal cidadão existisse, seria extraordinário que pudesse obter os votos do povo.

É preciso notar, aliás, que os ditadores romanos eram designados por tempo limitado; a duração do seu poder não excedia as circunstâncias que haviam obrigado a sua instituição. Sua autoridade consistia em tomar sozinho todas as medidas que considerasse oportunas para enfrentar um perigo determinado. Não tinha necessi-

dade de realizar consultas, e podia punir sem apelo os que considerasse culpados. Mas o ditador nada podia fazer que atentasse contra o governo estabelecido — como retirar autoridade ao Senado ou ao povo, ou substituir as antigas instituições da república. A curta duração da ditadura, os limites que definiam o seu poder, bem como as virtudes do povo romano, tornavam impossível que transbordasse da sua autoridade, prejudicando o Estado, ao qual, pelo contrário, sempre foi de utilidade.

De todas as instituições romanas, esta é sem dúvida a que merece maior atenção. Deve-se contar a ditadura entre os meios que contribuíram para a grandeza desse vasto império; é difícil que um Estado, sem tal ordenação, possa defender-se contra fatos extraordinários. Ordinariamente o ritmo do governo numa república é muito lento. Como nenhum conselho, e nenhum magistrado, pode assumir plenamente a autoridade para atuar, há sempre necessidade de realizar consultas; e como é preciso reunir todas as vontades no momento necessário, a ação do governo é perigosamente lenta quando surge um mal inesperado, que precisa ser abordado sem demora. Por isto, é necessário que, entre as instituições das repúblicas, haja alguma análoga à ditadura.

A república de Veneza, que nos tempos modernos se fez célebre dentre todos os governos republicanos, confiou a um pequeno grupo de cidadãos o poder de agir nas emergências sem deliberações prolongadas. Numa república onde não há tal sistema, e onde todas as formalidades legais são respeitadas, a queda do Estado é certa, a não ser que se busque a salvação no desrespeito àquelas formalidades. Seria desejável que nunca ocorressem circunstâncias que exigissem remédios extraordinários, pois não há dúvida de que, embora as vias extralegais sejam úteis, o seu exemplo é sempre perigoso. Começa-se por atingir as instituições existentes com o propósito de servir o Estado e logo se usa esse pretexto para perdê-lo. Assim, uma república não será perfeita se a sua legislação não tiver previsto todos os acidentes que podem ocorrer, com os respectivos remédios. Concluo, portanto, com a observação de que as repúblicas que nos casos de perigo não podem recorrer a um ditador, ou a instituição análoga, não têm condições de evitar sua perdição.

É digna de nota a sabedoria demonstrada pelos romanos no processo de nomeação do ditador. Como este cargo tinha algo de ofensivo para os cônsules (que, embora chefes do governo, deviam reconhecer, como todos os cidadãos, uma autoridade superior à sua), era de se supor que a designação de um ditador fizesse nascer o descontentamento. Decretou-se assim que a designação seria feita pelos cônsules.

Pensou-se que, se acontecesse algo que obrigasse Roma a se apoiar no poder ditarorial, os cônsules recorreriam a ele sem cuidados; e, devendo eles próprios nomear o ditador, este privilégio compensaria a delicadeza da sua situação.

De fato, as feridas que os homens fazem em si próprios, deliberadamente, são bem menos dolorosas do que os males trazidos por mãos alheias.

Vale notar, aliás, que nos últimos tempos da república, os romanos, em vez de instituir um ditador, atribuiam poderes ditatoriais ao próprio cônsul, servindo-se da fórmula: "videat consul ne respublica quid detrimenti capiat" ("Observe o cônsul que o Estado não sofra qualquer dano").

Para não ter que retornar a este assunto, concluo que os povos vizinhos de Roma, ao procurar submeter aquela cidade, provocaram a criação de instituições apropriadas não só à sua defesa, mas ao ataque com forças mais numerosas, maior poder e melhor orientação.

Capítulo Trigésimo Quinto

Por que a criação do decenvirato prejudicou a liberdade na república romana, embora tenha resultado de livre escolha do povo.

A escolha de dez cidadãos eleitos pelo povo para legislar parecerá contrária ao que dissemos aqui: que só o poder usurpado pela violência pode ser nocivo ao Estado, nunca o que é estabelecido livremente pelo sufrágio popular. Com efeito, os decênviros logo se transformaram em tiranos, jogando imprudentemente com a liberdade do povo. A este propósito, é necessário atentar para o modo como se confere a autoridade, e a duração desse mandato.

Se se estabelecer a autoridade sem limite de qualquer lei, por um longo período (um ano, ou mais), haverá sempre um perigo. Os resultados prejudiciais ou benéficos vão depender da perversidade ou da virtude dos homens a quem se confiar a função.

Comparando-se o poder dos decênviros com o dos ditadores, vê-se que os primeiros eram incomparavelmente mais poderosos. O ditador governava na presença dos tribunos, dos cônsules, do Senado, e não podia desrespeitar a sua autoridade. Embora tivesse poderes para retirar o consulado de um cidadão, ou expulsar um senador, não tinha a faculdade de destruir todo o Senado, ou de promulgar novas leis. O Senado, os cônsules e os tribunos agiam como fiscais, impedindo o ditador de ultrapassar os limites do dever.

Mas a criação dos decênviros ofereceu um espetáculo diferente. Logo depois de instituídos, eles aboliram os cônsules e os tribunos; arrogaram-se o direito de promulgar leis e se conduziam com autoridade que pertencia exclusivamente ao povo. Colocados à frente do governo, sem os cônsules, os tribunos, e sem a possibilidade de apelo ao povo, nada regulava sua conduta; posteriormente, explodiu toda a sua insolência, graças à ambição de Ápio.

É preciso explicar que, quando declarei que a autoridade conferida pela livre escolha do povo não oferecia qualquer perigo à liberdade, pensei no caso de uma

Capítulo Trigésimo Sétimo

Os tumultos criados em Roma pela lei agrária: como é perigoso promulgar leis com efeito retroativo, que choquem costumes tradicionais.

Os escritores da antiguidade dizem que os homens se afligem com o mal e se atormentam com o bem: duas inclinações que, embora de natureza diversa, produzem os mesmos resultados. Se não lutam por necessidade, lutam por ambição. É uma paixão que tem neles raízes profundas; não os abandona, por mais elevada a situação a que cheguem.

De fato, a nautreza criou os homens com a sede de tudo abraçar e a impotência de atingir todas as coisas. Como o desejo de possuir é mais forte do que a faculdade de adquirir, disto resulta um secreto desgosto pelo que possuem, ao qual se junta o descontentamento por si próprios. Esta é a origem dos seus variados destinos. Uns querem possuir mais, outros temem perder o que já ganharam; daí o atrito e a guerra, que por sua vez provocam a destruição de um império para servir à elevação de outro.

Inspira este comentário o comportamento do povo romano ao criar a instituição dos tribunos para se opor às pretensões da nobreza. Mal esta medida (que respondia a uma necessidade efetiva) foi concedida, o povo recomeçou o combate à nobreza, almejando partilhar suas riquezas e honrarias — os dois bens mais cobiçados. Daí as dissensões que, como uma epidemia, invadiram a cidade por ocasião da lei agrária e que, finalmente, levaram a república à ruína.

Como num governo bem organizado o Estado deve ser rico, e os cidadãos, pobres, é de se supor que esta lei fosse defeituosa, ou porque não se a tivesse estabelecido desde o princípio ou porque se houvesse levado tanto tempo para instituí-la, que passava a ser perigoso dar-lhe vigência retroativa; ou, ainda, porque a sua execução tivesse terminado por corrompê-la — por mais sabiamente que fosse formulada. De qualquer modo, nunca se mencionou essa lei em Roma sem que houvesse comoção em toda a cidade.

Tinha a lei dois pontos principais: a determinação de um máximo de terra que cada cidadão podia possuir; e o princípio de que as terras conquistadas aos inimigos do país deviam ser divididas por todo o povo romano.

A lei prejudicava os nobres em dois sentidos: primeiramente, os que possuiam mais do que ela permitia (o maior número) deviam ser privados desse excedente; em segundo lugar, como a repartição das terras conquistadas devia ser feita entre todo o povo, isto impedia que os nobres aumentassem sua propriedade. As críticas, dirigidas contra as autoridades (que, refutando-as, pensavam defender o Estado), provocavam em Roma distúrbios capazes de subverter a ordem pública. Os nobres se esforçavam por contornar o perigo, usando de paciência e habilidade. Às vezes, levantavam-se em armas: às vezes, opunham outro tribuno ao tribuno que a defendia; ora cediam em parte aos desejos do povo, ora fundavam uma colônia no território que se pretendia repartir. Foi o que aconteceu em Anzio, onde se instalou uma colônia com cidadãos romanos. Tito Lívio usa, a propósito, uma frase notável, dizendo que foi difícil encontrar quem quisesse partir como colono, pois o povo preferia desejar terras em Roma do que tê-las de fato em Anzio.

A fermentação provocada pela lei agrária continuou até que os romanos invadiram as regiões mais distantes da Itália, quando então se reduziu. Pode-se atribuir a causa disto ao caráter remoto das novas terras, situadas em locais onde era difícil o cultivo, o que amortecia o desejo de possuí-las. O povo romano preferia punir seus inimigos de outro modo; assim, quando conquistava um território, instalava ali algumas colônias.

A essas diferentes causas se deve atribuir a hibernação que aquela lei sofreu até a época dos Gracos; despertada por eles, extinguiu a liberdade dos romanos. Encontrando o poder dos seus adversários mais forte do que nunca, inflamou mais do que antes o ódio que separava o povo do Senado. Armou todos os braços, fez escorrer o sangue, derrubou todas as barreiras levantadas para manter a ordem pública.

Como os magistrados não podiam remediar a desordem, e tampouco os partidos, cada um procurou um líder que o defendesse. No meio destes distúrbios e dissensões, o povo se voltou para Mário, elegendo-o cônsul quatro vezes (em períodos tão próximos uns dos outros que lhe permitiram fazer-se cônsul três outras vezes). Quanto à nobreza, não tendo outro meio com que se opor ao flagelo, voltou-se para Sila, cumulando-o de favores e tomando-o como líder. Estourou a guerra civil; o sangue correu em torrentes e, depois de muitas vicissitudes, a nobreza alcançou a vitória. Essas comoções agitaram de novo a república nos tempos de César e Pompeu, quando o primeiro era chefe do partido de Mário, e o segundo, do de Sila. A vitória sorriu então a César, que foi o primeiro tirano de Roma, cidade que nunca mais voltou a ser livre.

Assim se originou e findou a lei agrária; e se o que digo aqui sobre os seus efeitos parece contradizer o que demonstrei alhures (que a inimizade entre o povo e o Senado de Roma contribuiu para manter sua liberdade), direi que não é assim. A ambição dos poderosos é tal que se num Estado se procura esmagá-la sem piedade, por todos os meios e modos, ela o arrastará na sua queda. Se bem seja verdade que a lei agrária quis escravizar Roma durante três séculos, a cidade se teria perdido antes se o povo, por meio dessa lei e de outras reivindicações, não houvesse conseguido refrear a ambição dos nobres.

Este exemplo prova também como os homens se interessam mais pela riqueza do que pelas honrarias. Com efeito, a nobreza romana cedeu à plebe, sem excessiva relutância, uma parte das suas honrarias; mas, quando se tratou de ceder-lhe riquezas, defendeu-as com tal determinação que o povo, para satisfazer sua fome de ouro, teve de recorrer a meios extraordinários. Os Gracos foram os promotres dessas desordens; deve-se louvar mais a sua intenção do que a previsão que fizeram. Procurar reprimir um abuso pela criação de uma lei com efeito retroativo é uma medida errônea, como já expus longamente: tal medida só faz acelerar o mal. Já quando se usa o tempo como remédio, ou este avança lentamente, ou se extingue por si só.

Capítulo Trigésimo Oitavo

As repúblicas fracas são hesitantes, e não sabem decidir; se tomam afinal um partido, isso se deve mais à necessidade do que à deliberação.

Roma estava assolada por peste de muita gravidade, o que levou os volscos e os équos a pensar que havia chegado o momento de dominá-la; reuniram um forte exército e atacaram em primeiro lugar os latinos e os érnicos que, vendo seu país devastado, tiveram que pedir socorro aos romanos, revelando-lhes a situação difícil em que se encontravam. A braços com a peste, estes alegaram que não podiam oferecer qualquer ajuda, recomendando-lhes que se defendessem com suas próprias armas.

Esta resposta testemunha a sabedoria e a grandeza do Senado. Em todas as circunstâncias, aquele órgão quis sempre ser senhor das decisões dos povos submissos; mas nunca deixou de tomar resolução contrária à sua maneira normal de agir, ou mesmo a uma determinação que já fosse sua, quando isto era necessário.

Vale lembrar que o mesmo Senado havia antes proibido os volscos e équos de se armarem; um Senado menos esclarecido teria pensado, portanto, perder autoridade ao permitir-lhes prover sua própria defesa. Mas, ao contrário, os senadores guardaram sempre um julgamento equilibrado das coisas, tomando, em qualquer circunstância, a decisão menos ruim. Se lhes era difícil não poder defender os povos sob sua proteção, parecia-lhes igualmente duro vê-los tomar armas sem sua licença, pelos motivos já expostos e por muitos outros que se pode facilmente compreender. Convencido de que a necessidade obrigava aqueles povos a se armarem contra o inimigo que os pressionava, o Senado decidiu da forma mais honrosa, e quis que o que fizessem fosse autorizado, por temor de que, tendo desobedecido uma vez por necessidade, se habituassem a desobedecer por capricho. Podemos pensar que, em tais circunstâncias, qualquer república teria feito o mesmo; mas os Estados fracos ou mal orientados nunca sabem decidir, nem agir honrosamente frente à necessidade.

O duque Valentino tinha tomado Faenza, forçando Bolonha à mesa de negociação. Como pretendesse atravessar a Toscana para retornar à Roma, enviou um valido à Florença solicitar passagem para si e o seu exército. Os florentinos discutiram sobre o que fazer, mas ninguém propôs que se acolhesse o pedido. Isso significaria afastar-se inteiramente da política seguida pelos romanos, pois o duque tinha forças temíveis, e os florentinos eram fracos demais para poder impedir sua passagem. Teria sido mais honroso para eles parecer consentir, em vez de ver a passagem realizada à força. De fato, o duque Valentino fez o que queria, deixando a vergonha recair sobre a cidade. Vergonha que os florentinos teriam em parte evitado, agindo de modo diverso. O maior vício de todas as repúblicas fracas é a indecisão; de sorte que cada escolha que fazem é ditada pela força — se o resultado é feliz, isto se deve à necessidade, e não à sabedoria da sua conduta.

Quero dar dois outros exemplos contemporâneos, ocorridos na nossa república no ano de 1500.

Depois de que Luís XII, rei da França, se apoderou de Milão, quis tomar Pisa para obter os cinqüenta mil ducados que lhe haviam sido prometidos pelos florentinos em troca daquela cidade. Enviou assim à Pisa o seu exército, comandado pelo Senhor de Beaumont que, embora francês, merecia a confiança de Florença. Beaumont dirigiu o exército para a região entre Cascina e Pisa, com a intenção de atacar esta última. Estava ali há vários dias, preparando-se para o ataque, quando representantes pisanos vieram procurá-lo, oferecendo render a cidade às tropas francesas se o rei prometesse não a entregar aos florentinos antes de quatro meses. Estes, contudo, rejeitaram a proposta, e quiseram forçar a rendição, sem o conseguir, porém. Da empresa fracassada só lhes ficou a vergonha.

A rejeição da proposta pisana vinha da desconfiança que os florentinos tinham do rei francês, que os havia dominado devido à pouca firmeza da sua vontade. Não perceberam também que seria melhor que o rei lhes restituísse Pisa, depois de a haver tomado, (ou então, não a devolvendo, que desvelasse a má fé que o movia) do que obrigá-los com uma promessa, prometendo-lhes algo que não tinha. Teriam de fato agido melhor consentindo que Beaumont tomasse a cidade, embora condicionalmente.

Foi o que a experiência lhes ensinou em 1502, quando Arezzo se rebelou, e o rei de França socorreu os florentinos com uma expedição comandada por Imbault. Este, detendo-se a pequena distância da cidade, encetou negociações com os habitantes, que aceitaram entregá-la sob condições semelhantes às que tinham sido propostas pelos pisanos.

A oferta foi outra vez recusada pelos florentinos. Mas Imbault, percebendo a dificuldade que a cegueira destes iria causar, começou a negociar com os aretinos em seu nome, sem a presença de delegados de Florença. E, tendo concluído um tratado nos moldes que desejava, penetrou em Arezzo com suas tropas, fazendo sentir aos florentinos sua imprudência e inexperiência.

Acrescentou que, se desejassem Arezzo, bastaria dizê-lo ao rei, para quem era mais fácil ceder-lhe a cidade, agora que a tinha ocupado, do que quando esta se encontrava fora do seu domínio. Entrementes, Imbault foi bastante criticado em Florença, até se reconhecer que, se Beaumont tivesse agido como ele, Florença seria dona de Pisa, como foi de Arezzo.

Portanto, retornando ao nosso tema, as repúblicas de vontade insegura nunca tomam uma decisão apropriada, a não ser quando a necessidade as obriga. Sua fraqueza as impede de chegar a um conclusão, enquanto persiste a menor dúvida. E se esta dúvida não fosse superada por alguma violência, continuariam flutuando na eterna incerteza.

Capítulo Trigésimo Nono

Vê-se muitas vezes os mesmos acontecimentos repetirem-se em povos diferentes.

Quem estudar a história contemporânea e da antiguidade verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda em todos os governos, em todos os povos. Por isto é fácil, para quem estuda com profundidade os acontecimentos pretéritos, prever o que o futuro reserva a cada Estado, propondo os remédios já utilizados pelos antigos ou, caso isto não seja possível, imaginando novos remédios, baseados na semelhança dos acontecimentos. Porém, como estas observações são negligenciadas (ou aqueles que estudam não sabem manifestá-las), disto resulta que as mesmas desordens se renovam em todas as épocas.

Como depois do ano de 1494 Florença perdera uma parte das suas possessões (Pisa e outras cidades), os florentinos se viram forçados a combater contra os Estados que delas se haviam apossado; como estes eram poderosos, foram feitas despesas enormes sem qualquer vantagem. Esses gastos levaram à imposição de tributos cada vez mais pesados, que provocaram reclamações populares.

Como a guerra era dirigida por um conselho de dez cidadãos, que o povo chamava de "os dez da guerra", a multidão começou a acusá-los incisivamente, como se fossem a causa exclusiva das hostilidades e das despesas que estas ocasionavam. Pensou-se que, abolindo o conselho, eliminar-se-ia a razão da guerra. Por isso, quando chegou a época de renovar o colegiado, não se fizeram novas eleições, confiando-se os poderes do órgão à Senhoria.

Esta decisão teve conseqüências das mais funestas: não só não pôs fim à guerra (o que todos os cidadãos desejavam), como afastou aqueles que a dirigiam com competência. Foi assim que Florença, além de Pisa, perdeu Arezzo e muitas outras cidades. O povo finalmente admitiu o seu erro — percebendo que a causa do mal era a febre, e não o médico — e restabeleceu o Conselho dos Dez.

Igual desconfiança surgiu em Roma com respeito ao cargo de cônsul. Vendo desaparecer o seu sossego e iniciar-se a guerra, mas sem perceber que este estado de hostilidade contínua tinha raízes na inveja dos povos vizinhos, a plebe o atribuía à ambição dos nobres que, não podendo castigar o povo dentro da cidade (pois os tribunos o defendiam), o levaram para o sofrimento onde não podia ser socorrido.

Pensou-se, assim, que seria vantajoso abolir o consulado, ou pelo menos limitar o seu poder, de modo que não pudesse abranger o povo — nem dentro, nem fora dos muros de Roma. O primeiro a propor esta lei foi o tribuno Terêntilo, quando sugeriu que se designasse cinco cidadãos para examinar a autoridade dos cônsules, demarcando os seus limites. A proposta irritou profundamente os nobres, que a interpretaram como verdadeiro insulto á majestade do império, um rebaixamento da dignidade do governo.

Mas a teimosia dos tribunos foi tão grande que se aboliu, afinal, o título de cônsul. Depois de várias tentativas, preferiu-se atribuir aos tribunos o poder consular, em vez de se voltar a ter cônsules: o que se odiava era mais o título consular do que a autoridade correspondente.

A nova função durou muitos anos; por fim, o povo, reconhecendo o erro que havia cometido, restabeleceu os cônsules — como os florentinos restabeleceram o Conselho dos Dez.

Capítulo Quadragésimo

A criação do decenvirato em Roma e o que a instituição tinha de notável. Onde se considera, entre muitas outras coisas, como o mesmo acontecimento pode salvar ou perder uma república.

Como desejo me estender de modo minucioso sobre os acontecimentos devidos à criação do decenvirato, não me parece supérfluo narrar primeiramente as conseqüências desta instituição e em seguida os seus resultados mais notáveis. É um assunto que merece a atenção especial tanto dos que querem manter uma república em liberdade como dos que pretendem sujeitá-la. Mostrarei os muitos erros cometidos pelo Senado e o povo, com prejuízo para a liberdade, e as não menos numerosas faltas de Ápio, chefe dos decênviros, em prejuízo da tirania que pensava instituir em Roma.

Após muitas disputas e um debate interminável entre o povo e a nobreza, para instituir em Roma leis capazes de manter a liberdade, os dois partidos concordaram em enviar Spúrio Postúmio à Atenas, acompanhado de dois outros cidadãos, para tomar como modelo as leis de Sólon, as quais seriam base para as que se promulgaria na república romana. Esses enviados viajaram à Grécia e, ao voltarem, decidiu-se designar os encarregados de redigir tais leis. Escolheu-se dez cidadãos, que permaneceriam em função durante um ano. Entre eles figurava Ápio Cláudio, homem esclarecido, embora turbulento. Para que pudessem proceder sem obstáculos à redação das novas leis, foram abolidos todos os outros magistrados, especialmente os tribunos e os cônsules. Aboliu-se também o instituto da apelação ao povo, de modo que a nova autoridade tornou-se soberana.

Favorecido pela plebe, Ápio em breve passou a reunir em suas mãos a autoridade dos colegas. Afetava maneiras populares, e logo todos se espantaram de que tivesse mudado tanto, pois até então passara pelo mais impiedoso perseguidor do povo. A princípio, os decênviros mostraram grande moderação; tinham apenas doze litores, incumbidos de precedê-los. Embora tivessem autoridade absoluta, em certa oportunidade, quando deveriam condenar um cidadão romano por homicídio, preferiram levá-lo diante do povo, ao qual cederam o direito de julgamento.

Suas leis foram escritas em dez tábuas, expostas em público para que todos pudessem lê-las e discuti-las, e para que se pudesse corrigir, antes da sua promulgação, qualquer defeito que fosse notado. A este propósito, Ápio fez circular o rumor de que se deveria acrescentar outras duas tábuas às dez, para que atingissem a perfeição. Esta idéia, que os romanos aceitaram, serviu de pretexto para prolongar o decenvirato por um ano, o que era agradável à plebe, que não queria restabelecer os cônsules, preferindo dispensar os tribunos e, como dissemos, permanecer dona da situação.

Quando se decidiu nomear os decênviros uma segunda vez, todos os nobres, com Ápio à frente deles, interessaram-se pelo cargo. A popularidade de Ápio era tal que começou a levantar suspeitas entre os colegas: "Credebant enim haud gratuitam in tanta superbia comitatem fore" ("Pensavam que tal sociabilidade, em homem tão soberbo, não poderia deixar de ter um propósito"). Contudo, na incerteza de poder resisti-lo abertamente, decidiram usar um artifício, atribuindo-lhe o poder de propor ao povo os futuros decênviros.

Acreditavam que desta forma o impediriam de indicar o próprio nome, gesto inusitado em Roma, e que se considerava ignominioso. "Ille vero impedimentum pro occasione arripuit" ("Mas ele, na verdade, usou o impedimento como uma oportunidade"): designou-se a si próprio, em primeiro lugar, e em seguida os que preferia, para grande descontentamento da nobreza, espantada com aquela audácia.

A nova nomeação, pelo período de um ano, fez com que os nobres e o povo começassem a ver o erro que haviam cometido. Ápio deixara de esconder o orgulho, e começou a influenciar os companheiros: "Appius finem fecit ferendae alienae personae" ("Ápio deixou de fazer o papel de outra pessoa"). E para maior espanto ainda do povo e do Senado, aumentou o número dos litores, de doze para cento e vinte.

Durante alguns dias as queixas foram gerais. Em breve, os decênviros oprimiam o povo e alarmavam o Senado. Se algum cidadão maltratado por um deles apelasse para os outros, recebia na apelação sentença ainda mais rigorosa. Reconhecendo sua culpa, o povo em desespero se voltou para os nobres: "et inde libertatis capture auram, unde servitudem timendo, in eum statum rempublicam adduxerant" ("procurando colher uma aura de liberdade na situação à qual haviam conduzido a república, por temor à servidão"). Desespero que agradava a nobreza: "ut ipsi, taedio praesentium, consules desiderarent" ("a fim de que, pelo horror ao presente, voltassem a desejar os cônsules").

O período de um ano chegava ao fim: as duas novas tábuas das leis estavam terminadas, mas ainda não tinham sido publicadas. Os decênviros se aproveitaram do pretexto para continuar no poder; mantiveram-se no governo pela violência, transformando-se em defensores dos jovens nobres, que pasaram a receber a propriedade confiscada aos cidadãos condenados: "Quibus donis juventus corrumpebatur, et malebat licentiam suam, quam ominium libertatem" ("Com esses bens se corrompia a juventude, a qual preferia a licença que lhe era dada à liberdade de todos").

Entrementes, sabinos e volscos declararam guerra à Roma, o que tornou visível toda a fraqueza da autoridade dos decênviros, que não podiam sustentar a luta sem o apoio do Senado — e reunir o Senado parecia-lhes pôr em perigo o seu poder. Contudo, pressionados pelas necessidades, decidiram fazê-lo. Quando os senadores se reuniram, muitos deles se declararam contrários à tirania dos decênviros — em especial Valério e Horácio.

Chegava ao fim o decenvirato. Mas o Senado, com a permanente animosidade em relação ao povo, não quis usar toda a sua influência; esperava que, se os decênviros entregassem voluntariamente seus cargos, seria possível evitar o restabelecimento dos tribunos populares. Decidiu-se ir à guerra, criando-se dois exércitos, comandados por uma parte dos decênviros. Ápio ficou em Roma, incumbido de governá-la. Foi quando se enamorou de Virgínia, querendo retirá-la à força da família, o que fez com que o pai, Virgínio, a apunhalasse com suas próprias mãos. Daí os tumultos que ocorreram em Roma e nos dois exércitos; juntando-se à multidão, se retiraram para o monte sagrado, até que os decênviros deixassem o poder, até que se restabelecessem os tribunos e os cônsules, e que a república recuperasse as antigas instituições protetoras da sua liberdade.

Pode-se concluir desta passagem que esta infeliz tirania de Roma teve as mesmas causas de quase todas as outras: o desejo ardente de liberdade por parte do povo e o desejo não menos vivo que tinha a nobreza de dominá-lo.

Quando esses dois partidos não conseguem chegar a um acordo para estabelecer uma lei que proteja a liberdade, e um deles favorece um cidadão, o monstro da tirania ergue sua cabeça. O povo e o Senado chegaram a um acordo para instituir o decenvirato, mas só porque um dos partidos tinha a esperança de extinguir o título de cônsul, e o outro o título de tribuno. Quando os dois títulos foram restabelecidos, o povo, que esperava ver em Ápio o campeão dos seus direitos contra a nobreza, deu-lhe todo o seu apoio. Quando um povo se equivoca a ponto de projetar um cidadão para que possa combater o objeto do seu ódio, este favorito do povo, se for habilidoso, não deixará de se transformar num tirano, servindo-se a princípio da força popular, para destruir a nobreza; e só após a destruição desta procurará oprimir o povo, que será escravizado sem saber a quem recorrer para defendê-lo.

Este foi o caminho seguido por todos os tiranos. Se Ápio tivesse sabido conformar-se com ele, sua tirania teria deitado raízes mais profundas, e não teria sido derrubada tão facilmente. Mas o modo como agiu foi outro — e não teria po-

dido agir com maior imprudência. Para manter a tirania, tornou-se inimigo de todos os que haviam ajudado a impô-la (e que poderiam ainda ajudá-lo a mantê-la), fazendo-se amigo daqueles que em nada haviam contribuído ou poderiam contribuir para isto. Perdeu assim a confiança dos antigos amigos, tentando ganhar a afeição dos que não tinham condições para ser seus amigos.

De fato, embora todos os nobres tendam à tirania, os que não participam do poder são sempre inimigos do tirano, que nunca pode contar inteiramente com eles, pois sua ambição é vasta, e sua avareza, insaciável; e ainda que o tirano possa distribuir riquezas e honrarias, nunca poderá satisfazer o desejo de todos. Por isto Ápio cometeu um erro evidente ao abandonar o povo a fim de se aproximar da nobreza; para conquistar-se a autoridade pela força, é preciso ser mais forte do que o adversário. Os tiranos que favorecem o povo, e que só têm por inimigos os nobres, gozam de segurança bem maior: têm o apoio de forças mais amplas do que os que só contam com os nobres contra a inimizade do povo.

Foi assim que Nábis, tirano de Esparta, atacado por toda a Grécia e por Roma, conseguiu resistir. Depois de verificar que o número dos nobres era reduzido, e que o povo o apoiava, não teve medo de se defender, o que não teria ousado se o povo estivesse contra ele.

Por outro lado, quando só se tem poucos amigos, as forças do país podem não bastar, sendo necessário buscar auxílio além das fronteiras. Deste auxílio, há três variedades: a primeira consiste nos estrangeiros destinados à guarda do tirano; a segunda, no fornecimento de armas aos camponeses para que possam prestar os mesmos serviços militares dos cidadãos; a terceira, na aliança com vizinhos poderosos que possam defendê-lo. Quem trilhar este caminho poderá salvar-se, ainda que o povo seja seu inimigo.

Mas Ápio não podia conquistar a estima dos camponeses, que formavam um mesmo povo com os habitantes de Roma. Não soube realizar o que poderia ter feito, e o seu poder se desmoronou mal havia se erguido.

O povo e o Senado cometeram alguns erros graves, ao instituir os decênviros. E embora tenha dito, no capítulo referente ao ditador, que só representam um perigo para a liberdade os magistrados que se apoderam do governo com as próprias mãos — e não os que são eleitos pelo povo —, este último, contudo, quando se estabelecem novos cargos públicos, deve fazer com que os seus ocupantes se preocupem com as conseqüências da sua eventual corrupção.

Os decênviros deveriam ser mantidos no caminho do dever por uma fiscalização ativa, mas os romanos não os fiscalizavam, deixando que se transformassem no único tribunal romano — todos os demais foram abolidos. Como disse, foi assim que o desejo intenso que tinha o Senado de abolir os tribunos, e o povo de destruir

os cônsules, conseguiu cegar de tal modo um e outro que os induziu a concorrer para a desordem geral.

O rei Fernando, o Católico, da Espanha, dizia que os homens amiúde imitam essas aves de rapina que, por perseguirem com tanta obstinação a presa que a natureza lhes destina, não percebem outro pássaro, mais forte, que se lança sobre elas para despedaçá-las.

Ver-se-á assim, pelo que disse neste capítulo, em que dificuldades o desejo de salvar a liberdade precipitou o povo romano — e os erros cometidos por Ápio ao tentar dominar a tirania.

Capítulo Quadragésimo Primeiro

É imprudente e inútil passar abruptamente da modéstia ao orgulho, da clemência à crueldade.

Um dos meios mais notáveis de que Ápio se serviu, de modo imprudente, para preservar a tirania, foi a súbita mudança de caráter e conduta: a dissimulação com que enganou o povo, fingindo-se seu amigo, bem como a posição que adotou a respeito da renovação do decenvirato.

Pode-se aplaudir a audácia demonstrada, nomeando-se a si próprio — o que a nobreza não esperava —, e a eficiência que testemunhou ao escolher os colegas de função. Mas não foi prudente sua conduta ao mudar de caráter, revelando-se inimigo do povo logo que o seu êxito ficou assegurado. Transformou-se de acessível e afável em orgulhoso, adotando bruscamente os defeitos contrários às qualidades originais. Deste modo, a falsidade da sua alma ficou demonstrada aos observadores prevenidos.

Aquele que durante um certo tempo pareceu virtuoso, mas deseja entregar-se sem entraves à sua natural perversidade, deve fazê-lo gradualmente, servindo-se para isto de todas as oportunidades. Assim, antes que um novo comportamento, oposto ao primitivo, afaste dele os favores do povo, a nova conduta terá adquirido outros favores, para que a autoridade da pessoa não sofra. Agir de outro modo é descobrir-se, perdendo os amigos e perdendo-se a si próprio.

Capítulo Quadragésimo Segundo

O quanto os homens podem facilmente corromper-se.

O decenvirato nos fornece um exemplo da facilidade com que os homens se deixam corromper; da presteza com que o seu caráter se transforma, ainda quando naturalmente bom e cultivado pela educação.

Basta considerar como os jovens que Ápio escolhera para acompanhá-lo logo se familiarizaram com a tirania, deixando-se seduzir em troca de umas poucas vantagens. Basta ver Quinto Fábio, membro do segundo decenvirato, homem famoso pela virtude, mas a quem a ambição cegou, sendo seduzido pela perversidade de Ápio e desprezando a virtude para mergulhar no vício, tornando-se em tudo um êmulo deste.

São fatos, que examinados maduramente, darão mais motivos ainda aos legisladores das repúblicas e dos reinos para impor um freio às paixões dos homens, tirando-lhes a esperança de poder errar impunemente.

Capítulo Quadragésimo Terceiro

Os soldados que combatem pela própria glória são bravos e leais.

O tema que acabamos de tratar mostra ainda a grande diferença existente entre um exército satisfeito, que combate pela própria glória, e aquele que luta, com má disposição, para servir a ambição de um senhor. Os exércitos romanos sob os cônsules sempre foram vitoriosos, mas sob os decênviros sofreram muitas derrotas. O exemplo pode demonstrar igualmente a inutilidade dos soldados mercenários, que não têm outro vínculo com os interesses de quem os comanda além do magro soldo que recebem — motivo insuficiente para que se tornem leais a ponto de morrer pela causa dos senhores.

O exército que não tem pela causa por que deve combater uma afeição que transforme cada soldado num partidário entusiasta, tampouco terá coragem para resistir a um inimigo que demonstrar a menor bravura. E como este vínculo de devoção só pode existir entre um país e seus cidadãos, é necessário, para governar e manter um Estado — seja republicano ou monárquico — armar o povo, como o fizeram todos aqueles cujos exércitos realizaram conquistas importantes.

Sob os decênviros, os romanos não perderam a coragem. Mas, como os seus sentimentos não eram os mesmos, os resultados dos seus esforços eram também diferentes. Abolido o decenvirato, logo recomeçaram a combater, bafejados pela liberdade, voltando a demonstrar a antiga bravura; e suas campanhas foram coroadas de êxito, conforme a antiga tradição romana.

Capítulo Quadragésimo Quarto

Uma multidão sem um líder nada pode; e não se deve primeiro ameaçar e depois requerer autoridade.

Depois da morte de Virgínia, o povo romano se reuniu em armas no monte sagrado. O Senado lhe enviou mensageiros, perguntando por ordem de quem haviam abandonado os chefes. A autoridade do Senado era tal que o povo, sem ter quem o chefiasse, não ousava responder.

Tito Lívio expressa que não eram explicações que faltavam, mas alguém que assumisse a responsabilidade de dar resposta. O que demonstra, evidentemente, a incapacidade em que se encontra uma multidão desprovida de líder.

Virgínio percebeu o motivo da confusão, e deu ordens para que fossem criados vinte tribunos militares, reconhecidos como chefes e incumbidos de negociar com o Senado. O povo solicitou então que se apresentassem Horácio e Valério, como representantes do Senado, para tomar conhecimento das suas reivindicações; mas os dois senadores só queriam subir ao monte sagrado depois que os decênviros tivessem deixado o poder; e quando chegaram ao local onde a multidão se reunira, foi-lhes revelada a intenção do povo de restabelecer os tribunos e de permitir o apelo das sentenças de todos os magistrados; queria também o povo que se lhe entregasse todos os decênviros, sem exceção, para que fossem queimados vivos. Valério e Horácio aplaudiram as primeiras reivindicações, mas julgavam a última impiedosa, dizendo: "Crudelitatem damnatis, in crudelitatem ruitis" ("Incorreis na crueldade que condenais"). Aconselharam assim o povo a deixar de lado os decênviros, procurando reconquistar o poder e a autoridade sobre eles, o que forneceria meios seguros de satisfazer sua sede de vingança.

Este exemplo mostra claramente como é imprudente e tolo dizer, ao pedir alguma coisa, que se pretende utilizá-la contra os interesses de quem a dá. Não se deve manifestar imediatamente a própria intenção, e sim procurar obter a qualquer preço o que se pretende. Ao solicitar as armas de alguém, não se dirá: preciso delas para matar-te. Quando as armas estiverem em nossas mãos, poderão ser empregadas para o fim que preferirmos.

Capítulo Quadragésimo Quinto

Não observar uma lei é dar mal exemplo, sobretudo quando quem a desrespeita é o seu autor; é muito perigoso para os governantes repetir a cada dia novas ofensas à ordem pública.

Ajustado o acordo, e restabelecida a antiga constituição romana, Virgínio convocou Ápio para defender sua causa perante o povo. O acusado atendeu à citação cercado de nobres, e Virgínio ordenou que fosse aprisionado. Ápio pôs-se a gritar, pedindo socorro ao povo, enquanto Virgínio alegava que ele não merecia o apelo que havia abolido, nem devia ser defendido pelo povo que ofendera. Ápio respondeu que não era lícito violar a regra do apelo, que se havia restabelecido com tal empenho. Preso, matou-se antes do dia do julgamento. Embora pelos crimes que cometeu Ápio merecesse os castigos mais severos, não era justificável violar qualquer lei por sua causa, sobretudo uma que acabava de ser restaurada. Com efeito, o exemplo mais funesto que pode haver, a meu juízo, é o de criar uma lei e não cumpri-la, sobretudo quando sua não observância se deve àqueles que a promulgaram.

Depois de 1494, a república de Florença havia reformado seu governo sob a influência de frei Savonarola, cujos escritos dão prova de ciência, sabedoria e virtude. Entre as leis então estabelecidas para assegurar a liberdade dos cidadãos, havia uma que autorizava o apelo ao povo de todas as sentenças passadas pelo Conselho dos Oito ou pela Senhoria relativa a crimes contra o Estado. Mal confirmada essa lei, que Savonarola tinha proposto havia muito tempo, e que só com dificuldade conseguiu fosse adotada, cinco cidadãos foram condenados pela Senhoria por atentar contra a segurança do Estado. Os acusados quiseram apelar, o que não lhes foi concedido, violando-se assim a lei. Este episódio contribuiu, mais do que qualquer outro, para prejudicar o crédito de Savonarola. Se ele considerava o apelo uma instituição de utilidade, deveria fazer observar a lei; em caso contrário, não deveria ter feito tantos esforços para que fosse aprovada.

Estes fatos foram ainda mais marcantes porque nunca se ouviu Savanarola, nos sermões que pregou depois da violação da lei, acusar ou justificar os que a tinham violado — porque não queria desaprovar uma ação que lhe trouxera benefí-

cio mas, ao mesmo tempo, porque não podia justificar os que assim tinham agido. Com isto revelava seu caráter faccioso, e a ambição que o dominava, perdendo a reputação, e atraindo acusações gerais.

Nada mais funesto do que inflamar a cada dia, entre os cidadãos, novos ressentimentos pelos ultrajes cometidos incessantemente contra alguns destes, como acontecia em Roma depois do decenvirato. De fato, todos os decênviros, e muitos outros cidadãos, foram em várias oportunidades acusados e condenados. O temor era geral entre os nobres, que não viam o fim dessas condenações antes que se destruísse toda a sua classe. Disto teria resultado inconvenientes dos mais desastrosos para a república se o tribuno Marco Duélio não houvesse posto termo à situação proibindo, durante um ano, citar ou acusar qualquer cidadão romano, o que fez com que os nobres recobrassem a segurança.

Este exemplo mostra como é perigoso para uma república ou para um príncipe manter os cidadãos em regime de terror contínuo, atingindo-os sem cessar com ultrajes e suplícios. Nada há de mais perigoso do que este tipo de procedimento, porque os homens que temem pela própria segurança começam a tomar todas as precauções contra os perigos que os ameaçam; depois, sua audácia cresce, e em breve nada mais pode conter sua ousadia.

Por isto, é necessário ou não atacar ninguém ou então cometer ao mesmo tempo todas as ofensas, dando garantias, em seguida, aos cidadãos, para restaurar sua confiança e a tranqüilidade geral.

Capítulo Quadragésimo Sexto

Os homens se lançam de ambição a ambição procurando, a princípio, defender-se dos outros, e depois oprimi-los.

O povo romano tinha recobrado a liberdade, reassumindo sua antiga posição. Havia-se mesmo ampliado seus privilégios, com muitas leis novas, que confirmaram seu poder. Podia-se esperar, portanto, que Roma entrasse finalmente num período de tranqüilidade. A experiência, contudo, demonstrou o contrário: a cada dia ocorriam novas desordens e novas dissensões.

Com sua sagacidade costumeira, Tito Lívio mostra os motivos de tais dificuldades. Vale a pena repetir aqui suas palavras. O orgulho do povo aumentava — conta — à medida que a nobreza demonstrava mais moderação; e o mesmo acontecia com esta, em relação à plebe. Quando o povo gozava tranqüilamente seus direitos, os jovens da nobreza vinham insultá-lo. Os tribunos, cujo poder não era plenamente respeitado, não podiam opor-se a isto com o vigor que seria necessário. Os nobres, por sua vez, embora reconhecendo os excessos cometidos pelos mais jovens, não se importavam que fossem os seus que ultrapassassem os limites da ordem pública. Desta forma, o ardor com que cada um dos dois partidos defendia seus interesses fazia com que um deles fosse sempre prejudicado. De fato, o rumo ordinário dos acontecimentos deste gênero é o seguinte: procurando abrigar-se do medo, os homens começam logo a fazer-se temer; lançam sobre os seus rivais a agressão da qual se protegem, como se fosse necessário ser oprimido ou opressor.

Vê-se, assim, de que modo as repúblicas se destroem, e como os homens só abandonam o objeto da sua ambição para perseguir um outro; fica provada a verdade da frase que Salústio atribuiu a César: "Quod omnia mala exempla bonis initiis orta sunt" ("Porque todos os maus exemplos tiveram origem em ações em si justas").

Como dissemos anteriormente, os cidadãos que se entregam à ambição procuram antes de mais nada defender-se — não só dos particulares mas também dos magistrados. Procuram fazer amigos servindo-se de meios na aparência legítimos: empréstimos de dinheiro, proteção contra os poderosos. São meios que, aparentemente virtuosos, enganam a todos, fazendo com que não se pense em atacar aquele mal.

Tendo alcançado sem obstáculos uma posição de importância, com sua perseverança, o ambicioso passa a ser temido pelos cidadãos e respeitado pelos magistrados. A partir deste momento, não tendo recebido qualquer oposição, está de tal forma enraizado que é perigoso tentar extirpá-lo, pelos motivos a que já me referi ao falar sobre o perigo que pode haver em procurar eliminar um abuso que se tenha instalado perfeitamente no governo. É preciso ou procurar suprimi-lo, correndo o risco da ruína súbita, ou deixá-lo crescer, curvando-se ao jugo de uma inevitável servidão — a menos que a morte, ou alguma feliz ocorrência permita a restituição da liberdade. Quando os cidadãos e até mesmo o magistrado tremem diante de um dos seus pares, receando ofendê-lo, ou a um dos seus amigos, não estão distantes do momento em que passarão a distribuir justiça e ofensas ao sabor dos seus caprichos.

Assim, uma das instituições mais importantes do Estado deve ser a que impede que os cidadãos possam fazer o mal à sombra do bem; e que só tenham a reputação que possa ser útil e benéfica à liberdade — o que vamos examinar no lugar apropriado.

Capítulo Quadragésimo Sétimo

Embora sujeitos a erros ao tratar dos assuntos de um modo genérico, os homens não se enganam quando os consideram em particular.

Conforme observamos, o povo romano estava cansado do título de cônsul e queria que se permitisse aos plebeus alcançar aquela dignidade — ou então que se limitasse o seu escopo. Para não diminuir o poder do consulado, atendendo a tal reivindicação, a nobreza adotou uma terceira solução, consentindo na criação de quatro tribunos, revestidos da capacidade consular, escolhidos indiferentemente dentre nobres ou plebeus. O povo, triunfante, pensou ter eliminado a instituição consular, elevando-se ao nível de poder que exercia. Mas é digno de notar o fato de que, ao eleger esses tribunos, os plebeus só nomearam nobres, embora pudessem escolhê-los na sua classe. A este propósito diz Tito Lívio: "Quorum comitiorum eventus docuit alios animos in contentione libertatis et honoris, alis secundum deposita certamina, in incorruptio judicio esse" ("A escolha efetuada demonstrou como é diferente a disposição dos eleitores quando lutam pela liberdade e por honrarias e quando, pondo de lado quaisquer disputas, agem com julgamento sereno").

Se procurarmos a origem desta diferença, veremos, penso, que ela provém do fato de que os homens — que se enganam com freqüência a respeito dos resultados gerais de uma determinada providência — estão menos sujeitos a erro quando se trata de um fato particular. Os plebeus estavam convencidos, de modo geral, que mereciam o consulado, porque eram mais numerosos e se expunham aos perigos da guerra; Roma lhes devia seu poder e sua liberdade. Esta pretensão parecia razoável; queriam, assim, obtê-la por todos os meios. Mas, quando se tratou de pesar em particular os méritos de cada um, verificou-se que conheciam suas fraquezas, achando que sobre nenhum deles, individualmente, devia recair a honra que em conjunto postulavam para si. Preferiram, então, eleger aqueles que a seu juízo mereciam ser nomeados. Impressionado justamente por este comportamento, Tito Lívio indaga: "Hanc modestiam aequitatemque et altitudinem animi, ubi nunc in uno inveneris, quae tunc populi universi fuit?" ("Onde se encontraria, num só indivíduo, a modéstia, eqüidade e elevação de espírito demonstradas por todo o povo?").

Para reforçar este exemplo, posso dar um outro, igualmente notável: o que ocorreu em Cápua depois que Aníbal bateu completamente os romanos em Cannes. A derrota tinha inflamado toda a Itália; a própria Cápua estava a ponto de se levantar, movida pelo ódio que animava o povo contra o Senado. Pacóvio Calano exercia então a primeira magistratura; prevendo a iminência da revolução que ameaçava a cidade, procurou, com o seu prestígio, reconciliar o povo e os senadores. Tendo tomado tal resolução, reuniu os senadores, revelando-lhes a irritação do povo, o perigo que corriam de serem mortos, e de que a cidade fosse entregue a Aníbal, devido aos reveses dos romanos. Acrescentou que, se o deixassem agir, pensava poder reconciliá-los; mas que para isto precisava encerrá-los no palácio, já que o único meio de salvá-los era fazer crer ao povo que tinha o poder de puni-los.

Os senadores aceitaram a proposta. Pacóvio convocou então o povo e, depois de ter encerrado os senadores no palácio, disse aos cidadãos reunidos que chegara enfim o momento de frear o orgulho da nobreza e vingar as injúrias recebidas, e que para isto tinha aprisionado todos os senadores. Todavia, como não acreditava que fosse intenção do povo deixar a cidade sem senadores, era preciso nomear quem os substituísse. Nestas circunstâncias, tinha posto numa bolsa os nomes de todos os membros do Senado; à medida que os fosse retirando, cada um seria morto, logo que se tivesse encontrado um substituto.

Dito isto, tirou o nome do primeiro senador, que despertou clamor geral, acusações de orgulho, arrogância e crueldade. Pacóvio pediu ao povo a indicação de um substituto, e o silêncio recaiu sobre a assembléia. Ao fim de alguns instantes, pronuncia-se o nome de um candidato, provocando risos, assobios, recriminações. Depois de várias tentativas, todos os nomes indicados fora rejeitados, considerados indignos do título de senador. Pacóvio então disse: "Como a cidade correria perigo sem um Senado, mas não foi possível chegar a um acordo para se eleger novos senadores, penso que seria melhor que o povo se reconciliasse com os atuais membros do Senado. A experiência por que acabam de passar os terá humilhado a tal ponto que deverão demonstrar doravante todas as qualidades que deles se espera". O povo aceitou o conselho, e os dois partidos se reconciliaram, pelo reconhecimento do erro cometido a que obrigava o exame particular dos indivíduos que pertenciam ao Senado.

Com efeito, o povo está sujeito a errar quando julga de modo genérico os acontecimentos e suas conseqüências, só percebendo seu equívoco ao examiná-los particularizadamente.

Em 1494, deixara de existir governo regular em Florença, cujos principais cidadãos tinham sido expulsos; a cidade era uma anarquia, aberta à ambição do primeiro aventureiro. A cada dia o Estado mergulhava mais fundo no abismo, e o povo, temendo a perdição final, e sem perceber outra causa que explicasse o desastre iminente, tendia a atribuí-lo à ambição de algum cidadão poderoso, que alimentava as desordens com o propósito de instituir um governo que lhe fosse conveniente, para atentar em seguida contra a liberdade pública.

Reunidos em clubes e em praça pública, os descontentes criticavam muitos cidadãos, ameaçando-os de revelar suas artimanhas e de puni-los, se chegassem um dia a fazer parte do governo.

Ora, acontecia às vezes que um desses descontentes ascendia à magistratura suprema, na qual, vendo as coisas de mais perto, percebia as verdadeiras fontes do mal e os perigos que ameaçavam o Estado — os quais eram difíceis de remediar. Convencidos de que a desordem procedia não de falhas dos homens, mas dos tempos que se vivia, mudavam logo de linguagem e de conduta, pois o conhecimento das causas particulares os curava do erro cometido ao considerar apenas os efeitos de um modo geral. Assim, os que os tinham ouvido pronunciar-se enquanto simples cidadãos, e que os viam depois tão serenos, tendo alcançado a dignidade suprema, atribuíam esta transformação à intriga e à corrupção urdida pelos poderosos, e não ao conhecimento mais perfeito dos assuntos do Estado. Isto acontecia tantas vezes que deu nascimento a um provérbio: "Estes têm dois modos de pensar: um em praça pública, o outro em palácio".

Se examinarmos o que acabo de dizer, veremos que não é difícil abrir os olhos do povo quando este se engana ao considerar um assunto de modo genérico; basta dar-lhe os meios de descer a um julgamento particular, como fez Pacóvio em Cápua, e o Senado em Roma.

Penso que se pode concluir que o homem sábio não deve desfazer o julgamento popular em assuntos determinados, como a distribuição de cargos e dignidades — pois acerca deles o povo não se engana. Ou, se pode cometer algum engano, os exemplos disto são raros; um número reduzido de cidadãos estaria sujeito a erros bem mais freqüentes, se o ônus desta distribuição lhe fosse confiado. E não considero que seja supérfluo demonstrar, no capítulo que se segue, os meios adotados pelo Senado para enganar o povo a propósito da maneira pela qual ele próprio distribuía as funções públicas.

Capítulo Quadragésimo Oitavo

Para impedir que se conceda um cargo público a um cidadão vil, ou mau, é preciso que ele seja pretendido por alguém ainda mais vil e mau; ou então, por um homem nobre e virtuoso.

Quando o Senado temia que os tribunos, investidos do poder consular, fossem escolhidos dentre os plebeus, empregava um destes meios: ou fazia com que se candidatassem àqueles cargos os homens mais renomados da república, ou então corrompia algum plebeu sórdido e ignóbil para que se juntasse aos outros populares, de mérito superior, oferecendo-se como eles para os cargos.

No primeiro caso, os eleitores tinham vergonha de recusar a nomeação solicitada; no segundo, tinham vergonha de admiti-la.

Isto tem a ver com o comentário do capítulo precedente, onde demonstrei que o povo se equivoca sobre assuntos gerais, mas age esclarecidamente quando se trata de assuntos particulares.

Capítulo Quadragésimo Nono

Se as cidades que foram livres desde a sua fundação, como Roma, têm dificuldade em promulgar leis que conservem sua liberdade, isto é quase impossível para as que nasceram na servidão.

O rumo e os progressos da república romana provam como é difícil organizar um governo livre, no qual todas as leis tendam à manutenção da liberdade. A despeito do número das leis instituídas por Rômulo, Numa, Tulo Hostílio, Sérvio, e depois pelos decênviros — que foram criados para este fim —, a cada dia o governo reconhecia alguma necessidade nova, que exigia a criação de novas instituições.

Foi o que ocorreu com o estabelecimento dos censores, que podem ser considerados uma das defesas mais importantes erigidas pelos romanos para proteger a sua liberdade, enquanto esta se manteve. Árbitros supremos dos costumes, os censores foram uma das causas mais poderosas que contribuíram para retardar a corrupção do povo romano.

Na concepção desta magistratura foi cometido um erro, estabelecendo-se-a por cinco anos: pouco tempo depois o erro foi reparado pela sabedoria do ditador Mamerco, que com nova lei reduziu o mandato dos censores para dezoito meses. Os que estavam em exercício na ocasião se irritaram de tal modo com a medida que excluíram Mamerco do Senado — o que foi desaprovado, de modo geral, por patrícios e plebeus. E como Mamerco não pôde evitar este ultraje, é de se crer que a história esteja incompleta, ou então que as leis romanas fossem defeituosas neste ponto — pois uma república não deve ser organizada de modo que um cidadão esteja exposto a ser punido, sem se poder defender, por ter ousado promulgar uma lei adequada a um governo livre.

Mas, voltando ao assunto deste capítulo, a criação desta nova magistratura mostra que, se os Estados que nasceram livres como Roma, têm tanta dificuldade em encontrar leis apropriadas à manutenção da liberdade, não é de espantar que as cidades que nasceram na servidão sintam a quase impossibilidade de organizar uma constituição que lhes assegure a liberdade e a tranqüilidade.

Florença é um bom exemplo. Originalmente, foi uma dependência do império romano; acostumada a viver sob um senhor, permaneceu longamente em situação servil, sem se ocupar com sua própria existência. Tendo chegado mais tarde à independência, desenvolveu uma constituição própria; mas as novas instituições, misturadas às antigas, que não valiam de nada, não surtiram efeito. Foi assim que, segundo tradição segura, durante duzentos anos a cidade jamais teve um governo que lhe fizesse merecer o nome de república.

As dificuldades que Florença encontrou são enfrentadas por todas as cidades que tiveram a mesma origem. E, embora muitas vezes um pequeno número de cidadãos tenha recebido, por livre escolha do povo, a missão de reformá-la, nunca se fez esta reforma visando ao bem comum, mas sempre ao benefício de um partido; assim, em vez de repor a ordem na cidade, só se fez acrescentar a desordem.

Para citar um exemplo em particular, e que ilustra este ponto, observo que, entre os temas a serem considerados pelo fundador de um Estado, um dos mais importantes é saber em que mãos se deve pôr o direito de punir com a morte os cidadãos. Sob este ponto de vista as instituições romanas eram admiráveis. Normalmente, era possível apelar para o povo; mas se houvesse alguma circunstância imperiosa, tornando perigoso acolher o apelo e suspender a execução, nomeava-se logo um ditador, o qual mandava cumprir a sentença imediatamente; mas os romanos só recorreriam a este remédio em caso de necessidade premente.

Em Florença e em outras cidades de origem semelhante, habituadas também à servidão, este poder terrível era confiado a um estrangeiro comissionado para tal fim. Depois de alcançar a independência, essas cidades continuaram a conceder este direito a um estrangeiro, que recebia o título de "capitão".

O cargo era dos mais perigosos, pela facilidade com que os cidadãos poderosos corrompiam quem o ocupava. Com o tempo, muitas modificações foram feitas no governo, passando-se a nomear oito cidadãos para preencherem as mesmas funções. A mudança não fez senão tornar a situação pior do que antes, pelo motivo que já indicamos: um conselho de número reduzido é sempre instrumento dos cidadãos poderosos.

Já Veneza soube preservar-se deste perigo: estabeleceu o Conselho dos Dez, que podia punir qualquer cidadão, sem apelação. Como a autoridade do Conselho poderia ser insuficiente contra o poder de certos cidadãos, embora em teoria tivesse a faculdade de puni-los, criou-se a "Quarantia", estabelecendo-se ainda que o conselho dos "Pregai", i.e. o Senado, teria o direito de punir os cidadãos culpados. Assim, como os acusadores nunca faltam, encontrou-se também juízes para conter os poderosos.

Quando se toma conhecimento de que as boas instituições que regulavam a república romana, devido à sua sabedoria e à de tantos ilustres cidadãos, não eram suficientes; e que a cada dia os acontecimentos obrigavam a promulgar novas leis em favor de liberdade, não nos devemos espantar de que em outros Estados, cuja origem foi mais desordenada, surjam dificuldades que tornem impossível restabelecer neles a ordem pública.

Capítulo Qüinquagésimo

Nenhum conselho ou magistrado deve poder obstruir os assuntos do Estado.

Eram cônsules em Roma Tito Quíncio Cincinato e Júlio Mento, cuja desunião tinha perturbado todos os assuntos do governo. O Senado pediu-lhes que nomeassem um ditador, para executar o que a inimizade dos dois não permitia que se fizesse. Mas estes, que não concordavam sobre coisa alguma, só não disputavam um ponto: não queriam designar um ditador. Por fim, o Senado, sem outro recurso, solicitou a intervenção dos tribunos, os quais, apoiados, por sua vez, pela autoridade do Senado, obrigaram os cônsules a obedecer.

É preciso apontar aqui, antes de mais nada, a utilidade do tribunato, que não se limitava a pôr um freio às pretensões dos nobres contra a plebe, mas também às pretensões mútuas dos poderosos.

Em segundo lugar, observe-se que não se deve permitir jamais a uma minoria tomar as decisões normalmente necessárias para a manutenção de uma república. Assim, por exemplo, se se deu a um conselho o poder de distribuir graças e honrarias, ou a um magistrado o de resolver um assunto, é preciso impor um prazo a um ou ao outro; e prever sua substituição, se se recusarem a cumpri-lo; sem isto, a instituição ficaria defeituosa e prenhe de perigos, como teria ocorrido em Roma se a autoridade dos tribunos não tivesse sido oposta à obstinação dos dois cônsules.

Na república de Veneza é o Conselho Maior que distribui os cargos públicos e as honrarias do Estado. Acontecia às vezes que o Conselho, por ressentimento ou alguma falsa sugestão, não quisesse dar sucessores aos magistrados que governavam a cidade e aos que administravam o Estado. Em conseqüênca, havia distúrbios repetidos, porque em todas as cidades dependentes, e na própria capital, faltavam, simultaneamente, magistrados legítimos. Não se podia sair da confusão a não ser satisfazendo a maioria do conselho ou enganando-a.

Esta instituição funesta teria provocado a queda do Estado se alguns cidadãos prudentes não a tivessem remediado: aproveitaram uma ocasião favorável e fizeram passar uma lei determinando que não cessariam as funções dos magistrados, dentro e fora da cidade, até que fossem substituídos. Deste modo, se retirou do Conselho a faculdade de expor a república ao perigo, obstruindo o curso dos assuntos do Estado.

Capítulo Qüinquagésimo Primeiro

Os príncipes e as repúblicas devem demonstrar que fazem por liberalidade aquilo a que os obriga a necessidade.

Os homens prudentes sabem tirar proveito de todas as suas ações, mesmo daquelas a que a necessidade os obriga. O Senado de Roma se houve com sabedoria quando decidiu que o Estado passaria a custear aqueles que combatiam em seu nome, e que até então faziam a guerra à sua própria custa. O Senado percebera que, mantendo aquele costume, o país estaria impedido de conduzir guerras prolongadas, não podendo assediar uma cidade, ou realizar campanhas longe de Roma — empresas cuja necessidade lhe parecia evidente. Deliberou, portanto, que se pagassem estipêndios militares, fazendo-o, contudo, de modo que não parecesse motivado pelo reconhecimento de uma necessidade.

A decisão agradou tanto à multidão que Roma inteira promoveu grande manifestação de alegria. O benefício parecia tão importante que o povo não chegara a ousar esperá-lo, e o não teria reclamado. E embora os tribunos se esforçassem por atenuar esta satisfação, mostrando que a medida só faria agravar a sorte do povo, já que seria necessário criar novos impostos para prover os estipêndios, não conseguiram impedir os cidadãos de saudar a decisão do Senado com agradecimentos.

O próprio Senado acrescentou ao benefício, pelo modo como o imposto foi repartido, impondo-se o ônus maior à nobreza, que teve de pagá-lo em primeiro lugar.

Capítulo Qüinquagésimo Segundo

O modo mais seguro e menos ruidoso de reprimir a insolência de um cidadão que se torne muito poderoso é empregar as mesmas vias de que se utilizou para adquirir o poder.

Viu-se, no capítulo precedente, o prestígio que o Senado adquiriu junto ao povo, pela demonstração do modo como o beneficiou, seja pelo estipêndio estabelecido, seja pela forma de distribuir o conseqüente tributo. Se os nobres tivessem mantido esta conduta, todos os motivos de disputa desapareceriam para sempre da cidade; os tribunos perderiam a influência que tinham sobre o povo, arruinando-se, em conseqüência, toda a sua autoridade.

Numa república, sobretudo se já corrompida, não há meio mais seguro, mais fácil e tranqüilo de opor-se à ambição desmedida de um cidadão do que usar os mesmos caminhos que trilhou, para chegar à meta que se propôs.

Se se tivesse agido assim contra Cosmo de Médici, por exemplo, seus adversários não o teriam expulso de Florença; se os seus rivais na busca do poder houvessem, como ele, tomado o partido do povo, teriam conseguido fazer cair das suas mãos as armas de que mais se servia.

Pedro Soderini alcançou a mais elevada reputação em Florença só pelo empenho com que protegia o povo, que o considerava um amigo sincero da liberdade. Certamente, para aqueles que invejavam a sua situação, era, muito mais fácil — mais honesto, menos perigoso e daninho para a república — seguir os mesmos caminhos que havia percorrido do que procurar enfrentá-lo, para que, com a sua ruína, arruinasse todo o Estado. Se conseguissem neutralizar em suas mãos as armas que lhe davam poder, o que não era difícil, poderiam opor-se sem medo a seus desejos em todos os conselhos e assembléias públicas.

Dir-se-á talvez que, se os cidadãos que odiavam Soderini cometeram um erro grave deixando de empregar contra ele os mesmos meios de que se utilizava junto ao povo, Pedro não cometeu erro de menor gravidade deixando de dirigir contra os adversários as armas com que fora ameaçado. Mas Soderini deve ser desculpado,

pois era difícil agir assim e porque não poderia fazê-lo honradamente. De fato, os meios de que se serviram seus inimigos para derrubá-lo, e com os quais puderam precipitar sua ruína, consistiam no favorecimento dos Médici. Não seria honroso para ele fazer o mesmo, pois isto significaria destruir a liberdade que estava sob sua guarda. Além do que, teria sido preciso favorecer os Médici abertamente, e de súbito, o que o exporia a perigo ainda maior. De fato, como quer que se mostrasse amigo daquela família, se tornaria objeto da suspeita e da repulsa do povo; e seus inimigos, mais do que nunca, teriam uma oportunidade para perdê-lo.

Os homens devem considerar o partido em que se vão engajar sob todos os pontos de vista, pesando com cuidado os inconvenientes e perigos; deixando de abraçá-lo quando nele encontraram mais perigos do que utilidade, mesmo que a escolha traga apoio certo ao que pretendem. Agindo de outra forma, vão expor-se ao mesmo perigo que assaltou Cícero quando, pretendendo destruir a influência de Antônio, só conseguiu aumentá-la.

Antônio tinha sido declarado inimigo do Senado. Reuniu em pouco tempo um grande exército, composto em boa parte de soldados que tinham marchado sob as águias de César. Cícero, para lhe tirar os soldados, exortou o Senado a manifestar confiança em Otávio, enviando-o com os cônsules e as forças da república contra Marco Antônio. Alegava-se que, se os soldados ouvissem o nome de Otávio, sobrinho do ditador (que se fazia também chamar de César), desertariam para se reunir a ele, de modo que Marco Antônio, sem ter quem o defendesse, seria facilmente derrotado.

Mas o conselho de Cícero teve um efeito contrário ao desejado. Marco Antônio soube convencer Otávio, e os dois se aliaram contra Cícero e o Senado. Aliança funesta, que foi a perdição do partido aristocrático. Contudo, tal conseqüência era fácil de prever. Não se deveria, de fato, ter seguido o conselho de Cícero: era o nome de César que devia ser temido — um nome cuja glória dissipara todos os seus inimigos, e que lhe havia assegurado em Roma o poder supremo. E quanto aos herdeiros do ditador e seus cúmplices, nada se devia esperar deles que fosse favorável à liberdade.

Capítulo Qüinquagésimo Terceiro

Enganado por uma falsa aparência, o povo muitas vezes deseja sua própria ruína: é fácil movê-lo com promessas espantosas e grandes esperanças.

Depois da tomada de Veios, circulou o rumor, entre o povo romano, que haveria vantagem para Roma se metade da sua população fosse habitar a cidade conquistada. Argumentava-se com a riqueza daquele país, a extensão da cidade, sua proximidade. A medida imaginada poderia facilmente enriquecer a metade do povo e, graças à vizinhança de Veios, não traria qualquer prejuízo ao trato dos assuntos públicos.

Contudo, ao Senado e aos cidadãos mais esclarecidos, a idéia pareceu sem vantagens e de tal forma perigosa que se dizia ser preferível a morte a concordar com a proposta. Seguiram-se debates dos mais ardorosos, e o povo, indignado com o Senado, quis tomar as armas e derramar sangue, o que teria ocorrido se este último não tivesse sido defendido por alguns cidadãos respeitados pela idade e posição. Foi este respeito que impediu o povo de levar adiante suas insolentes intenções.

É preciso, aqui, fazer dois comentários. O primeiro é que a multidão, seduzida pela imagem de um falso bem, muitas vezes trabalha pela sua própria ruína. E se alguém que lhe inspira confiança não esclarece o que é nocivo e o que é vantajoso, ela se expõe a graves perigos. Se por má sorte o povo não encontrar alguém de confiança — como já têm acontecido —, o Estado não evitará essa ruína, causada pelo engano urdido pelos homens ou pelos acontecimentos. É a este propósito que Dante, no seu livro sobre a monarquia, diz que o povo já clamou muitas vezes: "Viva a minha morte! Morra a minha vida!" Por esta falta de confiança, acontece às vezes que uma república não ousa tomar uma decisão vantajosa, como exemplifiquei a propósito dos venezianos; estes, assaltados por inimigos numerosos, não puderam resolver-se a seduzir alguns deles, restituindo-lhes o que os próprios venezianos tinham tirado a outrem, afim de evitar a perdição do seu país (conquistas que constituíam a causa da guerra, e da aliança de tantos príncipes contra eles).

Examinando, contudo, aquilo de que é fácil convencer o povo, e o que é mais difícil, cabe uma distinção. Na decisão de que se deseja persuadi-lo, o povo tende sempre a ver, à primeira vista, uma perda ou um ganho: um gesto de grandeza ou de covardia. Se encontra nos projetos que lhe são submetidos alguma vantagem real, se tais propostas lhe parecerem magnânimas, será fácil fazê-las adotar, ainda que, sob aparência enganosa, nelas se oculte a sua própria ruína, e um desastre para o Estado. Será difícil, por outro lado, obter o apoio popular para uma decisão que pareça covarde, ou danosa, ainda que traga uma vantagem genuína para o Estado.

Há disto numerosos exemplos, retirados da história antiga e moderna dos romanos e dos bárbaros. Tal foi a origem da opinião negativa que se desenvolveu em Roma contra Fábio Máximo, o qual não conseguiu persuadir o povo de que fora útil à república contemporizar durante a guerra, opondo-se a Aníbal sem lhe dar batalha. O povo considerava esta conduta pusilâmine, e não percebia o seu sentido. Fábio, por sua vez, não tinha argumentos bastante fortes para convencê-lo. O que prova a cegueira com que os homens adotam as posições que lhes parecem corajosas: embora o povo romano tenha cometido o grave equívoco de dar ao comandante da cavalaria de Fábio autorização para entrar em combate, malgrado a oposição do cônsul — autorização que teria valido a derrota do exército romano se Fábio não a houvesse moderado com a sua prudência —, isto não lhe bastou, e logo Varrão foi nomeado cônsul, não pelo mérito próprio, mas porque percorreu Roma prometendo vencer Aníbal se lhe fosse dada licença para combater. As conseqüências desta conduta foram a derrota de Cannes e um grave perigo para Roma.

Sobre este assunto, quero contar um outro episódio da história romana. Havia já oito ou dez anos que Aníbal combatia na Itália, e todo o país estava inundado pelo sangue dos romanos. Foi quando um certo Marco Centênio Penula, de caráter vil (embora tivesse alcançado uma certa graduação no exército), ofereceu ao Senado trazer-lhe Aníbal, morto ou prisioneiro, desde que se lhe desse permissão para reunir um corpo de voluntários em toda a Itália.

A promessa parecia temerária. Mas o Senado refletiu que, se a rejeitasse, logo o povo dela teria notícia, podendo disto resultar queixas e tumulto, bem como acusações aos senadores.

Acolheu-se, portanto, a proposta de Penula, com o propósito de expor os que se dispusessem a segui-la, evitando-se assim incitar outra vez o ressentimento do povo, por saber com que facilidade ele acataria tal decisão, e como seria difícil dissuadi-lo de o fazer. Em conseqüência, o insensato marchou ao encontro de Aníbal, à frente de uma multidão sem ordem ou disciplina — para serem derrotados, e muitos deles mortos, no primeiro combate.

Apesar da sua sabedoria e prudência, Nícias não pôde convencer os habitantes de Atenas do perigo que havia em estender a guerra à Sicília — empresa que, levada a cabo, não obstante as advertências dos cidadãos mais esclarecidos, causou a ruína total de Atenas.

Quando Cipião foi nomeado cônsul, pretendeu tomar a província africana, derrotando Cartago; mas o Senado, contido por Fábio Máximo, não o quis autorizar. Cipião, então, ameaçou levar o assunto ao povo — sabendo como proposta deste gênero são bem acolhidas pela multidão.

Outro exemplo pode ser dado em nossa cidade. Hércules Bentivogli, comandante das forças florentinas, depois de ter batido Bartolemeu d'Alviano em São Vicente, foi assediar Pisa, juntamente com Antônio Giacomini. Essa campanha tinha sido decidida pelo povo, seduzido pelas promessas magníficas de Bentivogli — não obstante as representações de muitos cidadãos esclarecidos, rejeitadas pela vontade geral, excessivamente confiante nas amplas promessas do comandante.

O meio mais fácil de assegurar a perdição de um Estado onde o povo tenha autoridade soberana é organizar expedições ousadas; pois, onde o povo tem influência, esses projetos serão sempre abraçados com entusiasmo, e os homens prudentes, que tiverem opinião contrária, jamais poderão impedi-los.

Contudo, se bem o resultado inevitável dessa conduta seja a ruína do Estado, vê-se o desastre atingir com mais freqüência os responsáveis por tais empreendimentos. Pois o povo, encontrando derrota onde esperava uma vitória, não culpa disto a má sorte, ou os meios insuficientes de que dispunha quem dirigiu a guerra, mas a sua ignorância e incapacidade, fazendo-o pagar muitas vezes com a morte, a prisão ou o exílio.

Muitos generais, em Atenas e em Cartago, dão a prova do que digo. Por muitas vitórias passadas que ostentassem, um só revés as apagava.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com Antônio Giacomini, nosso compatriota. Não tendo podido conquistar Pisa, como o povo esperava, e ele próprio havia prometido, incorreu de tal forma no desfavor popular que, não obstante todos os bons serviços que havia prestado à pátria, quase perdeu a vida; ficou a devê-la à humanidade dos que detinham o poder naquela época, e não a qualquer impulso de compreensão que o povo pudesse ter.

Capítulo Qüinquagésimo Quarto

A autoridade que tem um homem respeitado para conter a multidão excitada.

O segundo ponto importante que indicamos no capítulo precedente é o seguinte: nada mais adequado para conter a multidão que se levanta, excitada, do que um homem sábio, que goze de respeito, e que se dirija a ela com a autoridade que lhe dá sua virtude.

Tinha razão Virgílio, quando escreveu:

"Tum, pietate gravem ac merities si forte virum quem Conspexere, silent, arrectisque auribus adstant."

O que quer dizer: "Quando defrontam um homem sério, respeitado pelos seus méritos, calam-se, passando a ouvi-lo com toda atenção".

Por isto, o comandante militar, ou o governante de uma cidade onde ocorre uma sedição, deve apresentar-se imediatamente no local do tumulto, usando o melhor que possa sua influência e a consideração que mereça; para imprimir maior respeitabilidade à sua pessoa, deve revestir-se de todos os símbolos da autoridade.

Há poucos anos, Florença estava dividida em duas facções, os "frateschi", partidários de Savonarola, e os "arrabbiati", amigos dos Médici. Chegou-se ao conflito, e os "frateschi" foram vencidos. Distinguia-se entre eles Paulo Antônio Soderini, um dos mais ilustres cidadãos da república. O povo, em armas, se precipitou para a sua casa, com o intuito de pilhá-la. Lá se encontrava Francisco, seu irmão, que hoje é cardeal e na época era bispo de Volterra. Ao ouvir o ruído da turba que se aproximava, o bispo pôs sua roupa mais digna, apresentando-se assim aos assaltantes furiosos, a quem deteve com sua presença e as palavras que usou. Durante vários dias esta conduta firme e corajosa foi celebrada em toda parte.

Concluo, portanto, que não há meio mais poderoso e mais necessário para deter uma multidão rebelada do que a presença de um homem que pareça respeitável, ou que o seja de fato.

Vê-se, além disto, para retornar ao nosso tema, que a teimosia do povo romano, querendo transferir-se para Veios, tinha origem na crença de que tal medida era útil — sem que se visse os inconvenientes que escondia; e que os distúrbios que já ocorriam teriam gravidade ainda maior se o Senado não tivesse oposto ao furor do povo homens cuja sabedoria e virtude lhe inspiravam respeito.

Capítulo Qüinquagésimo Quinto

Um Estado cujo povo não tenha sido corrompido é fácil de governar; onde existe a igualdade não se pode instituir a monarquia, e onde ela falta não se pode fundar um república.

Embora já me tenha estendido sobre o que se deve esperar, e temer, numa cidade corrompida, não me parece fora de propósito considerar aqui uma certa deliberação do Senado, relativa ao voto feito por Camilo de consagrar a Apolo a décima parte dos despojos de Veios. Esses bens haviam caído nas mãos do povo romano e, como era impossível saber o seu montante, o Senado promulgou um decreto obrigando cada cidadão a restituir ao tesouro público a décima parte do que havia guardado. O decreto permaneceu sem aplicação, e o Senado encontrou outra maneira de satisfazer ao mesmo tempo Apolo e o povo; contudo, a resolução adotada mostra como se contava com a virtude deste, e até que ponto havia a convicção de que ninguém reteria a menor parcela daquilo que a lei ordenava restituir.

Por outro lado, vê-se que a intenção do povo nunca foi a de burlar a lei, dando ao Estado menos do que o devido, mas sim objetar à prescrição legal testemunhando a indignação pública contra o decreto. Este exemplo, e muitos outros já relatados, salientam as virtudes e o espírito religioso deste povo, e tudo o que dele se podia esperar de bom.

Naturalmente, onde não existe a virtude nada se pode esperar de bom; por isto não se pode, em nossos dias, contar com muitos países nos quais reina a corrupção, especialmente com a Itália — embora a França e a Espanha estejam longe de escapar a esta licença generalizada dos costumes. Se nesses países não há tantas desordens quanto na Itália, isto não se deve a suas virtudes — virtudes que em grande parte lhes são estranhas —, mas à presença de um rei — cujo pulso mantém a união no Estado — e às instituições ainda não corrompidas que lá persistem.

É sobretudo na Alemanha que estas virtudes e este espírito religioso aparecem no povo em alto grau, e fazem com que vários Estados independentes vivam ali em liberdade, observando suas leis de modo tal que ninguém, dentro ou fora daqueles

países, ousa pertubá-las. Para demonstrar que a maior parte das antigas virtudes reinam ainda na Alemanha, quero referir um exemplo análogo ao que antes mencionei a respeito do Senado e do povo romanos.

Quando as repúblicas alemãs precisam de uma certa quantia para prover as despesas do governo, é costume que os magistrados ou os conselhos imponham um tributo aos habitantes, da ordem de um ou dois por cento do valor do seu patrimônio. Uma vez adotada tal medida, os cidadãos se apresentam ao coletor de impostos, prestam juramento de pagar a taxa devida e lançam num cofre destinado a este fim a soma que, segundo sua consciência, lhes parece justa. O contribuinte é a única testemunha da importância paga.

Este exemplo nos leva a refletir sobre a virtude e a religião que ainda existem entre essa gente. Deve-se concluir também que todos contribuem na proporção devida; em caso contrário, o montante total não atingiria a importância em comum determinada e obtida. Se alguns deixassem de pagar, a fraude não ficaria muito tempo oculta; e, uma vez descoberta, far-se-ia alguma alteração no procedimento.

Tal probidade é em nossos dias tão admirável quanto rara, só existindo ainda, por assim dizer, naquele país. Isto por dois motivos. O primeiro é o de que as repúblicas da Alemanha não têm muito intercâmbio com os seus vizinhos. Contentes com o que possuem, nutrem-se e se veste com o que a terra produz. Não têm razão, assim, para promover tal intercâmbio, que é o princípio de toda corrupção. Ficaram assim a salvo da influência dos costumes dos franceses, espanhóis, italianos: nações que se pode considerar como corruptoras do universo.

A outra causa da pureza desses costumes, e da boa ordem daqueles países, é o fato de que não se admitiria ali quem pretendesse viver como um aristocrata. Os alemães mantêm a mais perfeita igualdade, e são inimigos declarados de todos os senhores que pudessem existir no seu país. Se o acaso faz com que algum aristocrata caia em suas mãos, eles o matam sem piedade, como quem destrói uma fonte de corrupção e de desordem.

Para que fique bem claro, entendo por aristocrata aquele que vive no ócio, sustentado pelos frutos dos seus bens; que passa seus dias na abundância, sem preocupar-se com os meios de sobrevivência, como a agricultura ou outro trabalho qualquer. Essas pessoas são perigosas para todos os Estados. Dentre eles, deve-se temer acima de tudo os que, além das vantagens assinaladas, possuem castelos e vassalos sob suas ordens.

O reino de Nápoles, as terras da Igreja, a Romanha e a Lombardia ostentam essas duas espécies de homens; eis porque nunca houve nesses países governo regular, ou ordem pública: tal raça é inimiga declarada das instituições civis. Querer instituir governo num país assim organizado é tentar o impossível. Se se pudesse instaurar ali a ordem, isso seria apenas mediante a monarquia. A razão é a seguinte: onde há tantos motivos de corrupção, a lei não é mais do que um fraco obstáculo, sendo preciso apoiá-la com uma força mais difícil de resistir. Esta força reside no pulso forte de um rei; só seu poder absoluto e incontrastado pode pôr um freio à excessiva ambição e à corrupção dos poderosos.

O exemplo da Toscana prova o que digo. Num território exíguo, três repúblicas se vêm mantendo durante muitos anos: Florença, Siena e Luca. As outras cidades da região não chegaram a ser escravizadas: com a coragem dos seus habitantes e as instituições que as ordenam, mantêm, ou procuram manter, sua liberdade. Isto acontece porque não há ali nenhum castelão ou aristocrata — se os há, são muito poucos. Reina na região uma tal igualdade, que um homem sábio, conhecedor da constituição das repúblicas antigas, poderia fundar sem dificuldades uma ordem política autônoma. Mas, para infortúnio do país, até hoje não surgiu um homem no seu seio que tivesse tentado tão bela empresa.

Pode-se, portanto, concluir que quem quiser estabelecer uma república num país onde haja grande número de aristocratas não terá êxito a não ser que os mate a todos; a quem pretender instituir um reino, ou principado, onde exista sentimento de igualdade entre os homens, só terá êxito se elevar alguns deles acima do nível ordinário dos cidadãos, transformando esses espíritos ambiciosos em aristocratas de fato, e não só de título; dando-lhes terras e castelos, cercando-os de privilégios, súditos e riquezas, de modo que possam apoiar nesses instrumentos seu poder e sua ambição. E que os outros sejam obrigados a sofrer um jugo que só a força — e nenhum sentimento — os faça suportar. A força do opressor sendo proporcional à dos oprimidos, cada um guarda o lugar onde a sorte o lançou.

Mas, instituir uma república em país próprio para a monarquia (ou um reino em país susceptível de se tornar república) é empreendimento para homens de raro gênio, ou de poder ilimitado. Muitos já o tentaram, mas poucos tiveram êxito. A grandiosidade da empresa espanta quase todos, provocando de um tal embaraço que o desastre ocorre muitas vezes logo ao iniciar-se o esforço.

Talvez se apresente como exemplo contrário ao que afirmei (que não se pode estabelecer uma república onde haja um grande número de aristocratas) o de Veneza, onde só ocupam funções governamentais os que têm título de nobreza.

No entanto, este exemplo não prejudica minha assertiva, pois naquela república os "gentiluomini" o são mais de nome do que de fato; não possuem grandes rendas, produzidas por bens de raiz: suas riquezas são mercadorias e objetos. Nenhum deles é castelão ou tem súditos que o obedeçam. O título que usam vale pela dignidade e consideração, e não se fundamenta em quaisquer dos privilégios que em outros países se atribuem aos títulos de nobreza.

Em todas as repúblicas, a sociedade é marcada por escalões de denominação variada. Assim, Veneza está dividida em burgueses e nobres ("gentiluomini"), dos quais uns possuem, ou pelo menos podem possuir, todas as honrarias das quais os outros estão excluídos. Já expliquei os motivos pelos quais esta divisão não leva a qualquer perturbação para o Estado.

Portanto, que o fundador de uma república a institua onde haja, ou possa haver, ampla igualdade; que se prefira criar uma monarquia onde exista a desigualdade. Do contrário, nascerá um Estado desproporcionado no seu conjunto, sem condições para uma longa vida.

Capítulo Qüinquagésimo Sexto

As grandes transformações que ocorrem nas cidades e nos países são precedidas de sinais ou de homens que as prenunciam.

Não sei qual a razão, mas a verdade, ilustrada por exemplos antigos e modernos, é que não houve um acontecimento importante que não tenha sido previsto — por profecias, revelações, prodígios ou outros sinais do céu. Para não ir mais longe, sabemos todos que a chegada do rei Carlos VIII à Itália fora prevista há muito por Savonarola. Além disto, correu o rumor, por toda a Toscana, que se tinha ouvido dois exércitos combatendo — os quais, aliás, foram também avistados — perto da cidade de Arezzo.

Ninguém ignora também que pouco tempo antes da morte de Lourenço de Médici, o Velho, a catedral foi atingida por um raio que a danificou consideravelmente. Sabe-se também que, antes que fosse cassado Pedro Soderini, nomeado pelos "gonfalonieri" florentinos a título vitalício, um raio atingiu o palácio, sede da Senhoria.

Poderia citar muitos outros casos, que deixarei de lado para não fatigar o leitor, limitando-me a contar o que, segundo Tito Lívio, ocorreu antes da chegada dos gauleses a Roma. Um certo Marco Cedício, plebeu, foi relatar ao Senado que, passando de noite pela Rua Nova, ouviu uma voz sobre-humana que lhe ordenava dizer aos magistrados que os gauleses avançavam sobre Roma.

Para explicar a causa desses prodígios seria preciso ter das coias naturais e sobrenaturais um conhecimento que não possuímos. Pode ser que os ares — como pensam alguns filósofos — estejam repletos de inteligências celestiais que, pela sua natureza, conheçam o futuro; movidas de piedade pelos homens, os avisam para que se possam preparar e defender. De qualquer forma, é fato que, depois desses prodígios, os impérios sempre sofreram transformações extraordinárias e inesperadas.

Capítulo Qüinquagésimo Sétimo

Unido, o povo é forte; isolados, os indivíduos são fracos.

Depois que os gauleses atacaram Roma, muitos cidadãos foram estabelecer-se em Veios, não obstante os decretos do Senado. Para pôr fim à desordem, este estabeleceu publicamente que os cidadãos deveriam retornar dentro de breve prazo, sob pena de receber os castigos previstos pela lei. Aqueles a quem o decreto se destinava a princípio não o levaram a sério; mas, quando chegou o fim do prazo previsto, ninguém ousou desobedecer. Sobre isto, comenta Tito Lívio: "Ex ferocibus universis, singuli, metu suo, obedientes fuere" ("De furiosos que eram todos, em conjunto, pelo medo de cada um foram levados à obediência").

De fato, não se pode encontrar exemplo que mostre mais claramente o comportamento característico da multidão. Os homens são levados muitas vezes pela audácia a se queixar em voz alta das medidas tomadas pelos governantes; mas, diante do castigo, perdem a confiança que tinham uns nos outros, e terminam por obedecer às ordens recebidas.

Não se deve dar muita importância a tudo o que o povo diz sobre a sua disposição, boa ou má, desde que quando esteja bem disposto seja possível aos governantes mantê-los assim; e, em caso contrário, estes possam impedi-lo de ter um comportamento perigoso. Entende-se por má disposição do povo a que tem outra origem que não a perda da sua liberdade — ou a perda de um príncipe querido, que viva ainda; pois a conduta que tem origem nestas causas é poderosa, requerendo-se as maiores precauções para moderá-la. Os descontentamentos, porém, são fáceis de dissipar quando a multidão não tem um líder a quem recorrer; pois, se não há nada de mais forte do que a massa sem freio e sem chefe, nada há, por outro lado, de mais frágil. Ainda que a multidão disponha de armas, é fácil contê-la, desde que haja um abrigo que proteja do seu primeiro impulso. De fato, quando os ânimos se arrefecem, e todos percebem que é preciso voltar para casa. Esvai-se a confiança que a massa depositava na sua força; cada um pensa na própria salvação, decidindo-se a fugir, ou a trair.

O povo que deseja evitar tais perigos deve escolher um chefe que o dirija, o mantenha unido, e o defenda. Foi o que fez a plebe quando abandonou Roma depois da morte de Virgínio, nomeando vinte tribunos para zelar pela sua segurança.

Agindo de outra forma, ocorrerá sempre o que diz Tito Lívio nas palavras que reproduzimos: reunidos, os homens se enchem de coragem; mas quando cada um reflete no perigo que o cerca, torna-se a multidão fraca e covarde.

Capítulo Qüinquagésimo Oitavo

O povo é mais sábio e constante do que o príncipe.

Tito Lívio e todos os outros historiadores afirmam que não há nada de mais inconstante e ligeiro do que a multidão. Muitas vezes, em relatos sobre o comportamento dos homens, vê-se a multidão chorar um morto depois de tê-lo condenado, clamando por ele com toda a força do arrependimento. Foi o que fizeram os romanos com Mânlio Capitolino. Eis o que diz, a este respeito, o grande historiador: "Populum brevi, posteaquam ab eo periculum nullum erat, desiderium eius tenuit" ("Logo o povo, quando já não havia mais qualquer perigo, foi tomado pelo arrependimento"). E em outra passagem, ao narrar o que aconteceu em Siracusa, depois da morte de Jerônimo, neto de Híeron, declara: "Haec natura multitudinis est, aut humiliter servit, aut superbe dominatur" ("Tal é a natureza da multidão: ou serve com humildade ou domina orgulhosamente").

Não sei se, ao tentar rejeitar uma tese afirmada por tantos escritores, não estarei entrando em província agreste, por um caminho tão difícil que mais me conviria abandonar. Contudo, qualquer que seja o resultado deste esforço, jamais considerarei um erro combater uma opinião com argumentos racionais sem usar a força ou a autoridade.

Direi, portanto, que o defeito que os historiadores atribuem à multidão pode ser imputado aos homens, de modo geral — e aos princípes, em particular. Com efeito, todos a quem faltem leis para regular sua conduta podem cometer os mesmos erros que a multidão sem freio. É fácil convencer-se disto: existiram, e existem ainda, muitos princípes, mas poucos deles sábios, ou bons. Refiro-me aos príncipes que romperam os freios que os controlavam; não incluo nesta categoria os freios do Egito, quando aquele país tão antigo vivia sob o império das leis; nem os de Esparta; nem, em nossos dias, os da França, Estado onde as leis têm maior poder de que em qualquer outro da época atual.

Os monarcas que nascem em regime semelhante não devem ser contados entre aqueles cujo caráter natural pode ser comparado ao da multidão; só se lhe deveria comparar uma multidão igualmente submissa às leis, com as mesmas boas qualida-

des, e que não demonstrasse orgulho no poder, nem baixeza na servidão. Assim parecia o povo romano, enquanto a república teve costumes puros: nunca obedecia de modo vil ou covarde; nunca comandava com orgulho. No relacionamento com os diferentes grupos, e com seus magistrados, sabia respeitar honradamente a posição que ocupava no Estado. Se era necessário erguer-se contra um poderoso, não hesitava. Mânlio, os decênviros, todos os que procuraram oprimir a república dão prova disto. Mas, se era necessário obedecer ao ditador ou aos cônsules, para o bem comum, os magistrados podiam contar com a sua obediência.

Não nos devemos espantar de que o povo romano tenha lamentado a morte de Mânlio Capitolino. Lamentava sim a perda das suas grandes qualidades, tão evidentes, cuja lembrança causava universalmente pena. Da mesma forma chorariam a perda das qualidades de um príncipe. De fato, os historiadores admitem que se pode admirar e louvar a virtude dos inimigos. Se Mânlio, no meio de tantas lamentações, tivesse voltado ao mundo dos vivos, o povo romano repetiria a sua condenação, fazendo-o entregar-se ao carrasco. Houve, todavia, príncipes considerados sábios que se sujaram com o sangue de pessoas amadas, entregando-se depois ao mais amargo arrependimento. Alexandre, por exemplo, depois da morte de Clito e de alguns dos seus amigos; ou Herodes, depois da morte de Mariana.

O que diz nosso historiador sobre o caráter da multidão não se refere à massa regulada pela lei, como a romana, mas à que se abandona aos impulsos, como a de Siracusa — que se precipita em todos os excessos, qual homens furiosos e sem freio; como Alexandre e Herodes, nas circunstâncias que mencionei.

Não se tem, portanto, o direito de criticar o caráter da multidão, como o dos príncipes; todos estão sujeitos aos mesmos erros quando não há freio que modere as paixões. E quantos exemplos mais poderia trazer aqui, além dos que já citei! Quantos imperadores romanos, reis e tiranos demonstraram mais inconstância e ligeireza na sua vida do que o povo mais frívolo! Minha conclusão contraria, assim, a opinião geral — de que os povos, quando têm poder, são sempre ligeiros, ingratos e inconstantes; sustento, de fato, que estes defeitos são tanto dos povos quanto dos príncipes. Acusar ao mesmo tempo uns e outros é dizer uma verdade: mas comete um equívoco quem excetua estes últimos.

Um povo que tem o poder, sob o império de uma boa constituição, será tão estável, prudente e grato quanto um príncipe. Poderá sê-lo mais ainda do que o príncipe, reputado pela sua sabedoria. De outro lado, um príncipe que se liberou do jugo das leis será mais ingrato, inconstante e imprudente do que o povo. A diferença que se pode observar na conduta de um e de outro não vem do caráter — semelhante em todos os homens, e melhor no povo; provém do respeito às leis sob as quais vivem, que pode ser mais ou menos profundo. Ao estudar a história do povo romano, vemos que durante quatrocentos anos ele foi inimigo da realeza, e apaixonado pela

glória e prosperidade da pátria. No seu comportamento encontraremos sem dúvida muitos exemplos para apoiar o que afirmo.

Talvez me seja apresentada, como exemplo contrário, a ingratidão sofrida por Cipião. Não me restaria senão repetir o que já expus longamente sobre o assunto, num dos capítulos precedentes, quando demonstrei que os povos são menos ingratos do que os príncipes.

Quanto à sagacidade e à constância, afirmo que o povo é mais prudente, menos volúvel e, num certo sentido, mais judicioso do que o príncipe. Não é sem razão que se diz que a voz do povo é a voz de Deus. De fato, vê-se a opinião universal a produzir efeitos tão maravilhosos em suas predições, que parece haver nela uma potência oculta a prever o bem e o mal. E no que concerne ao julgamento do povo, quando ele ouve dois oradores de igual talento e sustentam opiniões contrárias, é raro que não abrace logo a melhor causa, provando assim que é capaz de discernir a verdade nos argumentos que lhe são apresentados. Se o povo se deixa às vezes seduzir por propostas que demonstram coragem, ou que parecem úteis, isto ocorre ainda mais freqüentemente com os príncipes, que se deixam arrastar pelas suas paixões, mais numerosas e irresistíveis do que as do povo.

Também na escolha de magistrados o povo procede melhor do que o príncipe. Jamais se poderá persuadir o povo a elevar a uma alta dignidade um homem corrupto e marcado pela infâmia dos seus costumes — o que se pode levar um príncipe a fazer, por mil modos. Quando o povo adquire horror a uma instituição, este sentimento perdura séculos — uma constância desconhecida dos príncipes.

Também sobre estes dois últimos pontos, o povo romano vai me servir de exemplo. Durante todos os séculos que testemunharam tantas eleições de cônsules e de tribunos, só quatro delas foram objeto do arrependimento dos romanos. E, como disso, o ódio que o povo romano tinha pelo título de rei era tão inveterado que, por maiores que fossem os serviços prestados por um cidadão, se ele tentava usurpar aquele título, não escapava ao castigo.

Aliás, os Estados de governo popular fazem, em bem pouco tempo, conquistas mais extensas do que aqueles governados por um príncipe — como o demonstram o exemplo de Roma, depois da expulsão dos reis, e de Atenas, quando se livrou do jugo de Pisístrato. Isto não quererá dizer que o governo do povo é melhor que o dos reis? E que não se oponha ao meu argumento o que afirma o historiador no texto já citado, e em muitas outras passagens: que se percorra a série de excessos cometidos pelo povo, e aqueles cometidos pelos príncipes. As ações gloriosas devidas ao povo e aos príncipes. Ver-se-á então como a virtude e a glória do povo são maiores do que as dos príncipes. Se estes se mostram superiores ao povo para promulgar leis, estabelecer as normas da vida política, e novas instituições, os povos, por sua vez, lhes

são superiores na constância com que mantêm as constituições, com o que acrescentam à glória dos seus legisladores.

Finalmente, lembrarei, para esgotar o assunto, que se as monarquias têm durado muitos séculos, o mesmo acontece com as repúblicas; mas umas e outras precisam ser governadas pelas leis: o príncipe que se pode conceder todos os caprichos é geralmente um insensato; e um povo que pode fazer tudo o que quer comete com freqüência erros imprudentes. Se se trata de um príncipe e de um povo submetido às leis, o povo demonstrará virtudes superiores às do príncipe. Se, neste paralelo, os considerarmos igualmente livres de qualquer restrição, ver-se-á que os erros cometidos pelo povo são menos freqüentes, menos graves e mais fáceis de corrigir.

As palavras de um homem sábio podem facilmente fazer retornar ao bom caminho um povo perdido, entregue à desordem; contudo, nenhuma voz ousa elevar-se para esclarecer um príncipe mau; para ele só existe um remédio — a espada. Dos dois tipos de governo, qual está afligido por mal mais grave? A natureza do remédio dará a resposta. Para curar a moléstia do povo bastam algumas palavras; mas é preciso empregar a espada para extirpar o mal do príncipe. É fácil perceber que a doença mais séria é aquela que exige um remédio mais grave. Quando o povo se entrega ao furor das grandes comoções, não são os seus excessos que tememos; não se teme o mal presente, mas os seus futuros resultados. Tem-se medo de que surja um tirano, trazido pelas desordens. Sob o governo de um mau príncipe, é o contrário: é o mal presente que faz tremer. A esperança se dirige para o futuro, e os homens esperam que dos excessos cometidos possa nascer a liberdade. A diferença entre um e outro, portanto, está marcada pela distinção entre o medo e a esperança.

A crueldade da multidão se dirige contra aqueles que se suspeita quererem usurpar o bem geral; a crueldade do príncipe persegue todos os que considera inimigos do seu bem particular. Mas a opinião desfavorável que se faz do povo tem sua raiz na liberdade com que se fala mal sem temor, quando é o povo que governa. Sobre os príncipes, ao contrário, só se pode falar correndo mil perigos, cercando-se de mil cuidados.

Penso que não será inútil, já que o assunto me conduz a isto falar no capítulo seguinte sobre as alianças que permitem um apoio mais firme — se aquelas feitas com uma república, ou aquelas contraídas com um príncipe.

Capítulo Qüinquagésimo Nono

Que aliança deve inspirar mais fé: a de uma república ou a de um príncipe.

Como acontece todos os dias que um príncipe entre em aliança ou contraia amizade com outro príncipe, e uma república com outra — o mesmo acontecendo também entre república e príncipe — devo considerar aqui qual destes arranjos é o mais constante, e ao mesmo tempo o mais seguro: se o feito com uma república, ou com um príncipe. Depois de haver examinado bem toda a questão, creio que em muitos casos os dois tipos se assemelham, mas que há em alguns deles certas pecualiaridades.

Assim, os tratados impostos pela força não serão observados nem por um príncipe nem por uma república; estou convencido de que serão rompidos em caso de perigo para o Estado. Demétrio, que ficou conhecido como o "conquistador de cidades" ("poliocertes"), tinha feito muitos benefícios à Atenas. Batido pelos inimigos, decidiu refugiar-se ali, confiante na gratidão dos atenienses, que contudo não o quiseram receber — rejeição que lhe pareceu mais cruel do que a perda dos seus Estados e exércitos. Pompeu, derrotado por César na Tessália, foi buscar asilo no Egito, junto a Ptolomeu, a quem havia outrora restabelecido no trono. Ptolomeu como recompensa deu-lhe a morte. Nos dois casos, a conduta ingrata foi determinada pelas mesmas causas; mas a da república foi menos atroz do que a do príncipe.

Em toda parte onde reina o medo se encontra com efeito a mesma boa-fé. Se um príncipe ou uma república se expõe à perdição para manter a palavra, este comportamento pode ter o mesmo motivo. Quanto ao príncipe, é bem possível que seja amigo de um monarca poderoso que, se hoje não lhe traz meios de defesa, dá esperança de amanhã poder ajudá-lo a se restabelecer ao governo. Ou melhor: por tê-lo seguido como aliado, não entre num acordo com os seus inimigos. Nesta categoria devemos incluir os príncipes do reino de Nápoles, que foram aliados dos franceses. Quanto às repúblicas, eis como se têm conduzido: Sagunto, na Espanha, perdeu-se para não trair a amizade dos romanos; Florença, em 1512, correu igual perigo para permanecer fiel aos franceses.

Depois de ter pesado todas estas considerações, estou convencido de que, sempre que surge um perigo iminente, encontrar-se-á mais solidez numa república do que num príncipe. Isto porque, embora a primeira sofra as mesmas paixões e os mesmo desejos dos monarcas, a lentidão com que normalmente toma decisões fará com que tarde mais a determinar sua posição; em conseqüência, estará menos pronta a romper a palavra empenhada.

São os interesses que cortam os laços de todas as alianças; sob este ponto de vista, as repúblicas são bem mais rigorosas na observância das leis do que os príncipes. Poder-se-ia citar muitos exemplos de ocasiões em que o interesse mais frágil levou um príncipe a violar sua fidelidade, enquanto que as maiores vantagens não puderam demover uma república de cumprir sua palavra. Este foi o conselho de Temístocles aos atenienses, numa das assembléias do povo. Dizia ter um projeto cuja execução teria a maior utilidade para a pátria; não podia, contudo, divulgá-lo, pois isto vedaria a oportunidade de sua execução. O povo ateniense designou Aristides para que tomasse conhecimento do segredo, de modo que se seguisse a conduta recomendada por ele. Temístocles mostrou, então, que toda a frota grega, cuja segurança repousava sobre a sua descrição, estava colocada de modo a poder ser facilmente tomada, ou destruída, o que faria dos atenienses os árbitros da Grécia. Aristides explicou então que a proposta de Temístocles era muito útil, mas igualmente desonesta. O povo a rejeitou por unanimidade.

Filipe da Macedônia seguramente não teria agido assim — como muitos outros príncipes que viram na violação da palavra dada um meio seguro de favorecer seus interesses.

Não falo aqui das infrações cometidas contra um tratado, por não observar-se suas disposições, o que é coisa comum. Refiro-me aos tratados que foram rompidos pro causas extraordinárias; e, pelos motivos que expus, estou convencido de que os povos são menos sujeitos a erro neste particular do que os príncipes, e que se deve fiar mais nos primeiros do que nestes últimos.

Capítulo Sexagésimo

Como em Roma as nomeações para o consulado, e certas outras funções, não levavam em conta limites de idade.

Os acontecimentos sucessivos que a história nos relata indicam que, logo que os plebeus passaram a participar do consulado, os romanos começaram a atribuí-lo sem considerar a idade ou a classe social dos cidadãos. Em Roma, aliás nunca se deu importância à idade, buscando-se sempre a virtude igualmente nos jovens e nos velhos. Valério Corvino é um exemplo notável: nomeado cônsul aos vinte e três anos, explicava a seus soldados que aquele era o prêmio do mérito, não da estirpe: "Erat praemium virtutis, non sanguinis". Haverá muito a dizer sobre as vantagens e desvantagens deste costume.

Quanto à classe, era necessário que não fosse levada em consideração — necessidade que surgirá em toda a república que quiser constituir império semelhante ao de Roma. Não se pode confiar aos homens trabalhos a realizar sem premiá-los; e não se pode, sem que o Estado corra perigo, retirar-lhes a esperança de conseguir o prêmio. Era, sem dúvida, preciso que o povo tivesse a esperança de alcançar o consulado, e que alimentasse durante algum tempo tal esperança; depois, a esperança não bastou, e foi necessário dar ao povo o objetivo pretendido.

O Estado que não precisa dos súditos para empreendimentos gloriosos pode tratá-los ao sabor dos seus caprichos, como já observamos. Se quiser, contudo, alcançar os mesmos êxitos de Roma, não deverá criar distinções no seu seio. Sendo o argumento válido no que toca à posição social, resolve a questão relativa à idade, que se segue necessariamente.

Se um jovem é levado à dignidade tal que implique na prudência do ancião, é óbvio — já que a nomeação coube ao povo — que praticou alguma ação extraordinária, a qual o revelou digno do elevado cargo. E se o mérito de um jovem brilha com uma ação extraordinária, seria perigoso que o Estado não o reconhecesse, para

retirar-lhe o público benefício: que esperasse ver os anos esfriarem tal vigor de espírito, e toda a atividade que se deveria empregar a serviço da pátria. Por isto Roma se serviu de Valério Corvino, de Cipião, de Pompeu, e de muitos outros cidadãos ilustres, cuja extrema juventude não os impediu de triunfar sobre os inimigos.

LIVRO SEGUNDO

Introdução

Os homens elogiam o passado e se queixam do presente, quase sempre sem razão. Partidários cegos de tudo o que se fazia outrora louvam épocas que só conhecem pelos relatos dos historiadores; e aplaudem o tempo da própria juventude, conforme a lembrança que lhes fica na velhice.

Quando se equivocam, como acontece quase sempre, isso se deve a várias razões. A primeira é a de que não se pode conhecer toda a verdade sobre os acontecimentos da antiguidade; muitas vezes se oculta o que poderia trazer desonra aos tempos passados, enquanto se celebra, e amplia, tudo o que acrescenta à sua glória. Ocorre também que os escritores, em sua maioria, seguem a sorte dos vencedores, aumentando o que fizeram de glorioso para melhor ilustrar suas vitórias, e acrescentando à força dos inimigos que venceram; de modo que os descendentes de uns e de outros não podem deixar de admirá-los e de exaltar o seu tempo, fazendo-os objeto de homenagem e admiração.

Há mais ainda. Por medo ou por inveja, os homens se entregam ao ódio, cujas duas razões mais fortes não vigem em relação ao passado: pois não há motivo para temer o que já ocorreu, e não tem sentido invejar os acontecimentos pretéritos.

O mesmo não ocorre, porém, com os acontecimentos dos quais participamos como atores, ou que se passaram sob os nossos olhos. O conhecimento perfeito que podemos ter revela-os em todos os seus pormenores; é fácil, assim, distinguir neles o pouco de bem, separando-o de todas as circunstâncias que nos desagradam. Somos forçados a vê-los com olhos menos favoráveis, embora na verdade muitas vezes o presente mereça mais nossos louvores e admiração. Não me refiro, naturalmente, aos monumentos artísticos, cujo valor é evidente, e o tempo pouco pode diminuir ou aumentar; falo dos costumes das coletividades, que não se manifestam de forma tão óbvia.

Não há dúvida de que este hábito de louvar e criticar, a que me referi, existe realmente; mas não é verdade que sempre nos engane. Há ocasiões em que devemos guiar-nos pela evidência; porque, como as coisas deste mundo estão sempre em transição, ora as exaltamos, ora as rebaixamos.

Já aconteceu, por exemplo, que uma cidade ou província recebesse das mãos de um legislador sábio a sua organização política e, apoiada na sabedoria do fundador, melhorasse a cada dia o seu governo. Quem nascer em tal Estado, e louvar o passado por comparação com o presente, se enganará — um erro provocado pelo motivo que mencionei. Mas, quando a época da decadência chegar, ele estará certo em louvar o passado.

Refletindo sobre a maneira como as coisas acontecem, penso que o mundo não se modificou substancialmente: que sempre guardou igual parte de bem e de mal. O bem e o mal, contudo, têm passado de um país a outro, como nos indicam as informações que temos hoje dos reinos antigos — que a variação dos costumes tornava diferentes uns dos outros, embora o mundo, como um todo, permanecesse imutável.

A única diferença é que a parte do bem, que a princípio estivera com os assírios, passou para os medas, para os persas, depois para a Itália e Roma. Como das ruínas de Roma não nasceu qualquer império duradouro que reunisse todas as suas virtudes, o bem se distribuiu por muitos países, que deram disto prova clamorosa: o reino de França, o império dos turcos e do sultão. Mais recentemente, os povos da Alemanha e, antes deles, os sarracenos, de tão grandes realizações, cujas conquistas se estenderam muito longe, derrubando o império romano oriental.

Nesses diferentes Estados, que tomaram o lugar dos romanos, viu-se e vê-se ainda este bem que tanto se aprecia, e que não se cessa de louvar. Aquele que nasceu em um desses países e que elogia o passado mais do que o presente, poderia cometer um engano. Mas quem nasceu na Itália ou na Grécia, e não é estrangeiro na Itália, ou turco na Grécia, com boa razão critica o século em que vive, e elogia os séculos passados. De fato, os tempos antigos pareciam cheios de feitos maravilhosos, enquanto que no presente nada pode compensar a profunda miséria, a infâmia e a vergonha em que mergulhamos: uma época desastrosa em que se pisoteia a religião, as leis e a disciplina; onde tudo se contamina de fealdade de toda espécie. Vícios estes ainda piores quando aparecem naqueles que presidem os tribunais, comandam os homens e se impõem à adoração pública.

Contudo, voltando ao meu assunto, parecer-me-ia que se os homens julgam erradamente, ao preferir o passado — preferência que se fundamenta no conhecimento imperfeito do que de fato aconteceu na antiguidade, por comparação com o que sabemos sobre o que acontece diante de nossos olhos — os anciãos, pelo menos, deveriam ter opinião equilibrada sobre o que puderam observar pessoalmente. Isto seria assim se todos os homens conservassem as mesmas paixões durante a sua vida. Mas, como estas mudam sem cessar, ainda que não mudem os tempos, a diferença das afeições e dos gostos dá-lhes pontos de vista diversos, na velhice e na juventude. Se a primeira aumenta a sabedoria e a experiência, rouba aos homens o seu vigor: assim, que o que se ama na mocidade parece mau e cansativo na idade avançada;

mas em vez de acusarmos pela mudança o nosso julgamento alterado, preferimos acusar os tempos.

Por outro lado, nada pode saciar os apetites humanos, pois a natureza nos deu a faculdade de tudo desejar, mas a sorte não nos deixa senão provar poucas coisas, disto resultando um descontentamento permanente, e um desgosto pelo que possuímos, o que nos faz culpar o presente, louvar o passado e desejar o futur o, ainda que sem razão.

Talvez eu próprio mereça ser contado entre tantos que se enganam, se nestes comentários me exceder nos elogios aos antigos romanos, censurando em demasia o século em que vivemos. De fato, se a virtude que reinava naqueles tempos e o vício que macula o presente não fossem mais evidentes do que o sol, deveria falar com mais prudência, para não cometer o mesmo erro que aponto nos outros; mas a evidência é tal que salta à vista.

Ousarei, portanto, expor sem rebuços o que penso daqueles tempos e do nosso, para avisar os jovens que fujam de uns e imitem os outros, sempre que tiverem ocasião. É dever do homem honesto apontar o caminho do bem, que o rigor da época e da sorte não lhe permite trilhar, na esperança de que, dentre todos os que puderem compreendê-lo, haja um, favorito dos céus, que siga esse caminho.

No livro precedente tratei das medidas tomadas pelos romanos com respeito ao governo interno da república; neste, falarei da conduta que seguiram para expandir seu império.

Capítulo Primeiro

Qual foi a causa mais importante das conquistas dos romanos: o valor ou a sorte.

Muitos historiadores, entre eles Plutarco — escritor de grande peso —, sustentam que a expansão do império romano se deveu mais à sorte do que à virtude. Entre os seus argumentos, Plutarco cita a confissão dos próprios romanos, que atribuíam suas vitórias a Fortuna, deusa que tinha mais templos do que qualquer outra divindade. Tito Lívio parece também pensar assim, pois é raro, ao citar uma figura importante, que não mencione, ao lado do seu valor, sua sorte.

Este, contudo, não é meu pensamento; e não creio que uma opinião diversa possa ser bem sustentada. Se nunca existiu outra república que tivesse feito conquistas iguais às de Roma, isto se deve a que nenhuma outra teve, desde o início, instituições tão apropriadas a este fim. Foi à coragem dos seus soldados que Roma deveu as conquistas; mas foi à sua sabedoria, à sua conduta e ao caráter especial que lhe imprimiu seu fundador que deveu a conservação dessas conquistas, como demonstraremos amplamente em vários dos capítulos seguintes.

Alguns consideram o fato de que Roma nunca teve que enfrentar ao mesmo tempo duas guerras perigosas, um feliz acaso, e não um fruto da sabedoria. De fato, a cidade só entrou em guerra com os latinos depois que estes haviam batido de tal forma os samnitas que os romanos pensaram ser seu dever defendê-los: e os toscanos só foram atacados depois que os latinos haviam sido subjugados, e os samnitas enfraquecidos por derrotas sucessivas. Se dois desses povos se tivessem reunido contra Roma, quando suas forças estavam intactas, pode-se especular, porém, desse ataque poderia ter resultado a ruína da república romana.

Mas, qualquer que tenha sido o motivo, os romanos nunca foram onerados com o peso de duas guerras simultâneas; parece que o início de uma sempre se seguia ao fim de outra, ou que o término de uma guerra provocasse o nascimento de outra, de modo sucessivo.

Para não mencionar o período que precedeu o ataque dos gauleses, sabe-se que enquanto os romanos combatiam os équos e os volscos, duas nações na época poderosas, nenhum outro povo se insurgiu contra eles. Vencidos esses inimigos, foram iniciadas as hostilidades contra os samnitas; embora os povos do Lácio se tivessem levantado contra os romanos; como os samnitas eram aliados de Roma quando estourou a revolta, o seu exército ajudou os romanos a reprimir a rebeldia dos latinos. Quando estes foram subjugados, retomou-se a guerra contra o Sâmnio.

Os exércitos samnitas foram derrotados em muitas batalhas antes de que se iniciasse a guerra toscana; esta já havia terminado quando a chegada de Pirro à Itália deu nova força aos samnitas. Derrotado aquele príncipe, e obrigado a retornar à Grécia, teve começo a guerra de Cartago, a qual mal havia findado quando os gauleses dos dois lados dos Alpes se aliaram contra Roma, sendo exterminados numa horrível carnificina, no lugar onde hoje se eleva a torre de São Vicente, entre Populônia e Pisa. Depois desta última guerra, todas as demais que os romanos fizeram, durante vinte anos, tiveram pouca importância; só precisaram combater os lígures e os gauleses remanescentes, que se encontravam na Lombardia. Foi assim até a eclosão da segunda guerra púnica, que sacudiu a Itália durante dezesseis anos. Esta guerra, terminada com tanta glória, provocou a da Macedônia, que por sua vez levou à de Antióquia e da Ásia. Como Roma foi vitoriosa, não sobrou em todo o universo conhecido um só príncipe, ou uma república, que, por si só, ou em aliança, pudesse opor-se aos romanos.

Contudo, se estudarmos os acontecimentos militares antes destes últimos triunfos, encontraremos uma rara mistura de boa sorte, coragem e sabedoria. E quem quiser se aprofundar nas causas desses êxitos militares poderá descobri-las facilmente. É certo que quando um povo (ou um príncipe) adquire tal reputação que todos os vizinhos passam a temê-lo, hesitando diante da idéia de atacá-lo, pode estar seguro de que só lhe farão guerra se isto for necessário. O Estado poderoso, portanto, terá sempre a liberdade de declarar guerra ao vizinho que quiser atacar, usando a linguagem da paz para com os outros — os quais, desencorajados pelo seu poder e seduzidos por sua diplomacia, se deixarão facilmente tranqüilizar; quanto aos demais príncipes, distantes, verão o perigo longe demais para que possa amedrontá-los. Essa cegueira só é curada quando o incêndio os atinge; então, os seus próprios meios são insuficientes para apagá-lo, pois o inimigo já é todo-poderoso.

Não quero mencionar a indiferença com que os samnitas viram os romanos triunfar sobre os volscos e os équos; para não perder tempo em comentários supérfluos, vou limitar-me a falar sobre os cartagineses. Esse povo era já poderoso e gozava de justa celebridade quando os romanos ainda disputavam o seu império com samnitas e toscanos; tinha em seu poder toda a África, a Sardenha, a Sicília e uma parte da Espanha. O seu poderio e a distância de Roma afastavam a idéia de que esta viesse atacá-lo; não pensou assim em socorrer os samnitas ou os toscanos. Muito

pelo contrário, os cartagineses se aliaram com Roma, procurando sua amizade, e só reconheceram este erro quando os romanos, havendo subjugado todos os povos que se encontravam entre eles e Cartago, começaram a disputar-lhes a posse da Sicília e da Espanha.

O mesmo engano cegou os gauleses, Filipe da Macedônia e o rei Antíoco, cada um dos quais imaginou que, nas lutas contra os vizinhos, Roma poderia vir a ser derrotada, e que seria sempre possível escapar ao seu domínio pela paz ou pela guerra. Segundo penso, a boa sorte que tiveram os romanos nestas circunstâncias teriam tido também todos os príncipes que assim procedessem, e que tivessem qualidades semelhantes.

Conviria mostrar, a este propósito, a conduta dos romanos ao penetrar em território inimigo — assunto que examinei longamente no meu tratado sobre "O Príncipe", onde pude aprofundá-lo. Por isto direi aqui apenas, brevemente, que procuravam sempre ter, nas novas conquistas, algum amigo que servisse de porta, ou degrau, para sua penetração, a qual lhe desse meios de ocupar o país.

Foi assim que se serviram dos habitantes de Cápua para entrar no Sâmnio; dos carmertinos, na Toscana; dos mamertinos, nas Sicília; dos habitantes de Sagunto, na Espanha; de Massinissa, na África; dos eólios, na Grécia; de Eumênio e de outros príncipes, na Ásia: dos marselheses e éduos, na Gália. Não lhes faltou jamais este tipo de apoio para facilitar suas conquistas, dominar novos territórios e consolidar sua posição. Os povos que tiveram conduta semelhante sentirão menor necessidade dos favores da fortuna do que aqueles que agirem de outro modo.

Para que se possa entender melhor como a virtude foi, em Roma, mais importante do que a boa sorte para explicar a conquista do império, mostrarei, no capítulo que segue, as qualidades que tinham os povos que os romanos combateram, e com que determinação souberam defender-se.

Capítulo Segundo

Que povos os romanos combateram, e com que determinação estes se defenderam.

Nada tornou mais difícil para os romanos a conquista dos povos vizinhos, e de alguns mais distantes, do que o amor que estes tinham pela liberdade, a qual defendiam com tal determinação que nunca teria sido possível subjugá-los sem uma prodigiosa coragem. Numerosos exemplos mostram os esforços que fizeram para conservá-la ou reconquistá-la, e que vinganças praticaram contra os que a tinham violentado. A história nos demonstra também que a perda da independência expõe os povos e as cidades a verdadeiros desastres.

Embora em nossos dias somente num país haja algumas cidades independentes, na antiguidade todos os países eram povoados por homens livres. Basta ver como, na época de que falamos, havia povos livres desde as altas montanhas que separam a Toscana da Lombardia até a extremidade da Itália, tais como os toscanos, romanos, samnitas e muitos outros que habitavam este país — no qual, segundo os historiadores, nunca houve outros reis além dos que reinaram em Roma e de Porsena, soberano dos toscanos, raça que não se sabe mesmo como se extinguiu.

Na época em que os romanos assediaram Veios, a Toscana era independente e defendia de tal modo sua liberdade, rejeitando a monarquia, que, quando os habitantes de Veios pediram o seu apoio contra os romanos, após longa deliberação este lhe foi negado, enquanto obedecessem ao rei que haviam nomeado. Pensavam os toscanos que não deviam defender a pátria de quem já a havia submetido ao jugo de um monarca.

Percebe-se facilmente de onde nasce o amor à liberdade dos povos; a experiência nos mostra que as cidades crescem em poder e em riqueza enquanto são livres. É maravilhoso, por exemplo, como cresceu a grandeza de Atenas durante os cem anos que se sucederam à ditadura de Pisístrato. Contudo, mais admirável ainda é a grandeza alcançada pela república romana depois que foi libertada dos seus reis.

Compreende-se a razão disto: não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo. E é evidente que o interesse comum só é respeitado nas repúblicas: tudo o que pode trazer vantagem geral é nelas conseguido sem obstáculos. Se uma certa medida prejudica um ou outro indivíduo, são tantos os que ela favorece, que se chega sempre a fazê-la prevalecer, a despeito das resistências, devido ao pequeno número de pessoas prejudicadas.

O contrário acontece numa monarquia: com freqüência, o que o monarca faz em seu próprio interesse prejudica o Estado — e o que beneficia o Estado é nocivo aos interesses particulares do monarca. Assim, quando a tirania se levanta no meio de um povo livre, o inconveniente menor que traz é a sustação do progresso, deixando o país de crescer em poder e em riqueza; porque o normal é que, nesse caso, o Estado regrida. Se surge por acaso um tirano dotado de alguma virtude, que com valor e capacidade militar aumenta o seu domínio, isto não traz à república qualquer vantagem: o tirano é o único beneficiado. Estará impedido de homenagear seus súditos mais sábios e corajosos, para não tê-los como inimigos; e não transformará os Estados conquistados em tributários, pois não lhe interessa fazer sua cidade mais poderosa. Para ele, o único que conta é que todas as cidades e províncias o reconheçam como mestre. Quer semear a desunião, extraindo das suas conquistas proveito para si próprio, não para a pátria.

Os que quiserem fortalecer esta opinião com muitas outras provas devem ler o tratado de Xenofonte sobre a tirania.

Não é de espantar, portanto, que os povos da antiguidade tenham perseguido os tiranos; e que tenham dado tanta importância à liberdade.

Quando Jerônimo, o neto de Híeron, morreu em Siracusa, mal a notícia da sua morte se espalhou pelas tropas aquarteladas nos arredores, o exército começou a se levantar para perseguir os criminosos. Mas, ao ouvir toda Siracusa gritar pela liberdade, os soldados, tocados por essa palavra, se detiveram, deixando de lado os tiranicidas e pondo-se a trabalhar para que se instalasse na cidade um governo livre.

Tampouco devemos nos espantar de que os povos cometam vinganças inusitadas contra os que violentam sua liberdade. Os exemplos não faltariam, mas quero referir um só, ocorrido em Corcira, cidade da Grécia, durante a guerra do Peloponeso. Estava a Grécia dividida em duas facções: uma favorecia os atenienses, a outra os espartanos. Como resultado, muitas cidades tinham entrado em aliança com Atenas, outras com Esparta. Aconteceu que os nobres de Corcira dominaram a cidade, tirando ao povo sua liberdade. Mas os plebeus, socorridos pelos atenienses, tomaram o poder, aprisionando todos os nobres num lugar bastante amplo, de onde os retiravam em grupos de oito ou dez, sob o pretexto de enviá-los para o exílio, mas na verdade para matá-los com os suplícios mais cruéis. Os prisioneiros remanescentes, percebendo a sorte que lhes estava reservada, decidiram tentar a fuga, para escapar àquela morte sem glória. Armando-se com tudo o que pudessem encontrar, atacaram os guardas quando estes quiseram penetrar no recinto, defendendo-se à entrada da prisão. O povo, acorrendo, demoliu o edifício, esmagando os prisioneiros sob as ruínas.

A Grécia foi palco de vários outros episódios semelhantes, e não menos horríveis, os quais demonstram que se vinga com maior furor a liberdade violada do que a que se tentou violar.

Quando se considera por que os povos da antiguidade amavam a liberdade mais do que os da nossa época, pareçe-me que a razão é a mesma que explica por que hoje os homens são menos robustos — o que se relaciona, a meu juízo, com a diferença entre a nossa educação e a dos antigos, e a diferença, igualmente grande, entre a nossa religião e a dos antigos.

Com efeito, nossa religião, mostrando a verdade e o caminho único para a salvação, diminuiu o valor das honras deste mundo. Os pagãos, pelo contrário, que perseguiam a glória (considerada o bem supremo), empenhavam-se com dedicação em tudo que lhes permitisse alcançá-la. Vê-se indícios disto em muitas das antigas instituições, a começar pelos sacrifícios, esplendorosos em comparação com os nossos, bastante modestos, e cujo rito, mais piedoso do que brilhante, nada oferece de cruel capaz de excitar a coragem.

A pompa das cerimônias antigas era igual à sua magnificência. Havia sacrifícios bárbaros e sangrentos, nos quais muitos animais eram degolados; e a visão reiterada de um espetáculo tão cruel endurecia os homens. As religiões antigas, por outro lado, só atribuíam honras divinas aos mortais tocados pela glória mundana, como os capitães famosos, ou chefes de Estado. Nossa religião, ao contrário, só santifica os humildes, os homens inclinados à contemplação, e não à vida ativa. Para ela, o bem supremo é a humildade, o desprezo pelas coisas do mundo. Já os pagãos davam a máxima importância à grandeza d'alma, ao vigor do corpo, a tudo, enfim, que contribuísse para tornar os homens robustos e corajosos. Se a nossa religião nos recomenda hoje que sejamos fortes, é para resistir aos males, e não para incitar-nos a grandes empreendimentos.

Parece que esta moral nova tornou os homens mais fracos, entregando o mundo à audácia dos celerados. Estes sabem que podem exerçer sem medo a tirania, vendo os homens prontos a sofrer sem vingança todos os ultrajes, na esperança de conquistar o paraíso.

Contudo, se os homens perderam a fibra, e se os céus não impõem mais a guerra, estas transformações se originam na covardia dos que interpretam a religião de acordo com a sua fraqueza, e não segundo a virtude verdadeira; se se levasse em

conta que a fé permite a grandeza e a defesa da pátria, ver-se-ia que é compatível com a boa religião amar e honrar a pátria, e nos prepararíamos para defendê-la.

Estas falsas interpretações, que corrompem a educação, fazem com que não haja no mundo tantas repúblicas como outrora, e que, em conseqüência, não se veja em nossos dias todo o amor à liberdade de outros tempos. Penso que o fator mais importante dessas alterações foi o império romano, cujas conquistas subverteram todas as repúblicas, todos os Estados que tinham um governo livre; e, embora esse império se tenha dissolvido, os fragmentos que o compunham não se puderam reunir, voltando a gozar dos benefícios da vida política — com umas poucas exceções, dispersas em tão vasto território.

Como quer que seja, os romanos encontraram no mundo inteiro todas as repúblicas conjuradas contra eles, combatendo encarniçadamente em defesa da sua liberdade; o que prova que o povo romano não as poderia ter vencido sem a coragem mais rara e mais intensa. Para dar um exemplo, bastará o dos samnitas, que é admirável. Tito Lívio admite que esse povo era tão poderoso, e seu exército tão temível, que puderam resistir aos romanos até os tempos do cônsul Papírio Cursor, filho do primeiro Papírio; isto quer dizer; durante quarenta e seis anos, não obstante muitos desastres, a ruína de quase todas as suas cidades; e sucessivas e sangrentas derrotas. Esse país, outrora coberto de cidades. com uma população florescente, é hoje quase um deserto; mas houve um tempo em que seria invencível, graças às suas instituições e sua força, mesmo se Roma o atacasse com todo o seu poder.

Não é difícil determinar as causas da ordem que reinava então, e da confusão que a sucedeu: antigamente os povos eram livres; hoje, vivem como escravos. Como dissemos, todos os Estados e cidades que vivem sob a égide da liberdade, em qualquer lugar, têm sempre o maior êxito. A população é mais numerosa, porque os casamentos são mais livres e desejáveis; cada um tem todos os filhos que pode manter, porque não teme perder o patrimônio, e sabe que eles não serão escravos, mas sim homens livres, capazes de chegar, pelas suas qualidades, às posições mais elevadas. Multiplicam-se então as riquezas: as que a agricultura produz e as que derivam da indústria. Todos se empenham em aumentar os seus bens, seguros de que poderão gozá-los; em conseqüência, empenham-se em conseguir o que vai favorecer a cada um em particular e a todos de modo geral, crescendo assim cada vez mais a prosperidade pública.

O contrário acontece nos países que vivem sem liberdade: quanto mais cruel sua servidão, mais lhes falta a prosperidade. E dentre todas as formas de servidão, a pior é a que reina nas repúblicas (por comparação com as monarquias): em primeiro lugar, porque é mais duradoura, e oferece menor esperança de remédio; e também porque o objetivo das repúblicas é o seu próprio fortalecimento, com prejuízo de tudo o mais.

Não é assim que age um príncipe com os seus súditos, a menos que seja um desses conquistadores bárbaros, flagelo das nações, destruidor das instituições, como os príncipes do Oriente. Mas se não lhe falta de todo a humanidade, se possui algum discernimento, amará igualmente todas as cidades sob a sua soberania, permitindo-lhes manter as indústrias e quase todos os costumes tradicionais. Assim, embora essas cidades não se possam desenvolver como quando eram livres, sua escravidão não lhes traz perigo de morte. Refiro-me à servidão das cidades que obedecem a um soberano estrangeiro, pois já falei sobre aquelas dominadas por um dos seus cidadãos.

Se refletirmos com atenção sobre o que disse acima, não nos espantaremos com o poder dos samnitas, quando eram livres, nem da sua fraqueza, depois que perderam a liberdade. Tito Lívio atesta esta fraqueza em muitas passagens, particularmente quando fala da guerra contra Aníbal, quando conta que, maltratados por uma legião que se encontrava em Nola, os samnitas enviaram uma deputação a Aníbal, pedindo o seu auxílio, e alegando que durante um século tinham combatido os romanos com os seus próprios meios, e resistido muitas vezes aos ataques de dois exércitos consulares; mas que as suas forças tinham decaído de tal forma que agora mal se podiam defender de uma pouco numerosa legião romana, aquartelada em Nola.

Capítulo Terceiro

Roma se tornou uma cidade poderosa destruindo os seus vizinhos, e recebendo bem os estrangeiros.

"Crescit interea Roma Albae ruinis ("Roma cresceu, então, com os restos de Alba"): uma cidade que pretende adquirir vasto império precisa empregar toda a sua indústria para desenvolver a população: sem uma população numerosa, nenhuma cidade poderá jamais engrandecer-se.

Este objetivo pode ser alcançado de duas maneiras: pela hospitalidade e pela força. Pela hospitalidade, mantendo todas as portas abertas aos estrangeiros que desejem habitá-la, e oferecendo-lhes segurança para motivá-los. Pela força, destruindo totalmente as cidades vizinhas, e obrigando seus habitantes a imigrar para dentro dos próprios muros.

Tal foi o sistema seguido por Roma, o que fez com que, já na época do sexto rei, a cidade dispusesse de oitenta mil homens capazes de portar armas. Os romanos imitaram um jardineiro habilidoso que, para fortalecer uma planta nova, e fazer com que chegue à maturidade e dê frutos, poda seus primeiros renovos, a fim de que toda a energia, localizada nas raízes, com o tempo produza ramos mais verdes e fecundos.

O exemplo de Esparta e de Atenas mostra como isto é necessário para formar um Estado poderoso. Aquelas duas repúblicas, igualmente notáveis pela força do seu exército, e governadas pelas leis mais sábias, não chegaram a alcançar a grandeza de Roma — que parecia exposta a maiores desordens, e submetida a leis menos sabiamente combinadas. Com efeito, tendo aumentado a população pelos dois meios que mencionei, Roma chegou a reunir até duzentos e oitenta mil combatentes, enquanto que Atenas e Esparta jamais chegaram a ter mais de vinte mil cada uma.

Roma não obteve melhores resultados porque sua localização fosse melhor, mas somente porque agiu de modo diverso. Licurgo, o fundador da república de Esparta, convencido de que nada seria mais prejudicial às suas leis do que o recebi-

mento de imigrantes, ordenou todas as instituições de modo a impedir os estrangeiros de entrar em contato com os espartanos. Proibiu-lhes o casamento com os naturais da cidade, vedou-lhes os direitos de cidadania e todos os meios utilizados para a aproximação entre os homens. Ordenou ainda que se utilizasse em toda a república moedas de couro, para que nenhum forasteiro quisesse trazer suas mercadorias ou vender seus serviços.

As ações humanas não passam de imitações da natureza, e um frágil arbusto nunca terá ampla ramagem. Uma república fraca não se pode apoderar de uma cidade ou de um Estado mais poderoso e mais extenso — e, se isto acontecesse, teria a sorte da árvore cujos ramos fossem maiores do que o tronco: sustentando-se com dificuldade, cairia por terra ao menor sopro de vento. Foi o que aconteceu com Esparta quando, depois de estender seu domínio sobre as cidades da Grécia, viu todas se rebelarem, logo que Tebas deu o exemplo. E o tronco ficou só, despido dos seus ramos. Mas Roma não precisava temer esta desgraça: era um tronco robusto o bastante para suportar a ramagem mais extensa.

Este procedimento, bem como os outros sobre os quais falaremos adiante, foi a fonte da grandeza e do poder inusitados de Roma. É o que Tito Lívio disse em poucas palavras: Roma cresceu, então, com os restos de Alba.

Capítulo Quarto

As repúblicas têm três modos de se expandir.

Quem estudou a história da antiguidade sabe que as repúblicas sempre se expandiram de três modos. O primeiro foi o usado pelos antigos toscanos, que formaram uma liga de vários Estados, em que nenhum deles era superior aos demais em autoridade ou dignidade, tornando-se todos parceiros na conquista (como fazem hoje os suíços, e como fizeram outrora, na Grécia, os aqueus e os etólios). Os romanos tiveram guerras freqüentes com os toscanos, pelo que entrarei em algumas minúcias a respeito deste povo, de modo a explicar bem o primeiro meio a que me referi.

Antes que os romanos estendessem o seu império por toda a Itália, os toscanos tinham sido poderosos na terra e no mar; e embora não haja nenhuma história dos seus feitos, subsistem ainda alguns indícios e certas lembranças da grandeza que atingiram. Sabe-se, assim, que fundaram uma colônia nas margens do mar superior: Ádria, tão célebre que deu o seu nome àquele mar, que os próprios latinos batizaram de Adriático. Sabe-se também que dominaram, com seus exércitos, desde o Tibre até o sopé dos Alpes, que abraçam hoje o corpo da Itália.

Duzentos anos antes dos romanos manifestarem seu poder, os toscanos já tinham perdido o domínio da região hoje conhecida como Lombardia, que lhes foi conquistada pelos gauleses. Este povo, movido pela necessidade e atraído pela amenidade dos seus frutos, sobretudo o vinho, precipitou-se sobre a Itália, conduzido por um chefe chamado Beloveso; os gauleses expulsaram os habitantes do país onde se instalaram, construindo um grande número de cidades e dando-lhe o nome de Gália, que se conservou até a sujeição pelos romanos.

Viviam então os toscanos em perfeita igualdade, trabalhando pela expansão dos seus domínios. Doze cidades compunham sua liga e dominavam a região, entre elas Clúsio, Veios, Fiesole, Arezzo, Volterra. Mas não puderam estender suas conquistas fora da Itália e uma grande parte deste país deixou de ser ocupada por eles, pelas razões que mencionarei adiante.

O segundo meio é a associação com aliados, guardando contudo o comando da aliança, a sede do império e a glória da conquista: é o que sempre fizeram os romanos.

O terceiro consiste em fazer súditos imediatos, em lugar de aliados, como os espartanos e os atenienses.

Destes três meios, o último não tem qualquer utilidade, como o demonstra suficientemente o exemplo de Atenas e Esparta, cuja ruína foi causada pela extensão das suas conquistas além do que podiam conservar. É difícil e perigoso governar uma cidade pela violência, sobretudo quando ela se habituou à liberdade. Só a cercando de forças consideráveis será possível dar-lhe ordens que sejam obedecidas. Se as forças do país não o permitem, será necessário recorrer a aliados que ajudem a aumentar o número dos soldados disponíveis. Atenas e Esparta, que não agiram assim, deixaram de ter qualquer vantagem com a sua conduta.

Roma, que citamos como exemplo do segundo meio, teve o seu poder elevado ao mais alto grau, fazendo o que as duas cidades gregas negligenciaram. Como só ela seguiu este caminho, somente ela se tornou poderosa, constituindo em toda Itália numerosos aliados que, em muitos aspectos, gozavam das mesmas prerrogativas. Por outro lado, como se viu acima, Roma sempre reservou para si a sede do império e o comando de todas as conquistas; os aliados não percebiam que iam aceitando o jugo romano ao preço do seu trabalho e do próprio sangue.

Com efeito, quando a república romana começou a enviar fora da Itália os seus exércitos, reduzindo reinos a províncias, e incluindo entre seus súditos todos os que, acostumados a ter monarcas, não atribuíam maior importância à sujeição, esses povos, vencidos e governados por Roma, a reconheceram como soberana.

De modo que os povos da Itália, que até então se tinham considerado amigos de Roma, encontraram-se de repente cercados de súditos romanos, e pressionados, por outro lado, pela grandeza daquela cidade; quando perceberam o erro em que tinham incorrido, não havia mais tempo para remediá-lo, tanto havia crescido o poder de Roma, com a conquista de numerosas províncias estrangeiras, e tão formidáveis eram as forças reunidas naquela cidade, cuja população estava sempre em armas. Em vão se rebelaram contra os romanos; foram traídos pela sorte, piorando sua situação, pois de aliados transformaram-se em súditos.

Como dissemos, só os romanos seguiram esta política; mas a república que quiser expandir-se não pode agir de outro modo. A experiência demonstra, de fato, que nenhuma outra é tão certa.

O sistema de ligas, que já mencionamos — usado pelos toscanos, aqueus e etólios, e adotado em nossos dias pelos suíços —, é o mais favorável, depois daquele seguido pelos romanos. Como as conquistas ficam limitadas, disso resultam duas vantagens: a primeira é que a guerra se torna menos provável; a outra, que o pouco que se conquista, se conserva.

A dificuldade em expandir as conquistas se deve à imperfeita unidade existente no conjunto dessas repúblicas, ou à distância que as separa, e que torna difícil sua reunião para a troca de idéias e para a deliberação. Esta razão diminui ainda mais o desejo de domínio, pois, como as conquistas devem ser repartidas pelos aliados, não têm para eles a mesma importância que lhes atribui uma só república, a qual espera guardar para si todos os frutos. Como a liga é governada por um conselho geral, suas decisões nunca podem ser tão prontas quanto as de um Estado que age por si só. A experiência mostra ainda que esse sistema tem limites que lhe impõe a sua natureza, além dos quais não há exemplo de que se tenha estendido. Juntam-se doze ou quatorze pequenos Estados: não se vai além disto.

Com efeito, quando se pensa estar ao abrigo de qualquer agressão, não se procura mais expandir o território pela falta de necessidade, porque as conquistas adicionais não têm utilidade — já expliquei o motivo disso anteriormente. Essas repúblicas teriam, portanto, que tomar um dos seguintes caminhos: ou continuar a fazer alianças, o que provocaria a desordem, ou aumentar o número de seus súditos; mas como vêem nisto dificuldades, sem perceber a vantagem desta opção, não a aceitam. Assim, quando os membros da liga são bastante numerosos, e supõem poder viver com segurança, voltam-se para duas coisas: tornam-se protetores dos Estados menores, para tirar vantagem de onde ela existir, e se põem a soldo deste ou daquele príncipe, batendo-se pelos seus interesses — como fazem hoje os suíços, e como faziam outrora as ligas de que falamos. Tito Lívio nos dá um exemplo desse fato quando conta que Filipe, rei da Macedônia, estando em conferência com Tito Quinto Flamínio, e falando de certo acordo na presença de um pretor dos etólios, teve uma altercação com este último, ao criticar a avareza e a infidelidade dos etólios, que não duvidavam em servir um Estado ao mesmo tempo em que enviavam uma parte das suas forças para prestar serviços ao seu inimigo, de modo que a bandeira etólia era vista muitas vezes nos dois lados de um campo de batalha.

Ninguém ignora que as confederações sempre tiveram esta conduta, com os mesmos resultados. Vê-se ainda hoje que esse sistema sempre dá resultados medíocres. E quando as repúblicas que o seguiam ultrapassavam os seus limites, eram precipitadas para a derrota. Mas, se este método não apresenta utilidade para uma república belicosa, tampouco oferece vantagem aos Estados que não dispõem de exército, como, em nossos tempos, todas as repúblicas italianas.

Os romanos, portanto, seguiram o caminho verdadeiro, o que é admirável, porque não tinham exemplo anterior que os orientasse. Da mesma forma, não tiveram imitadores depois da sua queda. Quanto ao modelo das confederações, só foi adotado na Suíça e na Suábia. E, como faremos notar no fim deste trabalho, de to-

das as sábias instituições estabelecidas em Roma para dirigir a conduta do Estado nos assuntos internos e externos, nenhuma foi adotada pelos governos modernos; parece que todos as desdenham, e que se considera em geral algumas como impraticáveis, outras como não genuínas, e outras ainda como sendo inúteis e sem propósito. É por isto que, mergulhados em nossa funesta ignorância, seremos presas de todos os que quiserem invadir nosso país.

Se o exemplo dos romanos parece muito difícil de seguir, o dos antigos toscanos não deveria parecê-lo, sobretudo aos toscanos de hoje. Se bem seja verdade que, pelas causas que indiquei, eles não puderam conquistar um império com a extensão do romano, conseguiram pelo menos alcançar na Itália o grau máximo de poder permitido pelo sistema que adotaram.

O Estado toscano gozou por muitos anos de uma grande tranqüilidade, como foi demonstrado pelo seu império e a glória das suas armas, a pureza de costumes e o respeito que tinham pelos deuses. Esta glória e este poder, que os gauleses romperam, foram tão completamente aniquilados pelos romanos que, embora tenham durado dois mil anos, mal se conservou deles alguns traços na memória dos homens. O que me leva a refletir sobre as causas deste esquecimento, que exporei no capítulo seguinte.

Capítulo Quinto

A memória dos acontecimentos é apagada por novas línguas e religiões, bem como pelos desastres causados por inundações ou pestes.

Creio que se poderia contestar os filósofos que pretendem que o mundo sempre existiu, observando que, se tal antiguidade fosse real, deveria haver memória de fatos ocorridos há mais de cinco mil anos. Seria uma resposta apropriada, se não se soubesse que a lembrança dos acontecimentos se extingue por razões diversas, algumas relacionadas com os homens, outras não. As que dependem dos homens são as mudanças de língua e de religião. Quando surge uma nova religião, seu primeiro cuidado é abafar a memória da anterior, para aumentar sua própria influência; memória que se extingue completamente quando os fundadores da religião nova falam língua diferente.

Estes resultados aparecem de forma marcante quando se examina o que fizeram os cristãos com o paganismo, abolindo todas as suas instituições e cerimônias — apagando-as juntamente com a memória da antiga teologia. É verdade que o cristianismo não pôde destruir com igual êxito a lembrança dos grandes homens que o mundo pagão tinha produzido, o que se deve à preservação da língua latina, que serviu para formular os preceitos da nova lei. Considerando tudo o que os primeiros cristãos destruíram, não há dúvida de que, se tivessem podido escrever numa língua diferente, não haveria hoje qualquer memória dos acontecimentos passados.

Quando se lê acerca dos meios utilizados por São Gregório e outros cristãos, sente-se a intensidade com que perseguiram o que podia lembrar a antiguidade: queimando os escritos de poetas e historiadores, derrubando estátuas, mutilando o que trazia a marca dos tempos antigos. Se uma nova língua tivesse favorecido esse trabalho, em poucos anos tudo estaria esquecido.

É de crer, também, que o que o cristianismo tentou fazer com o paganismo, este tenha feito com as religiões precedentes. E, como tais religiões mudaram duas ou três vezes no espaço de cinco a seis mil anos, perdeu-se toda memória dos aconteci-

mentos anteriores. Os poucos traços que ficaram são vistos como fábulas, que não nos inspiram confiança. Assim é considerada a história de Deodoro da Sicília, a qual, por relatar acontecimentos de há quarenta ou cinqüenta mil anos, é vista por todos (inclusive por mim mesmo) como sendo falsa.

A peste, a fome e as inundações, calamidades que atingem as nações, reduzindo povos inteiros a uns poucos remanescentes, são as causas que não dependem dos homens. As inundações têm resultados dos mais desastrosos, porque ocorrem em todo o mundo; delas só se salvam geralmente rústicos montanheses sem qualquer conhecimento das tradições. E se dentre eles se salva algum homem de instrução, poderá silenciar sobre as coisas passadas, alterando-as para servir os próprios fins; a posteridade só terá, neste caso, o que ele descrever — nada mais.

Não se pode duvidar do efeito que tiveram esses dilúvios, fomes e pestes; os livros de história estão repletos de narrativas desses desastres, cuja ocorrência é coisa natural. A natureza, de fato, lembra os corpos simples que, quando guardam humores supérfluos, tendem a expeli-los, para recobrar a saúde. O mesmo acontece com o corpo da sociedade humana. Quando a população é numerosa e pressiona demais os recursos do país, não podendo emigrar, porque as províncias vizinhas estão igualmente povoadas, e quando a má fé e a malvadez dos homens chegam ao último grau, é preciso que o mundo seja purgado por um desses três flagelos para que os homens, batidos pela adversidade, e reduzidos em número, encontrem afinal uma existência mais fácil, e voltem a ser bons.

Assim aconteceu com a Toscana, como já disse: era poderosa, plena de religião e de virtude; possuía língua e costumes próprios. Tudo isto foi engolido pela dominação romana. Só restou a memória do seu nome.

Capítulo Sexto

Como os romanos se comportavam na guerra.

Já mostrei a conduta seguida pelos romanos para expandir o seu território. Vou relatar agora o comportamento que tinham na guerra; cada uma das suas ações mostrará a sabedoria com que souberam afastar-se dos métodos seguidos habitualmente, chegando assim à grandeza suprema.

O objetivo do Estado que vai à guerra por escolha ou ambição é adquirir e conservar suas conquistas, de modo que elas o enriqueçam, e não sirvam de causa de desgaste para si próprio ou para o país conquistado. É indispensável, portanto, que durante a conquista e a posse não haja gastos inúteis, senão que tudo vá de encontro ao bem comum. Quem quiser alcançar este objetivo deve imitar a conduta do povo romano, seguindo os mesmos princípios, que consistiam em fazer uma guerra curta e intensa.

Por isto faziam suas campanhas com exércitos numerosos; puderam, assim, terminar em pouco tempo todas as guerras promovidas contra os latinos, os samnitas e os toscanos.

Quem estudar as guerras de Roma, desde a sua fundação até a tomada de Veios, saberá que todas terminaram em seis, dez ou vinte dias. Seguindo o costume que tinham adotado, logo que a paz era rompida, os romanos avançavam sem tardança ao encontro do inimigo, dando-lhe combate imediatamente.

Se venciam, o inimigo pedia paz, para preservar seu território da destruição; a condição que Roma impunha, normalmente, era uma cessão de território, convertido em propriedades particulares, ou destinado à fundação de colônias. Estabelecidas nas fronteiras dos Estados derrotados, estas serviam de linha defensiva para os romanos, com grande vantagem para os colonos, que recebiam a posse da terra, e para o povo romano, que tinha nelas um meio de defesa que nada lhes custava.

Nenhum processo é mais seguro, ou de maior utilidade. Enquanto o inimigo não estava em campanha, esta simples defesa era suficiente; se levantasse um exército numeroso para atacar a colônia, os romanos acorriam com um exército mais forte, davam-lhe batalha e, uma vez vitoriosos, impunham as condições mais severas, retornando em seguida para o seu país. Foi assim que, gradualmente, estenderam sua influência sobre os inimigos, aumentando suas próprias forças.

Foi o método que seguiram até a modificação do seu sistema militar, que ocorreu depois da tomada de Veios; para poder prolongar a guerra, ordenaram então que se pagasse aos soldados, que até aquela época nada recebiam — devido à curta duração das guerras.

Contudo, embora os romanos passassem a pagar aos soldados para que pudessem fazer guerras mais longas, não abandonaram o sistema de terminá-las logo que as circunstâncias o permitissem — como também não abandonaram o costume de fundar colônias nas províncias conquistadas.

Além deste método, que utilizavam na sua política de expansão, deve-se atribuir a brevidade das guerras conduzidas pelos romanos à ambição dos cônsules, cujo mandato se limitava a um ano (e era obrigatório que passassem a metade desse período em Roma); é natural que estes quisessem terminar logo as guerras, para colher as honras do triunfo. Quanto ao uso de criar colônias, manteve-se pela utilidade e as consideráveis vantagens que trazia.

Logo foram feitas alterações na maneira de distribuir os despojos, tornada menos liberal do que no início; como os soldados agora recebiam um soldo, considerou-se preferível destinar ao tesouro público o valor (cada vez maior) do que era arrecadado ao inimigo, de modo que os tributos recebidos pela república não fossem destinados a custear as suas expedições militares. Em pouco tempo, esta medida fez com que o Estado enriquecesse.

Assim, os romanos tinham na guerra uma fonte de riqueza, pela distribuição dos despojos dos povos vencidos e pela criação de colônias em território tomado ao inimigo; situação esta diferente da de muitos príncipes e repúblicas imprudentes, que da guerra só colheram pobreza. A tal ponto que um cônsul não se considerava vitorioso se não pudesse acrescentar ao tesouro fortes somas em ouro, prata e outros valores das nações vencidas.

Esta foi a conduta que assegurou aos romanos um aumento de poder e de riqueza: encerrando rapidamente as campanhas; esgotando o inimigo por meio de guerras sucessivas; destruindo seu exército e espoliando seu território, extraindo-lhe tratados vantajosos.

Capítulo Sétimo

A extensão territorial que os romanos atribuíam a cada colono.

Não me parece possível determinar a extensão exata da terra que os romanos concediam a cada um dos seus colonos. Essa extensão variava segundo a região; mas, em todas as circunstâncias, e em todos os lugares, era sempre extremamente moderada.

Isto por várias razões. Em primeiro lugar, para poder enviar às colônias mais homens, destinados a guardar o país; em segundo lugar, porque, como se vivia pobremente em Roma, não seria justo que os colonos vivessem na abundância. Tito Lívio conta que, depois da queda de Veios, criou-se ali uma colônia, distribuindo-se a cada colono três jeiras e sete onças de terra.

Além das razões que já indicamos, os romanos estavam convencidos de que o importante não era a extensão das terras, mas a qualidade da sua cultura.

Era uma característica necessária das colônias terem campos comuns, onde todos podiam apascentar o gado, e bosques onde se cortava lenha para o fogo, sem o que nenhuma colônia podia ser estabelecida.

Capítulo Oitavo

As razões pelas quais os povos emigram para países estrangeiros.

Tendo já falado sobre o modo como os romanos se conduziam na guerra, e sobre a maneira como os gauleses assaltaram os toscanos, não posso encerrar o assunto sem anotar que há duas espécies de guerra.

Uma é provocada pela ambição dos Estados que procuram expandir seu território; tais foram as guerras promovidas por Alexandre, o Grande, e pelos romanos, e assim são as guerras entre potências. São guerras desastrosas, mas não chegam a expulsar toda a população de um país, pois aos vencedores basta a segurança de que vão ser obedecidos. Quase sempre os povos vencidos são deixados de lado com suas leis, e sempre se lhes respeita a propriedade e as riquezas.

A outra espécie é a das guerras em que todo um povo abandona o seu país: famílias inteiras incitadas pela fome ou por conflitos seguem em busca de um lar, invadindo novos territórios não apenas para impor as suas leis, mas para apossar-se do país, matando ou expulsando os seus habitantes. Nada mais espantoso do que este tipo de guerra, mencionado por Salústio no fim da "História de Jugurta". Conta aquele relato que, após a morte de Jugurta, espalhou-se o rumor de que a Itália seria invadida pelos gauleses; e Salústio comenta que, se nas guerras contra outros povos os romanos disputaram sempre o domínio de alguma província, com os gauleses combatiam pela própria sobrevivência. Para que um Estado domine um outro país, basta destruir seus governantes; contudo, se os invasores querem viver do que sustenta os habitantes do país atacado, será necessário que exterminem a sua população.

Os romanos tiveram que suportar três destas perigosas guerras; a primeira, quando Roma foi tomada pelos mesmos gauleses que antes haviam conquistado a Lombardia aos toscanos. Tito Lívio atribui aquela guerra a duas causas: a primeira, a atração dos gauleses pela amenidade dos frutos e dos vinhos da Itália; a outra, o crescimento da população da Gália, cuja produção agrícola não podia mais ali-

Capítulo Nono

Das razões que em geral levam à guerra entre as potências.

As razões que levaram à guerra entre os romanos e os samnitas, rompendo antiga aliança, são as mesmas que costumam provocar a guerra entre Estados de igual potência. Nascem do acaso, ou da inclinação hostil de um delr

As hostilidades entre romanos e samnitas foram fruto do acaso. A intenção destes últimos, ao atacar os sidicinos e os habitantes da Campânia, não era a de levar a guerra à Roma. Mas os povos agredidos se lançaram nos braços dos romanos, contra a expectativa de romanos e samnitas.

Roma teve que atender o pedido da Campânia, considerando-se obrigada a entrar numa guerra que não podia evitar sem desonra. Com efeito, teria parecido absurdo aos romanos defender a Campânia, na condição de aliada, contra os samnitas, com quem também tinham tratado de aliança. Mas não consideravam impróprio defender seus habitantes como súditos ou suplicantes; na verdade, se os abandonassem naquelas circunstâncias, desencorajariam todos os que, no futuro, quisessem pedir sua proteção. Por isso Roma, que não aspirava ao repouso, mas sim à glória e ao império, não tinha condições de recusar tal ajuda.

A primeira guerra púnica teve as mesmas causas. Os romanos se viram forçados a defender os habitantes de Messina, na Sicília, e também naquela oportunidade foram as circunstâncias que decidiram a guerra.

Por outro lado, não foi por acaso que houve uma segunda guerra entre Roma e Cartago. Ao atacar Sagunto, na Espanha, que era aliada de Roma, Aníbal não queria propriamente agredir aquele povo, mas, sem irritar o exército romano para combatê-lo, passar à Itália. Agem sempre assim os príncipes que querem iniciar uma guerra, pretendendo, contudo, manter na aparência o respeito aos compromissos, e dar impressão de comportamento honrado. De fato, se pretendo combater um príncipe com o qual estou associado por tratados há muitos anos, procurarei encontrar algum pretexto para um ataque dirigido contra um dos seus aliados (e

não diretamente contra ele). Se o irrito, terei atingido o alvo, que é fazer a guerra: se permanece indiferente, mostrará sua fraqueza ou má-fé. Minha conduta, portanto, enfraquecendo a reputação de um rival, terá como efeito facilitar o caminho para os objetivos pretendidos.

A decisão da Campânia de se entregar aos romanos, para que estes entrassem na guerra, não é a única coisa a observar neste episódio. Ele nos mostra que, para uma cidade sem forças defensivas e que deseja evitar a todo custo o jugo do inimigo que a ameaça, resta um remédio: entregar-se livremente e sem reserva a quem escolher para protegê-la.

Assim agiram os habitantes da Campânia com relação aos romanos; e os florentinos com Roberto, rei de Nápoles, que, não querendo socorrê-los como aliados, defendeu-os como súditos contra as forças de Castruccio de Luca, que os estavam oprimindo.

Capítulo Décimo

A despeito da opinião geral, o dinheiro não constitui os nervos da guerra.

Começa-se a guerra quando se quer; mas não se pode terminá-la do mesmo modo. Em conseqüência, antes de se lançar aos azares de uma campanha, o príncipe deve avaliar cuidadosamente as suas forças, comportando-se de acordo com esta avaliação. Mas, com prudência, não se deve deixar cegar pelos recursos de que dispõe. De fato, cometerá um engano sempre que contar com os seus tesouros, os recursos do país, ou a lealdade dos seus súditos, se não tiver, por outro lado, o apoio de um exército. Pois aqueles elementos acrescentam força a quem já a possui, mas não poderão dar-lhe força, se não a tiver.

Tudo é inútil sem soldados com os quais se possa contar. Sem eles, de nada valem os tesouros ou os recursos do país. A fidelidade e a afeição dos homens logo se extinguem; e se o príncipe não os puder defender, de que modo conservariam estes sentimentos? Quando há falta de defensores corajosos, os rochedos mais ásperos, os mais profundos lagos e abismos se transformam em planícies. O dinheiro, por si, não protege; ao contrário, atrai predadores. Nada mais falso, portanto, do que a opinião comum de que constitui os nervos da guerra.

Quinto Cúrcio deu esta opinião falando da guerra entre Antipatro, rei da Macedônia, e o monarca espartano, quando conta que a falta de dinheiro levou o rei de Esparta à luta, na qual foi vencido; mas, se tivesse retardado o combate por alguns dias, a notícia da morte de Alexandre se teria difundido por toda a Grécia, assegurando-lhe a vitória sem qualquer combate. Entretanto, como lhe faltasse o dinheiro, e como temia que os soldados o abandonassem, por falta de pagamento, decidiu tentar a sorte no combate. A este propósito, Quinto Cúrcio declara que o dinheiro constitui os nervos da guerra.

É uma máxima citada todo dia, e alguns príncipes menos prudentes procuram ajustar-se a ela. Fiam-se no ditado, e pensam que os tesouros são suficientes para sua defesa, sem refletir que se a riqueza assegurasse a vitória, Dario teria triunfado sobre Alexandre, e os gregos sobre os romanos; em nossos dias, Carlos, o Temerá-

rio, teria batido os suíços e, ainda mais recentemente, o Papa e os florentinos reunidos teriam vencido sem dificuldade Francisco Maria, sobrinho e Júlio II, na Guerra de Urbino.

Mas todos os que citei foram vencidos por guerreiros que consideravam os bons soldados e não o dinheiro como sendo os nervos da guerra. Entre as maravilhas que Creso, rei da Lídia, mostrou a Sólon, o ateniense, havia um tesouro de valor incalculável. O monarca lhe perguntou o que pensava do seu poderio. Sólon respondeu que não podia julgá-lo pelo monte de ouro que tinha visto, porque não se combatia com o ouro, mas com o ferro; poderia surgir um inimigo que tivesse mais ferro, e que lhe tirasse aquele ouro.

Depois da morte de Alexandre, o Grande, muitíssimos gauleses se espalharam pela Grécia, e de lá pela Ásia. Os bárbaros tinham enviado embaixadores ao rei da Macedônia, que, para demonstrar poder e riqueza, mostrou-lhes grande quantidade de ouro e de prata. Longe de se assustarem, os gauleses, que já tinham confirmado a paz, se apressaram a rompê-la, tal o seu desejo de apossar-se daquele ouro. Deste modo, o rei macedônio foi despojado do tesouro que havia reunido com o propósito de se defender.

Há poucos anos os venezianos, embora tivessem muitos recursos, perderam tudo o que possuíam, sem que lhes valesse todo o seu ouro.

Qualquer que seja a opinião geral, sustentarei, portanto, que os nervos da guerra não são o dinheiro, mas os bons soldados; e se o ouro não é suficiente para consegui-los, os bons soldados podem conseguir ouro. Tivessem os romanos preferido fazer a guerra com o ouro, e não com o ferro, todos os tesouros não bastariam para conseguir o vasto território que conquistaram, ou para vencer os obstáculos com que se depararam. Mas, como faziam a guerra com o ferro, nunca lhes faltou o ouro, pois os povos que os temiam iam até eles levando-lhes suas riquezas.

A falta de dinheiro obrigou de fato o rei de Esparta a tentar os azares da batalha; o dinheiro faltante provocou um inconveniente que poderia ter sido ocasionado por mil outras causas. Quando faltam víveres a um exército, e ele se vê entre as alternativas do combate e da fome, a primeira em geral é escolhida — uma tentativa honrosa de ganhar os favores da sorte. Outras vezes acontece que um general, sabendo que o inimigo aguarda reforços, sente-se obrigado a atacá-lo, expondo-se aos perigos do combate; mas, se não o fizer, enfrentará o adversário, acrescido em forças, ficando em posição muito mais desvantajosa. Vê-se ainda, pelo exemplo de Asdrúbal, atacado no Metauro por Cláudio Nero, juntamente com outro cônsul, que um general reduzido à alternativa entre o combate e a fuga escolhe quase sempre a luta. Nessas circunstâncias, a batalha — embora de resultado duvidoso — oferece sempre alguma oportunidade de êxito, enquanto que a fuga é uma garantia de derrota.

Há, portanto, numerosas circunstâncias em que um general se sente obrigado a dar batalha ao inimigo, contra a sua convicção; a falta de recursos pode ser uma dessas circunstâncias, sem que se deva concluir que o dinheiro constitua os nervos da guerra, mais do que quaisquer outras causas que podem arrastar um exército a igual necessidade.

É preciso que volte a dizê-lo: não é o ouro, são os bons soldados que constituem os nervos da guerra. O dinheiro é sem dúvida necessário, mas de uma necessidade secundária, que bons soldados sabem suprir com a coragem. De fato, é tão difícil a um exército corajoso ter falta de dinheiro quanto ao dinheiro por si só encontrar bons soldados.

Em mil episódios a história demonstra a verdade do que digo. Em vão Péricles determinou aos atenienses que fizessem guerra a todo o Peloponeso, afirmando-lhes que suas riquezas e operosidade representavam garantia de êxito. Embora Atenas, no curso da guerra, tivesse obtido algumas vitórias, terminou derrotada; a sabedoria de Esparta e a coragem dos seus soldados levaram a melhor sobre o esforço e os tesouros dos atenienses.

Sobre este ponto, tem grande peso o parecer de Tito Lívio quando, ao especular sobre se Alexandre, o Grande, teria podido vencer os romanos se tivesse invadido a Itália, demonstra que há três coisas essenciais à guerra: tropas numerosas e valentes; generais experimentados; e boa sorte. Depois de examinar quem teria essas vantagens em grau maior, se os romanos ou Alexandre, conclui sem dizer uma só palavra sobre o dinheiro.

Quando os sidicinos suplicaram à Campânia que tomasse armas em seu favor, contra os samnitas, a primeira avaliou sem dúvida seu poderio em termos de riqueza, e não em soldados. Em conseqüência, foi constrangida, após duas derrotas, a se tornar tributária de Roma, para escapar à ruína total.

Capítulo Décimo Primeiro

A imprudência de se aliar com um príncipe que tenha mais reputação do que força real.

Para deixar bem claro o erro cometido pelos sidicinos ao contar com o apoio da Campânia, bem como o erro da Campânia ao pensar que poderia defender os sidicinos, Tito Lívio não poderia ter encontrado termos mais enérgicos: "Campani magis nomen in auxilium Sidicinorum, quam vires ad praesidium attulerunt" ("Campânia assistiu os sidicinos mais com o seu nome do que com forças para a guerra").

O exemplo mostra que as alianças contraídas com um príncipe que não pode prestar o socorro dele esperado — pela distância, porque desordens internas exigem o emprego de todas as suas forças, ou por qualquer outra razão — têm valor mais aparente do que real.

Florença nos dá hoje um exemplo disto. Atacados em 1947 pelo Papa e pelo rei de Nápoles, os florentinos se apoiaram na amizade do rei da França, o que, contudo, lhes deu mais o brilho do seu nome ilustre do que um socorro genuíno ("magis nomen quam praesidium").

É o que não poderia deixar de acontecer a todo príncipe que se aliasse com o imperador Maximiliano: eis aí uma dessas amizades que trazem "magis nomen quam praesidium", como o apoio que os sidicinos encontraram, conforme Tito Lívio, na aliança da Campânia.

Estes últimos povos se equivocaram, pensando serem mais fortes do que eram de fato. É assim que a imprudência dos homens os leva às vezes a assumir a defesa alheia, embora não saibam se têm condições de preservar a si próprios do perigo. Este foi o erro dos tarentinos quando enviaram embaixadores ao cônsul romano — cujo exército estava prestes a se chocar com os samnitas — para dizer que, na sua opinião, aqueles dois povos deveriam fazer a paz, declarando-se prontos a atacar quem começasse as hostilidades. O cônsul não pôde deixar de rir diante de tal pro-

posta; e, na presença dos enviados, deu o sinal de ataque, ordenando ao exército que investisse contra o inimigo para mostrar aos tarentinos, pela sua conduta, e não com palavras, a resposta que mereciam.

Já falei, neste capítulo, sobre a alternativa escolhida algumas vezes pelos príncipes que abraçam a defesa de um aliado. No capítulo seguinte falarei sobre os meios que os príncipes empregam em sua própria defesa.

Capítulo Décimo Segundo

Se é melhor, quando se teme um ataque, aguardar a iniciativa do inimigo ou abrir as hostilidades.

Já ouvi mais de uma vez homens experimentados na arte da guerra discutirem para saber o que é melhor para o agredido, quando um príncipe que passa por poderoso declara guerra a outro cuja força é quase a mesma: aguardar a iniciativa do inimigo ou levar a guerra ao seu país. Ouvi excelentes argumentos dos dois lados.

Os que defendem a opinião de que mais vale atacar logo o inimigo, reproduzem o conselho dado por Creso a Ciro, quando este último, tendo alcançado as fronteiras dos massagetas, a quem vinha combatendo, recebeu um enviado da sua rainha, Tamiris, que lhe apresentou duas alternativas: ou invadir o país, ou aguardar que ela viesse ao seu encontro.

O assunto foi discutido, e Creso, contra a opinião geral, aconselhou que se fosse até Tamiris, comentando que uma vitória obtida longe do seu país tornaria mais difícil conquistá-lo, e a rainha teria tempo para remediar a derrota. Mas, se a vitória fosse alcançada no seio daquele Estado, seria possível tirar-lhe qualquer meio de escape, e apoderar-se plenamente dos seus domínios.

Lembra-se também o conselho dado por Aníbal a Antíoco, quando este quis fazer guerra aos romanos. Foi-lhe demonstrado que Roma só podia ser vencida na Itália, porque somente lá poderia tirar pleno partido das forças e riquezas do país, bem como dos seus aliados: combatendo os romanos fora da península, poupava-se todos os recursos da Itália, fonte perene da qual as tropas romanas poderiam sempre receber reforços. A conclusão era mais fácil conquistar aos romanos sua capital do que o império, e mais fácil apropriar-se da Itália do que de qualquer província.

Citava-se ainda o exemplo de Agátocles que, não podendo resistir no seu próprio país à guerra que os cartagineses lhe haviam declarado, se deslocou até eles para atacá-los, obrigando-os assim a pedir a paz. E também o de Cipião, que levou a guerra à África para livrar dela a Itália.

Os que pensam de outro modo insistem em que todo comandante militar que quer levar o inimigo à derrota deve afastá-lo do seu país. Citam os atenienses, favorecidos pela vitória enquanto guerrearam no seu território, mas cuja sorte mudou logo que dele se afastaram, na campanha da Sicília. E também o exemplo fabuloso de Anteu, rei da Líbia, que, atacado pelo Hércules egípcio, não pôde ser vencido até que, iludido por Hérculos, afastou-se para perder o império e a vida. Esta é a origem da fábula de Anteu, filho da terra, que ganhava forças toda vez que tocava o seio da mãe, e que Hércules só pôde vencer levantando-o, para que perdesse o contato com ela.

Cita-se ainda a opinião de alguns modernos. Todos sabem, por exemplo, que Ferdinando, rei de Nápoles, foi um dos príncipes mais sábios e esclarecidos do seu tempo. Dois anos antes da sua morte, espalhou-se o rumor de que o rei da França, Carlos VIII, pretendia atacá-lo; quando preparava a defesa, ficou doente, e morreu. Entre as instruções que deixou a seu filho Alfonso, estava a recomendação de aguardar o inimigo aquém das fronteiras, e de não deslocar o exército para fora do seu território; deveria, ao contrário, reunir no interior do país todas as forças disponíveis. Mas o filho não seguiu tais conselhos: apressou-se a enviar um exército à Romanha, tendo perdido, sem combater, seu exército e seu trono.

Aos argumentos expendidos por cada lado pode-se acrescentar a observação de que quem ataca marcha com maior segurança do que quem espera um ataque — o que revigora a confiança dos soldados. E quem ataca priva ao mesmo tempo o inimigo de muitos recursos que poderia empregar, pois o impede de usar os seus súditos que tenham sido arruinados pela guerra. O príncipe cujo país foi invadido não pode exigir com o mesmo rigor o dinheiro e o trabalho do seu povo; como disse Aníbal, seca-se a fonte que lhe permite sustentar o peso da guerra. Por outro lado, os soldados que se encontram em território inimigo sentem mais claramente a necessidade de combater; e, como dissemos muitas vezes, a necessidade é a mãe da coragem.

Sustenta-se, por outro lado que é vantajoso aguardar o ataque inimigo, porque é possível causar-lhe então numerosos embaraços com respeito ao fornecimento de víveres e todas as demais necessidades de um exército. O conhecimento mais perfeito que se tem do país permite levantar tais obstáculos. Tem-se também maior facilidade em reunir forças poderosas; e em caso de derrota é possível reparar com maior rapidez as perdas sofridas, sendo mais fácil aos soldados que escapam encontrar abrigo dos inimigos que os perseguem. Nestas circunstâncias, joga-se todas as forças do país numa batalha, mas não o seu destino.

Por outro lado, quando se leva a guerra fora do país, arrisca-se o seu destino sem empenhar todas as suas forças.

Houve mesmo generais que, para enfraquecer o inimigo, permitiram sua penetração no território nacional, durante vários dias, deixando-o ocupar muitos pontos povoados, para diminuir suas forças, devido às guarnições deixadas em cada um deles. Seu objetivo, ao agir assim, era aumentar sua vantagem, antes de dar combate ao invasor.

Quanto à minha própria opinião, creio necessário distinguir entre o país que se mantém mobilizado, como Roma outrora, ou atualmente a Suíça, e o que não dispõe de um exército, como os antigos cartagineses, a França e os Estados italianos de hoje. Neste último caso, é preciso manter o inimigo à distância; porque, quando a força de um Estado consiste no ouro, e não na coragem dos seus cidadãos, toda vez que desaparece esse recurso vem a perdição; e nada o prejudicará tanto quanto uma guerra cujos combates tenham lugar no seu interior.

Florença e Catargo dão exemplos eloqüentes. Enquanto os cartagineses estiveram ao abrigo da guerra, sua renda foi suficiente para custear a defesa contra os romanos; atacados diretamente, não puderam resistir nem mesmo a Agátocles. Quanto aos florentinos, não sabiam como se defender contra Castruccio, senhor de Luca, que os viera atacar dentro do seu território; viram-se assim forçados a se apoiar em Roberto, rei de Nápoles, a quem solicitaram proteção. Contudo, mal Castruccio morreu, esses mesmos florentinos foram atacar na sua capital o duque de Milão, tentando apoderar-se do país; demonstraram tanta coragem em guerras longínquas, e tanta covardia em guerras próximas!

Mas quando um povo não embainha as armas, como Roma antigamente, ou hoje os suíços, é tanto mais difícil vencê-lo quanto mais de perto se o ataca, já que pode reunir facilmente as forças necessárias para resistir a um ataque súbito, embora não lhe seja sempre fácil promover uma invasão.

Neste ponto, não me deixo convencer pela autoridade de Aníbal, que falou a Antíoco, da forma que sabemos, movido pela paixão e pelo interesse. Se os romanos tivessem sofrido nas Gálias, em igual período, as três derrotas que sofreram na Itália, impostas por Aníbal, sua ruína estaria consumada. Não teriam podido, de fato, tirar qualquer proveito do resíduo do seu exército, como fizeram em solo italiano; nem teriam podido reparar suas perdas com igual facilidade, resistindo ao inimigo como o fizeram, com suas forças remanescentes.

Não há exemplo de que os romanos tenham enviado à conquista de uma província nenhuma expedição com mais de cinqüenta mil homens; contudo, para se defenderem do ataque dos gauleses, logo após a primeira guerra púnica, levantaram em armas dezoito centenas de milhares. E não poderiam tê-los vencido na Lombardia, como o conseguiram na Toscana, devido à dificuldade em levar tão longe um exército numeroso, para combater um inimigo também muito numeroso, e poder fazê-lo com segurança. Os cimbros derrotaram um exército romano, na

Alemanha, e Roma não pôde remediar o desastre. Mas, quando os bárbaros ousaram pôr o pé em terra italiana, os romanos reuniram todas as suas forças, exterminando-os. Da mesma forma, seria possível vencer facilmente os suíços longe do seu país, do qual não podem retirar, para uma campanha, mais do que trinta ou quarenta mil homens. Entretanto, atacá-los nas suas montanhas, que podem ser defendidas por cem mil, é empresa perigosa.

Concluirei repetindo que o príncipe, cujos súditos estão sempre preparados para a guerra, deve aguardar no seu país a invasão de um inimigo poderoso; mas o príncipe, cujos súditos desarmados vivem num país não adaptado à guerra, deve afastar esse perigo do seu território enquanto puder — encontrando, assim, cada um, o melhor meio de defesa de acordo com o caráter dos seus cidadãos.

Capítulo Décimo Terceiro

O engano é mais importante do que a força para projetar alguém de uma posição modesta às mais altas honrarias.

Raramente os homens se elevam de uma posição modesta às de maior importância sem empregar a força e o engano (se é que isto alguma vez aconteceu), a não ser que tal vantagem lhe seja dada ou legada por alguém. Nada, a meu ver, é mais verdadeiro. Não creio, por outro lado, que a força seja suficiente para essa escalada, embora o engano, por si só, tenha sempre assegurado o êxito. Disto se convencerá quem ler a vida de Filipe da Macedônia, Agátocles da Sicília e muitos outros que, partindo de uma posição de pouca importância, ou mesmo muito baixa, chegaram ao trono ou ao poder.

Na sua biografia de Ciro, Xenofonte aponta a necessidade de enganar os homens: a primeira aventura que atribui a Ciro, contra o rei da Armênia, não passa de um tecido de ardis, com o auxílio dos quais se apoderou daquele reino sem precisar utilizar a força. Xenofonte conclui que um príncipe que almeja a grandes realizações precisa aprender a enganar. Assim, Ciro vai agir enganando de mil maneiras Ciaxares, rei dos medas, seu tio; e o historiador observa que sem tais enganos jamais se teria alçado ao poder.

Não creio que nenhum homem nascido em condição humilde se tenha jamais elevado ao trono pelo emprego franco da força; contudo, mas de uma vez, o engano sozinho deu esse prêmio, como o demonstra a forma com que Giovanni Galeazzo extoriu de Barnabé, seu tio, o domínio da Lombardia.

O tipo de conduta ao qual estão sujeitos os príncipes, no início da sua carreira, se impõe também às repúblicas, até que se tornem poderosas, e só a força lhes baste. E como Roma teve, pelo acaso ou por escolha, todos os meios necessários para atingir a grandeza, este também não lhe faltou.

No princípio usou a forma mais enganosa, que antes discutimos, de aliciar companheiros, fazendo servos com este nome, como os latinos e outros povos que os

cercavam. Primeiro, os romanos usaram das armas para dominar os povos vizinhos, e para fazer-se respeitar como líderes. Depois, levantaram-se tão alto que poderiam abater facilmente quem tentasse resistir-lhes.

Os latinos só perceberam que os samnitas estavam escravizados quando os viram, duas vezes derrotados, pedir um acordo. Esta vitória fez nascer a inveja e a suspeita em todos os que viram e sentiram os efeitos das armas romanas — embora tivesse ampliado sua reputação entre os príncipes mais longínquos, que passaram a respeitá-los. Os temores e a inveja desses povos eram tão profundos que não só os latinos mas todas as colônias que Roma tinha fundado no Lácio se juntaram aos habitantes da Campânia, conjurando a perdição de Roma. Nessa guerra, os latinos seguiram o sistema empregado (como dissemos acima) mais freqüentemente: abstiveram-se de atacar os romanos mas defenderam os sidicinos, aos quais os samnitas combatiam, com a permissão de Roma.

As palavras que Tito Lívio põe na boca de Ânio Setino, pretor latino, provam que os latinos estavam movidos pela convicção de que haviam sido traídos: "Nam si etiam nunc sub umbra foederis aequi servitutem pati possumus..." ("Sob a sombra de uma justa aliança nos preparamos para suportar a servidão, ainda que momentânea")'.

Vê-se, portanto, que os próprios romanos não se abstiveram de usar o engano, nos primeiros degraus da sua escalada. O engano, de fato, foi sempre indispensável àqueles que, partindo de condição muito baixa, quiseram subir a uma mais elevada. Contudo, quanto mais encobertas essas fraudes — como as empregadas pelos romanos — menos censuráveis elas são.

Capítulo Décimo Quarto

Os homens muitas vezes se equivocam quando pensam poder vencer o orgulho com a modéstia.

Vê-se por numerosos exemplos que a modéstia, longe de ser útil, é muitas vezes nociva, sobretudo quando aplicada a pessoas que, por inveja ou alguma outra razão, nutrem ódio contra quem os trata assim. É o que nos diz o historiador a respeito da guerra entre os romanos e os latinos. Os samnitas se haviam queixado a Roma de terem sido atacados pelos latinos; a república, para não irritar estes últimos, não quis proibi-los de fazer a guerra. Mas este procedimento excitou a animosidade dos latinos, levando-os a se declararem inimigos de Roma. É o que manifesta o discurso feito pelo pretor latino Ânio, com as seguintes palavras: "Tentastis patientiam negando militem: quis dubitat exarcisse eos? Pertulerunt tamen hunc dolorem. Exercitus nos parare adversus Samnites, foederatos suos, audierunt, nec moverunt se ab urbe. Unde haec illis tanta modestia, nisi a conscientia virium et nostrarum et suarum?" ("Pusestes à prova a sua paciência, negando-lhes vossos soldados. Quem duvida de que se tenham irritado? Contudo, resistiram ao desagrado e, sabendo que levantaríamos exércitos contra os samnitas, seus aliados, não fizeram qualquer movimento. De onde lhes veio tão grande modéstia, senão da consciência da sua e da nossa força?"). Vê-se claramente, nesta passagem, como a paciência dos romanos fez crescer o orgulho e a insolência dos latinos.

Portanto, um príncipe não deve jamais faltar à conduta dele esperada. Se não deseja fazer uma concessão desonrosa, não deve ceder por meio de um acordo enquanto puder conservar o objeto que se lhe reclama. Quando as coisas chegam ao ponto em que não é mais possível abandonar o que defendemos da maneira que indiquei, é quase sempre preferível só ceder mediante o emprego da força, e não à sua simples ameaça. Se nos deixarmos levar pelo medo, terminaremos transigindo na esperança de afastar de nós uma guerra que geralmente não é mais possível evitar. E aquele a quem tivermos cedido, por manifesta convardia, longe de ficar satisfeito exigirá de nós outras concessões, aumentando suas pretensões em função do desprezo que lhe teremos inspirado. Por outro lado, só encontraremos defensores indiferentes para a nossa causa, porque lhes pareceremos fracos, ou pusilânimes.

Contudo, se no momento em que percebermos as intenções do adversário reunirmos nossa forças, ainda que sejam inferiores, faremos com que o inimigo comece a nos ver com respeito. Os outros príncipes nos respeitarão mais; e algum poderá oferecer-nos o seu apoio, que teria negado se nos visse abandonar a própria defesa. Minha hipótese é de que só temos um inimigo; se tivermos vários, será prudente abandonar a um deles algumas possessões, para ganhar sua amizade e afastá-lo da liga dos nossos inimigos.

Capítulo Décimo Quinto

Os governos fracos só tomam deliberações ambíguas; e decidir com lentidão é sempre prejudicial.

Sobre este mesmo assunto, a propósito das mútuas inclinações belicosas de romanos e latinos, vale observar que, em qualquer deliberação, é necessário abordar francamente a questão considerada, sem se demorar sobre os pontos incertos ou duvidosos. Tem-se uma demonstração evidente disto na determinação dos latinos, ao resolverem romper com os romanos. Roma já tinha pressentido o ânimo negativo daquele povo; para estar segura de que poderia revigorar sua aliança sem recurso à força das armas, pediu que os latinos lhe enviassem oito representantes. Ao tomarem conhecimento da proposta, e conscientes de tudo o que tinham feito contra os romanos, os latinos se reuniram em conselho para escolher os delegados a serem enviados à Roma, com instruções sobre o que dizer.

Presente à reunião, Ânio, o pretor, declarou: "Ad summam rerum nostrarum pertinere arbitror, ut cogitetis magis quid agendum nobis, quam qui loquendum sit. Facile eit, explicatis consiliis, accommodare rebus verba" ("Penso que é muito importante para o nosso futuro que se decida antes o que devemos fazer, e não o que devemos mandar dizer. Será fácil, uma vez tomada nossa decisão, encontrar palavras que a expressem").

São palavras que exprimem uma grande verdade, que deve ser considerada por todos os príncipes e repúblicas. Quando não se tem certeza do que fazer, é impossível explicar o que se pensa; mas quando se adota uma opinião firme, e um plano de ação, é fácil encontrar palavras para justificá-los.

Já vi muitas vezes uma certa ambigüidade vir perturbar os negócios do Estado; e os desastres e a vergonha que a falta de clareza causou à nossa república. Quando é necessário decidir um ponto duvidoso (o que exige coragem) surgirá sempre esta ambigüidade, se o exame da questão for confiado a espíritos pusilânimes.

Uma deliberação demorada e tardia não é menos inconveniente do que uma resolução ambígua, sobretudo quando se trata de decidir a sorte de um aliado.

Com a lentidão, ninguém é servido, e prejudica-se a todos. Este tipo de conduta provém da falta de coragem ou de recursos; ou então, da perversidade de quem, levado pelo interesse pessoal na ruína do Estado, ou na realização de objetivos próprios, levanta obstáculos à deliberação, fazendo todos os esforços para suspendê-la, e impor-lhe obstáculos. Com efeito cidadãos esclarecidos jamais deixarão de decidir, mesmo se o povo se precipitar numa resolução funesta (sobretudo quando o assunto não admite demora).

Depois da morte de Jerônimo, tirano de Siracusa, começou uma violenta guerra entre Roma e Cartago. Os habitantes de Siracusa discutiram vivamente para saber se deveriam aliar-se aos romanos ou aos cartagineses. Os dois partidos disputavam com ardor, mas não se chegava a uma decisão. Por fim, Apolônio, um dos cidadãos mais considerados, fez um discurso cheio de sabedoria, mostrando que não se deveria culpar nenhum dos dois grupos, mas sim rejeitar aquela indecisão, e a demora em chegar a uma escolha — hesitação que poderia levar a república à ruína. Tomada a decisão, qualquer que fosse, restaria pelo menos a esperança. Tito Lívio não poderia apontar exemplo mais marcante dos perigos da incerteza.

Outra demonstração diz respeito aos latinos, que haviam solicitado o apoio dos lavinianos contra Roma; estes últimos deliberaram com tanta lentidão que, quando o seu exército se aprontava por fim para a campanha, chegou a notícia de que os latinos tinham sido derrotados, o que fez Milônio, seu pretor, exclamar: "Os romanos nos farão pagar bem caro o pouco caminho que fizemos". De fato, se tivessem decidido logo, ou teriam evitado irritar os romanos (não socorrendo os latinos) ou então poderiam mudar a sorte da guerra, com o auxílio que lhes dessem em tempo útil. Com a demora, expuseram-se a perder de qualquer maneira, como de fato aconteceu.

Se os florentinos tivessem seguido este conselho, não teriam sofrido tudo o que suportaram dos franceses, quando o rei da França, Luís XII, veio à Itália atacar Ludovico, duque de Milão. No meio dos preparativos da invasão, o rei propôs aliança aos florentinos. Os enviados destes concordaram em que Florença permaneceria neutra, desde que o rei a respeitasse, se tivesse que combater na Itália, e a tomasse sob sua proteção. Foi dado à cidade o prazo de um mês para ratificar o tratado.

Mas a ratificação foi suspensa pela imprudência dos partidários de Ludovico. Assim, quando o rei já era vitorioso, os florentinos quiseram ratificar enfim o tratado, mas era tarde demais: o monarca recusou a proposta, porque viu que era o temor da sua força e não a própria boa vontade que os levava a procurar aquela aliança. O episódio custou uma soma considerável a Florença, que esteve a ponto de perder uma parte do seu território — como lhe aconteceu, em outra ocasião, pelo mesmo motivo.

O erro dos florentinos foi ainda mais imperdoável porque de nada valeu ao duque Ludovico, que, se tivesse saído vencedor, teria feito recair sobre o povo florentino muitos outros sinais de inimizade.

Embora tenha já consagrado um capítulo anterior à demonstração do perigo a que a fraqueza expõe as repúblicas, não quis deixar de voltar ao assunto à luz de novos acontecimentos; isto porque pareceu-me ser o tema da maior importância para os governos semelhantes ao nosso.

Capítulo Décimo Sexto

Como as instituições militares de hoje são diferentes das antigas.

A mais importante batalha da qual os romanos participaram, em todas as suas guerras, foi aquela em que venceram os latinos, sob o consulado de Torquato e Décio. Derrotados, os latinos foram feitos escravos; os romanos teriam tido igual sorte se não houvessem saído vitoriosos. Esta é a opinião de Tito Lívio, que descreve os dois exércitos como iguais em disciplina, coragem, número e dedicação. A única diferença entre eles, segundo o historiador, era o maior heroísmo dos generais romanos.

Pôde-se observar, naquele episódio, dois acontecimentos inusitados: para fortalecer a coragem dos soldados, tornando-os dóceis ao comando e determinados no combate, um dos dois cônsules deu a própria vida, e o outro fez morrer um filho. A história mostra poucos exemplos semelhantes.

A igualdade que, segundo Tito Lívio, existia entre os dois exércitos, vinha de que há muito combatiam sob o mesmo pavilhão; suas armas, língua, disciplina e ordem de batalha eram as mesmas; havia igual disposição das diferentes unidades, e os chefes de cada uma tinham os mesmos títulos. Com tamanha igualdade de força e de coragem, era necessário que algum acontecimento extraordinário fizesse mover a balança, incitando o ardor de um dos exércitos — pois, como já demonstrei, é deste ardor que depende a vitória. Quando os combatentes se inflamam, não pensam na fuga; e para que esse fogo se preservasse mais vivo entre os romanos, foi necessário que o destino e o heroísmo dos dois cônsules os levassem à perda de um filho e à própria morte.

Tito Lívio nos informa a ordem seguida pelos romanos na disposição das suas forças, durante toda a batalha. Não pretendo repetir aqui os pormenores do seu relato; vou limitar-me a explicar o que penso haver nele de mais importante (cujo esquecimento, pelos generais contemporâneos, tem provocado tantas e tão grandes desordens nos nossos exércitos e batalhas).

Segundo Tito Lívio, os exércitos romanos se compunham de três corpos, que se poderia chamar de brigadas: os lanceiros; o corpo principal; e os "triários". Todas as brigadas tinham seus cavalos. A ordem de batalha era a seguinte: em primeiro lugar vinham os lanceiros; logo depois, exatamente atrás, o corpo principal; por fim, os "triários", conservando as mesmas filas. A cavalaria das três brigadas era colocada à direita e à esquerda de cada uma das divisões e era conhecida como "alae" (asas), porque parecia formar asas daquele imenso corpo.

A brigada dos lanceiros, que ocupava a linha de frente, tinha formação cerrada, de modo a poder resistir ao choque do inimigo; a segunda brigada tinha por fim socorrer a primeira, se esta fosse batida — sua formação não era tão cerrada, e havia um certo intervalo entre as duas, para que pudesse acolher sem desordem os soldados da linha de frente, se estes recuassem. A terceira brigada, dos "triários", dispunha-se em formação ainda mais aberta, a fim de permitir o recuo das duas primeiras.

Adotada esta disposição, iniciava-se o combate; se os lanceiros não resistissem ao primeiro embate, recuavam até a segunda brigada e, reunidos, os dois corpos se fundiam num só, para recomeçar o combate. Se fossem novamente batidos, recuavam mais, até os "triários", e as três brigadas, erdas, voltavam à carga. Só então, como não tinham outro meio de refaz a formação, perdiam a batalha, se fossem outra vez batidas. Esta a origem do provérbio: "Res reducta est ad triarios", o que quer dizer, "vamos jogar nossa última cartada".

Ao abandonar as regras da arte militar, desprezando a antiga disciplina, os generais do nosso tempo deixaram de lado este sistema, que tem, contudo, a maior importância. Com uma disposição de forças que oferece três oportunidades, no curso de uma ação, só perderá a batalha quem sofrer três vezes os rigores da sorte, ou encontrar, no exército inimigo, quem seja capaz de lhe arrancar três vezes a vitória.

Mas quem não tem condições para resistir ao primeiro choque, como os exércitos cristãos de hoje, pode ser vencido sem grande dificuldade. A menor desordem e o mais tênue impulso de coragem bastam para decidir a vitória. O que impede nossos exércitos de se reagruparem três vezes é a negligência da norma que permitia a uma unidade introduzir-se nas fileiras de uma outra. Hoje, só se organiza uma batalha mediante uma destas soluções (ambas inadequadas): ou se dispõe as diferentes unidades lado a lado, de modo que o exército ofereça uma frente muito extensa, mas sem profundidade — e portanto de reduzida resistência; ou então, para aumentar a resistência, aprofunda-se a frente, como faziam os romanos. Porém, não havendo meio que permita à segunda divisão acolher os restos da primeira, se esta for batida, as tropas se perturbam mutuamente, completando elas próprias a sua derrota. Assim, se os que combatem na primeira linha recuam, lançam-se sobre a segunda: se os da segunda querem avançar, ficam impedidos pelos que está à sua

frente. Se a primeira linha recua para a segunda, e esta para a terceira, a confusão é tal que muitas vezes basta o mais ligeiro incidente para forçar a derrota do exército.

Na batalha de Ravena, um das ações modernas onde melhor se combateu, e na qual perdeu a vida o duque de Foix, general francês, os exércitos da França e da Espanha adotaram um dos sistemas sobre os quais falei acima: todas as suas forças foram dispostas numa linha de tal modo estendida que só apresentavam por assim dizer, uma frente extensa e com muito pouca profundidade.

Esse o sistema seguido hoje pelos generais quando combatem num campo muito amplo, como o de Ravena. Conhecendo as desordens resultantes da ruptura de linhas, quando dispostas em filas, evitam este método sempre que podem, preferindo colocar-se numa só linha de frente, como já indiquei. Quando o terreno não é propício, cometem a falta assinalada, sem pensar no remédio.

Com a mesma desordem, a cavalaria percorre um país, seja para pilhá-lo, seja em qualquer manobra de guerra. Na luta sustentada por Florença contra Pisa, que a passagem pela Itália do rei da França, Carlos VIII, tinha levado à revolta, os florentinos só foram derrotados em San Regolo, e em outros lugares, devido à falha da cavalaria aliada. Encontrando-se em posição avançada, e deslocada pelo inimigo, esta recuou em desordem sobre a infantaria florentina, rompendo-a e provocando a fuga do restante do exército. Criaco dal Borgo, antigo comandante da infantaria da república, várias vezes afirmou, na minha presença, que foi derrotado por culpa da cavalaria aliada. Os suíços, mestres da arte moderna da guerra, têm sempre o cuidado de assumir posição nos flancos, quando combatem no exército francês, de modo a não serem prejudicados pela cavalaria aliada, em caso de recuo.

Embora estes princípios pareçam de fácil compreensão e aplicação, não se encontra um só general contemporâneo que tenha sabido imitar o sistema dos antigos, ou pelo menos corrigir o dos modernos. É verdade que esses generais dividem também o exército em três corpos, um dos quais chamam de vanguarda, o outro de corpo de batalha, e o terceiro de retaguarda. Mas esta classificação só tem valor para a distribuição dos alojamentos.

No emprego que se faz das várias unidades que compõem o exército, é muito raro que cada uma delas tenha um papel independente.

Como muitos generais, para ocultar sua ignorância, pretendem que a presença da artilharia não permite mais usar os métodos e a disposição de forças dos antigos, pretendo discutir o tema no capítulo seguinte, para ver se, com efeito, a artilharia impede que se demonstre em combate a mesma coragem e ciência dos antigos.

Capítulo Décimo Sétimo

Em que medida se deve empregar a artilharia nos exércitos modernos; se é bem fundada a opinião que geralmente se tem dela.

Depois de tudo o que foi exposto, ao considerar as batalhas de que os romanos participaram, reflito sobre a opinião generalizada de que não poderiam com tanta facilidade ter imposto seu domínio sobre os povos estendendo seu território como o fizeram, pela conquista, se naquela época recuada já houvesse artilharia.

Diz-se que, com o uso dos canhões, os homens não se poderiam continuar conduzindo com a antiga coragem. Alega-se, enfim que hoje é mais difícil combater do que antigamente, e que não se pode seguir as mesmas disposições de outros tempos; que chegará um dia em que a artilharia por si decidirá a sorte das armas.

Não me parece fora de propósito examinar se tais opiniões são fundadas: se a artilharia diminuiu ou aumentou a força dos exércitos; se impede ou não os generais capazes de demonstrar seu talento e coragem. Começarei por pesar a primeira afirmativa: que os antigos exércitos romanos não poderiam ter efetuado suas conquistas se a artilharia já existisse.

Responderei dizendo que, na guerra, trata-se sempre de defender ou atacar. É preciso, portanto, considerar em qual dessas situações a artilharia oferece maior utilidade ou maiores desvantagens. Embora haja muitos argumentos de um lado e de outro, creio que, sem qualquer dúvida, a artilharia causa mais dano a quem se defende do que a quem ataca. Isto porque quem se defende está entrincheirado num acampamento ou numa cidade. Neste último caso, ou a cidade é grande ou pequena — como a maior parte das fortalezas. Se for grande, o desastre é certo, pois a violência da artilharia é tal que não há abrigo, por mais protegido, que não destrua em poucos dias. E se os que estão cercados numa cidade não tiverem espaço para se retirar, para cavar novos fossos e levantar pontos fortificados, estarão perdidos: não poderiam resistir ao ímpeto do inimigo que tentasse penetrar por uma bre-

cha. A sua própria artilharia não seria de grande assistência: está demonstrado que a artilharia não opõe obstáculo ao avanço impetuoso de grande número de atacantes. Eis por que na Itália não resistimos ao ataque dos estrangeiros. Já os italianos nunca marcham em massa, mas combatem dispersos, atacando de modo fácil de resistir. É o estilo de combate conhecido como "escaramuça".

Os que avançam em desordem, e com entusiasmo, por brecha defendida pela artilharia, avançam para a morte certa; contra estes aquela arma tem pleno efeito. Mas, quando a onda de ataque é espessa, penetra em qualquer lugar, se não houver um fosso, ou bastião; a artilharia, neste caso, nada pode. O número dos que morrem não impede a vitória dos sobreviventes. Os numerosos assaltos que os estrangeiros praticaram na Itália demonstram este fato. É principalmente no ataque a Brescia que ele transparece. Aquela cidade se havia rebelado contra os franceses, e só a cidade lá resistia, para defender-se do ataque que seria dirigido contra a cidade, os venezianos tinham guarnecido com artilharia toda a rua que desce da cidadela até o centro da cidade: montaram em todos os lugares pontos de defesa. Mas Foix apoderou-se da cidade depois de atravessá-la pelo meio de toda essa artilharia; e não sofreu perdas notáveis.

Portanto, quem se defende num local estreito, cujas muralhas foram destruídas, e não tem espaço suficiente para levantar novos fossos e obstáculos contra o inimigo, contando só com os canhões, está condenado à derrota.

Quando se defende num local amplo, no qual se pode efetuar facilmente uma retirada, a artilharia, mesmo neste caso, traz mais vantagens aos atacantes do que aos atacados.

Antes de mais nada, para que essas baterias façam dano às forças que nos atacam, é necessário que usemos uma posição elevada; se permanecermos ao nível do solo, o menor bastião, a menor trincheira protegerá o inimigo do nosso fogo. Ora, obrigados a nos elevar, colocando-nos sobre o parapeito da fortificação (ou de algum outro modo elevando-nos do solo), enfrentamos duas grandes dificuldades: a primeira é que não poderemos alçar peças de calibre muito grande, como os atacantes — uma vez que é impossível manobrar com facilidade com grandes máquinas num espaço exíguo; a segunda é que, mesmo se pudermos fazê-lo, não será possível dar à nossa posição, para preservar a artilharia, solidez igual à que os assaltantes, mestres do terreno, têm condições de dar à sua bateria (o que a extensão do espaço de que dispõe facilita ainda mais). Por conseguinte, os que estão cercados pelo inimigo não podem manter sua bateria em posição elevada quando os sitiantes são fortes e numerosos; e se a colocam em posição muito baixa, ela se torna em boa parte inútil.

A defesa de um local se reduz, portanto, à força dos braços (como antigamente) e à artilharia de pequeno calibre: armas cujos inconvenientes podem neutralizar sua utilidade para a defesa, pois para poder empregá-las é preciso abaixar os muros de proteção das cidades, de modo que, se se chega ao combate corpo a corpo — ou porque os muros tenham sido derrubados ou porque os fossos defensivos tenham sido transpostos —, fica-se em posição mais desvantajosa ainda. Portanto, como disse acima, os canhões prestam mais serviços a quem monta sítio do que a quem se deixa cercar.

Quanto ao terceiro caso, a hipótese de quem se instala numa posição fortificada para só entrar em combate quando oportuno e vantajoso — sustento que, mesmo então, não será mais fácil evitar o combate do que antigamente; e com freqüência a artilharia leva a uma situação ainda mais incômoda. De fato, se o inimigo nos surpreende, e o terreno lhe dá alguma vantagem, como pode facilmente ocorrer (encontrando-se ele, por exemplo, em posição mais elevada; ou atacando antes de que tenhamos terminado as obras de fortificação), nos forçará ao deslocamento, e ao abandono da nossa posição para lhe dar combate. Foi o que aconteceu, na batalha de Ravena, aos espanhóis, que se haviam entricheirado entre o Rio Ronco e uma represa; mas como suas obras de defesa não estavam concluídas, e o terreno dava vantagem aos franceses, os espanhóis foram constrangidos pela artilharia inimiga a sair de seu abrigo e a engajar-se na batalha.

Supondo, contudo, que o lugar escolhido para nossa defesa seja o mais elevado da região, como acontece com muita freqüência; que as fortificações sejam sólidas; e que estejamos favorecidos de tal forma pelo terreno e por todas as outras defesas que o inimigo não nos ouse atacar, poder-se-á empregar então, contra nós, os meios utilizados na antiguidade, quando acontecia de um exército estar em posição bem defendida: apoderar-se das cidades amigas, ou sitiá-las; interceptar o suprimento de víveres, até que a necessidade nos obrigue a abandonar a posição defendida para entrar numa batalha na qual a artilharia, como demonstrarei adiante, não poderá prestar grande auxílio.

Ao examinar a espécie de guerra feita pelos romanos, vê-se que elas foram quase sempre ofensivas, e não defensivas. Fica claro, pois, que tive razão ao sugerir que aquele povo teria tido grande vantagem (e poderia ter feito conquistas ainda mais rápidas) se contasse então com a artilharia.

Quanto à segunda afirmativa, de que os canhões não permitem mais aos homens manifestar como outrora a sua coragem pessoal, penso que, ao tomar uma cidade por meio de escalada ou outra forma de ataque semelhante, os soldados de hoje obrigados a lutar de certo modo isoladamente, correm mais perigo do que os de outrora. É verdade, ainda, que os oficiais se expõem mais do que antigamente ao perigo de morte, pois o canhão pode atingi-los em qualquer lugar, de nada lhes valendo estarem colocados em último lugar, e cercados por seus melhores soldados.

É raro, contudo, que esses perigos se materializem, pois não se pode escalar os muros de uma cidade bem fortificada, e não é com ataques isolados que será possível tomá-la de assalto. Mas, se a intenção for tomá-la, far-se-á o assédio, como o faziam os antigos. E, nos locais onde se combate, os perigos não serão muito maiores do que em outros tempos. Os que antigamente defendiam uma cidade tinham também máquinas de atirar pedras, as quais, embora menos terríveis do que o canhão, não eram menos eficazes como meio de matar.

Quanto ao perigo que ameaça os generais e outros chefes militares, observe-se que o número dos que morreram, em vinte e quatro anos de guerras recentes na Itália, foi menor do que numa década, na antiguidade. De fato, excetuados o conde de Ludovico de la Mirandola, que pereceu em Ferrara durante o ataque veneziano, há alguns anos, e o duque de Nemours, que morreu depois disto em Cerignuola, não conheço outro caso de general que tenha sido morto pela artilharia: Foix foi morto em Ravena, é verdade, mas pela espada, e não com um tiro.

Por conseguinte, se os homens não dão mais provas de coragem pessoal, não se deve atribuir isto à artilharia, mas ao deplorável sistema de guerra que é hoje utilizado; à covardia dos exércitos que, lutando em massa, não permitem que a bravura se manifeste em cada um dos seus componentes.

Quanto à terceira assertiva, de que doravante não se lutará mais corpo a corpo, só se fazendo a guerra com a artilharia penso que é absolutamente equivocada; esta opinião será a de todos os que quiserem que renasça no exército do seu país a coragem dos nossos ancestrais. Para formar bons soldados é preciso acostumá-los, com exercícios reais ou simulados, a se aproximar do inimigo, atacando-o com a espada, em combate pessoal. Deve-se contar muito mais com os infantes do que com a cavalaria, pelas razões que explicarei adiante. E quando se tiver o apoio de infantes, e os meios que mencionei, a artilhria será inútil.

De fato, ao avançar contra o inimigo, a infantaria pode evitar a artilharia com mais facilidade ainda do que outrora se abrigava do choque de elefantes ou de carros armados com foices — que os infantes romanos encontravam a cada passo, e dos quais sempre se souberam defender. A infantaria encontra os meios de se livrar dessas invenções modernas, como antigamente se defendia dos carros e elefantes, que a atacavam mais longamente.

O canhão é empregado antes do combate, e os soldados da infantaria podem evitá-lo, seja avançando protegidos pelo terreno, seja abaixando-se quando a bateria inimiga dispara. A experiência, aliás, mostra que esta última precaução é inútil, sobretudo quando o ataque é de artilharia pesada, pois é difícil apontar com precisão e os tiros ora são muito altos, passando sobre os infantes, ora baixos, e não chegam a alcançá-los. Quando dois exércitos se encontram em combate próximo, está claro que nem a artilharia pesada nem a de pequeno calibre podem produzir muito dano: se quem dirige o fogo da artilharia está próximo da linha de ação, corre o risco de cair prisioneiro; se está afastado, faz mais danos aos seus do que ao inimigo; e se está colocado num dos flancos, não pode atingir o adversário, com os resultados que já vimos.

É difícil não aceitar esta opinião. Os suíços deram uma demonstração marcante e da sua validade quando, em 1513, ousaram atacar em Novara o exército francês, sem canhões e sem cavalaria. Os franceses estavam protegidos em suas trincheiras por numerosa artilharia, mas foram batidos sem que os canhões lhes valessem de muito. A razão é que essas armas precisam ser defendidas por construções, fossos, etc. Quando lhes faltam tais proteções tornam-se inúteis, ou são conquistadas pelo inimigo, sobretudo quando nada têm para sua defesa além dos soldados que as atendem, como ocorre quase sempre nas batalhas em campo aberto. Quando estão colocadas nos flancos, sua utilidade é igual à das antigas máquinas de lançar pedras, posicionadas longe das companhias para que pudessem participar do combate fora das formações de infantaria; e sempre que atacadas, pela cavalaria ou outras tropas, vinham procurar refúgio no meio das legiões. Quem conta com a artilharia como outro tipo de apoio não compreende a sua utilidade, e poderá sofrer uma decepção.

Se os turcos, usando armas de fogo, puderam vencer o sufi da Pérsia e o sultão do Egito, isto se deveu menos à sua coragem do que ao espanto que o estrondo daquelas armas causava à cavalaria inimiga.

Encerro este capítulo concluindo que a artilharia é útil quando se alia à coragem tradicional; mas é inútil quando um exército sem bravura enfrenta um inimigo valoroso.

Capítulo Décimo Oitavo

A autoridade dos romanos e o exemplo da antiga arte militar indicam que se deve dar mais valor à infantaria do que à cavalaria.

Pode-se provar, com muitos argumentos e exemplos, que em todas as suas operações militares os romanos davam mais importância à infantaria do que à cavalaria, e fundavam na primeira o emprego das suas forças. Mil exemplos apóiam esta afirmativa, em especial a conduta que tiveram na batalha contra os latinos, nos arredores do lago Regilo: desmontando para socorrer os feridos, recomeçaram o combate, do qual saíram vitoriosos.

Não há dúvida de que os romanos tinham mais confiança nos seus soldados quando combatiam a pé. Foi assim em muitas outras batalhas, onde se saíram bem, no meio dos maiores perigos.

Que não se me responda com as palavras de Aníbal. Na batalha de Cannes, percebendo que os cônsules tinham ordenado que a cavalaria desmontasse, disse ironicamente: "Quam mallhem vinctos mihi traderint equites." Isto é: "Preferiria que já me entregassem seus cavaleiros amarrados."

Embora proferido por um dos maiores guerreiros que a história conhece, este julgamento favorável à cavalaria se choca com o dos romanos e de tantos grandes generais. E muitas razões podem ser dadas, sem recorrer a outras autoridades. Com efeito, o homem a pé pode deslocar-se para muitos lugares impenetráveis a cavalo. É possível ensinar soldados a conservar a ordem de batalha, restabelecendo-a quando rompida; mas é difícil ensinar o mesmo aos cavalos. E quando a cavalaria é desbaratada, é impossível reuni-la outra vez.

Como acontece entre os homens, há também cavalos de pouca coragem e cavalos impetuosos. Muitas vezes um animal corajoso é montado por um homem covarde; e um animal tímido por um cavaleiro de coragem — disparidade cujo efeito, geralmente, não produz bons resultados — quando não provoca a maior desordem.

Uma infantaria bem ordenada pode facilmente desorganizar a cavalaria; mas não é com facilidade que esta consegue romper a infantaria.

Além dos numerosos exemplos, antigos e modernos, que a sustentam, minha opinião é apoiada pela autoridade dos que escreveram sobre as normas que regem os vários Estados: depois de mostrar que a princípio se fazia a guerra a cavalo (por que ainda não se havia estabelecido a infantaria), explicam que, mal esta foi criada, reconheceu-se que era mais útil do que a cavalaria. Não que os cavalos não sejam necessários num exército, para reconhecimento ou incursões pelo país, para perseguir o inimigo que foge ou para se opor à cavalaria dos adversários. Mas o fundamento e o sistema nervoso dos exércitos é a infantaria, à qual se deve dar a maior importância.

Entre os erros cometidos pelos príncipes italianos, que escravizaram a Itália a estrangeiros, nenhum é mais grave do que a pouca importância dada a este sistema, favorecendo inteiramente as tropas montadas. Erro que se deve à perversidade dos chefes militares e à ignorância dos que governam.

De fato, há cerca de vinte e cinco anos que o exército italiano se encontra reduzido a um pequeno número de homens sem pátria, semelhantes a chefes de aventureiros, que procuram utilizar-se das armas para erguer sua reputação pessoal, diante de príncipes desarmados. Como não lhes era possível pagar permanentemente uma tropa considerável de infantes (que, aliás, não poderiam manter, por falta de homens adequados), e como uma tropa mais reduzida não lhes daria o prestígio que almejavam, deram preferência à cavalaria. Duzentos ou trezentos cavaleiros, pagos a um desses chefes, lhe enalteciam a reputação, sem representar para o Estado uma despesa impraticável. Para assegurar seus interesses, e conservar sua posição, esses chefes militares procuraram diminuir o crédito da infantaria, acentuando a utilidade da cavalaria tanto quanto lhes foi possível. E tiveram tal êxito nisto que mesmo os exércitos maiores passaram a ter componentes reduzidos de infantaria. Este costume, juntamente com outros erros que foram cometidos, enfraqueceu de tal forma a organização militar italiana que o país foi pisoteado por todos os povos estrangeiros.

Roma nos dá outro exemplo de como é um erro atribuir mais importância à cavalaria do que à infantaria. Foi no assédio de Sora. Um destacamento de cavaleiros saiu da cidade para atacar o campo inimigo; a cavalaria romana saiu ao seu encontro e, num primeiro choque frontal, a sorte quis que morressem os dois comandantes. Sem liderança, as duas tropas montadas continuaram o combate. Para vencer os adversários, os romanos desmontaram, o que obrigou os inimigos a fazer o mesmo.

É impossível encontrar exemplo que demonstre melhor que os infantes são mais eficazes do que os cavaleiros. Se, em outros episódios, a intenção dos cônsules

ao desmontar a cavalaria era socorrer os infantes, que precisavam de reforço, neste caso o desmonte teve por fim não o apoio à própria infantaria, ou o ataque à infantaria inimiga; combatendo a cavalo contra adversários montados, julgaram os romanos que poderiam vencê-los mais facilmente lutando sem os cavalos.

Concluo deste exemplo que um corpo de infantaria bem organizado só pode ser vencido (e com grande dificuldade) por outro corpo de infantaria.

Crasso e Marco Antônio penetraram vários dias no interior do império dos partas com um pequeno número de cavaleiros e um grupo de infantaria bastante considerável. Encontraram numerosos cavaleiros partas e Crasso pereceu com uma parte do seu exército; quanto a Marco Antônio, sua coragem o salvou. Contudo, mesmo neste desastre, viu-se que a infantaria era melhor do que a tropa montada. Num país sem recursos, de campos abertos, onde as elevações são raras, os rios mais raros ainda, e o mar distante, Marco Antônio conseguiu vencer todas as dificuldades, mantendo boa ordem no seu exército, o qual a cavalaria dos partas não ousou atacar. O leitor atento perceberá que Crasso foi antes traído do que vencido; de fato, mesmo na situação mais penosa, a cavalaria dos partas não ousou atacá-lo. O que fez foi fustigá-lo sem cessar pelos flancos, interceptando os víveres de que necessitava, fazendo promessas que jamais eram cumpridas, levando-o assim ao mais funesto extremo.

Seria mais difícil demonstrar como a força da infantaria é maior do que a da cavalaria se não houvesse muitos exemplos modernos, que o provassem sem contestação possível. Viu-se em Novara, por exemplo, nove mil suíços enfrentarem sem medo dez mil cavaleiros, e o mesmo número de infantes, derrotando-os. Os cavalos não os incomodaram, e os infante valiam bem pouco, pois eram tropas mal disciplinadas, compostas em grande parte de gascões. Em outra ocasião, vinte mil suíços enfrentaram Francisco I, rei de França, perto de Milão; os franceses dispunham de vinte mil cavalos, quarenta mil infantes e cem canhões. Embora não conseguissem a vitória, como em Novara, combateram dois dias inteiros com a maior bravura; e quando iam ver vencidos, a metade deles conseguiu salvar-se.

Marco Atílio Régulo tinha tanta confiança na sua infantaria que, sozinho à sua frente, resistiu ao choque da cavalaria númida, com elefantes de ataque. E se não alcançou à vitória, isto não se deveu à falta de valor das suas tropas.

Repito, portanto, que para vencer um corpo de infantaria bem disciplinado é preciso opor-lhe um outro ainda melhor disciplinado.

No tempo de Felipe Visconti, duque de Milão, cerca de dezesseis mil suíços desceram sobre a Lombardia. Para lutar contra os invasores, foi enviado o conde Carmignuola, com mil cavaleiros e alguns infantes. Pouco experiente no modo de combater aqueles adversários, Carmignuola enfrentou-os à frente da sua cavalaria,

certo de que os poria em fuga sem maior dificuldade. Mas os suíços não se moveram, e os milaneses tiveram que se retirar, com muitas baixas.

Como se tratava de um chefe corajoso, que sabia improvisar para vencer os obstáculos, Carmignuola reuniu outra tropa e marchou novamente ao encontro dos suíços. Ao atacá-los, fez desmontar seus cavaleiros, colocando-os à frente da infantaria. Os suíços foram cercados, ficando sem esperança de salvação, pois os cavaleiros milaneses, combatendo desmontados, com armaduras resistentes, penetraram facilmente na frente suíça sem sofrer perdas. Puderam assim massacrar os inimigos; de fato, de todo o exército invasor só escapou à morte um pequeno número de combatentes, amparados pela humanidade de Carmignuola.

Estou convencido de que muitos conhecem a diferença que há entre a força e a utilidade dessas duas armas; mas o infortúnio do nosso tempo é tal que nem os exemplos antigos, nem os modernos (e nem sequer a confissão dos erros cometidos), bastam para curar os príncipes da sua cegueira, para convencê-los de que, para soerguer a reputação do exército de um Estado, ou de uma província, é necessário restabelecer as antigas instituições, mantê-las em vigor, estender sua influência, dar-lhes vida — para que elas, por sua vez, possam manter a reputação e a existência dos príncipes.

Como se afastam deste caminho, apartam-se ao mesmo tempo de todas as medidas que sugerimos aqui. Em conseqüência, as conquistas que fazem pesam para eles como fardos, em vez de contribuírem para a grandeza do Estado. É o que demonstrarei no capítulo seguinte.

Capítulo Décimo Nono

As conquistas das repúblicas mal organizadas, que não resultam do valor, como as dos romanos, são causas de desastres, e não de grandeza.

Opiniões contrárias à verdade, baseadas em exemplos perniciosos desta nossa época de corrupção, impedem os homens de abandonar certos hábitos e crenças arraigados. Não se poderia convencer um italiano, por exemplo, trinta anos atrás, de que dez mil infantes podem atacar, em terreno plano, dez mil cavaleiros e outros tantos soldados de infantaria, levando-os de vencida. É o que nos mostra, contudo, a batalha de Novara, que tantas vezes mencionamos.

Embora a história contenha muitas ilustrações como esta, elas não parecem convincentes. Dir-se-á, assim, que hoje o armamento da cavalaria é melhor, que um esquadrão de cavaleiros é capaz de destruir um rochedo, e, com mais razão ainda, destruirá um grupo de infantaria; e com tais explicações corrompe-se e se falsifica o critério.

Não se leva em conta, por exemplo, que Lúculo, com poucos infantes, venceu os cento e cinqüenta mil cavalarianos de Tigranes, rei da Armênia — cavalaria em tudo semelhante à nossa.

Mas pudemos descobrir em tempo esta falácia devido ao exemplo dos estrangeiros. Assim como ele demonstra a verdade com respeito à infantaria, deveria provar também a utilidade das outras instituições antigas. Se se percebesse isso, os príncipes e as repúblicas errariam menos e resistiriam melhor aos ataques, sem precisar fugir em desespero. Aqueles que são responsáveis pelo governo saberiam governar melhor, seja com o propósito de expandir o domínio do Estado, seja para mantê-lo. E perceberiam que os verdadeiros meios de engrandecimento das repúblicas são o aumento da população, as alianças (e não o domínio sobre outros povos), a criação de colônias nos países conquistados, o ataque ao inimigo mediante a invasão e as batalhas (e não os assédios), a pobreza dos cidadãos e a riqueza do tesouro público, e a conservação escrupulosa das instituições militares.

E se esses meios não agradarem, deviam os governantes considerar que todas as conquistas feitas de outro modo levam à ruína do Estado.

O resultado seria um freio posto às ambições, o estabelecimento da ordem no interior, mediante leis e costumes apropriados, e a proibição das conquistas. Os governantes se preocupariam apenas com sua defesa, mantendo-se preparados, como as repúblicas da Alemanha que vivem atualmente em conformidade com os costumes antigos.

Mas, como já disse ao traçar a diferença entre as instituições que aguçam o espírito de conquista e as que se ajustam à conservação do Estado, é impossível, para uma república de pouca extensão, gozar em paz de sua independência. Embora respeite os vizinhos, não será respeitada; e as agressões que sofrer vão inspirar-lhe o desejo e o sentimento de que as conquistas são necessárias. Mesmo que não surgissem inimigos externos, ela os encontraria no seu seio — uma infelicidade que as cidades importantes não conseguem evitar.

Se as repúblicas alemãs podem subsistir à sua maneira, e se puderam manter-se assim até hoje, esse fato se explica pelas circunstâncias especiais em que se encontram, circunstâncias que não se vê em outra parte, e sem as quais não teriam podido sobreviver. A parte da Alemanha a que me refiro esteve sujeita ao império romano, como a França e a Espanha; mas quando este entrou em decadência, e a soberania foi transferida para aqueles países, as cidades mais poderosas se fizeram independentes. Aproveitando-se da fraqueza dos imperadores, limitaram-se a pagar-lhes um pequeno tributo anual. Assim, aos poucos, todas as cidades que estavam sujeitas diretamente aos imperadores, e não a algum príncipe, puderam afirmar sua autonomia.

Ao mesmo tempo, várias confederações — como a de Friburgo, a dos suíços, e outras — sacudiram o jugo do seu soberano, o duque d'Áustria, e prosperaram, adquirindo gradualmente tal extensão que se tornaram objeto de terror para os vizinhos.

A Alemanha compreende hoje os suíços, as repúblicas conhecidas como cidades livres, diversos principados e o imperador. No meio de tantos Estados, de formas tão diversas, a guerra não é freqüente, e as que ocorrem duram pouco tempo. Esse fato se deve à imagem do imperador que, embora não tenha grande poder, merece sempre muita consideração; age como conciliador, e sua autoridade é bastante para abafar os germes da discórdia.

As guerras mais longas e desastrosas já havidas naquele país são as que ocorreram entre os suíços e a Áustria. E, embora há alguns anos o duque d'Áustria seja o próprio imperador, nunca se pôde impor à bravura dos suíços; foi a força que ditou todos os acordos a que chegaram os suíços e os austríacos.

O resto da Alemanha não prestou ao império um apoio considerável, porque uma confederação nem sempre se dispõe a interferir com os países que são independentes como ela; e também porque os seus príncipes, por pobreza ou por ciúme do imperador, não quiseram prestar serviço à sua ambição.

As cidades livres devem contentar-se, portanto, com um domínio limitado; graças à proteção do império, não têm motivo para aumentar este domínio. A vizinhança de inimigos sempre prontos a marchar contra elas, usando qualquer problema que surja como pretexto, incita-as a manter a ordem dentro dos seus muros. Se a Alemanha estivesse organizada de outro modo, seriam obrigadas a expandir-se, abandonando as delícias da vida tranqüila.

Como estas circunstâncias não aparecem em outra parte, é impossível adotar alhures o mesmo modo de vida; os países aumentam suas forças, ou formando aliança com os vizinhos, ou então se expandindo, como fez Roma com suas conquistas. Quem se orienta de outra forma não busca a sobrevivência, mas corteja o desastre e a morte, porque as conquistas são perigosas de mil modos e por mil razões. Às vezes um país extende seu domínio sem de fato acrescentá-lo à sua força; e expandir-se assim é buscar a própria perdição.

O Estado empobrecido pela guerra não consegue recobrar suas forças com a vitória, sobretudo se suas conquistas lhe custam mais do que oferecem em troca. Veneza e Florença são bem a prova disto: essas repúblicas foram mais fracas quando uma possuía a Lombardia e a outra a Toscana. Os venezianos eram mais fortes quando se limitavam às lagunas; os florentinos, quando seu território tinha apenas seis milhas de extensão. As duas cidades se enfraqueceram com o desejo de crescer e a conduta imprudente com que procuraram dar-lhe corpo. A culpa desses povos é ainda maior porque ambos tinham diante dos olhos os princípios seguidos pelos romanos, e nada os impediria de segui-los. Já os romanos não tiveram um modelo anterior; deveram à sua própria sabedoria havê-lo formulado.

É comum que as conquistas constituam uma fonte abundante de malefícios para uma república bem organizada. Como, por exemplo, quando se apodera de uma cidade ou província dominada pela licença, onde os vencedores se expõem aos costumes dos vencidos.

Foi o que aconteceu com Roma, ao dominar Cápua (episódio que se repetiu, depois, com Aníbal). Se Cápua estivesse mais afastada de Roma, e a fraqueza dos soldados não encontrasse remédio à mão; ou se Roma já estivesse em parte corrompida, essa conquista teria levado infalivelmente à perdição da república. É o que afirma Tito Lívio, quando diz: "Jam tunc minime salubris militari disciplinae Capua, instrumentum omnium voluptatum, delinitos militum animos avertit a memoria patriae" ("Cápua, já então pouco propícia à disciplina militar, cidade volta-

da para todos os prazeres, afastou do sentimento da pátria o espírito debilitado dos soldados").

Está provado que as cidades e províncias desta espécie se vingam dos que as dominam sem precisar combater, e sem perda de sangue, expondo-os à sujeição por parte do primeiro que os atacar, pela inoculação da licença que enfraquece. Juvenal, em suas sátiras, projeta luz sobre este assunto, comentando que a conquista de tantos países remotos tinha introduzido na alma romana o gosto pelos costumes estranhos, atingindo a economia da cidade e todas as virtudes que a distinguiam. E termina sua descrição com os seguintes versos:

"...Gula et saevior armis
Luxuria incubuit, victumque ulciscitur orbem".

O que significa "...Difundiram-se a gula e a luxúria, para vingar a derrota."

Se as conquistas quase corromperam Roma, numa época em que suas ações ainda se inspiravam plenamente na sabedoria e na coragem, que se dirá daqueles Estados que, afastados dos bons princípios, só empregam tropas mercenárias, além de cometer outros erros? No capítulo que se segue estudaremos os desastres a que estão sujeitos.

Capítulo Vigésimo

Os perigos a que se expõe o príncipe ou a república que se utiliza de tropas mercenárias e do auxílio estrangeiro.

Se não tivesse já tratado longamente, em outro livro, da inutilidade das tropas mercenárias e auxiliares (isto é, do auxílio estrangeiro), expondo as vantagens de um exército nacional, desenvolveria mais este capítulo. Entretanto, como já discorri extensamente sobre o tema, direi aqui poucas palavras.

Encontrei em Tito Lívio um exemplo tão marcante das desvantagens das tropas auxiliares estrangeiras que não posso deixar de mencioná-lo. Chamo de "tropas auxiliares" às que um Estado estrangeiro nos envia como socorro, continuando a mantê-las a seu soldo, e sob o seu comando.

Voltando a Tito Lívio, lê-se no seu livro que os romanos, depois de terem batido em diversos encontros dois exércitos de samnitas, com as tropas que tinham sido enviadas para a defesa de Cápua, quiseram retornar a Roma, depois de ter livrado a cidade dos seus inimigos. Mas, para que os habitantes de Cápua não voltassem a ser atacados pelos samnitas, deixaram duas legiões incumbidas de defendê-la. Essas legiões, corrompidas pelo ócio, mergulharam nas delícias da cidade e, esquecendo a pátria e o respeito devido ao Senado, quiseram apoderar-se do país que tinha salvo, com a alegação de que nenhum povo era digno de possuir bens que não sabia defender. A conspiração foi descoberta, e Roma se apressou a abafá-la, punindo os rebeldes, como mostrarei no capítulo relativo aos pormenores das conspirações.

É preciso repetir, portanto, que, de todos os tipos de tropas, o pior é o das auxiliares. Para começar, o Estado que se serve do seu auxílio não tem autoridade sobre elas, já que só aceitam ordens de quem as envia. Como expliquei, trata-se de forças enviadas por um príncipe com os seus próprios oficiais, sob cuja bandeira marcham, e que respondem pelo seu pagamento, como acontecia com as legiões que os romanos deixaram em Cápua.

As tropas deste tipo, quando vitoriosas, pilham tanto os vencidos como aqueles em cujo nome combateram, para servir à perfídia do seu príncipe, ou pela própria cupidez. Embora Roma não tenha tido a intenção de violar os tratados que a ligavam aos habitantes de Cápua, os seus soldados viram a oportunidade de explorá-los dominando a cidade e seu território.

Poderia apresentar muitos outros exemplos para apoiar o que disse; mas vou limitar-me ao que citei, referindo também o que aconteceu com os habitantes de Reggio, que se viram privados da vida e da liberdade por uma legião que os romanos tinham ali aquartelada.

Os Estados devem lançar mão de todos os recursos possíveis antes de se decidirem a receber auxiliares estrangeiros encarregados da sua defesa. Qualquer condição que lhe imponha o inimigo, por mais dura, será menos funesta. Lendo-se com atenção obras acerca dos acontecimentos passados, e estudando-se com cuidado o que acontece diante de nós, veremos que dos que agiram assim talvez alguns tenham tido êxito, mas que em quase todos os casos o resultado foi infeliz.

De fato, o Estado que alimenta alguma ambição não tem melhor oportunidade de invadir uma cidade ou província do que quando é chamado a defendê-la. Portanto, quem solicita tal socorro, seja para se defender, seja para atacar um inimigo, busca uma vantagem passageira que não terá condições de conservar, e que lhe será retirada por quem facilitar sua conquista. Mas a ambição do homem é tão violenta que, para satisfazer o desejo do momento, não reflete nas desvantagens resultantes; e não se orienta também pelos exemplos do passado a respeito deste assunto e de outros de que já tratei. Senão, perceberia que a moderação para com os vizinhos e a manifestação de respeito à sua independência os leva a abrir as defesas sem restrições, como mostrarei a propósito dos habitantes da Cápua.

Capítulo Vigésimo Primeiro

Os romanos instituíram o primeiro pretor fora de Roma em Cápua, quatrocentos anos depois das suas primeiras guerras.

No capítulo precedente mostrei até que ponto os romanos diferiam dos soberanos dos nossos dias, nos processos que usavam para se expandir. Todas as cidades que não destruíram deixavam viver de acordo com os seus próprios costumes, permitindo que não demonstrassem qualquer sinal da soberania romana. Impunham-lhes apenas certas condições; enquanto estas eram observadas, respeitavam seu governo e sua dignidade. Este costume foi mantido até o momento em que Roma começou a se expandir fora da Itália, quando passou a reduzir reinos e repúblicas a províncias.

Um dos exemplos mais marcantes que encontramos na história romana é o do primeiro pretor instituído fora de Roma, em Cápua, não para satisfazer uma ambição de domínio, mas a pedido dos habitantes daquela cidade. A fim de abafar a discórdia que lá havia, estes consideraram indispensável ter entre seus muros um cidadão romano capaz de estabelecer a ordem e a concórdia. Impressionados, e levados por igual necessidade, os cidadãos de Anzio pediram também à Roma um prefeito. A respeito do episódio, e considerando este modo inusitado de exercer o poder, Tito Lívio comenta: "Quod jam non solium arma, sed jura romana pollebant" ("Porque agora Roma já não dominava só com suas armas, mas também com suas leis").

Compreende-se que esta conduta tenha facilitado o engrandecimento de Roma. As cidades acostumadas à independência, e ao governo pelos seus próprios cidadãos, suportam um governo distante, mesmo que isto lhe imponha algum aborrecimento, bem mais tranqüilamente do que aquele tipo de domínio que se manifesta cada dia, parecendo acentuar a servidão. Disto resulta outra vantagem para o príncipe: como os seus ministros não têm à mão nem os juízes nem os magistrados que regulam os assuntos civis e criminais, nenhuma sentença ou decisão pode trazer-lhe vergonha, ou impor-lhe o ônus da pública reprovação. Deste modo, o soberano evita muitas calúnias e ódios dos quais não escaparia em outras circunstâncias.

É incontestável o que afirmo, e poderia citar muitos exemplos antigos: mas me contentarei com um só, caso ocorrido há pouco tempo na Itália. Como todos sabem, Gênova foi ocupada várias vezes pelos franceses, e o rei da França enviava sempre um dos seus súditos para governá-la — o que só não aconteceu nos últimos anos. Posteriormente, o rei (não por preferência, mas por necessidade) concedeu àquela cidade o poder de governar-se, sob a autoridade de um cidadão local. Ora, não há dúvida de que o segundo sistema traz maior segurança à autoridade real, e maior satisfação ao povo.

De fato, quanto mais distante parecemos de querer sujeitá-los, mais os homens estão dispostos a se lançar aos nossos braços; têm menos medo de que atentemos contra a sua liberdade na medida em que lhes parecemos mais humanos e benevolentes. Foi esta benevolência, e a falta aparente de um interesse de domínio, que levou Cápua a pedir um pretor aos romanos; se os romanos tivessem demonstrado o menor desejo de enviar um pretor àquela cidade, provocariam nos seus habitantes uma reação de alarme e desconfiança.

Mas por que buscar exemplos em Cápua e em Roma, se Florença e Toscana nos dão tão bons exemplos? Todos sabem que Pistóia se submeteu voluntariamente à república florentina; e que, por outro lado, os habitantes de Pisa, Siena e Luca detestam os de Florença. De onde vem esta diferença de atitude? Não que os pistoienses sintam menos do que os outros o valor da liberdade, ou que se julguem inferiores; na verdade, a razão é a maneira como os florentinos sempre agiram: fraternalmente para com uns, como inimigos para com os outros. Eis o motivo por que Pistóia tomou a iniciativa de entregar-se ao domínio de Florença, enquanto outras cidades se esforçam para fugir dele. Não há dúvida de que se os florentinos tivessem tratado bem os vizinhos, com pactos de aliança e de proteção, seriam hoje senhores de toda a Toscana.

Não é que eu creia que não se deve jamais empregar as armas e a força; mas é preciso usá-las só como último recurso, quando todos os demais se revelarem insuficientes.

Capítulo Vigésimo Segundo

Como os homens se equivocam, muitas vezes, no julgamento das coisas importantes.

Os que acompanham as deliberações dos homens sabem em que medida as suas opiniões são muitas vezes equivocadas. Se — como acontece quase sempre — tais deliberações não são confiadas a pessoas virtuosas e esclarecidas, os resultados podem ser os mais absurdos. Mas, como numa república corrompida os homens virtuosos são objeto de ódio, por ciúme ou porque sua virtude fere a ambição dos rivais, aceita-se como bem o que o erro comum assim considera, ou então as sugestões feitas por quem tem mais interesse em receber favores do povo do que no bem coletivo. Entretanto, logo a adversidade dissipa este erro, e a necessidade nos empurra para os braços dos que, em tempos de paz, pareciam esquecidos. É o que demonstrarei no curso deste livro.

Ocorrem também acidentes que enganam facilmente os que não têm grande experiência. Com efeito, certas aparências dos acontecimentos levam os homens a esperar determinadas conseqüências. Digo-o inspirado no conselho dado pelo pretor Numício aos latinos, quando estes foram batidos pelos romanos; e também pelo que muitos acreditavam quando chegou à Itália, há poucos anos, o rei da França, Francisco I, para conquistar o ducado de Milão, que os suiçõs defendiam.

O rei Luís XII havia morrido, e Francisco, duque d'Angoulême, o tinha sucedido no trono da França. Pretendendo anexar o ducado de Milão, que os suíços haviam conquistado pouco antes com o auxílio do papa Júlio II, aquele príncipe procurava aliados na Itália que lhe facilitassem a empresa. Além dos venezianos, cuja amizade tinha sido assegurada por Luís XII, Francisco procurou seduzir os florentinos e o papa Leão X, convencido de que os seus objetivos se tornariam bem mais fáceis de alcançar se conseguisse fazer aliados, já que o rei da Espanha tinha tropas na Lombardia, e outras forças do imperador se encontravam em Verona.

O papa não queria ceder aos desejos do rei e foi persuadido pelos seus conselheiros (segundo se diz) a permanecer neutro: foi-lhe mostrado que esta posição as-

segurava seus interesses, pois, para a Igreja, seria melhor não ter por senhor, na Itália nem o rei, nem os suíços. De fato, se quisesse dar à Itália a sua antiga independência, seria necessário libertá-la dos dois países.

Como não era possível vencê-los em conjunto, e nem separadamente, convinha esperar que um triunfasse sobre o outro, para que a Igreja, com os seus aliados, atacasse então o vencedor. E seria impossível encontrar uma oportunidade melhor; os dois rivais se defrontavam e o papa tinha condições de deslocar seu exército até a fronteira da Lombardia, onde, com o pretexto de zelar pela segurança do seu próprio território, poderia esperar o resultado da batalha. Como os dois exércitos eram igualmente corajosos, havia razão para crer que a batalha seria sanguinolenta, deixando o vencedor tão enfraquecido que se tornaria fácil para o papa derrotá-lo, tornando-se assim senhor da Lombardia, e árbitro de toda a Itália.

Os acontecimentos demonstraram que este julgamento estava errado. Os suíços foram vencidos, depois de uma batalha tenaz, mas nem as tropas do papa nem as da Espanha ousaram assaltar o exército vitorioso; em vez disto, puseram-se em fuga (o que a humanidade ou a indiferença do rei permitiu, pois não quis tentar uma segunda vitória, contentando-se em fazer a paz com a Igreja).

A opinião do papa tinha alguma aparência de razão, mas estava inteiramente afastada da realidade: raramente acontece que o vencedor de uma batalha perca um número excessivo de soldados; se há tal perda, ela ocorre no combate, e não pela fuga. No calor da refrega, quando os combatentes se enfrentam, poucos são os que morrem, pois em geral a ação não dura muito tempo. Mas mesmo que a luta se prolongue, e que muitos pereçam, a influência da vitória e o terror que ela impõe aos inimigos, são muito mais importantes do que o dano que um grande número de baixas pode causar ao vencedor. Assim, se um exército se aventurasse a atacar o exército vitorioso, pensando encontrá-lo debilitado, poderia cometer um engano perigoso. A menos que a sua força fosse tal que estivesse em condições de atacá-lo antes daquele ter conquistado sua vitória. Nesta hipótese, o exército atacante poderia vencer ou não, dependendo da sua bravura e da sua sorte; mas, a meu ver, das duas forças, a que tivesse conseguido uma primeira vitória levaria vantagem sobre a outra.

Esta foi a experiência penosa dos povos do Lácio, causada pelo equívoco do pretor Numício e pelas desgraças que os atingiram por haver seguido seus conselhos. Os romanos tinham acabado de vencer os latinos; Numício clamava por todo o Lácio ter chegado o momento de atacar o inimigo, enfraquecido pela guerra. Alegava que os romanos, com a sua vitória, só tinham conseguido uma glória inútil: que haviam sofrido desastre igual ao de uma derrota e que, por menos força que se empregasse ao atacá-los, seria certa sua ruína. Seduzidos por tais palavras, os latinos levantaram um novo exército; mas foram logo derrotados, tendo que sofrer as desgraças que recaem sobre os que se deixam levar por tais opiniões.

Capítulo Vigésimo Terceiro

De que modo os romanos evitavam as meias medidas, quando eram obrigados a decidir a sorte dos povos sob seu domínio.

"Jam Latio is status erat rerum, ut neque pacem neque bellum pati possent": "Esta era a situação do Lácio: não podia fazer a paz, e nem podia fazer a guerra".

De todas as situações infelizes em que se pode encontrar um príncipe ou uma república, a mais deplorável é, sem dúvida, a de não poder aceitar a paz sem sustentar a guerra. Esta é a sorte de tod_s os Estados aos quais a paz impõe condições muito duras, e que, desejosos de ir à guerra, são obrigados ou a se colocarem como presas potenciais de outros países, cujo socorro solicitam, ou então a se tornarem efetivamente vítimas dos inimigos. Chega-se a esta situação extrema quando se falha na avaliação das próprias forças, devido a conselhos imprudentes ou a decisões impróprias, como comentei acima.

De fato, príncipes ou repúblicas que conhecessem bem os seus recursos dificilmente ficariam reduzidos à situação dos latinos, que fizeram a paz com os romanos quando a paz os perderia; e que declararam guerra à Roma quando a guerra poderia destruí-los, conduzindo-se de modo que a aliança e a inimizade dos romanos lhes foram igualmente funestas. O povo latino tinha sido vencido e reduzido, primeiro por Mânlio Torquato e depois por Camilo, que o obrigou à sujeição, postando guarnições em todas as cidades do Lácio e retornando à Roma com reféns, para informar o Senado de que todo o Lácio estava em poder da república.

Como a resolução do Senado, naquela oportunidade, foi notável, e deve ser meditada por todos os soberanos (que deveriam imitá-lo em iguais circunstâncias), reproduzirei aqui as palavras que Tito Lívio atribui a Camilo; elas explicam a política seguida pelos romanos na sua expansão, mostrando que nos assuntos públicos eles procuraram evitar as meias medidas, fazendo sempre opções extremas. De fato, que é um governo senão o meio de conter os cidadãos de modo que eles não se injuriem mutuamente? Meio que consiste em dar completa segurança à população ou

em reduzi-la à impossibilidade de praticar o mal; ou ainda em fazer tantos benefícios ao povo que este não tenha razão para procurar mudar seu destino.

A opinião de Camilo e a resolução tomada pelo Senado depois de ter ouvido permitirão compreender melhor meu pensamento. Eis o que disse Camilo: "Dii immortales ita vos potentes hujus consilii fecerunt, ut, sit Latium deinde, an non sit, in vestra manu posuerint. Itaque pacem vobis, quod ad latinos adtinet, parare in perpetuum, vel saeviendo, vel ignoscendo, potestis. Vultis crudeliter consulere in deditos victosque? licet delere omne Latium. Vultis exemplo majorum augere rem romanam, victos in civitatem accipiendo? materia crescendi per summam gloriam suppedidat. Certe id firmissimum imperium est, quo obedientes gaudent. Ilorum igitur animos, dum expectatione stupent, seu poena, seu beneficio, proeccupari oportet".

O que quer dizer: "Os deuses imortais vos deram grande poder nesta decisão sobre se o Lácio deve sobreviver ou não. Castigando ou perdoando, podereis assentar a paz perpétua no que diz respeito aos latinos. Quereis deliberar cruelmente contra um povo que foi vencido, e se rendeu? Podereis destruir todo o Lácio. Quereis, seguindo o exemplo dos antepassados, receber os vencidos no seio da cidade para aumentar a potência de Roma? Tereis a oportunidade de elevar vossa grandeza de modo supremamente glorioso. O governo mais firme é aquele ao qual se obedece com disposição. Por isto é preciso abater o ânimo desse povo. Para que dependa da vossa decisão, do vosso castigo ou benefício".

O Senado concordou com as propostas do cônsul. Procurou-se em todas as cidades, sem exceção, os latinos que merecessem crédito. Cumulava-se alguns de vantagens; outros eram mortos. A alguns se isentava de culpa, concedendo-se-lhes privilégios, a cidadania, completa segurança; outros tiveram suas cidades devastadas, e colônias estabelecidas no seu território; eram levados à Roma, e dispersados de modo a não poderem causar mais dano, nem com suas armas, nem com palavras. Com se vê, em circunstâncias importantes como aquela, Roma nunca usou meias medidas.

É o que devem fazer os príncipes. É o que deviam ter feito os florentinos quando, em 1502, Arezzo e todo o vale do Chiana se rebelaram. Se tivessem procedido assim, teriam afirmado seu domínio, engrandecido a república, e assegurado ao país aqueles campos, necessários para a sua existência. Mas preferiram tomar meias medidas, sempre perigosas quando se trata de punir. Alguns aretinos foram exilados, outros condenados à morte; e todos, indistintamente, foram privados das honrarias e antigos privilégios que tinham na cidade — a qual, contudo, foi mantida. Se, no curso da deliberação, alguém aconselhava a destruir Arezzo, os que se julgavam mais sábios diziam que isto seria pouco honroso para a república, porque poderia parecer que ela se sentia fraca demais para manter Arezzo sob o seu jugo.

São razões que só têm uma aparência vã, e nenhuma realidade. Por este raciocínio não se daria a morte a nenhum parricida, criminoso ou rebelde, pois seria vergonhoso para um príncipe demonstrar não ter a força necessária para conter um só homem. Os que pensam deste modo não percebem que às vezes um homem (ou mesmo toda uma cidade) se torna de tal modo culpado perante um Estado que, pela sua própria segurança, e para dar exemplo, o príncipe não tem remédio senão exterminá-lo. A honra genuína consiste em castigar os culpados, e não em deixá-los sobreviver, com risco grave. Um príncipe que não pune quem se afasta do bom caminho, de modo que não possa errar outra vez, é ignorante ou covarde.

A sentença dos romanos era, portanto, necessária; e outra sentença, pronunciada contra os habitantes de Priverno, confirma tal necessidade. O texto de Tito Lívio apresenta, a este respeito, dois comentários notáveis: um, que já vimos anteriormente; a conveniência de fazer benefícios aos rebeldes — ou então exterminá-los sem piedade; o outro, a força que têm a verdade e a grandeza d'alma, quando se manifestam diante de homens sábios.

O Senado romano se havia reunido para julgar Priverno, cujos habitantes, depois de se terem revoltado, haviam sido submetidos pela força, tendo enviado muitos representantes para implorar a graça do Senado. Quando se apresentaram ali, certo senador perguntou a um deles: "Quam poenam privernates censeret?" E ouviu a resposta "Eam quam merentur qui si libertate dignos censent". Perguntou-lhe então o cônsul: "Quid, si poenam remittimus vobis, qualem nos pacem vobiscum habituros speremus?" E a resposta foi: "Si bonam dederitis, et fidelem et perpetuam; si malam, haud diuturnam". Foi assim o diálogo: "Na sua opinião, que castigo deveria ter Priverno?" "O castigo que merecem os que se consideram dignos da liberdade". "Se não dermos a Priverno nenhum castigo, que paz podemos esperar de vossa parte?" "Perpétua e fiel, se nos tratarem bem; pouco duradoura, se nos tratarem mal".

Esta última resposta irritou alguns senadores, porém os mais sábios disseram: "Se audivisse vocem et liberi et viri, nec credi posse ilum populum, aut hominem, denique in ea conditione, cujus eum poeniteat diutius quam necesse sit, mansurum. Ibi pacem esse fidam, ubi voluntarii pacati sint, neque eo loco ubi servitutem esse velint, fidem sperandam esse": "Ouvimos palavras livres e viris, e não é de crer que nenhum homem, nenhum povo permanecesse na condição de que este se lamentava mais do que o necessário. A paz está assegurada quando os homens a aceitam voluntariamente; mas não se pode esperar lealdade onde é imposta a servidão".

A decisão do Senado foi tomada de acordo com essas palavras; os habitantes de Priverno foram aceitos como cidadãos romanos, dando-se-lhes plena cidadania com esta explicação: "Eos demum qui nihil praeterquam de libertate cogitant dig-

nos esse qui Romani fiant": "Aqueles que só tinham em mente a liberdade são dignos da cidadania romana".

A alma generosa dos romanos fora tocada pela resposta ousada e franca: qualquer outra resposta teria sido covarde e enganosa.

Os que têm opinião diferente dos homens, e em especial dos que são livres, ou que se julgam livres, cometem um erro profundo. Na sua cegueira, toam decisões que não são apropriadas. Daí as freqüentes revoltas, e a queda de governos.

Mas, para voltar ao meu assunto, concluo deste julgamento, e do julgamento feito a respeito dos latinos, que, quando se trata de decidir a sorte de uma cidade poderosa, habituada à independência, é preciso ou destruí-la ou tratá-la bem; qualquer outro modo de agir será inútil. E é preciso evitar acima de tudo as meias medidas; nada há de mais funesto.

Foi o que aconteceu com os samnitas quando acuaram os romanos nas Forças Caudinas, e rejeitaram o conselho de um ancião que lhes dizia para deixá-los recuar honrosamente, ou então massacrá-los sem exceção.

Os samnitas preferiram um meio termo: desarmaram os inimigos, submetendo-os ao jugo, deixando-os sob a ignomínia e o desdém. Cedo iriam aprender, à própria custa, o valor do conselho não seguido, e como a sua decisão fora equivocada. É o que contarei, oportunamente, de modo pormenorizado.

Capítulo Vigésimo Quarto

As fortalezas em geral são mais nocivas do que úteis.

Os sábios de hoje acusarão sem dúvida os romanos de terem sido imprudentes, deixando de construir fortalezas que servissem de freio aos povos do Lácio, e à cidade de Priverno, mantendo-os sob controle; pois em Florença é uma opinião estabelecida (que os nossos sábios reiteram incessantemente) que só com fortalezas se pode conter Pisa e outras cidades semelhantes.

Se os romanos pensassem como esta gente tão esclarecida, não teriam deixado de construir fortalezas; mas como tinham outra disposição, outro julgamento, e outro poder, nunca pensaram nisto. Enquanto Roma foi livre, enquanto seguiu os mesmos princípios e manteve suas sábias instituições, jamais construiu uma só cidadela para controlar uma cidade ou província; contentou-se em conservar poucas, que já encontrou construídas. Depois de estudar o modo como os romanos se conduziam a este respeito, e a conduta dos príncipes atuais, considero necessário examinar se é necessário construir fortalezas, e se aqueles que as constroem têm com isto alguma vantagem ou utilidade.

É preciso considerar, antes de mais nada, que só se fortifica quem quer defender-se dos inimigos, ou dos seus súditos. No primeiro caso, as fortalezas são inúteis; no segundo, chegam a ser nocivas.

Para começar esta demonstração com a segunda assertiva, lembrarei que, sempre que um príncipe teme a rebeldia dos seus súditos, este temor provém do ódio que inspira, da conduta imprudente dos governantes e da convicção de que podem subjugar os súditos pela força; e uma das coisas que lhes dá a sensação de que podem manter-se pela força é viver cercado de fortalezas.

Como as dificuldades que causam as guerras derivam em grande parte do fato de que os príncipes e as repúblicas possuem praças fortes à sua disposição, sustento que tais fortificações lhes são nocivas. Em primeiro lugar, conforme observei, au-

mentam a sua audácia e os incitam a tratar seus súditos com violência. Por outro lado, a segurança que as muralhas podem dar não é tão grande como pensam: são inúteis, de fato, toda força e violência que se use para escravizar um povo.

Na verdade, só há dois meios para isto: pôr em campo, quando necessário, um forte exército, como faziam os romanos: ou dispersar o povo, dividi-lo, desorganizá-lo, destruí-lo, de modo que não se possa outra vez reunir. Tirando-se-lhe as riquezas, restam-lhe ainda as armas ("spoliatis arma supersunt"); desarmado, sua fúria lhe dará novas armas ("furor arma ministrat"). Se os chefes forem condenados à morte, surgirão outros chefes, como cabeças da hidra. Se se construir fortalezas, elas poderão ser úteis em tempos de paz, beneficiando a tirania, mas serão inúteis durante a guerra, para o príncipe que precisar defender-se ao mesmo tempo do inimigo e dos próprios súditos — o que é impossível.

Se as fortalezas sempre foram inúteis, hoje o são ainda mais, devido à artilharia, que impede a defesa de espaços cerrados, onde não se possa erigir novos bastiões para substituir os que forem derrubados.

Mas esta é uma opinião que desejo discutir mais demoradamente.

Príncipe: pretendes com tuas fortificações sujeitar os povos. Príncipes, repúblicas: sois orgulhosos de escravizar deste modo uma cidade conquistada pela guerra. Pois dirijo-me ao príncipe para indagar se haverá algo de menos próprio do que uma fortaleza para manter os cidadãos na obediência forçada. Ela te encoraja a oprimi-los, e a opressão, por sua vez, os incita à tua ruína. Breve o seu furor será tal que a fortaleza, que tanto os irrita, não te poderá mais defender. Assim, um príncipe sábio e clemente nunca construirá uma fortaleza, para poder ser bom, e não para dar aos cidadãos a oportunidade de levantar-se contra o seu senhor; para que a sua autoridade não se apoie sobre fortificações, mas sobre a afeição dos súditos.

Feito duque de Milão, o conde Francisco Sforza, a despeito da sua reputação de sábio, mandou construir naquela cidade uma fortaleza. Na minha opinião, agiu com pouca previsão; as conseqüências demonstram que aquela decisão foi nociva aos seus herdeiros, que pensaram poder viver com tal apoio, ultrajando os cidadãos; cometeram todos os tipos de violência e, colhendo o ódio do povo, deixaram o poder na primeira tentativa do inimigo. A cidadela em que tanto confiavam foi tão inútil durante a guerra quanto nociva na paz: de nada lhes valeu.

Se não a tivessem como ponto de apoio, ainda que, imprudentes, tivessem tratado duramente o povo, teriam podido perceber mais cedo os perigos que corriam; recuando, teriam resistido corajosamente ao ataque francês — com súditos leais, sem fortaleza, em vez de com fortaleza, e súditos ressentidos.

As praças fortes são inúteis de todos os pontos de vista; perde-se uma fortaleza pela traição de quem a guarda, pela força de quem a ataca, ou pela falta de víveres. Quando queremos tirar partido de uma fortificação, para recuperar um Estado perdido (sendo ela tudo o que nos resta), é preciso dispor de um exército para combater nosso inimigo; e com um exército recuperaremos o Estado, mesmo sem fortaleza. E iremos recuperá-lo mais facilmente se pudermos contar com a afeição dos nossos súditos (mas o orgulho que inspira uma cidadela leva a tratá-los mal, alienando o seu apoio).

A experiência demonstrou que esta mesma cidadela de Milão não teve qualquer utilidade para os Sforza e para os franceses, nos seus dias de adversidade. Ela provocou a ruína de todos, porque, quando a possuíram, não pensaram em governar de modo mais moderado.

Guido Ubaldo, duque de Urbino, filho de Federigo — quem, no seu tempo, tinha a reputação de grande general — havia sido expulso do seu Estado por César Borgia, filho do papa Alexandre VI. Surgindo a oportunidade de recuperá-lo, mandou destruir todas as fortalezas que havia no país, por considerá-las perigosas. Como era querido pelos súditos, não precisava delas; quanto aos inimigos, sabia que não se poderia defender sem manter um exército permanente em campanha. Daí a sua decisão de destruí-las.

Depois de ter expulso os Bentivogli de Bolonha, o papa Júlio II mandou construir uma cidadela; os que governavam a cidade em seu nome usaram-na para degolar pessoas. Os cidadãos, irritados, se revoltaram, e o papa perdeu a cidadela, que não lhe deu qualquer apoio.

Tendo Nicolau de Castelo, pai dos Vitelli, retornado à pátria, de onde fora banido, mandou demolir os dois fortes que o papa Sisto IV tinha feito construir, convencido de que os Estados não se mantêm com base nas cidadelas, mas no amor do povo.

De todos os outros exemplos, o mais recente, e mais notável sob muitos aspectos, é o de Gênova, que mostra a inutilidade das fortificações, e a necessidade de destruí-las. Em 1507, Gênova se revoltou contra Luís XII, rei da França; o monarca, à frente de todas as suas forças, quis pessoalmente obrigar a cidade à obediência. Dominando-a, mandou construir uma cidadela — a mais formidável que se vira até então. Era inexpurgnável, pela posição e as obras fortificadas que a cercavam. Situada na extremidade de uma colina que se estende até o mar, e que os genoveses chamam de Codefa, controlava o porto, e a maior parte da cidade.

Em 1512, quando os franceses foram expulsos da Itália, Gênova se rebelou, a despeito da cidadela. Otaviano Fregoso, chefe do governo, se dispôs a conquistá-la, tendo-o conseguido pelo cerco e a fome, ao cabo de um ano e quatro meses. Muitos

cidadãos o aconselharam a conservá-la como refúgio, e pensava-se que aceitaria este conselho; mas Otaviano era esclarecido: convencido de que os príncipes não se mantêm no poder pelas fortalezas, mas pela vontade do povo, ordenou a sua destruição. Preferiu apoiar o Estado sobre o valor e a sabedoria, em vez de sustentá-lo com fortificações, que têm sempre resistência reduzida. Foi assim que obteve a autoridade de que ainda goza; dez mil homens atacaram Fregoso sem provocar qualquer abalo, enquanto que antes mil soldados bastavam para operar em Gênova uma revolução.

O exemplo demonstra que a destruição daquela fortaleza não produziu dano a Otaviano, e que a sua construção não beneficiou o rei da França. Quando aquele monarca desceu à Itália comandando suas tropas, apoderou-se de Gênova antes de que houvesse ali a cidadela; mas, quando lhe faltou o exército, tornou-se impossível para ele conservar a cidade, não obstante o forte que fora construído. Essa construção representou para o rei um ônus, e sua perda uma vergonha; enquanto que para Otaviano foi uma glória apossar-se dela, e vantajoso destruí-la.

Chegamos, enfim, às repúblicas que constroem praças fortes, não em seu próprio território, mas nos países conquistados. Se o exemplo de Gênova sob os franceses não basta para ilustrar este erro, espero que o de Pisa e de Florença sejam suficientes. Para controlar Pisa, os florentinos tinham erigido naquela cidade várias fortalezas; não quiseram ver que uma república que fora rival perene de Florença, acostumada à independência, só teria um caminho para a liberdade: a rebeldia. Para submetê-la, seria necessário usar um dos meios empregados pelos romanos: conquistar sua amizade ou destruí-la sem piedade.

A presença do rei Carlos VIII demonstrou, com efeito, a confiança que devem inspirar as cidadelas: mal o seu exército despontou, elas se renderam, fosse pela traição dos que as guardavam, fosse pelo temor de um mal maior. Se essas cidadelas não existissem, os florentinos não teriam cometido o engano de contar com elas para conservar Pisa; e mesmo com a sua intervenção decidida, o rei não teria conquistado a cidade. Os meios utilizados até aquele momento para mantê-la sob controle talvez fossem suficientes; mas as fortalezas não tiveram decerto, resultado mais eficaz.

Em conclusão, para o príncipe que quer controlar o seu Estado, as praças fortes são perigosas — e para manter as cidades conquistadas, são inúteis. Basta-me aqui a autoridade dos romanos que, quando queriam impor sua violência a uma cidade, a desmantelavam, em lugar de cercá-la de bastiões.

Se, para combater minha opinião, se alegar o exemplo antigo de Taranto, ou o de Brescia da atualidade (que, com suas cidadelas, foram tomadas pelos habitantes em revolta), eis o que responderei: só depois de um ano Fábio Máximo foi enviado à Taranto, para reconquistá-la com as suas tropas; nada o teria impedido de se

apoderar da cidade, ainda que não dispusesse de uma fortaleza. Da mesma forma, embora Fábio se tenha servido deste meio, teria seguramente encontrado um outro com o mesmo bom resultado. Não posso conceber a grande utilidade de uma fortaleza quando, para recuperar uma cidade, se emprega um exército consular, comandado por alguém como Fábio Máximo. O que aconteceu em Cápua, onde Roma não dispunha de qualquer fortificação (o que não a impediu de se apossar da cidade pela força das armas), demonstra o destino que teria tido Taranto, com fortaleza ou sem ela.

Contudo, retornemos à Brescia. É preciso apontar, antes de mais nada, que as circunstâncias em que ocorreu a revolta daquela cidade são singulares: a cidadela permaneceu em nosso poder, embora os habitantes se tivessem levantado; e nas vizinhanças havia um formidável exército francês.

De fato, o senhor de Foix, que se encontrava em Bolonha como comandante do exército real, ao ter conhecimento da caída de Brescia, seguiu imediatamente para lá; chegando diante da cidade, ao fim de três dias, retomou-a por meio da cidadela. Mas foi preciso, além da cidadela, a presença de Foix e do exército francês, que correu a socorrê-la.

Não se pode, portanto, alegar este episódio para fundamentar opinião contrária. Em todas as guerras contemporâneas, não só na Lombardia mas na Romanha, em Nápoles e outras partes da Itália, inúmeras fortalezas foram tomadas com grande facilidade. Quanto às praças fortes estabelecidas para a defesa dos inimigos externos, sustento que não são realmente necessárias quando se tem um bom exército; e quando este falta, perdem toda utilidade. Bons soldados, sem fortificações, bastam para a defesa; sem bons soldados, as praças fortes são inúteis.

Esta verdade foi demonstrada pelos que adquiriram grande experiência na arte do governo e em tudo o mais, como os romanos e os espartanos. Como os romanos, os espartanos também não construíam fortalezas, e não permitiam que suas cidades fossem cercadas de muralhas; como proteção, só tinham a coragem dos cidadãos. Tendo um ateniense indagado a um espartano se as muralhas de Atenas eram belas, ouviu a seguinte resposta: "Seriam belas, se a população fosse só de mulheres".

Será vantajoso para o príncipe que tiver um bom exército dispor de uma praça forte, nas fronteiras ou no litoral, capaz de resistir durante alguns dias a um ataque inimigo, dando tempo, assim, a que o exército se prepare para a luta. Mas este tipo de defesa não chega a ser necessária. As fortalezas existentes no interior do país ou nas fronteiras são igualmente inúteis, se se tem um bom exército; são nocivas porque, uma vez perdidas (o que ocorre facilmente), servem ao inimigo; e se este não pode conquistá-las, o movimento das tropas logo as deixa em posição secundária, paralisadas. De fato, o exército que não encontra uma forte resistência ao seu avan-

ço penetra até o coração do território inimigo, sem se preocupar com as praças fortes que deixa atrás, como se vê na história antiga, e como o demonstrou em nossos dias Francisco Maria que, há muito pouco tempo, para atacar Urbano, contornou no seu caminho dez cidades inimigas.

O príncipe que pode atuar com um bom exército não tem necessidade de praças fortes; e o que não dispõe de tropas não deve construir fortalezas. Poderá preparar-se contra um ataque com tudo o que é necessário para a defesa, e mobilizar a vontade dos cidadãos, o que lhe permitirá resistir ao inimigo o tempo suficiente para negociar ou receber assistência de fora. Todos os outros meios de defesa são muito onerosos em tempos de paz, e inúteis durante a guerra.

Examinando-se o que disse, ver-se-á que os romanos, ao tratar com o povo do Lácio e de Priverno, foram tão sagazes quanto em todas as outras ocasiões; sem se preocupar com fortificações, perceberam que podiam lidar com aqueles povos de modo mais sábio e generoso.

Capítulo Vigésimo Quinto

Aproveitar-se das dissensões que reinam numa cidade para conquistá-la é muitas vezes um processo nocivo.

Era tal o desentendimento que havia na república romana entre o povo e a nobreza que os habitantes de Veios, aliados aos etrucos, quiseram aproveitar-se dele para destruir Roma. Levantando-se em armas, atacaram o território romano, tendo o Senado enviado ao seu encontro Gaio Mânlio e Marco Fábio.

Quando os dois exércitos se defrontaram, o de Veios fustigou o romano com ataques contínuos, e também com ofensas. Sua audácia e insolência cresceram a tal ponto que os romanos, esquecendo suas dissensões, precipitaram-se sobre os invasores, derrotando-os e pondo-os em fuga.

Vê-se, neste episódio, o que já cometei anteriormente: os erros a que os homens se expõem quase sempre, e como às vezes se perdem, querendo salvar-se. Veios, pensara vencer facilmente os romanos aproveitando sua desordem; mas, ao atacá-los, promoveu sua reconciliação, com os resultados que vimos. Na maioria das repúblicas, a discórdia nasce do ócio produzido pela paz — e o medo da guerra faz renascer a concórdia. Se os habitantes de Veios tivessem sido menos imprudentes, quanto mais Roma se entregasse a suas dissensões, menos deveriam querer provocar seu exército, preferindo deixá-lo corromper-se, entregue às delícias da paz.

Um dos meios mais seguros para ganhar a confiança de uma cidade presa de dissensões internas é oferecer-se como árbitro entre os vários partidos, antes que se enfrentem em combate. Quando começa a luta, é preciso encorajar o mais fraco com alguma assistência ligeira, suficiente para incitá-lo à guerra, que irá consumi-lo, mas não demasiada, para que não tenha a impressão de que se deseja manipulá-lo. Quem se conduzir com prudência neste passo não deixará de alcançar o objetivo colimado.

Como disse alhures, foi seguindo esta política que Pistóia, em circunstâncias semelhantes, caiu sob o poder da república florentina. Aproveitando-se das suas

dissensões, Florença favorecia ora um partido ora o outro, sem se declarar abertamente em favor de nenhum deles. Com este processo, Pistóia ficou reduzida pela fadiga de suas dificuldades, entregando-se por fim aos florentinos.

Siena só sofreu revoluções quando a intervenção florentina era escassa e débil. Quando a presença de Florença se tornou vigorosa, toda Siena se uniu para defender-se.

Quero acrescentar mais um exemplo a todos os que já relatei. Felipe Visconti, duque de Milão, quis várias vezes fazer a guerra aos florentinos, na esperança de lucrar com suas discórdias; todavia, jamais teve êxito. Costumava dizer, queixando-se do resultado de tais esforços, que as loucuras dos florentinos lhe tinham custado inutilmente uma fortuna.

Como já disse anteriormente, os etruscos e os habitantes de Veios se deixaram cegar por uma falsa opinião; uma só batalha bastou aos romanos para a sua conquista. Do mesmo modo, cometerão um erro todos os que, no futuro, pensarem poder oprimir um povo com tais meios, e em tais circunstâncias.

Capítulo Vigésimo Sexto

O desprezo e as ofensas engendram o ódio contra quem se utiliza desses meios, sem trazer-lhe qualquer vantagem.

Estou convencido de que uma das maiores provas de sabedoria que se pode dar é abster-se de proferir palavras de injúria ou ameaça contra quem quer que seja; longe de enfraquecer o inimigo, a ameaça faz com que levante a guarda; a injúria acrescenta-se ao seu ódio, incitando-o a procurar meios de prejudicar quem o ofende.

A conduta de Veios, de que falamos no capítulo precedente, nos dá um bom exemplo. Não contentes com os males que a guerra trazia aos romanos, seus soldados acrescentaram aos ataques insultos — que todo capitão prudente deve proibir aos seus homens, pois só servem para inflamar o inimigo, e obrigá-lo à vingança. A injúria é uma arma que entregamos ao inimigo para que este a use contra nós.

A história da Ásia nos fornece um exemplo notável. Gabas, general persa, há muito assediava Amida. Cansado de tão longo cerco, tinha decidido abandoná-lo, e já começara a levantar acampamento quando os sitiados apareceram orgulhosamente sobre os muros, cobrindo o inimigo de insultos, acusando-o de fraqueza e covardia. Irritado, Gabas retornou ao assédio com redobrado vigor. A indignação dos soldados aumentou sua coragem, e em poucos dias a cidade foi tomada e devastada.

Veios teve igual infelicidade. Não satisfeitos com a guerra que faziam aos romanos, seus soldados os perseguiam com palavras ultrajantes. Chegavam até junto das paliçadas do campo inimigo, proferindo insultos. Tais ofensas irritaram os romanos mais ainda do que os ataques; tendo lutado até então com repugnância, os soldados romanos pediram aos cônsules para dar o sinal de combate; e Veios, como Amida, pagou pelo seu orgulho.

Os generais habilidosos e os governantes esclarecidos devem acima de tudo proibir seus cidadãos e soldados de injuriarem-se mutuamente, ou de injuriar os

inimigos. Se o inimigo é ofendido, disto resultam os inconvenientes que mencionei; se a injúria atingir os cidadãos, poderá provocar males ainda maiores, caso não se lhes dê remédio imediatamente, como os homens prudentes sempre se esforçam por fazer.

As legiões romanas deixadas em Cápua conspiraram contra os habitantes da cidade, na forma que descrevi. E a conspiração levou à sedição, que Valério Corvino veio a dominar. Penas as mais severas foram impostas àqueles que insultassem os soldados por haverem participado da revolta.

Durante a guerra contra Aníbal, Tibério Craco foi designado capitão de um destacamento de escravos que os romanos tinham mobilizado, dada a escassez de combatentes. Entre as primeiras providências que tomou, estava a condenação à pena capital de quem quer que ofendesse um companheiro, chamando-o de ex-escravo. Como se vê, os romanos consideravam perigoso demonstrar desprezo e despertar nos homens a vergonha.

De fato, nada irrita mais, e provoca maior indignação, do que as ofensas, feitas seriamente ou mesmo de modo jocoso: "Nam facetiae asperae, quando nimium ex vero traxere, acrem sui memoriam relinquunt" ("Pois as brincadeiras muito cruas, quando se afastam em demasia da verdade, deixam uma lembrança penosa").

Capítulo Vigésimo Sétimo

Aos príncipes e governos sábios a vitória deve bastar; os que exigem mais, geralmente preparam um desastre.

As palavras injuriosas proferidas contra um inimigo nascem, muitas vezes, ou do orgulho inspirado pela vitória, ou da falsa esperança de vencer. Esta última não só leva os homens a escolher uma linguagem equivocada como também a manifestar um desejo enganado; ela se insinua no seu coração e os dirige para além dos seus objetivos razoáveis, fazendo-os perder a oportunidade de alcançar um bem seguro, na esperança de atingir um mais elevado, porém incerto.

Como este assunto merece séria atenção, e a maior parte dos homens se deixa levar pelo erro, em detrimento do Estado, quero expor de modo circunstanciado tais inconvenientes, com exemplos tirados da história antiga e moderna. Os fatos terão mais autoridade do que o raciocínio.

Depois de derrotar os romanos na batalha de Cannes, Aníbal enviou representantes a Cartago, para anunciar a vitória e pedir recursos. Debateu-se então no Senado o que se deveria fazer. Hanon, cartaginês velho e sábio, aconselhou seus concidadãos a usar com moderação a vitória conquistada, fazendo a paz com os romanos enquanto se podia impor condições vantajosas; a não esperar uma derrota completa de Roma, pois a intenção de Cartago era simplesmente provar aos romanos que tinham bravura suficiente para combatê-los. Como tinham sido vitoriosos na campanha, não deviam trocar o fruto daquela vitória pela esperança de obter um êxito militar ainda maior. Este conselho não foi aceito, mas o Senado de Cartago mais tarde teve a oportunidade de avaliar o seu valor, ao perder a ocasião de aproveitá-lo.

Alexandre, o Grande, era senhor de todo o Oriente. A república de Tiro, construída sobre o mar, como Veneza, e na época célebre e poderosa, enviou embaixadores ao conquistador para dizer-lhe que desejava submeter-se, mas não queria recebê-lo, e ao seu exército, dentro da cidade. Indignado, Alexandre expulsou os representantes de Tiro, e decidiu assediá-la. Mas como aquele país estava cercado

pelas águas, dispondo de víveres a tudo o mais que era necessário para defender-se, ao cabo de quatro meses ainda não se havia rendido.

Alexandre percebeu, então, que Tiro estava exigindo mais tempo para ser dominada do que qualquer outra das suas conquistas; decidiu-se a negociar, concedendo-lhe o que haviam proposto. Mas o povo de Tiro, embriagado de orgulho, recusou-se a ouvir, chegando mesmo a matar o delegado de Alexandre que lhes trazia a proposta. A cólera do conquistador chegou ao auge; empenhou-se no assédio de tal modo que conseguiu penetrar na cidade, devastando-a, e condenando seus habitantes à morte e à escravidão.

Em 1512, um exército espanhol invadiu o território de Florença para restaurar o governo dos Médici e impor um tributo; os próprios florentinos tinham contribuído para atraí-lo, levando-o a crer que, uma vez em Florença, o povo se levantaria em seu favor. Tendo chegado à planície vizinha da cidade, e vendo que ninguém saía ao seu encontro, resolveu negociar, porque os víveres também lhes estavam faltando. Mas o povo florentino recusou orgulhosamente as propostas recebidas; recusa que levou à perda de Prato, e a um desastre para Florença.

Recusar um armistício é o maior erro que pode cometer um príncipe ao ser atacado por um inimigo com forças superiores, sobretudo quando a proposta parte do atacante. As condições oferecidas nunca serão de tal modo drásticas que não incluam alguma vantagem, e que o acordo não possa ser considerado como uma forma de vitória. Aos habitantes de Tiro, por exemplo, deveria ter bastado a concordância de Alexandre com as condições que antes havia recusado; seria já para eles uma vitória importante forçar tal guerreiro, pelas armas, a ajustar-se à sua vontade.

Os florentinos deviam igualmente ter considerado um triunfo obrigar o exército espanhol a respeitar alguns dos seus desejos, deixando de executar uma parte do que pretendiam. Sua intenção era mudar o governo de Florença e, além disto, resgatá-la à influência francesa e conseguir dinheiro. Haver conseguido só estes últimos objetivos podia ser entendido como satisfatório para as duas partes; e o povo não precisava preocupar-se com o resto, desde que se mantivesse o seu governo. Ainda que este esperasse uma vitória completa, era imprudente expor aos caprichos da sorte a própria sobrevivência da república, que o cidadão não deve arriscar, a não ser quando obrigado pela necessidade.

Após ter passado dezesseis anos na Itália, cobrindo-se de glória, Aníbal foi chamado de volta a seu país para socorrê-lo, tendo encontrado Asdrúbal e Sífax vencidos, à Numídia perdida, Cartago reduzida ao pequeno território circunscrito por suas muralhas, sem outro apoio que o esperado dele e do seu exército. Convencido de que representava o último recurso de Cartago, não quis arriscar-se antes de tentar todos os outros meios. Não hesitou, portanto, em pedir a paz, pensando

acertadamente que, se havia alguma esperança de salvação para a pátria, ela estava na paz, e não na guerra. Como a primeira lhe foi negada, lutou, pois lhe restava ainda a esperança de vencer ou morrer com glória.

Se um general bravo e experimentado como Aníbal, comandando todo um exército, procurou fazer a paz antes de combater, porque estava convencido de que a derrota levaria à escravidão da sua pátria, como deve agir um capitão de menos valor e experiência? Contudo, há um erro comum a todos os homens, que é a incapacidade de pôr limites às suas esperanças. Apóiam-se nelas sem medir perfeitamente as possibilidades, e são arrastados para o abismo.

Capítulo Vigésimo Oitavo

Como é perigoso para uma república ou para um príncipe não vingar uma injúria contra o governo, ou contra um particular.

Há um exemplo dramático da resolução que uma cólera justa pode inspirar: foi o que aconteceu quando os romanos enviaram os três Fábios como embaixadores junto aos gauleses que tinham vindo atacar à Toscana, e em especial Chiusi.

Os habitantes daquela cidade haviam implorado o socorro dos romanos, e o Senado enviara representantes aos gauleses para dizer-lhes, em nome da república, que não deviam fazer a guerra aos toscanos. Esses representantes, mais inclinados à ação do que à palavra, encontraram os gauleses já em batalha com os toscanos; assim sendo, juntaram-se a estes últimos para combater o inimigo.

Os gauleses os reconheceram e, indignados, voltaram contra Roma toda a animosidade que tinham para com os toscanos. Sua indignação cresceu mais ainda quando os representantes que enviaram à Roma, tendo-se queixado ao Senado das ofensas recebidas, e pedido que se lhes entregasse os três Fábios como reparação, viram o seu pedido rejeitado, e os culpados nomeados tribunos consulares.

Este tratamento honroso dispensado a quem deveria ser punido levou os gauleses a pensar que os romanos agiam assim por desprezá-los. Inflamados pela cólera, lançaram-se sobre Roma, que chegaram a dominar, com a exceção do Capitólio. Este desastre deve ser atribuído à injustiça cometida: os embaixadores de Roma tinham violado o direito das gentes, e contudo, foram recompensados, quando mereciam uma punição.

É essencial, portanto, que as repúblicas e os soberanos não cometam tais ofensas contra um Estado ou um simples cidadão. Quem é ultrajado profundamente e não recebe a reparação exigida, se vive numa república, procurará satisfazer seu ressentimento com a ruína do país; se vive sob um príncipe, e tem algum orgulho em seu espírito, não sossegará até executar uma vingança espantosa, ainda que isto represente sua própria perdição.

Em apoio ao que disse, não poderia citar exemplo mais belo e convincente do que o de Filipe da Macedônia, pai de Alexandre, o Grande. Havia na sua corte um jovem de família nobre e rara beleza, chamado Pausânias, do qual se enamorou Átalo, um dos mais íntimos favoritos de Felipe, que passou a persegui-lo com propostas; vendo-se rejeitado, decidiu conseguir pela força e astúcia o que queria. Numa grande festa, de que participavam Pausânias e muitos outros nobres, quando todos os convivas estavam tomados pelo vinho, apoderou-se de Pausânias e assaltou-o com o seu infame desejo; e, num refinamento de injúria, submeteu-o ao ultraje de outros convivas. Depois do ocorrido, Pausânias queixava-se todo dia a Felipe; este o deixou entretar durante muito tempo a esperança de vingar-se, mas em vez disto nomeou Átalo governador de uma das províncias da Grécia. Vendo seu desafeto cumulado de honrarias, Pausânias dirigiu sua cólera contra Felipe; um dia, quando o rei celebrava com toda pompa as núpcias da sua filha com Alexandre, rei do Épiro Pausânias o apunhalou em pleno templo, entre os dois Alexandres, seu filho e o genro.

Este episódio tem muita semelhança com o dos romanos, e deve servir de lição aos governantes. Nunca se deve subestimar um homem a ponto de crer que, acrescentando novas injúrias às já recebidas, o ultrajado não pense em vingar-se, qualquer que seja o perigo a que se arrisque, mesmo o de perder a vida.

Capítulo Vigésimo Nono

A sorte cega os homens, quando não quer que escapem aos seus desígnios.

Se refletirmos atentamente sobre a maneira como se passam os acontecimentos neste mundo, veremos que muitos acidentes ocorrem como se os céus não tivessem querido que os evitássemos. Se isto acontecia em Roma, cidade onde reinavam a grandeza d'alma, a religião e a sabedoria, não é de espantar que aconteça também, com maior freqüência ainda, nas cidades e províncias desprovidas de tais virtudes.

Como esta observação demonstra claramente o efeito da providência sobre os acontecimentos humanos. Tito Lívio se demora no assunto, usando palavras vigorosas para nos convencer. Segundo ele, os céus, querendo por algum motivo demonstrar seu poder aos romanos, primeiro cegou os Fábios, enviados aos gauleses, cuja conduta lançou sobre Roma o peso da guerra; quis, em seguida, que nenhuma providência digna fosse tomada pelos romanos para evitar essa guerra (uma das suas primeiras decisões foi exilar Camilo, que poderia ser o único remédio a tantos males, e que foi mandado para Árdea).

Mais tarde, quando os gauleses se aproximaram de Roma, a cidade, que tinha tantas vezes designado ditadores para fazer face à invasão dos volscos e à agressão de outros povos vizinhos, não adotou esta medida. Por outro lado, quando se fez necessário mobilizar soldados, isto se fez sem o vigor e a energia que as circunstâncias exigiam. Agiu-se tão lentamente que só se fez contato com os gauleses nas margens do Ália, que dista duas milhas de Roma. Ali os tribunos instalaram acampamento, negligenciando as precauções mais ordinárias, deixando de examinar o terreno e de se proteger com fossos e paliçadas; e sem usar qualquer dos métodos de defesa recomendados pela sabedoria divina ou humana.

Na ordem de batalha, as linhas romanas não tinham força ou espessura; e nenhum capitão ou soldado teve um gesto digno da disciplina romana. Nem uma gota de sangue foi derramada, pois todo o exército fugiu antes de ser atacado; a maioria dos soldados se exilou em Veios; os outros recuaram até Roma e, sem ousar retornar a suas casas, tomaram refúgio no Capitólio. Em vez de defender a cidade, o

Senado nem sequer cerrou as suas portas; alguns senadores fugiram, outros seguiram para o Capitólio.

Entretanto, para a defesa daquela cidadela foram tomadas certas precauções que refletiam menos a desordem que descendera sobre a cidade. Não se admitiu ali tropas inúteis, e reuniu-se todos os víveres que se pôde recolher, para permitir a resistência ao assédio.

Quanto à multidão de velhos, mulheres e crianças, um grande número procurou refúgio nas cidades vizinhas; o resto permaneceu em Roma, tornando-se presa dos gauleses. Quem tiver lido sobre os importantes feitos dos romanos em outros tempos, e ler a história da invasão gaulesa, não acreditará, de nenhum modo, que se trate do mesmo povo.

Tendo pintado este quadro de desordem, Tito Lívio acrescenta: "Adeo obcoecat animos fortuna, cum vim suam ingruentem refringi non vult" ("A tal ponto a sorte cega os espíritos, quando não quer deter-se no seu curso"). Nada mais verdadeiro do que esta máxima.

Em conseqüência, não devemos louvar em demasia os que foram coroados pela sorte, nem acusar demais os que são feridos pela adversidade. De fato, a maioria dos que chegaram à grandeza, e dos que ficaram pelo caminho, seguiram rota imposta pelo destino, que lhes deu ou retirou a oportunidade de mostrar o seu valor. Quando a sorte escolhe um homem para grandes feitos, se detém comumente num mortal de gênio, que percebe com rapidez as oportunidades que lhe são oferecidas. Do mesmo modo, quando quer espantar o mundo com um grande desastre, confia as rédeas do Estado a insensatos. E se surge alguém capaz de opor obstáculos no seu curso, este é logo vitimado, ou perde de algum modo a faculdade de praticar o menor bem.

Vê-se, evidentemente, no texto citado, que para consolidar o poder romano e elevá-lo ao ponto de grandeza ao qual chegou em seguida, a sorte julgou necessário punir aquela cidade — como mostrarei em pormenor no princípio do próximo livro — mas sem lançá-la inteiramente no abismo. Assim, exila-se Camilo, mas poupa-se a sua vida; Roma é invadida, mas não o Capitólio; os romanos deixam de tomar as providências necessárias para defender sua cidade, mas nada esquecem no que respeita à defesa do Capitólio.

O destino queria que Roma fosse tomada: a maior parte do exército, derrotado nas margens do Ália, refugiou-se em Veios. Foram inúteis todas as medidas que a capital pôde tomar em sua defesa. Contudo, determinando assim o destino de Roma, a sorte já prepara o que poderá resgatá-la do inimigo: leva todo um exército até
Veios, e coloca Camilo em Árdes; de modo que, dirigido por um chefe que não havia sofrido qualquer derrota, e cuja reputação brilhava sem jaça, aquele exército irá reconquistar a pátria.

Poderia ilustrar o que disse com alguns exemplos modernos; mas, como estes me parecem inúteis, pois o que relatei pode responder a todas as objeções, vou deixá-los de lado, contendo-me apenas em reiterar, de acordo com o espetáculo oferecido pela história, que os homens podem perfeitamente acompanhar sua sorte, mas não se podem opor ao destino, que lhes permite urdir uma trama sem romper um só fio.

Por isto não devem desesperar, já que ignoram o seu fim, e a sorte caminha de modo oblíquo e desconhecido. Devem sempre esperar, e nesta esperança não se devem entregar, mesmo nas mais adversas circunstâncias.

Capítulo Trigésimo

As repúblicas e os príncipes verdadeiramente poderosos não adquirem amizades com dinheiro, mas com suas qualidades e a reputação da sua força.

Os romanos estavam cercados no Capitólio e, embora esperassem que Camilo viesse de Veios em seu socorro, foram constrangidos pela fome a entrar em negociação com os gauleses, propondo ceder-lhes uma certa quantidade de ouro. Já se ocupavam em pesar este ouro quando surgiu Camilo com suas tropas. Segundo Tito Lívio, foi a intervenção da sorte, "que não queria que os romanos vivessem, por terem sido resgatados em troca de ouro": "Ut romani auro redempti non viverent".

O acontecimento, já extraordinário naquela ocasião, adquiriu maior importância ainda porque passou a servir de norma de conduta para a república, que nunca efetuou uma só conquista com base no ouro, como nunca fez a paz senão com apoio das suas armas. Penso que nenhum outro Estado seguiu esta norma.

Entre os sinais que permitem avaliar a potência de um Estado, basta ver o modo como este se entende com os vizinhos. Quando estes se tornam tributários para poder adquirir sua amizade, temos um sinal irrecusável do poder; mas não pode haver indício maior de fraqueza do que quando esses vizinhos, embora mais fracos, cobram-lhe tributos.

Se lermos todas as histórias de Roma, veremos que Marselha, Éduo, Rodes, Híeron de Siracusa, os reis Eumenio e Massinissa, que se encontravam nos limites do império romano, empenhavam-se em servir Roma com seus tesouros, implorando uma só recompensa: sua defesa.

Mas em todos os Estados fracos, ocorreu o contrário, começando por Florença. Desde os tempos mais recuados até a época do seu maior esplendor, nunca deixou de haver um pequeno senhor na Romanha ao qual não se pagou alguma pensão; pagava tributo, além disto, a Perugia, Castelo, e a todos os outros vizinhos. Mas se Florença tivesse armas e coragem, a situação seria bem diferente; todos lhe teriam

dado seus tesouros em troca de proteção — em lugar de vender-lhe sua amizade, procurariam comprar a de Florença.

Não só aos florentinos se pode acusar desta fraqueza, mas também aos venezianos e ao rei da França, que, a despeito da força do seu país, é tributário dos suíços e da Inglaterra. Tudo isso se deve ao fato de que esse monarca, e os outros Estados que indiquei, desarmaram seus súditos e preferiram arruiná-los (fugindo a um perigo mais imaginário do que real), em vez de seguir a conduta apropriada para consolidar seu poder, assegurando-lhes felicidade eterna no futuro. Se esta ordem aparente produz alguns momentos de calmaria, por outro lado, nos tempos de calamidade, só provoca desastres e ruína irreparáveis.

Seria muito demorado contar quantas vezes os florentinos, venezianos e franceses compraram a paz com ouro; quantas vezes desceram à ignomínia que os romanos uma só vez estiveram a ponto de cometer. Não teria fim citar todas as cidades que os venezianos e florentinos compraram: uma política desordenada, que só vem provar que não se pode defender com o ferro o que se comprou com o ouro.

Enquanto os romanos foram livres, demonstraram generosidade na sua conduta; mas, quando viveram sob o jugo de imperadores, e estes imperadores se comportaram como maus príncipes, preferindo a sombra ao sol, Roma começou também a manipular o ouro — como os partas, os germanos, e outros povos vizinhos. Assim começou a decadência deste império poderoso. Muitos inconvenientes nasceram quando o seu povo foi desarmado, fato que tem por resultado um mal bem mais grave: quanto mais o inimigo se aproxima, mais fracos nos encontra. O príncipe que se conduz mal trata mal os seus súditos; não lhe é fácil, portanto, encontrar homens dispostos a repelir um ataque inimigo. Isto o leva a manter sob soldo os príncipes e povos vizinhos. Assim, os Estados desse tipo são capazes de oferecer alguma resistência nas fronteiras, mas, uma vez esta ultrapassada, não têm outros recursos.

É claro que tal conduta contraria a política sã. É preciso preservar o coração e as fontes da vida, não as extremidades do corpo, sem as quais ainda se pode viver; mas, quando o coração é atacado, a morte é inevitável. Sem embargo, esses Estados deixam o coração a descoberto, e só armam os pés e as mãos.

Sempre se viu, e vê-se ainda, a cada dia, os males que causou a Florença esta conduta equivocada. Se um exército atacante ultrapassar sua fronteira, penetrará sem obstáculos até o coração da república, e nada se poderá fazer para impedi-lo.

Há alguns anos, os venezianos nos deram outra demonstração do que afirmo; se o mar não os tivesse protegido, sua cidade não existiria mais. Já os franceses tiveram menos vezes esta triste experiência, pois o seu reino é tão vasto que poucos inimigos são maiores. Contudo, quando os ingleses atacaram a França, em 1513, causaram um terror generalizado: todos estavam certos, a começar pelo rei, que uma só derrota poderia destruir aquele reino.

Quanto aos romanos, era justamente o contrário: quanto mais o inimigo se aproximava, mais a cidade se dispunha a resistir. A guerra feita por Aníbal na Itália nos dá um exemplo dramático. Apesar de três grandes derrotas, e da morte de muitos generais e soldados, os romanos não só resistiram aos inimigos mas ainda terminaram a guerra em vantagem. Isto, porque defendiam o coração do Estado, dando pouca importância às suas extremidades.

O Estado romano se apoiava, de fato, na população de Roma, no Lácio e nas outras regiões da Itália com que tinha aliança — e também nas colônias. Essas eram as fontes das tropas de que necessitavam para combater e subjugar o mundo inteiro, como prova a pergunta feita pelo cartaginês Hanon aos enviados de Aníbal, depois da batalha de Cannes, em resposta à descrição pomposa das vitórias do exército de Cartago: "Os romanos enviaram alguma delegação, pedindo a paz? Os povos do Lácio, ou de alguma das colônias, se revoltaram?" Como a resposta fosse nagativa, Hanon comentou: "A guerra, neste caso, está no ponto de partida".

Pelo diálogo reproduzido, e pelo que disse antes com insistência, vê-se a enorme diferença existente entre o comportamento das repúblicas dos nossos dias e as da antiguidade. A este comportamento se deve atribuir os reveses e os sucessos miraculosos que acontecem diariamente sob os nossos olhos; quando os homens são fracos e covardes, a sorte manifesta toda a sua potência; e, como ela é inconstante, repúblicas e reinos se transformam em joguetes das revoluções, até que surja alguém, respeitador das antigas instituições, que as revigora, impedindo assim que se sinta plenamente, a cada dia, o quanto pode a sorte.

Capítulo Trigésimo Primeiro

Como é perigoso confiar nos banidos.

Entre os assuntos destes comentários, não será fora de propósito incluir os perigos que ocorre quem confia nos banidos; de fato, a todo momento surgem circunstâncias que levam os governantes a se ocupar de assuntos do gênero. Citarei um exemplo memorável, que Tito Lívio relata, embora esteja fora do escopo do seu livro.

Quando Alexandre, o Grande, passou com seu exército pela Ásia, Alexandre, rei do Épiro, seu tio e cunhado, veio à Itália, chamado pelos exilados da Lucânia, que tinham dado a entender que o ajudariam a se apoderar daquela província. Seduzido por tal promessa, e pela esperança despertada, o monarca veio à Itália. Foi, porém, assassinado pelos que tinham prometido ajudá-lo, que pensavam com isto retornar à pátria.

É suficiente este episódio para mostrar como são vãs as promessas dos banidos. Basta que pensem poder retornar a seu país por outros meios para que abandonem quaisquer promessas que tenham feito. Assim são os compromissos que assumem, e tal a esperança e o desejo que os consomem de regressar à cidade natal: são levados a ver como reais a maior parte das coisas que imaginam, sem falar naquelas outras que preferem apresentar com artifícios. Deste modo, entre aquilo em que acreditam, e o que nos querem fazer crer, embriagam-nos de falsas esperanças, levando-nos a despesas vãs, ou a precipitar-nos em empresas que só têm por fim nossa ruína.

Bastaria como demonstração o caso de Alexandre, mas acrescentarei o exemplo de Temístocles, que, após ter sido declarado rebelde na sua pátria, foi procurar na Ásia um refúgio junto a Dario, a quem soube enganar com promessas tão esplêndidas que o monarca se decidiu a atacar à Grécia. Não podendo manter o que tinha prometido, Temístocles se matou, movido pela vergonha, ou pelo medo do castigo. Ora, se um homem com o gênio de Temístocles incorreu em semelhante engano, deve-se pensar que outros cometerão erros ainda mais graves; sem o seu gênio e o seu valor, darão mais ouvido aos próprios desejos e paixões.

Por conseguinte, o príncipe não se deve precipitar em qualquer empreendimento com base apenas nos relatos de um exilado, pois quase sempre isto lhe trará vergonha e dificuldades.

Como é raro que se possa conquistar terras roubando-as simplesmente, ou com o apoio de espiões, não será fora de propósito que discorra sobre o assunto no capítulo seguinte, mostrando os modos como os romanos as ocupavam.

Capítulo Trigésimo Segundo

Os diversos modos como os romanos ocupavam as terras.

Como os romanos estavam sempre voltados para a guerra, a fizeram com vantagem, no que se refere às despesas e a todas as demais providências. Por isto sempre evitaram apoderar-se de uma cidade pelo assédio regular, operação que consideravam de tal forma incômoda e dispendiosa que as vantagens alcançadas nunca compensavam os esforços exigidos. Pensavam que era melhor empregar outros meios para subjugar uma cidade; assim, a longa sucessão das suas guerras contém poucos exemplos de assédios.

O modo como se apoderavam de uma cidade era o assalto, ou a sua rendição. No assalto, dominavam o inimigo pela força temperada pela astúcia. O emprego da força pura consistia em tomar a cidade com um só ataque, sem abater suas muralhas — o que chamavam de "aggredi urbem corona", porque o exército a cercava, atacando-a de todos os lados.

Em muitos casos conseguiam, pelo ataque súbito, tornar-se senhores de uma cidade, por maior que fosse — como Cipião se apoderou de Cartagena, na Espanha. Quando um assalto não era suficiente, procuravam derrubar as muralhas, com máquinas de guerra, ou então cavavam galerias, para introduzir-se no lugar; foi assim que tomaram Veios. Para elevar-se ao mesmo nível dos que defendiam as muralhas, construíam torres de madeira, ou montes de terra apoiados nos muros externos da cidade.

De todos esses procedimentos, o mais perigoso para os assaltados era o ataque simultâneo de todos os pontos, o qual obrigava à defesa de todos os lugares ameaçados. Ou os soldados eram insuficientes para resisitr a assalto tão extenso, ou, se eram bastantes, acontecia que nem todos combatiam com igual coragem. Por pouco que cedessem, em certos pontos, à violência do ataque, eram derrotados logo.

Este método, como já disse, teve o maior êxito. Mas quando não decidia a batalha na primeira tentativa, não era renovado, devido ao grande perigo a que se expunham os soldados. Dispersos pelo terreno, o exército só podia oferecer uma débil

defesa quando os assaltados tentavam reagir; nesse caso, os assaltantes se desorganizavam, sendo duramente atingidos. Por isto só empregavam o processo uma vez, quando o inimigo não esperava o ataque.

Se os muros eram derrubados, os sitiados levantavam novos bastiões contra os assaltantes. Contra as galerias, cavava-se outra galeria, para opor aos inimigos ou a força das armas ou outros meios — como, por exemplo, barris cheios de penas em chamas, que pela fumaça e o mau cheiro impediam a penetração dos inimigos. Quanto às torres, os sitiados procuraram derrubá-las, incendiando-as. E os montes de terra eram evitados com escavações feitas do lado interno, retirando, para dentro das muralhas, a terra trazida pelo inimigo, de modo a evitar que o monte se elevasse.

Estes meios de tomar uma cidade à força não podiam perdurar por muito tempo; era preciso, assim, levantar acampamento e buscar outros modos de terminar a guerra (agindo como Cipião, que, ao chegar à África, e tendo atacado a cidade de Utica sem poder conquistá-la, levantou o sítio, procurando engajar em combate o exército cartaginês) ou tentar o assédio regular, como fizeram os romanos em Veios, Cápua, Cartago, Jerusalém e em outras cidades.

Com respeito às cidades tomadas por meio de um estratagema combinado com a força — como, por exemplo, Palépolis, onde os romanos entraram graças aos espiões que lá mantinham —, vemos que é raro que este tipo de conquista seja bem sucedido, embora Roma e outros Estados o tenham muitas vezes tentado. O motivo é que o menor obstáculo impossibilita o êxito do empreendimento — e os obstáculos nascem a cada momento. A conspiração pode ser descoberta a tempo (e não é difícil descobri-la, pela traição dos que dela participam e pela dificuldade de urdir a sua trama, pois é preciso comunicar-se com a cidade inimiga, e promover encontros, usando pretextos plausíveis).

E quando a conjura não é logo descoberta, surgem mil obstáculos à sua execução: se se avançar o momento do ataque ou se houver algum atraso, tudo estará perdido; o mesmo se houver um ruído imprevisto, como o dos gansos do Capitólio. O erro mais ligeiro, a falha menos importante, são suficientes para dar mal fim à tentativa.

É preciso não esquecer o efeito das trevas noturnas, que aumentam o medo dos que se empenham nessas empresas perigosas. A maior parte dos conspiradores não conhecem a natureza do terreno ou a posição exata dos lugares aonde vão; por isto se perturbam e se deixam abater pelo acidente mais ligeiro. A menor aparência de dificuldade basta para pô-los em fuga.

De todos os que se dedicaram a estas expedições noturnas, nas quais a astúcia se une à audácia, nenhum teve melhor sorte do que Arato de Sicione: era muito ha-

bilidoso em tais operações, e um covarde nas que se realizavam abertamente, à luz do dia. Isto se deve ao instinto secreto que têm certas pessoas, e não à facilidade que tais operações possam apresentar. Sabe-se, também, que, de um grande número de tentativas deste tipo, bem poucas chegam à execução, e o número das que têm êxito é menor ainda.

Quanto ao modo de tomar as cidades pela rendição, note-se que esta pode ser voluntária ou provocada pela força. Algumas cidades capitulam voluntariamente, outras por necessidade — como foi o caso de Cápua; outras ainda, porque esperam conseguir com isto um bom governo, impressionadas com a qualidade das leis sob as quais vivem os que se apóiam voluntariamente no país invasor — como aconteceu com Rodes, Marselha e outras cidades que se entregaram à Roma.

Já as capitulações provocadas pela força ou resultam de um longo assédio, como disse anteriormente, ou do incômodo produzido pelas incursões e depredações contínuas. De todos os meios que mencionamos, os romanos se serviram deste último com maior freqüência. Roma passou mais de quatrocentos e cinqüenta anos a cansar seus vizinhos com ataques e pilhagens, obtendo, ao mesmo tempo, por meio de tratados, uma posição melhor do que a deles, como já tive ocasião de explicar. E, embora tenha tentado outros meios para conquistá-los, foi neste que mais se apoiaram, todo o tempo; os outros só lhes proporcionaram perigos.

Com efeito, um assédio longo é lento e dispendioso; os assaltos são perigosos; e as conspirações têm resultado muito incerto. Os romanos perceberam que a derrota de um exército inimigo os fazia donos, em um só dia, de todo um império, enquanto que um sítio demandava vários anos para vencer uma cidade que se defendesse com obstinação.

Capítulo Trigésimo Terceiro

Os romanos davam carta branca aos comandantes dos seus exércitos.

Para ler com aproveitamento a história de Tito Lívio, é preciso estudar com atenção as diferentes maneiras como se conduziam o povo e o Senado de Roma; em especial, a autoridade delegada aos cônsules, aos ditadores e outros comandantes militares, enviados fora do território da república.

Na verdade, dava-se a eles o poder mais amplo. O Senado só se reservava o direito de fazer a guerra e de sancionar a paz; tudo o mais recaía sobre a vontade e a autoridade do cônsul. Quando o Senado e o povo declaravam uma guerra contra os latinos (por exemplo), confiavam a sua condução ao cônsul, sem restrições; ele era senhor de entrar ou não em combate, de atacar esta ou aquela cidade, conforme julgasse conveniente.

Muitos exemplos ilustram esta afirmativa, mas há um, em especial, que se remonta às guerras contra os toscanos. O cônsul Fábio acabava de vencer os inimigos perto de Sutri: pretendendo atravessar a floresta Cimina com todo o seu exército, para penetrar na Toscana, em vez de procurar aconselhar-se com o Senado, nem mesmo o informou do projeto, embora estivesse estendendo a guerra a um país desconhecido e cheio de obstáculos. A decisão tomada pelo Senado de impedir a expedição vem de encontro ao que afirmei antes. Tinha sido recebida em Roma notícia da vitória de Fábio; temendo que o cônsul tentasse penetrar na Toscana, e considerando que não seria oportuno encetar uma nova guerra, o Senado enviou a Fábio dois representantes, para intimá-lo a não invadir à Toscana. Mas os delegados do Senado chegaram tarde ao seu destino: os inimigos tinham sido outra vez derrotados, de modo que só lhes restou regressar à Roma para anunciar a nova e gloriosa conquista de Fábio.

Se considerarmos com atenção esta política, veremos que ela é profundamente sábia. De fato, se fosse necessário para os cônsules dirigir as operações militares, a cada dia, de acordo com as ordens do Senado, isto os levaria à negligência e à lenti-

dão, pois teriam que dividir a glória do êxito. O Senado, por sua vez, se exporia a dar instruções sem conhecer perfeitamente as circunstâncias do caso; e, embora os senadores fossem homens habituados à guerra, como não se encontravam no teatro das operações, ignoravam forçosamente muitas particularidades que seria necessário conhecer para poder dar conselhos adequados. Cometeriam, assim, numerosos erros.

Por isto se considerava que os cônsules deviam orientar-se por si mesmos, recebendo sozinhos toda a glória da campanha. Pensava-se que a perspectiva de tal glória seria freio suficiente para que se comportassem de modo apropriado.

Observo esta conduta dos romanos com grande atenção, por que vejo que as repúblicas dos nossos dias, como Veneza e Florença, parecem adotar um procedimento bem diferente. Se os seus generais, comissários e outros chefes querem montar uma simples bateria, é preciso que o governo disto tenha conhecimento, e dê a autorização competente. Este método pertence à mesma categoria de tantos outros seguidos por essas repúblicas, os quais, em conjunto, as levaram à difícil situação na qual as vemos atualmente.

LIVRO TERCEIRO

Capítulo Primeiro

Para que uma religião ou um Estado tenha longa existência, é necessário que se renove muitas vezes.

Neste mundo todas as coisas têm fim: esta é uma verdade perene. Mas só se mantêm no curso que lhes deu a providência as coias que guardam regularidade, sem sofrer alterações ou sofrendo-as para o bem, e não para o mal.

Como falo aqui de entidades complexas, como as repúblicas e as religiões, vale esclarecer que só são salutares as alterações que as fazem renovar-se, retornando ao seu princípio. As entidades melhor constituídas, cuja existência perdura mais longamente, são aquelas cujas instituições lhes permitem renovar-se com maior freqüência, ou as que, por algum feliz acidente, passam por tal renovação.

É evidente que, quando tais entidades não se podem renovar, perecem. O caminho a seguir para a renovação é, como já disse, o de reconduzi-las ao seu princípio. De fato, há no princípio das religiões, das repúblicas e das monarquias, uma certa virtude que lhes permite reaver seu impulso original. E como o curso do tempo altera necessariamente aquela virtude, todos os seres sucumbem se algo não lhes faz voltar ao seu princípio. Por isto os médicos dizem, falando sobre o corpo humano: "Quod quotidie aggregatur aliquid, quod quandoque indiget curatione" ("Aquilo que cresce pela agregação diária de alguma coisa precisa de tempos em tempos de uma cura").

O retorno do Estado ao seu princípio ocorre ou por acidente externo ou por sabedoria intrínsica. O primeiro caso, por exemplo, é o de Roma, a qual precisou cair em mãos dos gauleses para retomar sua existência: para que, através do seu renascimento, reconquistasse nova vida e vigor, voltando a observar os preceitos da religião e da justiça, que começavam a perder sua pureza. É o que Tito Lívio expõe admiravelmente na sua história, onde demonstra que, quando o exército romano foi ao encontro dos gauleses, e quando se precedeu à eleição dos tribunos consulares, deixou-se de observar as cerimônias religiosas adequadas. Foi assim que, em vez de punir os três Fábios, que tinham entrado em combate com os gauleses, contra a norma do direito das gentes, os romanos os nomearam tribunos. De onde se vê que

as outras sábias instituições criadas por Rômulo, e pela prudência dos seus sucessores, eram já menos respeitadas do que era preciso para conservar um governo livre.

Esse desastre foi, portanto, necessário para revigorar as instituições que davam força ao Estado, e para fazer sentir ao povo que era indispensável manter a religião e a justiça, e cercar de estima os cidadãos virtuosos, dando mais importância às virtudes do que às enganosas vantagens que pode ter sua omissão.

Foi o que de fato aconteceu. Logo que Roma foi retomada aos invasores, apressou-se a restabelecer todas as instituições do antigo culto; puniu-se os Fábios, que tinham infringido o direito das gentes, e levou-se tão longe o reconhecimento das virtudes e magnanimidade de Camilo que o Senado e o povo, abandonando qualquer sentimento de inveja, colocaram em suas mãos o governo da república.

É, portanto, necessário, em qualquer tipo de governo, que os homens sejam obrigados muitas vezes a se voltar para si mesmos, pela força de acontecimentos externos ou internos. Neste último caso, a reforma desejada terá raízes ou em uma lei que obrigue os cidadãos a prestar contas da sua conduta, ou em uma personalidade virtuosa que instrua com o seu exemplo, e cujo comportamento nobre tenha a mesma influência que as leis. A ordem de uma república depende, conseqüentemente, ou da sabedoria de um só homem, ou do poder de uma instituição. Nesse caso, as instituições que renovaram a república romana foram os tribunos do povo, os censores, e todas as leis promulgadas contra a ambição e o orgulho dos cidadãos.

Essas reformas precisam ser fortalecidas pela vida virtuosa de alguém que concorra corajosamente para a sua execução, não obstante o poder dos que agem fora do âmbito das leis. Entre os casos mais notáveis de castigos deste tipo, que a história de Roma nos oferece, note-se, antes da época em que a cidade foi tomada pelos gauleses, o suplício dos filhos de Brutus, a morte dos decênviros e a de Spúrio Moélio. Depois daquela época, o suplício de Mânlio Capitolino, a condenação do filho de Mânlio Torquato, o castigo imposto a Fábio, general de cavalaria, pelo cônsul Papírio Cursor; e, finalmente, a denúncia tentada contra os Cipiões.

Esses exemplos, notáveis pela severidade, lembravam aos cidadãos suas instituições primitivas. À medida que se tornavam mais raros, a corrupção alargava o seu campo. Não é bom que passem mais de dez anos entre julgamentos dessa natureza, pois além deste prazo os homens mudam de atitude e começam a se colocar em posição superior à das leis; se não ocorrer um novo episódio que faça despertar o temor do castigo, e que restabeleça em todos o medo da lei, os culpados logo se multiplicarão, a ponto de não poderem mais ser punidos sem sério perigo.

Os que governaram a república de Veneza entre 1434 e 1494 diziam, a esse propósito, ser necessário refazer o governo a cada cinco anos, se se quisesse mantê-lo. "Refazer o governo", para eles, era fazer renascer no espírito dos cidadãos o medo ao castigo e o respeito pelas instituições, com a eliminação dos que tinham agido mal; de fato, quando a lembrança desses castigos se apaga, os homens passam a usar novas impropriedades, e se estendem em reclamações. É necessário, portanto, prevenir este mal fazendo com que o Estado retorne ao seu princípio.

É esse um retorno que nasce das virtudes mais simples do homem, sem que nenhuma lei o torne obrigatório. A influência e o exemplo das virtudes têm tanta força que os homens bons querem imitá-las, e mesmo os maus têm vergonha de levar uma vida oposta a tal modelo.

Em Roma contribuíram de modo especial com seu exemplo, neste particular, Horácio Cocles, Scevola, Fabrício, os dois Décios, Régulo Atílio e outros, cuja conduta virtuosa foi quase tão importante quanto as leis e as antigas instituições. Os castigos que relatamos, com o exemplo dado por simples cidadãos, se reproduziam em Roma pelo menos a cada dez anos, com o resultado de assegurar a pureza dos costumes. Contudo, à medida que esses exemplos se tornavam mais raros, a corrupção se estendia. Marco Régulo é o último modelo que se oferece à nossa admiração. Embora Roma tenha visto nascer em seu seio, depois dele, os dois Catões, foi grande o intervalo entre estes e Régulo, e entre um Catão e o outro. Assim, os três casos apareceram isoladamente no meio de uma tal corrupção que o exemplo das suas virtudes se perdeu para os demais cidadãos. O último Catão sobretudo, encontrou a República de tal modo corrompida que não pôde, com seu exemplo, contribuir para o aperfeiçoamento dos concidadãos. Mas já falei bastante a respeito das repúblicas.

Essas reformas não são menos necessárias às religiões, como o exemplo dado pela nossa demonstra de modo convincente.

Se São Francisco e São Domênico não tivessem relembrado o espírito com que foi fundada, estaria hoje inteiramente extinta. Retornando à pobreza, e revigorando o exemplo de Cristo, despertaram o espírito cristão dos homens, salvando-o quando já expirava. E as novas regras que instituíram mereceram tal crédito que a corrupção dos prelados e dos chefes religiosos não conseguiu arruiná-la.

Pela pobreza da sua vida e pela influência exercida sobre o povo, com as suas confissões e predicação, os dois puderam persuadi-lo de que é um pecado maldizer, mesmo o que é mau, e um mérito aos olhos de Deus viver em obediência aos seus chefes; puderam convencê-lo de que se deve deixar a Deus a punição pelas faltas que se cometam. Por isto os prelados se entregam o mais que podem a suas inclinações criminosas, porque não temem um castigo que não os atinge de modo visível e no qual não acreditam. Foi esta reforma que regenerou a religião.

As monarquias têm igualmente necessidade de se renovar, e de reconduzir suas leis ao espírito que presidiu a sua instituição. É sobretudo no reino da França que se

pode perceber o efeito salutar desta conduta, já que o seu governo, mais do que qualquer outro, èstá sujeito ao império das leis e das instituições. São os parlamentos, e sobretudo o de Paris, que conservam e controlam o Estado. A constituição do Estado é revigorada toda vez que há uma sentença contra um dos príncipes do reino, ou um julgamento contra o próprio rei.

Se a França se pôde manter assim até os nossos dias, isto se deve ao fato de se haver oposto constantemente e com coragem às pretensões da nobreza. Se essas pretensões fossem deixadas sem resposta, e se crescessem, disto resultaria, necessariamente, um abuso impossível de corrigir sem grande desordem, e sem a queda do reino.

Deve-se concluir do que acabo de expor que, em qualquer ordem social, seja uma religião, um reino ou uma república, nada é mais necessário do que se assegurar a prosperidade natural que tem no seu princípio, fazendo-o de forma tal que ela se mantenha, graças à excelência das leis e ao exemplo de cidadãos virtuosos, e não à influência de forças estrangeiras.

Embora este último meio possa ter excelentes resultados, como o demonstra o exemplo de Roma, é de tal modo perigoso que se deve temê-lo, em vez de querer usá-lo.

O propósito dos capítulos seguintes será demonstrar como o exemplo de simples cidadãos contribuiu para a grandeza romana, exercendo considerável influência sobre aquela república. Este será, seguramente, o tema deste terceiro e último livro de reflexões sobre os primeiros dez livros da história de Tito Lívio. E embora os feitos dos reis mereçam ser celebrados, como os historiadores os relatam minuciosamente, vou passá-los em silêncio (com a exceção de alguns fatos em particular relativos às suas pessoas).

Começarei falando sobre Brutus, que foi em Roma o pai da liberdade.

Capítulo Segundo

Como é coisa muito sábia simular a loucura durante um certo tempo.

Nenhuma ação de importância valeu tanto a seu autor a reputação de homem sábio e prudente quanto a Brutus a simulação da loucura. Embora Tito Lívio não nos dê outro motivo para esta conduta além do desejo de viver em segurança, conservando a herança recebida, se examinarmos a maneira de agir de Brutus seremos levados a crer que sua dissimulação tinha por objetivo escapar ao controle dos governantes e utilizar mais prontamente a oportunidade de atacar os tiranos e libertar sua pátria.

Ficará convencido de que tal era sua intenção quem considerar, antes de mais nada, o modo como interpretou o oráculo de Apolo, fingindo cair para beijar a terra na esperança de que este gesto inclinaria os deuses em favor do seu objetivo. Vê-se Brutus, em seguida, perto do cadáver de Lucrécia, cercado do pai, do marido e de todos os parentes daquela infeliz, retirar o punhal da ferida e propor a todos que ali se encontravam um juramento: não permitir jamais que Roma voltasse a ter reis.

O exemplo deste homem deve ensinar a todos os descontentes com algum príncipe que antes de agir será melhor pesar por muito tempo suas forças; se elas forem suficientes para declarar guerra aberta ao inimigo, que a decisão do ataque seja tomada: é a menos perigosa e a mais honrada. Mas se não forem suficientes para um ataque aberto, que se faça todos os esforços para conquistar a amizade do soberano, sem esquecer nenhum dos meios necessários para este fim: que se partilhe do que dá prazer e se deleite com as mesmas volúpias. Esta intimidade terá, antes de mais nada, o efeito de assegurar nossa tranqüilidade; acompanhando a boa sorte do príncipe, teremos, a cada momento, uma oportunidade para levar a cabo o que desejamos.

Há quem comente que não se deve estar tão perto do príncipe que a sua ruína nos atinja, nem tão afastado que não se possa aproveitar essa mesma ruína para elevar-nos. Não há dúvida de que o meio termo seria o caminho mais prudente, se fosse possível segui-lo sem desvio. Mas, como penso que isso é impossível, torna-se

necessário escolher uma das outras alternativas — afastar-se do soberano ou manter-se ao seu lado.

Quem não agir assim, e for notado por suas qualidades, viverá sob alarme constante. Porque não basta dizer: "Não tenho nenhuma ambição; não desejo honrarias ou riquezas; busco apenas uma vida tranqüila, sem intrigas". De fato, palavras como estas não serão aceitas como desculpa. Os homens são escravos da sua situação e não podem escolher o modo como vivem; mesmo que tal escolha fosse sincera, sem qualquer toque de ambição, não seria criada. Pode-se preferir viver na tranqüilidade, mas todos se esforçarão por perturbá-la.

Convém, portanto, às vezes, imitar um louco, como fez Brutus. E não é a mesma coisa aprovar, fazer e assistir ao que contraria nossas idéias, somente para agradar o soberano?

Como mencionei a prudência demonstrada por Brutus para restituir a liberdade à sua pátria, vou falar agora sobre a severidade com que a manteve.

Capítulo Terceiro

Como é necessário imolar os filhos de Brutus para consolidar a liberdade recém-conquistada.

A severidade demonstrada por Brutus ao consolidar em Roma a liberdade que tinha conquistado foi tão útil quanto necessária. Há poucos exemplos de um pai que tenha presidido o julgamento dos filhos, condenando-os à morte e assistindo à sua execução.

Os que estudaram com cuidado a história da antiguidade, estarão convencidos de uma coisa: quando há uma revolução (a transformação de uma república em tirania, ou de uma tirania em república), faz-se necessário algum exemplo que atemorize os inimigos das novas instituições. Quem se apodera da tirania e deixa Brutus vivo é logo derrubado, como também o é quem funda um Estado livre e não imola os filhos de Brutus.

Como já tratei deste assunto, limitar-me-ei a referir o que disse anteriormente, e citarei um só exemplo contemporâneo, que é dos mais notáveis da nossa história: o de Pedro Soderini, que se considerava superior, pela paciência e bondade, ao ímpeto com que os filhos de Brutus queriam reconquistar o poder; mas cometeu um engano. Embora a ambição e a conduta dos adversários lhe dessem todos os dias um pretexto plausível para que se desfizesse deles, e a prudência apontasse esta necessidade, nunca chegou a tal extremo. Estava convencido de que poderia, com paciência e suavidade, eliminar os germes do ódio, cumulando os inimigos de vantagens. Além disto, acreditava (como muitas vezes confidenciou a amigos) que, para estabelecer com solidez as instituições, e fazer frente aos desafetos, precisaria adquirir poderes extraordinários, com a promulgação de leis que prejudicariam a igualdade política. Ora, ainda que Pedro não usasse seus poderes de modo tirânico, assustaria de tal forma os cidadãos que estes jamais aceitariam, depois da sua morte, o estabelecimento de um "gonfaloniere" vitalício, cargo este que ele desejava fortalecer.

Este escrúpulo era bom e prudente; contudo, nunca se deve deixar o mal seguir seu curso, a pretexto de respeitar o bem, quando este último pode ser facilmente esmagado pelo mal.

Soderini devia ter pensado que sua obra e intenções seriam julgadas pelo êxito; se fosse favorecido pela sorte, todos atestariam que o que fizera se destinava à salvação da pátria, e poderia arranjar as coisas de modo que o seu sucessor não fizesse mal proveito das instituições estabelecias para a salvação da pátria. Mas a primeira opinião ouvida o cegou; não quis ver que a malvadez dos homens não é vencida pelo tempo nem se atenua com os benefícios recebidos; de modo que, por não ter sabido imitar Brutus, perdeu o mesmo tempo a pátria, o poder e a reputação.

Contudo, se bem seja difícil salvar um Estado livre, não é menos difícil zelar pela integridade de uma monarquia, como demonstrarei no capítulo seguinte.

Capítulo Quarto

O Príncipe não terá segurança enquanto viverem os que foram despojados do Poder.

A morte de Tarquínio Prisco, pelos filhos de Anco, e a de Sérvio Tulo, por Tarquínio Soberbo, mostram como é difícil e perigoso tirar alguém do poder e deixá-lo vivo, ainda que se lhe outorgue um tratamento especial.

Tarquínio Prisco foi enganado, quando disseram-lhe que tinha direito ao poder; na verdade, o governo lhe foi dado pelo povo, e confirmado pelo Senado. E que não se pense que os filhos de Anco estavam a tal ponto dominados pelo desprezo que não se puderam contentar com aquilo que contentava todos os romanos. Quanto a Sérvio Tulo, este se equivocou acreditando poder conquistar os filhos de Tarquínio com novos benefícios.

A história do primeiro sugere uma advertência aos príncipes: que não se considerem seguros do seu Estado enquanto viverem aqueles que foram despojados do poder. O exemplo do segundo deve também ser mostrado a todos os poderosos, para que aprendam que as velhas injúrias não são curadas por benefícios novos; e menos ainda quando esses benefícios são menores do que a injúria recebida.

Não há dúvida de que Sérvio Tulo foi pouco prudente ao acreditar que os filhos de Tarquínio se contentassem com ser genros do rei. A vontade de reinar é tão intensa que penetra não só no peito dos que têm direito à coroa, mas também nos demais. Assim ocorreu com a mulher do jovem Tarquínio, a qual, tomada por essa febre, agiu sem qualquer amor filial, forçando o marido a tirar a vida e o trono do pai — pois queria ser rainha, e não apenas filha do rei.

Se Tarquínio Prisco e Sérvio Tulo perderam o reino por não se saberem defender daqueles de quem o tinham usurpado, Tarquínio Soberbo perdeu-o por não observar as normas seguidas pelos antigos monarcas, como mostrarei no capítulo seguinte.

Capítulo Quinto

O que faz com que o herdeiro de uma coroa perca o seu reino.

Morto Sérvio Tulo por Tarquínio Soberbo, e como aquele não tivesse deixado herdeiros, o reino passava seguramente às mãos do segundo, que não precisava temer o que atemorizara seus antecessores. E, embora aquele modo de conquistar o poder fosse extraordinário e odioso, Tarquínio não teria sido atacado pelo Senado e pelo povo se tivesse observado as normas seguidas pelos antigos monarcas.

De fato, Tarquínio não foi expulso do poder porque seu filho, Sexto, violentara Lucrécia, mas por haver desrespeitado as leis do país, governando-o como tirano, retirando a autoridade do Senado para dá-la a si próprio: o que se decidia nos lugares públicos, com anuência do Senado, passou a ser decidido no seu palácio, sob sua responsabilidade, com agastamento geral; em breve desapareceu de Roma toda a liberdade que havia existido sob os outros reis.

E não bastou Tarquínio ganhar a inimizade dos senadores; incitou também a ira da plebe, cansando-a com obrigações repetidas mecanicamente, inteiramente diversas das que tinham sido impostas pelos seus antecessores. Com tantos exemplos de orgulho e crueldade, o espírito dos romanos se inclinava à rebelião, que se manifestaria na primeira oportunidade: não tivesse acontecido o episódio de Lucrécia, algum outro teria tido o mesmo efeito. Se Tarquínio se houvesse comportado como os outros reis, Brutus e Colatino teriam apelado ao monarca para castigar o próprio filho, e não precisariam recorrer ao povo romano, a fim de procurar vingança contra o culpado.

Que se convençam pois os príncipes de que começam a perder o controle sobre o seu império no momento em que desrespeitam as leis e os costumes tradicionais, que orientam há muito tempo a vida dos cidadãos. Se, ao perder sua coroa, pudessem perceber como é fácil governar um império quando só se ouve boas resoluções, o pesar sentido pela perda do poder seria bem mais vivo, e estariam prontos a condenar-se a penas ainda mais severas do que as recebidas dos seus súditos; pois é bem mais fácil ser estimado pelos bons do que pelos maus; obedecer às leis do que submetê-las.

O príncipe que deseje conhecer o caminho a seguir para alcançar o seu fim precisará apenas tomar como modelo a vida dos grandes homens, como Timoleonte de Corinto, Arato de Sicione, e outros assim.

Na história desses homens, descobrirá que era tão seguro e feliz quem comandava quanto quem obedecia, o que lhe deverá provocar o desejo de imitá-los. Imitação que, como já disse, não lhe seria difícil, já que os homens, quando bem governados, não desejam maior liberdade. Foi o que aconteceu, por exemplo, aos povos governados por Timoleonte e por Arato, os quais os obrigaram amanter-se no governo enquanto viveram — embora tivessem tentado várias vezes retirar-se da vida pública.

Como falamos neste capítulo, e nos dois que o precederam, sobre as revoltas contra os príncipes, a conspiração contra a pátria tramada pelos filhos de Brutus, e as conjuras contra Tarquínio, o Antigo, e Sérvio Tulo, penso que é apropriado tratar a fundo este tema no capítulo seguinte: ele merece, de fato, toda a atenção dos príncipes e dos cidadãos.

Capítulo Sexto

As conspirações

Não quis deixar de falar sobre as conspirações, pelo perigo que representam para os príncipes e para os cidadãos (tendo sempre contribuído, mais do que as guerras abertas, para privar os soberanos da coroa); poucos homens têm condições de declarar guerra a um príncipe, mas todos podem conspirar contra o monarca.

Por outro lado, nenhuma empresa é mais temerária e perigosa para os cidadãos, pois só oferece perigos e dificuldades, sob todos os aspectos. Por isso, embora muitas conspirações sejam tentadas, bem poucas obtêm o resultado esperado.

Pretendo estudar o tema extensamente, indicando aos príncipes como se podem garantir contra tais perigos, e sugerindo aos demais que nelas se envolvam o menos possível, e que, ao contrário, aprendam a obedecer ao governo que a sorte lhe destinou; não deixarei de falar, portanto, sobre nenhuma das circunstâncias mais notáveis que possam servir de esclarecimento para uns e outros.

Esta máxima de Cornélio Tácito tem, sem dúvida, grande valor: "Os homens devem respeitar o passado e submeter-se ao presente; desejar bons príncipes e suportá-los tal como são". Agir de outra forma é, muitas vezes, trabalhar pela própria ruína, e pelo mal da pátria.

Para entrar no assunto, consideremos em primeiro lugar o objetivo que têm normalmente as conspirações: ou são urdidas contra um príncipe, ou contra o próprio país. Só falarei, por enquanto, a respeito destes dois tipos de conspiração: já me estendi bastante, anteriormente, sobre as conjuras que se destinam a livrar uma cidade dos inimigos que a cercam.

Nesta primeira parte, tratarei dos movimentos dirigidos contra um príncipe, examinando, antes de mais nada, quais são suas causas. Destas há muitas, mas uma sobressai pela importância: o ódio geral. Quando o ódio generalizado cerca um príncipe, não é de espantar que alguns cidadãos, mais ofendidos do que outros, nutram desejos de vingança, sentimento este que cada dia adquire mais força.

O príncipe deve evitar este ônus, do modo que já expliquei em outra parte, e que não repetirei aqui. Se o conseguir, ficará menos exposto aos ataques dos que se sentirem ofendidos: em primeiro lugar, porque é raro que alguém sinta uma injúria de forma tão profunda que se exponha a perigo evidente, movido apenas pelo impulso de vingança; e, em segundo, porque se surgisse alguém com o poder e a coragem de executar esta vingança, deixaria de fazê-lo pela afeição geral que cerca o soberano.

Pode-se ser ultrajado nos bens, na pessoa ou na honra. Se a ofensa atinge a pessoa, a ameaça é mais perigosa do que a execução; a primeira gera um gravíssimo perigo; a segunda não apresenta nenhum risco, porque quem morreu não pensa em vingança, mas quem é ameaçado e se vê obrigado pela necessidade a agir, ou então sofrer a ação de outrem, torna-se extremamente perigoso para o príncipe, como veremos em outra parte.

Em segundo lugar, são as ofensas contra a honra e o patrimônio que ferem mais profundamente os homens. Os príncipes devem evitá-las, pois não se pode despojar tão completamente um cidadão dos seus bens que não lhe reste um punhal para a vingança; nem se poderá desonrá-lo de tal modo que isto o impeça de vingar-se. A maneira mais eficaz de atacar a honra de um homem é ultrajar a sua esposa. Em seguida, atacar a ele próprio: foi o que armou Pausânias contra Filipe da Macedônia; o que dirigiu a mão assassina contra tantos príncipes, e que, modernamente, fez Júlio Belanti conspirar contra Pandolfo, tirano da Sicília, que lhe negou a filha, depois de havê-la concedido em matrimônio — como contaremos em outra ocasião.

O motivo mais forte que incitou os Pazzi a conspirar contra os Médici foi a herança de Giovanni Bonromei, que lhes foi retirada por ordem destes últimos.

Outra razão não menos importante que leva os homens a conspirar contra os príncipes é o desejo de romper o jugo sob o qual mantêm a pátria: foi o que deu forças a Brutus e a Cássio contra César; e o que armou tantos cidadãos generosos contra os Falários, Dionísios e outros usurpadores.

O único caminho deixado aos tiranos para desviar o curso desta ira é o de renunciar à tirania; mas como não há quem queira segui-lo, poucos evitam um fim infeliz. Isto fez com que Juvenal dissesse:

"Ad generum Cereris sine caede et vulnere pauci,
Descendunt reges, et sicca morte tyrann".

O que significa: "Quase sempre os tiranos descem ao reino do genro de Cerere (Plutão) por morte cruenta, e os reis, com ferimentos".

Os perigos implicados nas conspirações são constantes e muito grandes: quando se as trama, quando se as executa, e mesmo depois de executá-las.

Ou é um só homem que conspira, ou os conjurados são vários; quando é um só, não se pode chamar sua empresa de conspiração: trata-se apenas da resolução de uma só pessoa, que quer assassinar o soberano. Neste caso, dos três tipos de perigo, o primeiro não precisa ser temido: antes da execução, o conspirador solitário não corre qualquer perigo, já que ninguém possui o seu segredo, e ele não precisa temer que o seu propósito chegue ao conhecimento do príncipe. Bem concebida, esta resolução pode frutificar no espírito de qualquer um, nobre ou plebeu, parente do príncipe ou não, pois todos podem ter a oportunidade de se aproximar do príncipe pelo menos uma vez, o que será bastante para mitigar a sede de vingança.

Pausânias apunhalou Filipe da Macedônia num templo, quando o monarca se encontrava cercado de guarda numerosa, ao lado do filho e do genro: o assassino era nobre, e conhecido do rei. Mas um espanhol pobre e desconhecido feriu Fernando, rei da Espanha, com um golpe de faca na garganta. O ferimento não foi mortal, mas demonstrou a coragem do atacante, e a oportunidade que teve de feri-lo. Um dervix, sacerdote turco, atirou uma cimitarra em Bajazé, pai do monarca atual. Não o atingiu, mas não por falta de intenção ou de possibilidade.

Há, sem dúvida, muitos espíritos que acalentam tais planos, porque a intenção não acarreta perigos ou dificuldades; mas poucos chegam à execução. Em cada mil que os executarem poucos se salvarão da morte imediata: e ninguém corre de bom grado para a morte certa.

Mas, deixemos de lado os projetos concebidos por uma só pessoa para considerar as conspirações urdidas por vários indivíduos. A história demonstra, com muitos exemplos, que todas as conjuras foram concebidas por homens poderosos, ou cortesãos admitidos à intimidade dos príncipes; os outros, a menos que sejam totalmente insensatos, não conspiram. Os homens sem poder, que vivem longe dos círculos do governo, não têm a esperança nem as facilidades que uma conspiração exige. Para começar, os homens sem poder não podem estar seguros da lealdade dos cúmplices: de fato, ninguém aderirá à sua causa sem o apoio de uma dessas fortes esperanças que fazem com que os homens se exponham aos perigos, já que logo que confiam seu segredo a mais de duas ou três pessoas, encontram alguém que os denuncia, e estão perdidos. E mesmo que por felicidade não houvesse traidores no seu meio, estão cercados de tantos obstáculos, e o acesso à pessoa do príncipe lhes é tão difícil, que será impossível que a execução não os leve a um desastre. Quanto aos cortesãos, a quem todas as portas estão abertas, sucumbem sob as dificuldades de que falaremos adiante, e que outros obstáculos vão tornar ainda mais agudas.

Entretanto, no que respeita sua vida e sua sorte, os homens nunca são totalmente insensatos; quando se sentem fracos, evitam conspirar — contentam-se em

maldizer o tirano, aguardando a vingança daqueles de mais poder e melhor situação social. Se acontecesse, contudo, que alguém desta classe se empenhasse em tal empresa, seria o caso de louvar sua intenção, ainda que se devesse criticar sua imprudência.

Todos os conspiradores são homens poderosos, que gozam da familiaridade do príncipe; e alguns foram levados à sedição pelos grandes benefícios que receberam, e não por quaisquer ultrajes. Este é o exemplo dado por Perênio, contra Cômodo; por Plautiano, contra Severo; por Sejano, contra Tibério. Todos tinham recebido do soberano tais riquezas e honrarias que nada parecia faltar-lhes senão o próprio império. Ávidos de possuir o que lhes faltava, conspiraram contra o príncipe; conspiração esta que teve, em todos os casos, resultado proporcional à sua ingratidão.

Tivemos, contudo, em época mais recente, o êxito da trama de Jacó d'Apiano contra Pedro Gambacorti; depois de ter criado e ajudado Jacó, fazendo-o célebre, Gambacorti, príncipe de Pisa, viu-se vitimado por ele.

Assim também aconteceu no caso da conspiração promovida em nossos dias por Copola contra Fernando de Aragão. Copola chegou a ter tal poder que só lhe faltava a coroa; quis obtê-la, e perdeu a vida. Para que uma conspiração tramada contra o príncipe pelos freqüentadores da sua corte tenha bom resultado, é preciso ser conduzida por alguém que seja, por assim dizer, um outro rei, tais os meios à sua disposição. Contudo, este ardor pelo poder, que cega os homens, cega-os também no que respeita ao modo como organizam e executam a conspiração; se o seu atentado fosse orientado pela prudência, seria impossível que não desse frutos.

Por isto, o príncipe que se quer defender dos conspiradores deve temer os cortesãos que receberam muitos privilégios, mais ainda do que aqueles a quem ultrajou; estes últimos não têm meios fáceis de vingança, que não faltam aos primeiros. Quanto ao desejo, é igual em todos, pois a sede do poder é tão forte quanto a sede de vingança, se não for mais forte ainda. Deste modo, não devem os príncipes dar a seus amigos uma autoridade tal que elimine a separação entre eles e o trono: é preciso que se deixe, com essa distância, alguma coisa a ser desejada, para que não lhes aconteça o que aconteceu com os príncipes de que falamos.

Mas, retornemos à nossa exposição. Como os que conspiram devem ser pessoas poderosas, com fácil acesso aos príncipes, é preciso considerar qual tem sido o êxito de iniciativas deste tipo, estudando as razões do seu sucesso ou insucesso. Como já disse anteriormente, os perigos surgem em três momentos: no início, durante a execução e depois. São poucas as conspirações com êxito, porque é quase impossível triunfar diante desse tríplice perigo.

Para começar com os riscos que aparecem em primeiro lugar, e que são os mais importantes, observo que é indispensável agir de forma mais prudente — e, além disto, ser favorecido pela sorte — para que a conspiração não seja descoberta ainda no seu início. Descoberta essa que pode ser feita por revelação ou conjectura.

A revelação resulta de falta de fidelidade ou de prudência dos que conhecem os projetos. A primeira é uma falta comum: só se pode confiar em uns poucos amigos dispostos a enfrentar perigos de morte, ou em pessoas que estejam descontentes com o monarca. Pode-se encontrar dois ou três confidentes, não mais. É preciso também que a afeição que eles nos tenham seja grande, maior do que o perigo e o temor do castigo pela conspiração. Acontece, com muitas freqüência, que os homens se enganam com respeito à amizade dos outros, e só podem ter certeza depois de ter vivido a experiência — e vivê-la em tais circunstâncias é coisa que apresenta os mais graves riscos. Ainda que o conhecimento dos amigos se tenha feito durante alguma outra empresa perigosa, permitindo assegurar-se da sua fidelidade, esse fato não garante seu comportamento diante de outros perigos.

Se medirmos a lealdade pelo grau de descontentamento com o príncipe, será fácil também cometer um equívoco; logo que manifestarmos nossos propósitos ao descontente, ele poderá denunciar-nos para obter o que deseja; ou então será preciso que tenha um ódio inveterado, ou que a nossa autoridade seja muito grande para obrigá-lo a guardar o segredo. Por isto a maior parte das conspirações são reveladas e esmagadas no nascedouro; será extraordinário se o segredo for guardado muito tempo por muitos cúmplices como, por exemplo, na conjura de Pisão contra Nero ou, em nossos dias, na dos Pazzi contra Lourenço e Juliano de Médici — conspirações que chegaram à fase da execução, a despeito de congregar mais de cinqüenta pessoas.

Descobre-se uma conspiração por uma falta cometida contra a prudência quando um dos conjurados fala sem precauções, de modo a se fazer ouvir por um criado, ou outra terceira pessoa. Isso aconteceu com os filhos de Brutus, os quais, ao tratar com os representantes de Tarquínio, foram ouvidos por um escravo que os acusou. O mesmo acontece quando comunicamos nossos propósitos a uma mulher, a uma criança ou a outra pessoa inconseqüente, como fez Dimo, um dos conspiradores de Filotas (contra Alexandre, o Grande), ao revelar a conspiração a Nicômaco, jovem que amava, tendo este levado a notícia a Cibalino, seu irmão, que a transmitiu ao monarca.

Quanto às conspirações descobertas por conjectura, a de Pisão contra Nero oferece um exemplo notável. Cevino, um dos conjurados, fez seu testamento na véspera do dia em que Nero deveria ser assassinado; ordenou a Melíquio, um servo, que afiasse um velho punhal; libertou todos os seus escravos, distribuindo-lhes dinheiro, e mandou preparar faixas para curar ferimentos. Todos estes indícios confirmaram as suspeitas de Melíquio, que o denunciou a Nero. Cevino foi aprisionado imediatamente, com Natalis, outro conspirador, porque os dois tinham sido vistos em longo colóquio, no dia anterior; como não puderam reproduzir os assuntos des-

sa conversa, foram obrigados a revelar a verdade, e o descobrimento da conjura levou à descoberta de todos os cúmplices.

Como vemos, quando há mais de três ou quatro cúmplices, é quase impossível evitar as causas que levam à descoberta de uma conspiração: a traição, a imprudência, a leviandade. Se mais de um conspirador for preso, faltará concordância nas suas respostas, e o segredo será logo descoberto. Mesmo quando um só é feito prisioneiro, é preciso que tenha muita coragem para silenciar o nome dos conjurados; e estes precisarão de muita firmeza para permanecerem tranqüilos. Basta um momento de fraqueza da parte do que foi feito prisioneiro, e dos que estão em liberdade, para que toda a trama seja revelada. É bem raro o fato relatado por Tito Lívio, ao falar da conspiração urdida por Jerônimo, tirano de Siracusa: Teodoto, um dos conjurados, tinha sido preso, mas soube ocultar, com grande coragem, o nome de todos os cúmplices, denunciando os amigos do rei; os conspiradores tinham tal confiança na sua firmeza que nenhum deles fugiu da cidade, nem revelou a menor inquietação.

Quando se conspira, é preciso atravessar todos estes perigos, utilizando-se para isto um dos meios seguintes: o primeiro, e mais seguro (talvez o único seguro), consiste em não dar aos conspiradores tempo para trair, informando-os do projeto só no momento da sua execução. Todos os que agiram deste modo conseguiram evitar os primeiros perigos que ameaçam qualquer conspiração. Houve mesmo casos em que chegaram a escapar dos perigos que aparecem nas etapas posteriores, assegurando assim o êxito da conjura. Vou relatar aqui dois exemplos.

Não podendo mais suportar a tirania de Aristotimo, rei do Épiro, Nelêmato reuniu muitos parentes e amigos, exortando-os a libertar a pátria. Como alguns pedissem tempo para decidir, mandou fechar as portas, dizendo-lhes que deveriam jurar imediatamente sua adesão ou seriam entregues a Aristotimo. Incitados por tais palavras, todos juraram, e puseram-se em campo para executar com entusiasmo as ordens de Nelêmato.

Um mago se havia apoderado, com um estratagema, do trono persa. Ortan, um nobre, chamou seis outros importantes senhores dizendo-lhes que era preciso livrar o país daquela tirania. Um deles pediu tempo para refletir, mas outro, Dario, levantou-se e disse: "Ou executamos imediatamente nosso plano ou eu próprio vou ao tirano, revelar-lhe esta conjura." Todos concordaram, empenhando-se logo na empresa.

O comportamento dos etólios para se desfazer de Nábis, tirano de Esparta, foi semelhante aos dois exemplos que acabei de citar. Tinham mandado a Nábis um dos seus cidadãos — Alexameno — com trinta cavaleiros e duzentos infantes, sob o pretexto de socorrê-lo. O objetivo secreto da expedição só foi revelado a Alexameno; os outros receberam ordens de obedecê-lo cegamente, sob a pena de exílio. Alexameno dirigiu-se a Esparta, mantendo suas ordens sob segredo até que surgiu uma oportunidade favorável para executá-la, conseguindo então eliminar o tirano.

Foi agindo deste modo que os conspiradores puderam evitar os perigos implicados nas conspirações; quem os imitar saberá sempre evitar tais perigos. Para demonstrar que todos podem agir assim, basta o exemplo de Pisão. Era um dos homens mais poderosos e ilustres do império; vivia na intimidade de Nero e possuía sua inteira confiança. O imperador ia muitas vezes comer com ele, no seu jardim. Por isto Pisão podia ter como amigos homens de coragem e de intelecto, capazes de executar os planos que havia concebido (o que nunca é difícil quando se tem poder), e podia esperar que Nero viesse até seus jardins, para só então incitá-los, de modo que a execução fosse rápida — tornando-se impossível o seu fracasso.

Se examinarmos com igual atenção todas as outras conspirações que conhecemos, perceberemos que não teria sido possível dirigi-las da mesma maneira. Os homens que têm pouca experiência cometem muitas vezes faltas das mais perigosas — o que nada tem de espantoso em assunto tão insólito.

Não se deve jamais revelar os próprios projetos, a não ser que seja necessário, e que chegue o momento de agir; se quisermos revelá-los, que seja a uma só pessoa, que se conheça há muito, e que esteja animada pelos mesmos sentimentos — porque a reserva reduz o perigo. É sem dúvida bem mais fácil encontrar um homem com este caráter do que vários. Aliás, mesmo depois de traídos, restam aos conspiradores alguns meios de defesa, quando o seu número é limitado. De fato, já ouvi um homem prudente comentar que numa conversa particular se pode dizer tudo o que se desejar, mas os documentos escritos devem ser evitados: um escrito da nossa própria mão é a prova mais convincente que se poderá apresentar contra nós.

Plautiano queria assassinar o imperador Severo e seu filho Antonino, projeto que confiou ao tribuno Saturnino. Este, decidido a denunciar a conspiração, mas temeroso de que a reputação de Plautiano não desse credibilidade à sua acusação, exigiu deste uma ordem escrita. Cego de ambição, Plautiano fez o que lhe era pedido. O tribuno, com esta prova, o acusou. Sem aquele escrito, e certos outros indícios, Plautiano teria convencido a todos da sua inocência, tal a audácia e firmeza com que se defendeu. De fato, a acusão feita por uma só pessoa perde uma parte da sua força quando não tem a apoiá-la um documento escrito, ou outra prova convincente. Daí a necessidade de evitar comprometer-nos deixando provas deste tipo.

Participava da conspiração de Pisão uma mulher chamada Epicaris, que tinha sido amante de Nero. Pensando necessário incluir na lista dos conspiradores o comandante de algumas trirremes, mantidas pelo imperador para zelar pela sua segurança, essa mulher informou-o da conjura, sem mencionar, contudo, o nome dos conjurados. O oficial, traindo sua confiança, denunciou-a a Nero. Mas Epicaris negou com tal constância e firmeza que Nero, confundido, não ousou condená-la.

Quando se informa um só indivíduo de uma conspiração, corre-se dois perigos. O primeiro é o de que nos denuncie voluntariamente; o segundo é o de que, preso por suspeitas, ou devido a algum indício, seja convencido, ou obrigado pela tortura, a denuncar-nos. Contudo, há uma defesa contra este duplo perigo: pode-se alegar que a denúncia tem por motivo um ódio pessoal contra nós, ou então explicar a acusação pela violência, que estaria arrancando falsidades da sua boca. Mas a prudência ordena que não confiemos em quem quer que seja; que imitemos o exemplo já mencionado; se tivermos de confiar em alguém, que seja numa só pessoa; ainda que o perigo aumente deste modo, ele será sempre bem menor do que se confiarmos nosso segredo a várias pessoas.

Um caso semelhante é aquele em que a necessidade nos obriga a dirigir contra o soberano o mesmo golpe com o qual este nos ameaça; sobretudo quando o perigo seja tão iminente que mal se tenha tempo para cuidar da nossa segurança. Esta necessidade leva quase sempre a um resultado feliz, como mostram os dois exemplos que vou contar.

Electus e Lectus, prefeitos do pretório, eram dois dos amigos mais íntimos e preferidos do imperador Cômodo, e Márcia era uma das suas amantes favoritas. Mas, como os três criticavam às vezes sua conduta, e o modo como o imperador desonrava o império, Cômodo se decidiu a matá-los reunindo numa lista seus três nomes a mais alguns de pessoas que queria fossem mortas na noite seguinte. Deixando a lista em seu quarto, foi tomar banho; uma criança, brincando, tomou a lista e saiu do quarto, permitindo que Márcia a lesse; esta procurou imediatamente Electus e Lectus — e os três, para afastar o perigo que os ameaçava, apunhalaram Cômodo na noite seguinte.

O imperador Caracala se encontrava na Mesopotâmia, à frente do seu exército. Acompanhava-o Macrino, homem mais experimentado nos assuntos civis do que na arte da guerra. Como todos os maus príncipes temem incessantemente que se trame contra eles, o imperador escreveu a seu amigo Materniano, em Roma, pedindo-lhe para consultar os astrólogos, indagando-lhes se alguém aspirava ao trono. Materniano respondeu que sim, acusando Macrino. Mas a carta passou pelas mãos do próprio Macrino, o qual percebeu a necessidade de matar o soberano, antes que outra carta chegasse de Roma; a alternativa era a sua própria morte. Incumbiu da tarefa Marcial, um centurião que lhe era devotado, e cujo irmão tinha morrido por ordem de Caracala, alguns dias antes.

Como se vê, as necessidades que surgem sem deixar tempo para reflexão têm o mesmo efeito da conduta de Nelêmato de Épiro.

Vê-se também, nesse episódio, o que disse ao começar este capítulo: que as ameaças fazem mais dano aos príncipes, e os cercam de perigos maiores do que as injúrias que praticam. Com efeito, os reis não devem ameaçar aqueles que os cercam; é necessário que elogiem os homens ou que se certifiquem da sua conduta; mas que nunca os reduzam à necessidade de matar para não serem mortos.

Quanto aos perigos que surgem no momento de executar as conspirações, eles se originam de uma alteração dos planos, ou de um momento de fraqueza do executor, ou ainda de um erro que se cometa por imprudência. Podem derivar também de que se deixe a obra incompleta, permitindo que se salvem uma parte dos que tinham sido condenados a morrer.

Alterar de súbito uma disposição ajustada anteriormente, ou afastar-se do caminho que se havia traçado, confunde e representa um obstáculo à ação. E a desordem subseqüente ocorre especialmente na guerra e nas atividades análogas, como as conspirações. Nas ações deste gênero, nada é mais necessário do que fazer executar com firmeza o papel confiado a cada um. Se, durante vários dias, todas as idéias se concentrarem num modo determinado de ação, que uma ordem venha subitamente alterar, os conspiradores não poderão deixar de confundir-se, e o projeto se arruinará. Assim, é melhor cumprir o que se decidiu, seguindo a ordem prescrita, ainda que surja algum inconveniente, do que expor-se a mil perigos para evitar um risco menor e inesperado. Isto, aliás, é o que se faz de qualquer modo quando não há tempo para alterar o que se previu.

É bem conhecida a conspiração dos Pazzi, contra Lourenço e Juliano Médici. Tinha-se combinado que os Médici seriam apunhalados durante um jantar que dariam ao cardeal de São Jorge. Cada um dos conspiradores tinha o seu papel determinado; alguns deveriam atacar os Médici, outros apoderar-se do palácio; outros, ainda, percorreriam a cidade proclamando a libertação do povo florentino. Ora, aconteceu que os Pazzi, os Médici e o cardeal se encontravam reunidos na catedral de Florença, assistindo a uma missa solene, quando se soube que Juliano faltaria ao jantar. Os conspiradores decidiram então executar imediatamente, na catedral, o que deveriam fazer no palácio dos Médici. As linhas de ação que haviam sido combinadas foram alteradas completamente, e João Batista de Monteseco se recusou a participar do assassinato, alegando que não poderia cometer um homicídio numa igreja. Tornou-se necessário, assim, confiar as diversas partes do plano a novos conjurados; e estes cometeram falhas tão graves que condenaram a tentativa ao insucesso.

O executor perde a coragem por respeito à autoridade ou por simples covardia. A majestade do soberano, e o respeito que a sua presença inspira, são tão poderosos que o assassino se deixa muitas vezes desconcertar. Mário tinha sido aprisionado pelos habitantes de Minturno, e um escravo fora enviado para assassiná-lo: mas o assassino, atemorizado pela presença de tão grande homem, perdeu a coragem e não conseguiu matá-lo. Se um homem aprisionado, dominado pela desgraça, mantém tal influência, ela é seguramente bem mais poderosa num príncipe cercado pe-

la majestade dos símbolos reais, e pela pompa da corte. Estas circunstâncias podem travar o braço do atacante.

Alguns trácios tinham conspirado contra o rei Siltácio, marcando um dia para a sua execução. Na data e no local marcado, encontraram o soberano; mas nenhum deles ousou atacá-lo, e os conspiradores se separaram sem ter atentado contra o monarca, acusando-se mutuamente de falta de coragem. Tendo acontecido o mesmo outras vezes, e havendo sido revelada por fim a conspiração, terminaram condenados por um crime que teriam podido cometer, mas que não cometeram.

Dois irmãos de Alfonso, duque de Ferrara, haviam conspirado contra ele; para assisti-los na conjura, empregaram um sacerdote e um músico que servia o duque, Gianes; este, a pedido dos conspiradores, levou o príncipe várias vezes até eles, sem que nenhum ousasse atacá-lo. Foram por fim descobertos, recebendo a recompensa da sua malvadez e imprudência. Sua conduta só pode ser atribuída ao respeito que inspirava a presença do duque, ou a algum sinal de bondade que nele notaram, e que diminuiu o seu ressentimento.

A execução das conspirações implica ordinariamente em inconvenientes e erros que nascem da imprudência ou da falta de coragem. Estas duas causas perturbam todos os sentidos e, na confusão em que lançam os espíritos, fazem com que se haja e fale como não se deveria. Nada demonstra melhor a agitação que domina os homens nestas circunstâncias do que o que conta Tito Lívio a respeito de Alexamênio, o etólio, a propósito da sua tentativa de derrubar Nábis, o tirano da Lacedemônia — episódio sobre o qual já falamos. Ao contar que, chegado o momento, Alexamênio revelou aos companheiros o plano de ação, o historiador comenta: "Collegit et ipse animum, confusum tantae cogitatione rei" ("Ele próprio precisou reaver sua coragem, sentindo-se confuso ao pensar em coisa tão séria").

Na verdade, mesmo quem tem o espírito vigoroso, está acostumado a usar armas e dá pouca importância à vida humana, sente uma certa perturbação em momentos como esse. Por isto, é necessário empregar homens experimentados neste tipo de empreendimento, evitando confiar em qualquer outra pessoa, por melhor que seja a sua reputação de homem corajoso. Sem ter tido esta experiência, ninguém poderá ter certeza de que não falhará, e a perturbação sentida ao agir poderá fazer com que as armas caiam das suas mãos.

Lucila, irmã de Cômodo, tinha ordenado a Quintiano apunhalá-lo. Este último esperou o imperador na entrada do anfiteatro; aproximando-se dele, com o punhal desembainado, gritou: "Eis o que te manda o Senado!" Essa frase foi suficiente para que fosse preso, antes que pudesse abaixar o braço.

Antônio de Volterra, designado — como dissemos anteriormente — para assassinar Lourenço de Médici, exclamou, aproximando-se dele: "Traidor!". Um grito que salvou Lourenço, e condenou os conspiradores. Quando uma conspiração ameaça uma só pessoa, as circunstâncias que mencionamos podem condená-la ao insucesso. Mas o seu êxito é ainda mais difícil quando são duas as pessoas alvejadas; nesta hipótese, é muito difícil, se não impossível, assegurar-lhe sucesso. Executar uma conspiração em dois lugares diferentes é quase impossível, e é preciso agir simultaneamente, para que um ataque não prejudique o outro.

Se conspirar contra um príncipe é perigoso e imprudente, conspirar contra dois é vão e insensato. Não fosse o respeito que tenho pelo historiador, não poderia acreditar no que conta Erodiano: que Plautiano teria ordenado ao centurião Satúrnio apunhalar sozinho Severo e Caracala, que moravam em palácios diferentes. É uma coisa tão afastada da razão, que se torna necessário toda a sua autoridade para lhe dar credibilidade.

Um grupo de jovens atenienses conspirou contra Diocles e Hípias, tiranos de Atenas; mataram Diocles, mas Hípias sobreviveu, para vingar-se.

Quion e Leonides de Heracléia, discípulos de Platão, conspiraram contra Clearco e Sátiro, tiranos da sua pátria; mataram Clearco, mas Sátiro escapou, e vingou o outro tirano. Os Pazzi, dos quais já falamos mais de uma vez, só conseguiram eliminar Juliano.

É preciso, portanto, evitar a conspiração simultânea contra mais de uma pessoa; agindo assim, os conspiradores não prestam um serviço a si mesmos, nem à pátria, nem aos concidadãos. Ao contrário, a vítima que sobrevive ganha em audácia e crueldade.

É bem verdade que a conjura de Pelópidas, que pretendia salvar Tebas, teve que vencer todas as dificuldades assinaladas. Todavia, obteve magnífico resultado, embora Pelópidas não conspirasse apenas contra dois tiranos, mas contra dez. Ainda que não gozasse da intimidade dos tiranos, e estivesse mesmo proibido de entrar em suas casas (porque fora banido como rebelde), Pelópidas teve a ousadia de retornar à Tebas, para exterminá-los e libertar a pátria. Para isto recebeu a assistência de Cárion, um conselheiro do governo, que lhe facilitou o acesso aos tiranos com vistas à execução do projeto.

Contudo, que este exemplo não leve ninguém a imitá-lo; de fato, a empresa era impossível, e foi milagroso que tenha tido êxito. Por isto todos os historiadores que a celebram se inclinam a considerá-la como um acontecimento extraordinário.

A execução de uma conspiração pode ser interrompida por uma falsa interpretação, ou por um acidente imprevisto no momento de agir. Na manhã do dia que

Brutus e os outros conspiradores tinham escolhido para assassinar César, viram-no conversar longamente com Popílio Loena, um dos seus cúmplices. Isto os fez temer que Popílio tivesse revelado a conjura a César; estiveram a ponto de atacar o ditador ali mesmo, sem esperar que entrasse no Senado. Teriam feito isto se não percebessem que César manteve a tranqüilidade após a longa conversa com Popílio, o que demonstrou que a suspeita era infundada.

Estes falsos terrores não devem ser desprezados; a prudência exige que se lhes dê atenção. Atenção que é ainda mais importante porque, quando se tem a consciência pesada, tem-se a impressão de que estão sempre falando de nós. Uma só palavra ouvida casualmente, um estranho que nos segue, é o bastante para nos perturbar, para levar-nos a revelar nosso projeto, expondo-nos ao perigo pela fuga, ou ao fracasso pela precipitação. E quanto mais numerosos os cúmplices, mais facilmente surgem tais obstáculos.

Quanto aos acidentes, como não podem ser previstos, só os exemplos nos mostram como precaver-nos, de acordo com as circunstâncias.

Júlio Belanti, de Siena, a quem já mencionamos anteriormente, indignado com Pandolfo — que depois de lhe haver prometido a filha em casamento havia deixado de cumprir sua palavra — decidiu-se a matá-lo e escolheu a melhor oportunidade para isso: Pandolfo ia visitar quase todos os dias um parente enfermo, e passava diante da casa de Belanti. Este, tendo observado o costume, reuniu os conspiradores na sua casa, armando-os e postando-os atrás da porta; um deles ficou na janela, para avisar os outros da passagem de Pandolfo. Vendo a vítima aproximar-se, o vigia deu o sinal, justamente quando Pandolfo se deteve, para falar com um amigo. Seus acompanhantes, tendo continuado a caminhar, perceberam o movimento dos emboscados, e deram o alarme. Foi assim que Pandolfo pôde salvar-se; quanto a Belanti e a seus cúmplices, foram obrigados a fugir de Siena.

Um encontro imprevisto impediu a conspiração, pondo por terra todos o projetos de Belanti. E como tais imprevistos não ocorrem regularmente, é impossível garantir-se contra eles; torna-se necessário considerar todas as possibilidades de sua ocorrência, para poder remediá-los.

Falta apenas falar sobre os perigos que se corre após a execução. Na verdade, eles se reduzem a um só: alguém que possa vingar o príncipe imolado. Pode tratar-se de um filho, um irmão, de algum parente com direito à sucessão, que sobreviva ou pela negligência dos conspiradores ou por uma das causas que indiquei; alguém que se encarregue da vingança, como aconteceu com João André de Lanpugnano, que, com ajuda de cúmplices, tinha eliminado o duque de Milão. Este deixara, contudo, um filho e dois irmãos que puderam vingá-lo. Neste caso, é verdade, não houve remédio, e os conspiradores merecem ser desculpados; o mesmo não acontece quando sobrevive um vingador, por imprudência, ou negligência.

Alguns habitantes de Forli conspiraram contra o conde Girolamo, seu senhor, matando-o; conseguiram também apoderar-se da sua esposa e dos seus filhos mais novos. Não puderam, entretanto, apoderar-se da cidadela, cujo governador se recusava a render-se. Foi quando a condessa Catarina prometeu obter-lhes a fortaleza, se lhe fosse permitido nela ingressar, admitindo deixar os filhos como reféns. Seduzidos pela promessa, os conspiradores deixaram-na ir. Logo que Catarina entrou na cidadela, passou a exprobá-los, ameaçando vingar-se da morte do marido. Para mostrar o desinteresse que tinha pela sorte dos filhos prisioneiros, exibiu os órgãos sexuais, dizendo que tinha como fazer outros filhos. Atônitos, os conspiradores perceberam tarde demais o erro que haviam cometido, imprudência que lhes valeu o exílio perpétuo.

Mas o maior perigo que pode haver, após a execução, é o de que o príncipe assassinado fosse querido pelo povo. Os conspiradores nada podem fazer para aliviá-lo, pois nada podem contra todo o povo. César nos deu uma prova evidente disto; o povo romano era seu amigo, e vingou sua morte expulsando de Roma os conjurados.

As conspirações contra a pátria são bem menos perigosas do que as que se dirigem contra um príncipe: há menos perigo na fase do planejamento, os perigos que surgem na execução são os mesmos e depois da execução não há mais nenhum risco.

Há menos perigo em tramar uma conspiração deste gênero porque um cidadão pode aspirar ao poder sem manifestar sua intenção a quem quer que seja; e, se não encontrar obstáculos, poderá alcançar o seu fim — se alguma lei interrompe seu projeto, é possível aguardar um momento mais apropriado, ou tentar um processo diferente. Refiro-me apenas ao caso das repúblicas onde os costumes começam a se corromper; onde não há corrupção, as idéias deste tipo não podem nascer no espírito dos cidadãos.

Um cidadão tem, portanto, mil caminhos para chegar à tirania sem perigo de ser detido nesta marcha, porque as repúblicas são menos suspeitosas (e, por conseguinte, se cercam de menos precauções), são mais morosas do que os príncipes, e distinguem mais os cidadãos de importância — o que os torna audaciosos e empreendedores.

Todos conhecem o relato feito por Salústio da conspiração de Catilina; depois que ela foi denunciada, Catilina não só permaneceu em Roma como foi ao Senado, onde criticou acerbamente os senadores e o cônsul — tal o respeito que a república tinha pelo seus cidadãos. Quando Catilina se afastou de Roma, para retomar o comando do seu exército, Lêntulo e seus cúmplices foram presos, mas apenas devido à descoberta de cartas em que ele próprio confessava o crime.

Hanon, um dos mais poderosos cidadãos de Cartago, aspirava à tirania e, para tanto, pretendia envenenar todos os senadores, nas núpcias de uma filha, declarando-se rei. Tendo-se descoberto a conspiração, o Senado reagiu apenas promulgando uma lei que proibia despesas com banquetes, tal o respeito que tinha pela sua qualidade de cidadão.

É bem verdade que, ao executar uma conspiração contra a pátria, os perigos são maiores, e mais difíceis de evitar, já que raramente as forças dos conspiradores são suficientes, quando se colocam contra a imensa maioria. Nem todos os conspiradores têm a oportunidade de comandar um exército, como César, Agátocles, Cleômenes e alguns outros, que com a força se tornaram senhores da sua pátria. Para eles, sem dúvida, o caminho foi mais fácil; os que não dispõem de forças comparáveis devem comportar-se com astúcia e artifício; ou então, recorrer a forças estrangeiras.

Quanto à astúcia e à indústria, vale lembrar o exemplo de Pisístrato. Aquele ateniense tinha vencido os megarianos, adquirindo por isto grande popularidade. Um dia, saiu da sua casa coberto de ferimentos, gritando que os nobres, movidos pela inveja, o tinham atacado. Com esta explicação, pediu uma guarda pessoal que pudesse protegê-lo. Este foi o princípio sobre o qual construiu seu poder, chegando a usurpar o governo de Atenas.

Pandolfo Petrucci tinha retornado à Siena com alguns banidos; foi-lhe então confiado o encargo de zelar pela proteção da praça da cidade — função sem qualquer importância, e que muitos recusavam. Entretanto, os soldados de que se cercou lhe deram aos poucos tal influência que pouco depois apoderou-se da cidade.

Muitos outros utilizaram estratagemas e diferentes meios para alcançar os seus propósitos; e com o tempo conseguiram fazê-lo sem percalços.

Aqueles que conspiraram contra o governo do seu país, apoiados nas próprias forças ou em tropas estrangeiras, alcançaram diferentes resultados, conforme a sorte os tenha tratado. Catilina, que já citamos, sucumbiu; Hanon, não tendo podido usar o veneno, como pretendia, armou alguns milhares de homens, mas foi morto, com todos eles; um grupo dos principais cidadãos de Tebas, desejando tomar conta do governo da cidade, chamou em seu auxílio um exército lacedemônio, e assim apoderou-se do governo.

Se examinarmos todas as conspirações urdidas contra a pátria veremos que muito poucas foram debeladas na fase do planejamento; foi no estágio da execução que algumas fracassaram, enquanto que outras tiveram êxito.

As que alcançaram a vitória só sofreram os perigos associados ao poder; quando um cidadão se torna tirano, vê-se cercado de todos os riscos que decorrem naturalmente da tirania, e dos quais não se pode defender sem empregar os métodos que já indicamos.

Eis aí tudo o que me ocorreu dizer a respeito das conspirações. Só falei daquelas nas quais se empregou a arma branca, e não o veneno; mas todas seguem caminho igual. Na verdade, as que se valem do veneno são mais perigosas, porque o seu êxito é menos certo. Nem todos têm condições de usar um veneno; é preciso confiar em alguém que possa fazê-lo, e isto justamente é o que aumenta o risco. Pode ocorrer também que, por alguma circunstância, o veneno não seja mortal. Foi o que aconteceu com Cômodo, que, havendo rejeitado o veneno que lhe tinha sido dado, teve de ser morto por estrangulamento.

As conspirações são os mais terríveis inimigos dos príncipes; sempre que se conspira contra os soberanos, ou eles perdem a vida ou a reputação. De fato, se alguma conspiração for descoberta, e os conspiradores executados, será inevitável que alguns pensem que a conjura foi inventada simplesmente por crueldade ou por ambição, sendo um plano dirigido contra a vida e o patrimônio dos alegados conspiradores.

Não posso, contudo, deixar de advertir os príncipes e as repúblicas que virem a descobrir uma conjura que tenham o maior cuidado antes de tentar qualquer repressão, examinando minuciosamente todas as circunstâncias, sopesando seus recursos e os dos conspiradores; se os que conspiram são muitos e poderosos, será conveniente fingir ignorá-los, até que se possa reunir as forças necessárias para esmagá-los. Agir de outro modo será demonstrar fraqueza. Os príncipes devem, portanto, aplicar toda a sua dissimulação, pois se apontarem publicamente os conjurados, não poderão ter meias-medidas em sua conduta.

Citaremos, neste passo, mais um exemplo dos romanos. Duas legiões tinham sido deixadas em Cápua para defender aquela cidade contra os samnitas; como já mencionamos, os comandantes dessas legiões quiseram apoderar-se da cidade. Tendo a notícia chegado à Roma, foi enviado um novo cônsul, Rutílio, para restabelecer a ordem. Para não despertar suspeitas, Rutílio fez saber que o Senado manteria as duas legiões aquarteladas em Cápua. Os soldados acreditaram, pensando ter todo o tempo necessário para executar a conspiração; não procuraram precipitá-la, permanecendo tranqüilos até que perceberam que o cônsul os separava uns dos outros. Isto os fez suspeitar, levando-os a pôr seus planos em ação.

O exemplo mostra que os homens são lentos na decisão, quando acreditam ter o tempo a seu favor; e que se precipitam quando a necessidade os urge.

O príncipe ou a república que, agindo em seu proveito, deseja postergar a denúncia de uma conspiração, não tem meio mais propício do que fazer saber aos conjurados, com habilidade, que haverá mais tarde uma boa oportunidade para se

manifestarem abertamente; aguardando esse momento favorável e julgando ter tempo para agir, os que conspiram permitirão que se prepare com calma o seu castigo.

Conduzir-se de outra forma é, para os governantes, acelerar sua perdição. É o que demonstra o caso do duque de Atenas e Guilherme de Pazzi. O duque, que era tirano de Florença, soube que se tramava contra ele; sem qualquer outra consideração, mandou logo prender um dos conspiradores. Reação imprudente aquela, pois fez com que os outros cúmplices se levantassem em armas para derrubá-lo do poder.

No ano de 1501, Guilherme tinha sido nomeado comissário da república na região de Valdichiana; soube, então, que havia em Arezzo uma conspiração em favor dos Vitelli, para arrancar a cidade das mãos dos florentinos. Seguiu logo para Arezzo e, sem antes ponderar quais eram as suas forças, e as forças dos conjurados, sem qualquer outra precaução e guiado tão-somente pelos conselhos do bispo, seu filho, mandou prender um dos conspiradores. Essa prisão levou os outros a se levantarem, conseguindo esmagar os florentinos. De comissário, Guilherme se viu reduzido a prisioneiro.

Mas quando uma conspiração não tem força, pode-se e deve-se reprimi-la sem hesitação. Que nunca se imite o comportamento dessas duas personagens: o duque de Atenas, que mandou executar o denunciante de uma conspiração porque queria mostrar-se seguro da afeição dos florentinos; e Díon de Siracusa, que, desejando conhecer os sentimentos de uma pessoa sobre a qual tinha suspeitas, ordenou a Calipo, que tinha toda a sua confiança, que fingisse conspirar contra ele.

Ambos se arrependeram. O duque de Atenas tirou o incentivo aos acusadores, favorecendo os que queriam conspirar; Díon ajudou sua própria ruína, tornando-se por assim dizer o chefe da conjura que o ameaçava, como os acontecimentos demonstraram: podendo conspirar contra Díon sem qualquer perigo, Calipo roubou-lhe o poder e a vida.

Capítulo Sétimo

Os motivos por que a passagem da servidão à liberdade, e desta à servidão, algumas vezes é pacífica, e outras vezes sangrenta.

Alguém poderá interessar-se em saber por que algumas vezes a passagem da servidão à liberdade é feita pacificamente, e outras vezes com sangue. A história nos mostra, com efeito, que às vezes nessas revoluções morrem muitos cidadãos, mas em outras não há mortes nem ferimentos. Isso ocorreu em Roma, por exemplo, quando a cidade passou do governo dos reis para o dos cônsules, apenas mediante a expulsão dos Tarquínios, sem que nenhum cidadão sofresse com a mudança.

Eis os motivos: ou o Estado que sofre tal mutação é um produto da violência, ou não; no primeiro caso, a sua instituição deve ter ferido muitos interesses; se ele se transformar, é natural que os que antes sofreram busquem vingar-se — sendo que esse desejo de vingança é o que faz correr o sangue.

Mas se o Estado foi fundado mediante o consentimento unânime do povo, que contribuiu para a sua grandeza, ao cair o governo o povo não tem razão para atacar nenhuma outra pessoa, além do principal governante.

Esta era a situação dos Tarquínios em Roma, no momento da sua expulsão; assim também aconteceu em Florença com os Médici, os quais, em 1494, foram as únicas vítimas do desastre promovido pela vingança do povo. Tais revoluções são geralmente pouco perigosas; mas aquelas feitas por homens que têm a vingança como diretriz são sangüinolentas, e quem lê a sua história não pode deixar de estremecer. Como há delas numerosos exemplos, não será necessário que eu trate do assunto.

Capítulo Oitavo

Quem quer modificar uma república deve considerar a situação em que se encontra.

Já comentamos que um cidadão perverso não pode ter êxito numa república que não esteja corrompida. Esta opinião adquire maior força ainda quando se acrescenta às razões já indicadas os exemplos de Spúrio Cássio e de Mânlio Capitolino.

Devorado pela ambição, o primeiro queria alcançar em Roma uma autoridade extraordinária, conquistando popularidade através da concessão de vantagens ao povo — como a venda das terras que os romanos tinham adquirido nas Ernici. Sua ambição não passou despercebida pelo Senado, o qual as viu com suspeita. Quando, certa vez, Cássio propôs ao povo distribuir-lhe o dinheiro obtido com o cereal trazido da Sicília às custas do tesouro público, o povo rejeitou a proposta, percebendo que ela tinha um preço — a sua liberdade. Contudo, se o povo romano já estivesse então corrompido, não teria agido assim, abrindo caminho à tirania, em lugar de levantar-lhe um obstáculo.

O exemplo de Mânlio Capitolino é ainda mais marcante, e permite ver como a sede de poder, que a inveja do Camilo provocou no seu coração, anulou tantas manifestações de força física e espiritual e tantas ações benéficas para a pátria. A ambição o cegou a ponto de fazê-lo esquecer as leis de Roma; não querendo ver que a república ainda não era susceptível de receber uma forma imprópria, se pôs a incitar a rebelião contra o Senado e as leis do país.

Naquela oportunidade, pôde perceber-se a perfeição do governo da república, já que, em tais circunstâncias, nenhum patrício ousou desculpá-lo, embora os patrícios costumassem defender-se entre si com o maior vigor. E nenhum dos seus parentes fez um gesto em seu favor. O costume os queria acompanhando o acusado, vestidos de negro, sujos, os olhos lacrimosos, para provocar a piedade popular. Mas nenhum parente de Mânlio o acompanhou.

Os tribunos, sempre inclinados a favorecer tudo o que se fazia em favor do povo, sobretudo quando essas medidas pareciam dirigidas contra a nobreza, uniram-se aos nobres contra o flagelo comum. Incumbido de julgar Mânlio, a quem até então defendera, o povo romano, embora ávido de tudo o que viesse ao encontro das suas opiniões e favorável a tudo o que pudesse contrariar a nobreza, condenou-o à morte, sem levar em conta os serviços que prestara no passado, esquecendo os favores com que o havia cumulado.

Não creio que haja na história outro exemplo mais apropriado para demonstrar a excelência das instituições da república romana: nem um só habitante daquela vasta cidade se levantou em defesa de um cidadão de valor, que havia praticado ações importantes, na sua vida pública e privada. O amor da pátria prevaleceu sobre todas as outras considerações; os cidadãos reagiram mais aos perigos presentes, que ameaçavam o país do que aos serviços prestados no passado — e julgaram necessário condenar Mânlio à morte. Acrescenta Tito Lívio: "Hunc exitum habuit vir, nisi in libera civitate natus esset, memorabilis" ("Aquele homem teve tal fim que, se não tivesse nascido numa cidade livre, teria morrido gloriosamente").

Há dois aspectos a examinar neste caso: um deles é o fato de que, numa cidade onde todas as instituições políticas estão plenamente em vigor, a glória se alcança de um modo diferente do que é seguido numa república corrompida; o outro (quase o mesmo) é o de que, para se conduzir adequadamente, sobretudo nas ações importantes, deve-se atentar para as circunstâncias do momento, ajustando-se a elas. Os que, por deliberação errônea ou inclinação natural, se afastam dos tempos em que vivem, são geralmente infelizes, e condenados ao insucesso em seus empreendimentos; o êxito coroa aqueles que se ajustam ao seu tempo.

As palavras do historiador, que citei acima, permitem concluir que, se Mânlio tivesse nascido na época de Mário e de Sila, quando os costumes romanos já estavam corrompidos (e quando poderia usá-los de modo a favorecer sua ambição), teria agido da mesma forma, alcançado o êxito de Mário, Sila, e de todos os demais que, depois deles, aspiraram à tirania.

Por outro lado, se Mário e Sila tivessem vivido nos tempo de Mânlio, não teriam conseguido levar adiante seus primeiros projetos. Um homem pode introduzir a corrupção no seio de uma cidade; mas a sua vida não é longa o bastante para que possa corrompê-la de forma a colher os frutos dessa corrupção. Tal não pode acontecer devido à lentidão do tempo e também à impaciência natural dos homens, que não os deixa esperar pela satisfação dos seus desejos. O homem está sujeito a se enganar no que concerne aos seus interesses — sobretudo no que respeita ao que ele deseja com mais ardor. Por cegueira ou impaciência, eanta às vezes alguma coisa contrária ao seu tempo, o que o perde.

Portanto, se se pretende usurpar o poder numa república, dando-lhe más instituições, é preciso que essa república já esteja depravada: que tenha sido levada à desordem gradualmente, de geração em geração. A corrupção é o seu destino final, a menos que ela se revigore com muitos exemplos de virtude, ou seja reconduzida pelas leis ao início do seu desenvolvimento.

Numa cidade corrompida, Mânlio teria sido um homem ilustre. Os cidadãos que se empenham em algum empreendimento, numa república — seja em favor da liberdade, seja em favor da tirania —, devem examinar bem o país em que vão agir, avaliando as dificuldades do seu projeto. Não é nem menos difícil nem menos perigoso libertar um povo que deseja viver escravizado do que agrilhoar um país que queira viver com liberdade.

Como já disse que os homens devem considerar a natureza dos tempos, ajustando a ela sua conduta, vou estender-me sobre este assunto no capítulo que segue.

Capítulo Nono

Como convém variar com os tempos, se se quer manter a boa sorte.

Já admiti, em vários pontos, que a causa da boa sorte dos homens é a conformidade da sua conduta com os tempos em que vivem. Pode-se observar, de fato, que a maior parte dos homens age ou com precipitação ou com excessiva lentidão. Nos dois casos se comete um equívoco, afastando-se do caminho apropriado e dos limites adequados. Por outro lado, quem só age de acordo com o seu tempo está menos sujeito a erro, e assegura sua boa sorte.

Todos sabem a prudência com que Fábio Máximo comandava seu exército — um estilo bem diferente da audácia e impetuosidade habitual dos romanos, e que estava adequado ao seu tempo. Ao chegar à Itália, Aníbal, que era ainda jovem, vinha bafejado por uma boa sorte fresca; os romanos já tinham sido derrotados duas vezes; quase inteiramente privada dos seus melhores soldados, a república, chocada com suas derrotas, não podia ter tido melhor sorte, encontrando um general que pudesse conter o inimigo com prudência, sem açodamento. Fábio, por sua vez, não podia encontrar circunstâncias mais favoráveis à sua maneira de agir; essa foi a origem da sua glória.

Pode-se dizer que Fábio agiu desse modo espontaneamente, e não por reflexão. Quando Cipião quis transportar suas tropas até à África, pensando poder terminar a guerra ali, Fábio foi um dos mais ardentes antagonistas do plano — como não pudesse se livrar dos seus hábitos, sem perceber que os tempos eram outros, e que se tornava necessário mudar também o modo de fazer a guerra. Se dependesse dele, Aníbal teria permanecido na Itália. Como rei de Roma, Fábio talvez fosse derrotado naquela guerra, por não saber variar sua estratégia de acordo com os novos tempos: mas vivia numa república onde havia vários tipos de cidadão, de diferente caráter; assim, Roma tinha Fábio (o caráter mais apropriado quando era necessário sustentar a guerra) mas tinha também Cipião (para o momento em que era necessário triunfar).

Por isso, as repúblicas possuem mais germes de vida, e têm sorte mais duradoura do que as monarquias; elas podem mais facilmente acomodar-se à variedade das circunstâncias do que um monarca absoluto, dada a diversidade de cidadãos que as compõem. O homem acostumado a agir de um só modo nunca muda, conforme já observei; se o tempo obrigar a alterações de conduta contrárias a seus hábitos, perecerá.

Pedro Soderini, sobre quem já falei, havia-se em tudo com humanidade e paciência; enquanto as circunstâncias permitiram que agisse assim, sua pátria prosperou. Mas quando chegou o momento de agir de outro modo, não soube fazê-lo; e se perdeu, juntamente com o seu país.

Durante todo o seu pontificado, o papa Júlio II se caracterizou pela impetuosidade, agindo quase que com paixão; como o seu caráter estava de acordo com os tempos, tudo o que fazia tinha êxito. Em outros tempos, que exigissem um estilo diferente, seguramente teria sucumbido, pois não saberia mudar seu caráter ou sua maneira de proceder.

Há duas razões que contrariam a possibilidade de se mudar desta forma: a primeira é que não podemos sopitar nossas inclinações naturais; a segunda, que é impossível convencer alguém que teve êxito agindo de determinado modo de que deve agir de forma diversa. Por isto a sorte dos homens varia: a sorte altera os tempos, mas nem todos modificam sua conduta.

Os Estados se perdem, também, quando as suas instituições não mudam com as circunstâncias, como já demonstrei longamente; contudo, perdem-se menos depressa, porque se modificam com mais dificuldade — é necessário, para a sua ruína, que todo o Estado seja perturbado: e uma só pessoa não pode provocar resultados tão extensos.

Como citamos o exemplo de Fábio Máximo, que soube deter o avanço de Aníbal, procurarei examinar, no capítulo seguinte, se um general pode evitar o combate quando o adversário quer engajá-lo em batalha a qualquer preço.

Capítulo Décimo

Nenhum general pode evitar o combate quando seu adversário quer obrigá-lo a combater.

"Caius Sulpitius, dictador, adversus Gallos bellum trahebat, nolens se fortunae committere adversus hostem quem tempus deteriorem in dies et locus alienus facerent" ("O ditador Caio Sulpício prolongava a guerra contra os gauleses, não querendo arriscar-se ao enfrentar um inimigo a quem o tempo e a terra estrangeira debilitavam mais e mais, a cada dia que passava").

Quando todos os homens (ou pelo menos uma grande parte deles) estão em erro, não é mal que se demonstre repetidamente o seu equívoco. Por outro lado, embora já tenha mostrado diversas vezes como a conduta dos nossos contemporâneos difere da dos antigos, nas situações de importância, penso que não será supérfluo retornar ao tema. É sobretudo no que diz respeito à arte da guerra que há um afastamento, em nossos dias, dos princípios aos quais os antigos atribuíam a maior importância.

Este inconveniente resulta do fato de que os governantes das repúblicas e os príncipes abandonaram a estrangeiros o comando de seus exércitos, para escapar com mais facilidade aos perigos da guerra. Quando se vê hoje um monarca à frente das tropas, isso não significa que sua conduta seja mais meritória; trata-se, muitas vezes, de uma decisão inspirada na vaidade, e não no verdadeiro amor à glória.

Cometem esses príncipes às vezes erros menos graves, colocando-se à frente das suas tropas, retendo toda a autoridade do comando. Já as repúblicas, em especial as italianas, delegam o comando, porque não têm qualquer conhecimento da arte militar; mas, pretendendo causar boa impressão, fingem dirigir as operações, cometendo por isto mil erros.

Embora já tenha em parte mencionado alguns desses erros, não quero silenciar sobre um dos mais importantes.

Quando esses príncipes preguiçosos e essas repúblicas efeminadas enviam um general em campanha, a ordem mais sábia que lhe dão é a de proibi-lo, sob qualquer pretexto, de travar batalha, evitando mesmo o mais ligeiro combate. Com isto, imaginam imitar a prudência de Fábio Máximo — que salvou Roma ganhando tempo — sem perceber que tal determinação é quase sempre inútil, ou mesmo perigosa, pois é evidente que um general não pode fugir ao combate se o inimigo está resolvido a enganjá-lo na luta a qualquer preço. Dar-lhe uma tal ordem é dizer-lhe que combata conforme a conveniência do inimigo, e não a sua própria. Com efeito, para manter-se em campanha e fugir ao combate, é preciso afastar-se do inimigo pelo menos cinqüenta milhas e ter informantes fiéis que possam dar notícia da sua aproximação, de modo a permitir o deslocamento das tropas que não querem combater.

Há um outro meio ainda: refugiar-se numa cidade. Mas todas essas opções implicam graves riscos. No primeiro caso, o país será abandonado ao inimigo; e um príncipe corajoso preferirá os perigos do combate a prolongar a guerra às custas dos seus súditos. No segundo, a derrota será inevitável: refugiando-se numa cidade, o inimigo se apressará a assediá-la, e logo a fome provocará sua rendição. Adotar um desses meios para evitar o combate é, por conseguinte, perigoso demais.

O método adotado por Fábio Máximo, mantendo-se em terreno elevado, é bastante bom, quando se tem à disposição um exército valente, que o inimigo não ousa atacar numa posição vantajosa. Não se pode dizer, aliás, que Fábio evitava a luta, mas sim que queria travá-la quando fosse mais oportuno. Se Aníbal tivesse vindo ao seu encontro, Fábio o teria esperado, engajando-se em combate; Aníbal, porém, jamais aceitou a luta do modo que lhe era oferecida pelo adversário. Assim, evitava o combate tanto quando Fábio. Entretanto, se um dos dois tivesse querido combater a qualquer preço, o outro só teria uma das duas alternativas que indiquei — ou então a fuga.

Há inúmeros exemplos que demonstram a verdade do que afirmo — principalmente as guerras que os romanos sustentaram contra Filipe da Macedônia, pai de Perseu. Atacado pelos romanos, Felipe evitou o combate; para isto, fez o mesmo que Fábio na Itália: acampou com todo o exército no cume de uma montanha, fortificando sua posição, convencido de que os romanos não teriam a coragem de atacá-lo. Mas não foi isso que aconteceu, e as tropas de Roma o expulsaram do local. Sem a possibilidade de resistir ao ataque, Felipe foi obrigado a fugir com uma parte do seu exército, só escapando à destruição total porque a região era tão difícil que os romanos não puderam persegui-lo.

Filipe não queria combater, mas, tendo acampado perto dos adversários, foi forçado a fugir. Esta experiência lhe ensinou que, quando se quer evitar a luta, não basta refugiar-se no alto de uma montanha. Como não queria ocultar-se por trás de muralhas, resolveu manter-se afastado dos romanos; se estes invadiam uma província, se retirava para uma outra, e surgia de súbito naquela que o inimigo abandonara. Contudo, percebendo por fim que alongar desse modo a guerra só fazia piorar sua situação, e que os seus súbitos estavam sendo prejudicados do mesmo modo por ele e pelos inimigos, decidiu-se a entrar em combate com os romanos.

É vantajoso evitar o combate quando se tem as vantagens que tinham Fábio ou Caio Sulpício; isto é, quando se possui tropas corajosas e bem disciplinadas, e o inimigo não ousa atacar, devido à sua posição desvantajosa no terreno, ou à escassez de suprimentos. Nessas circunstâncias, é útil fugir ao combate, pela razão indicada por Tito Lívio: "Nolens se fortunae committere adversus hostem quem tempus deteriorem in dies et locus alienus facerent". Em qualquer outra circunstância, evitar a luta é tão vergonhoso quanto funesto. Com efeito, fugir — como Filipe — é de certo modo reconhecer a derrota, e representa uma desonra ainda maior porque não se deu nenhuma prova de coragem. E se a fuga lhe valeu, não aconteceria o mesmo com outro, que não recebesse o apoio do país.

Ninguém contestará que Aníbal foi um grande mestre da arte da guerra; quando avançou para opor-se ao progresso de Cipião na África, não há dúvida de que teria prolongado a guerra, se visse nisto alguma vantagem; general hábil, comandando um exército aguerrido, talvez tivesse podido alcançar o mesmo êxito de Fábio na Itália. Se não agiu assim, deve ter tido algum motivo de importância. De fato, um príncipe que consegue reunir um exército mas que, sem dinheiro e sem aliados, sente que não poderá mantê-lo por muito tempo, será um insensato se não tentar a sorte antes que suas tropas se dissolvam; deixando o tempo passar, se exporá ao risco crescente de perder tudo o que a vitória lhe poderia trazer.

Outra consideração importante é a de que, mesmo com o risco da perdição, é a glória que se pretende adquirir; e é mais glorioso ceder à força do que sucumbir de outra forma. Aníbal, conseqüentemente, devia estar impulsionado por necessidade poderosa.

Por outro lado, quando Aníbal atrasou a batalha, ou quando Cipião deixou de atacá-lo nas suas trincheiras, este último já tinha vencido Sífax, e suas conquistas africanas eram tão amplas que lhe seria possível permanecer até com a mesma segurança e os mesmos recursos que teria na Itália. Já a situação de Aníbal em relação a Fábio era bem diferente — como era a dos gauleses com respeito a Sulpício.

Aquele que invade o território inimigo tem menos condições de evitar a luta: ao penetrá-lo, deve necessariamente enganjar-se em combate com o adversário, se este avançar ao seu encontro; e se cercar uma cidade, estará se expondo ainda mais à necessidade de combater. Foi o que aconteceu em nossos dias com Carlos, duque de Borgonha, quando cercou Morat, a cidade suíça: os suíços o atacaram, derrotando-o. Um desastre semelhante acometeu, durante o assédio de Novara, o exército francês, que foi também derrotado pelos suíços.

Capítulo Décimo Primeiro

Quem precisa enfrentar vários adversários conseguirá vencê-los, a despeito da sua inferioridade, desde que resista ao primeiro embate.

O poder dos tribunos do povo era muito amplo e, como dissemos mais de uma vez, necessário. De que outro modo seria possível frear a ambição dos nobres, que logo teria corrompido a república? Todavia, como todas as instituições contêm um mal intrínseco, que gera novos incidentes, torna-se sempre indispensável recorrer a medidas inovadoras.

O orgulhoso poder tribunício era temido pela nobreza e por todos os cidadãos, o que teria sido funesto para a liberdade se Ápio Cláudio não houvesse demonstrado de que modo era possível defender-se da ambição dos tribunos. Como sempre se podia encontrar entre os tribunos um homem fraco e corruptível, ou um amigo do bem público, sugeria-se a este a idéia de se opor à vontade dos colegas todas às vezes que aqueles pretendessem aprovar moção contrária aos desejos do Senado. Isto permitiu temperar eficazmente a autoridade dos tribunos, durante muito tempo, num sentido favorável à república.

O referido me faz pensar que quando vários homens poderosos se unem contra um adversário igualmente poderoso, este último vencerá, embora tenha menos força do que o conjunto dos seus inimigos. Um homem sozinho tem recursos infinitos, que vários homens reunidos usam com menor facilidade; por outro lado, para ele é sempre possível, mediante uma certa astúcia, semear a desinteligência entre os adversários coligados, enfraquecendo assim uma união que parecia tão forte. Não ilustrarei este ponto com exemplos retirados da antiguidade (embora estes não faltem), contentando-me com alguns episódios ocorridos em nossos dias.

Em 1484, toda a Itália conspirava contra Veneza. Esta se encontrava em situação desesperada, com o exército já incapaz de resistir, quando os venezianos conseguiram corromper Ludovico, que governava Milão. Por meio de um tratado, fruto dessa corrupção, Veneza pôde recuperar todo o território que havia perdido, usur-

pando ainda uma parte de Ferrara. Deste modo, foi vitoriosa na paz, embora tivesse perdido a guerra.

Há alguns anos, toda a Europa se aliou contra a França; contudo, a Espanha abandonou essa aliança antes do fim da guerra, fazendo a paz com os franceses. Assim, pouco tempo depois; os outros aliados se viram obrigados também a entrar em negociações com a França.

Por conseguinte, sempre que muitos inimigos se aliarem contra um só país, dever-se-á ter como certo que este último sairá vitorioso, desde que as suas forças sejam suficientes para resistir aos primeiros ataques e desde que, ganhando tempo, possa aguardar uma oportunidade mais favorável. Se não for assim, estará exposto a grave perigo. Foi o que aconteceu com os venezianos em 1508: se tivessem podido ganhar tempo, ao enfrentar o exército francês, obtendo o apoio de alguns dos que se haviam aliado contra o seu país, teriam evitado os desastres que os atingiram; contudo, como não tinham a força suficiente para deter o inimigo, nem o tempo necessário para provocar sua desunião, foram derrotados.

De fato, logo que o papa recuperou o que lhe pertencia, ofereceu-lhes sua amizade; e a Espanha fez o mesmo. Se estivesse em seu poder, esses soberanos teriam de boa vontade permitido a Veneza conservar a Lombardia, em lugar de mantê-la sob o domínio francês, e evitariam assim o aumento do poder da França em território italiano. Os venezianos poderiam, portanto, ter cedido uma parte do seu domínio para preservar o resto; se tivessem tomado esta decisão oportunamente, ela seria uma boa alternativa (desde que não parecesse um procedimento ditado pela necessidade). Uma vez declarada a guerra, esta conduta passou a ser vergonhosa, e deixou de trazer qualquer vantagem. Mas a verdade é que, em Veneza, poucos cidadãos podiam prever os perigos que ameaçavam a república; muito poucos tinham idéia de como evitá-los, e ninguém estava em condições de dar conselho aos governantes.

Para retornar ao assunto deste capítulo, concluo afirmando que todo príncipe atacado por um número grande de inimigos triunfará sobre eles, desde que saiba empregar com prudência os meios de semear a desunião, da mesma forma como fazia o Senado romano, ao encontrar, na pluralidade dos tribunos, o remédio contra a ambição destes.

Capítulo Décimo Segundo

Um general prudente deve impor aos comandados a necessidade de combater, retirando-a ao inimigo.

Já falei muitas vezes sobre a influência útil que a necessidade exerce sobre a conduta dos homens, levando-os em algumas ocasiões aos píncaros da glória. Tive também ocasião de dizer que os filósofos moralistas escreveram que a língua e a mão do homem — os dois instrumentos mais nobres da sua glória, responsáveis pelo grau de grandeza e perfeição que encontramos nos monumentos erigidos pela sabedoria humana — só teriam conseguido resultados imperfeitos, se a necessidade não o tivesse motivado.

Convencidos do poder da necessidade, que redobra o ardor das tropas no combate, os generais antigos empregavam todos os recursos do seu gênio para fazer com que seus soldados a sentissem. Por outro lado, empenhavam-se no sentido de que os adversários agissem do modo contrário, abrindo-lhes caminhos que poderiam obstaculizar, e impedindo a seus próprios homens o acesso a outros caminhos que poderiam deixar livres. Com efeito, quem quiser que uma cidade sitiada se defenda com obstinação, ou que um exército combata até suas últimas forças, deve esforçar-se, acima de tudo, para que seus soldados sejam penetrados pelo sentimento da necessidade da luta.

Por isto o general hábil, incumbido de apossar-se de uma cidade, mede a maior ou menor facilidade da missão pela necessidade que o inimigo sinta de se defender. Se houver tal necessidade, deverá esperar grande resistência ao ataque; em caso contrário, não encontrará uma resistência muito viva.

Depois de uma revolta, as cidades são mais difíceis de vencer do que quando se as ataca pela primeira vez. Não precisando temer nenhum castigo, elas se submetem com facilidade; mas quando se revoltam, tornam-se obstáculos bem mais difíceis, porque se sentem culpadas, e temem a punição.

Esta obstinação pode originar-se também no ódio recíproco que sentem as monarquias ou repúblicas vizinhas, motivadas pela ambição de domínio ou pela inve-

ja: é o que acontece sobretudo entre as repúblicas, como na Toscana. Estes ódios e ciúmes criarão sempre a maior dificuldade à sua sujeição mútua. Entretanto, se examinarmos atentamente quais são os vizinhos de Florença e os de Veneza, não nos espantaremos (como acontece com muitos) de que Florença, tendo gasto mais com a guerra, tenha obtido menos do que Veneza. Na verdade, as cidades vizinhas de Veneza se defenderam com menos firmeza do que as que Florença conquistou. As primeiras, acostumadas a viver sob um príncipe, já não eram livres — e os povos habituados à servidão são indiferentes à mudança de senhor, mudança esta que muitas vezes desejam. Por isto Veneza, que tinha vizinhos mais poderosos que os de Florença, encontrou cidades menos dispostas a resistir, vencendo-as mais facilmente do que esta última, rodeada que estava por cidades independentes.

Para retornar ao primeiro ponto desta exposição, direi que o general que sitia uma cidade deve usar todos os recursos disponíveis para impedir que as forças sob assédio sintam a necessidade de se defender; poderá, assim, extinguir nelas a vontade de uma resistência opiniática. Os meios a usar são, ou a promessa do perdão, caso temam o castigo, ou, se temem pela sua liberdade, a garantia de que não se prejudicará o bem geral, mas apenas o pequeno número de ambiciosos que a dominam. Foi isso que facilitou muitas vezes a rendição de certas cidades.

Embora tais promessas, quando feitas pelos atacantes, não convençam a todos — e em especial os homens mais experientes — elas seduzem facilmente o povo; desejando um presente tranqüilo, este não vê a armadilha que encobrem. Muitas cidades caíram assim na servidão; foi o que aconteceu em nossa época, com Florença — e também a Crasso e seu exército. Embora convencido da má fé dos partas, que só faziam promessas a seus soldados para tirar-lhes o desejo de se defender, Crasso nunca pôde fazê-los sentir a necessidade da defesa, de tal modo estavam cegos pelas ofertas de paz dos inimigos. É o que se percebe, lendo a vida daquele general.

Incitados pela ambição de uns poucos cidadãos, os samnitas violaram o tratado que haviam concluído, invadindo e pilhando terras dos aliados de Roma. Logo depois, contudo, enviaram à Roma embaixadores para implorar a paz e oferecer a restituição de tudo que se tinham apossado, entregando os autores da pilhagem. Mas a proposta foi recusada, e os embaixadores retornam sem esperança de acomodação. Cláudio Pôncio, que comandava o exército, explicou aos samnitas, num discurso memorável, que os romanos queriam a guerra a qualquer preço e que, por mais forte que fosse a disposição samnita em favor da paz, precisariam obedecer à necessidade que lhes impunha a luta. Suas palavras foram: "Justum est bellum, quibus est necessarium; et pia arma, quibus nisi in armis spes est" ("Justas são a guerra, quando é necessária, e as armas, quando constituem a única esperança"). Sobre tal necessidade Cláudio e seu exército fundamentaram a esperança de vitória.

Para não precisar retornar a este assunto, vou citar ainda alguns exemplos, extraídos da história romana, que me parecem notáveis.

Caio Manílio tinha ido com suas tropas enfrentar-se às forças de Veios; como uma parte do exército inimigo havia penetrado nas suas fortificações, Manílio acorreu com um destacamento de escol, fechando todas as saídas do campo. Vendo-se cercado, o inimigo combateu com a coragem do desespero; o próprio Manílio foi morto, e o exército romano teria sido totalmente liquidado se um tribuno não houvesse aberto prudentemente uma saída.

Enquanto a necessidade obrigou os soldados ao combate, eles lutaram com furor; contudo, logo que perceberam a existência de uma saída, preferiram a fuga.

Os volscos e os équos tinham penetrado em território romano, e os cônsules foram enviados para defender a cidade dessa invasão. Durante o combate, os volscos, comandados por Vétio Méssio, encontraram-se subitamente aprisionados entre as posições ocupadas pelos romanos e o segundo exército consular. Sentindo que só lhes restava abrir caminho com a espada, ou então morrer, Vétio se dirigiu aos soldados, dizendo: "Ite mecum, non murus, nec vallum, sed armatis obstant: virtude pares, necessitate, quae ultimum ac maximum telum est, superiores estis" ("Vinde comigo; não há aqui muros nem fossos, mas homens armados contra homens armados; corajosos como os inimigos, sois superiores pela necessidade, que é a arma extrema e a mais forte de todas").

Como se vê, o próprio Tito Lívio chama a necessidade de "ultimum ac maximum telum": "a arma extrema e a mais forte de todas".

Camilo, o mais prudente de todos os generais romanos, tinha acabado de entrar na cidade de Veios com os seus soldados; para facilitar a conquista, tirando ao inimigo a necessidade de continuar se defendendo, mandou anunciar a proibição de fazer mal aos habitantes que estivessem desarmados. Foi o bastante para que todos abandonassem suas armas, e a cidade fosse tomada quase que sem derramamento de sangue. Sua conduta, neste episódio, serviu depois de modelo para muitos outros generais.

Capítulo Décimo Terceiro

Se um general competente, comandando um exército débil, merece mais confiança do que um comandante pouco capaz, comandando um exército forte.

Banido de Roma, Coriolano se refugiou entre os volscos e reuniu um exército para assediar aquela cidade, tendo deixado de fazê-lo mais por amor à mãe do que devido às defesas dos romanos. Tito Lívio se utiliza deste exemplo para demonstrar que a grandeza da república se deveu mais à capacidade dos seus generais do que à coragem dos seus soldados, observando que os volscos, que até aquele momento tinham sido derrotados, tornaram-se vitoriosos graças à chefia de Coriolano.

Embora Tito Lívio enuncie tal opinião, lê-se em vários pontos do seu livro que, privados de comando, os soldados romanos sempre deram provas admiráveis de coragem, mostrando disciplina e efetividade depois da morte dos cônsules, como aconteceu com o exército enviado à Espanha sob os Cipiões. Tendo morrido os dois generais, o exército não só se salvou como conseguiu vencer o inimigo, mantendo o domínio da república sobre aquela importante província.

Se examinarmos com atenção esses fatos, encontraremos muitos exemplos nos quais a coragem dos soldados bastou para assegurar a vitória, e também um grande número de casos nos quais o êxito se deveu à capacidade do comandante; não há dúvida de que o exército precisa do seu chefe, e vice-versa.

É preciso ver, em primeiro lugar, o que se deve temer mais: se um bom exército mal comandado, ou um mal exército chefiado por um bom general. Para ficar com o que dizia César, uma coisa não é pior do que a outra. Ao chegar à Espanha, para dar combate a Afrânio e a Petreio, que tinham sob suas ordens um excelente exército, César comentou que isto não tinha importância, "quia ibat ad exercitum sine duce" ("porque ia enfrentar um exército sem comando"). Mas, quando foi à Tessália combater Pompeu, declarou: "vado ad ducem sine exercitum" ("vou enfrentar um comandante sem exército").

Capítulo Décimo Terceiro

Se um general competente, comandando um exército débil, merece mais confiança do que um comandante pouco capaz, comandando um exército forte.

Banido de Roma, Coriolano se refugiou entre os volscos e reuniu um exército para assediar aquela cidade, tendo deixado de fazê-lo mais por amor à mãe do que devido às defesas dos romanos. Tito Lívio se utiliza deste exemplo para demonstrar que a grandeza da república se deveu mais à capacidade dos seus generais do que à coragem dos seus soldados, observando que os volscos, que até aquele momento tinham sido derrotados, tornaram-se vitoriosos graças à chefia de Coriolano.

Embora Tito Lívio enuncie tal opinião, lê-se em vários pontos do seu livro que, privados de comando, os soldados romanos sempre deram provas admiráveis de coragem, mostrando disciplina e efetividade depois da morte dos cônsules, como aconteceu com o exército enviado à Espanha sob os Cipiões. Tendo morrido os dois generais, o exército não só se salvou como conseguiu vencer o inimigo, mantendo o domínio da república sobre aquela importante província.

Se examinarmos com atenção esses fatos, encontraremos muitos exemplos nos quais a coragem dos soldados bastou para assegurar a vitória, e também um grande número de casos nos quais o êxito se deveu à capacidade do comandante; não há dúvida de que o exército precisa do seu chefe, e vice-versa.

É preciso ver, em primeiro lugar, o que se deve temer mais: se um bom exército mal comandado, ou um mal exército chefiado por um bom general. Para ficar com o que dizia César, uma coisa não é pior do que a outra. Ao chegar à Espanha, para dar combate a Afrânio e a Petreio, que tinham sob suas ordens um excelente exército, César comentou que isto não tinha importância, "quia ibat ad exercitum sine duce" ("porque ia enfrentar um exército sem comando"). Mas, quando foi à Tessália combater Pompeu, declarou: "vado ad ducem sine exercitum" ("vou enfrentar um comandante sem exército").

Há um outro aspecto a ser considerado: será mais fácil a um bom general criar um bom exército, ou a um exército formar um bom general? Acredito que a dúvida está resolvida, pois um grupo de bravos poderá condicionar um homem sozinho, inspirando-lhe coragem, mais facilmente do que seria possível a este último reformar um grupo numeroso.

Quando Lúculo foi enviado para lutar contra Mitrídates, não tinha nenhuma experiência de guerra; sem embargo, as corajosas tropas sob o seu comando, que tinham tido tantos chefes valorosos, fizeram dele, em pouco tempo, um excelente general.

Por outro lado, conta-se que os romanos, à falta de homens livres, foram obrigados a armar um grande número de escravos, confiados à instrução de Semprônio Graco — os quais, em pouco tempo, foram convertidos numa tropa excelente. Depois de ter livrado Tebas do jugo dos lacedemônios, Pelópidas e Epaminondas transformaram camponeses em soldados corajosos, capazes de resistir ao ataque das tropas de Esparta, e de vencê-las.

Nos dois casos citados, o êxito parece ter sido o mesmo. Contudo, sem um bom chefe, um bom exército se torna em geral insolente e perigoso, como aconteceu com as tropas da Macedônia depois da morte de Alexandre, ou com os veteranos depois das guerras civis.

Estou convencido que se deve confiar mais no general que tenha a possibilidade de instruir seus soldados, e de armá-los, do que no exército indisciplinado que tenha escolhido tumultuadamente o próprio comandante. Portanto, merecem duplo louvor e são duplamente gloriosos os generais que triunfaram no campo de batalha depois de formar seu próprio exército, disciplinando-o. Dessa forma, puderam demonstrar um duplo talento — exemplo tão raro e difícil que, se exigíssimos tal conduta, muitos comandantes ilustres não teriam alcançado a reputação de que gozam.

Capítulo Décimo Quarto

Os efeitos que têm, numa batalha, novas invenções ou frases inesperadas.

Muitos exemplos demonstram a importância que pode ter, num distúrbio ou numa batalha, uma frase que se ouça ou algo que se veja inesperadamente. Um dos casos mais marcantes se relaciona com a batalha dos romanos contra os volscos, durante a qual o cônsul Quíncio, ao perceber que uma das alas do seu exército perdia terreno, ordenou-lhe manter a posição porque a outra ala estava vitoriosa. Essas palavras encorajaram as tropas, espantando o inimigo e assegurando a vitória.

Se palavras como essas têm tanta influência num exército bem disciplinado, terão ainda mais numa tropa sem ordem, que se deixa levar facilmente. Vou relatar, a este propósito, um notável exemplo contemporâneo.

Há alguns anos, Perugia estava dividida em duas facções: a dos Odi e a dos Baglioni; estes últimos prevaleciam, tendo condenado os Odi ao exílio. Os exilados, porém, reuniram um exército num lugar vizinho e conseguiram penetrar em Perugia à noite, graças à colaboração de alguns espiões que tinham na cidade, e estavam a ponto de ocupar a praça principal, sem que tivessem sido descobertos. Como as saídas de todas as ruas estavam interditadas por correntes de ferro, o grupo atacante levava à frente um homem que rompia suas fechaduras, para permitir a passagem dos cavaleiros. Faltava romper a última corrente, para permitir o ingresso na praça, e o povo já se levantava em armas quando o homem incumbido de quebrá-las, precisando de espaço para trabalhar, gritou à multidão que o cercava: "Para trás!" Essas palavras, mal interpretadas, puseram em fuga os que se encontravam em último lugar; aos poucos, o susto se espalhou por toda a tropa, que se dispersou na maior desordem. Devido a um incidente banal, os Odi não puderam executar seu projeto.

A ordem é, portanto, essencial num exército, não só para que se combata sem confusão, mas também para que um incidente qualquer não crie dificuldades. Por essa razão, as massas populares são inúteis na guerra: o menor tumulto, o mais leve ruído, uma só palavra bastam para espantar a multidão, levando-a à fuga.

O general capaz deve determinar quais as pessoas incumbidas de transmitir suas ordens aos vários corpos do exército, habituando-os a não aceitar senão os comandos dados pelos chefes, os quais, por sua vez, só devem repetir as ordens que lhes hajam sido confiadas. Se não se agir em exata conformidade com tais disposições, o resultado poderá ser a desordem mais funesta.

Os generais devem empregar toda a sua habilidade para fazer surgir, no campo de batalha, objetos inusitados, que inspirem coragem a seus soldados e espantem o inimigo: este é um dos meios mais eficazes de assegurar a vitória. Pode-se citar, a este propósito, o ditador Caio Sulpício. Ao enfrentar os gauleses, Caio armou todos os criados, e outras pessoas inúteis que seguiam o exército, montando-os em animais de carga, com bandeiras, de modo a que fossem tomados pela cavalaria regular. A seguir, postou-os atrás de uma colina, ordenando que se mostrassem ao inimigo quando recebessem um sinal, no auge da batalha. O estratagema, que foi bem executado, causou tal espanto aos gauleses que os fez perder a batalha.

Como se vê, o general deve atentar para duas coisas: a conveniência de inspirar terror ao inimigo com alguma destas invenções, e a necessidade de não sucumbir perante um ardil montado pelo adversário. Foi como agiu o rei das Índias contra Semíramis. Sabendo que o rei possuía um grande número de elefantes, Semíramis mandou "fabricar" um certo número desses animais, usando couro de boi e de búfalo, estendido sobre camelos. O rei, contudo, descobriu o engano e a astúcia de Semíramis foi inútil, tendo mesmo um resultado desfavorável.

Mamerco tinha sido designado ditador contra os fidenatos. Estes, para aterrorizar os soldados romanos, ordenaram a um certo número de soldados que, no auge do combate, saíssem de Fidena com a ponta das suas lanças em fogo, na esperança de que os inimigos, diante do espetáculo, fugissem em desordem.

Quanto mais esses estratagemas têm a aparência de realidade, melhor se pode utilizá-los. Se possuem algum fundamento real não será possível descobrir à primeira vista o que têm de ilusório; em caso contrário, será bom não empregá-los, ou pelo menos tê-los bastante afastados, para que sua falsidade não seja descoberta; foi o que fez Caio Sulpício, com os criados que fantasiou de cavaleiros.

Mas se esses estratagemas não passam de uma vã aparência, podem tornar-se funestos, perdendo sua utilidade. Foi o que aconteceu com os elefantes de Semíramis, e com as tochas dos fidenatos. Neste último episódio, os romanos a princípio se assustaram, mas o ditador perguntou aos soldados se não tinham vergonha de fugir da fumaça, como as abelhas, obrigando-os a retornar ao combate, exclamando: "Suis flammis delete Fidenas, quas vestris beneficiis placare non patuistis", o que quer dizer: "Vamos destruir com as suas próprias chamas esta Fidena que não pudemos aplacar com os nossos benefícios". Assim, a astúcia dos fidenatos de nada lhes valeu, e foram vencidos na batalha.

Capítulo Décimo Quinto

Todo exército deve obedecer a um só comandante, e não a vários; a multiplicidade de chefes é nociva.

Os fidenatos se haviam revoltado, massacrando os colonos enviados por Roma. Como vingança, os romanos nomearam quatro tribunos com autoridade consular; um deles foi incumbido de guardar a cidade, e os três outros marcharam contra Fidena e Veios. Entretanto, como havia uma desavença entre os tribunos, o único resultado dessa expedição foi a desonra, e só a coragem dos soldados impediu que terminasse em desastre.

Em conseqüência, os romanos, tomando consciência da imprudência que tinham cometido, designaram um ditador, para que a presença de um chefe único restabelecesse a ordem que os tribunos tinham rompido.

O episódio mostra a inutilidade de ter vários comandantes num mesmo exército, ou numa cidade obrigada a defender-se. Tito Lívio expõe claramente esta idéia, dizendo: "Tres tribuni potestate consulari documento fuere quam plurium imperium bello inutile esset; tendendo ad sua quisque consilia, cum alii aliud videretur, aperuerunt ad occasionem locum hosti". Isto é: "Três tribunos, com poder consular, demonstraram como é pouco útil, na guerra, o comando de mais de uma pessoa; cada um segue a própria opinião, e como as opiniões diferem, deixa-se o flanco aberto ao inimigo".

Embora fique provada, de modo evidente, a inconveniência da multiplicidade de chefes, vou relatar alguns episódios ilustrativos, antigos e modernos.

Em 1500, quando Luís XII, rei da França, tomou Milão, enviou uma parte das suas tropas à Pisa, para restituir aquela cidade aos florentinos; estes, por sua vez, designaram como comissários João Batista Ridolfi e Lucas dos Albizzi, filho de Antônio. João Batista era um homem de elevada reputação, com longa experiência, e por isso Lucas deixou-o governar sozinho. Mas, se bem não manifestasse abertamente a ambição que o movia, opondo-se às opiniões do colega, a exprimia pelo silêncio, pelo desprezo e desagrado que demonstrava pelos negócios do Estado. As-

sim, em vez de influenciar as operações militares, pela ação ou com seus conselhos, Lucas era visto como um incapaz. Contudo, logo pôde demonstrar o contrário: um acidente obrigou João Batista a regressar à Florença, e Lucas, só à frente do governo, demonstrou ter coragem, habilidade e bom conselho — qualidades que permaneciam inúteis enquanto governava com um colega ao seu lado.

Para apoiar este exemplo, citarei de novo uma passagem de Tito Lívio, na qual o historiador conta que os romanos enviaram contra os équos Quíncio e Agripa, tendo este último exigido que o comando fosse confiado a Quíncio, comentando: "Saluberrimum in administratione magnarum rerum est summam imperii apud unum esse" ("Na administração das coias importantes, é de grande utilidade que uma só pessoa reúna toda a autoridade").

Mas as repúblicas e os príncipes seguem, hoje, conduta diferente: têm o hábito de confiar a direção das operações militares a vários comissários ou generais, sem perceber a desordem incalculável que disto resulta. Esse hábito se inscreve entre as causas da ruína de tantos exércitos italianos e franceses, que temos visto em nossos dias.

A conclusão a que chegamos é a seguinte: é menos perigoso encarregar um só homem de uma expedição perigosa — embora seja um homem de capacidade ordinária — do que incumbir disto dois homens superiormente capacitados, dando-lhes igual autoridade.

Capítulo Décimo Sexto

Em tempos difíceis, tem-se que recorrer à virtude verdadeira; mas quando tudo vai bem, sobressaem os homens ricos e de família influente, e não os homens virtuosos.

Quando tudo vai bem, os homens eminentes e virtuosos são esquecidos; a inveja que desperta sua reputação, baseada nas altas qualidades que têm, incita contra eles muitos cidadãos, que não só se julgam seus iguais, mas pensam mesmo ser superiores.

O historiador grego Tucídides tem uma passagem notável a este respeito: conta que, depois de vencer a guerra do Peloponeso, tendo dominado a Lacedemônia e submetido quase toda a Grécia, Atenas concebeu o projeto de se apoderar da Sicília, empreendimento que foi proposto ao povo. Alcibíades e alguns outros eram favoráveis, mas não pelo interesse público, senão pela sua ambição pessoal, pois pensava receber a chefia da expedição.

Querendo dissuadir o povo dessa idéia, Nícias, o cidadão mais ilustre de Atenas, fez um discurso no qual usou o argumento que lhe pareceu mais dramático, mostrando que o conselho que dava — de não fazer a guerra — contrariava seus interesses pessoais. De fato, enquanto prevalecesse a paz em Atenas, muitos cidadãos poderiam ultrapassar o seu prestígio; contudo, estava convencido de que, se se declarasse a guerra, nenhum cidadão seria superior ou mesmo igual a ele.

Um dos vícios dos governos populares é o desdém que alimentam, em tempos de paz, pelos homens superiores, para quem este tratamento é uma dupla fonte de desagrado: primeiro, porque os priva da situação que merecem; segundo, porque eleva homens desprezíveis, menos capazes do que eles, a posições superiores. Este abuso tem sido, nas repúblicas, fonte contínua de desordem, pois os cidadãos que se julgam desprezados injustamente, sabendo que isto se deve aos tempos de paz e de tranqüilidade, esforçam-se por provocar dificuldades e promover guerras prejudiciais aos interesses da república.

Se refletirmos sobre os remédios que podem ser aplicados a tal situação, lembraremos dois: o primeiro é manter os cidadãos na pobreza, para que a riqueza, sem virtudes, não possa corromper; o segundo é orientar para a guerra todas as instituições, num regime de preparação contínua, utilizando perenemente a colaboração de homens capacitados, como fez Roma nos primeiros tempos da sua existência. O costume de manter sempre um exército em campanha alimentava sem cessar a coragem dos cidadãos; não se podia deixar de atribuir aos melhores o tratamento devido, porque, se isto acontecesse — por engano ou por experiência — o resultado seria uma tal desordem, e traria tais perigos, que se preferia retornar logo ao bom caminho.

Mas as repúblicas cujas instituições têm outro espírito, e que só vão à guerra movidas pela necessidade, não se podem proteger deste inconveniente; ao contrário, parecem precipitar-se no problema. Por essa razão, haverá sempre distúrbios no seu seio, se algum cidadão de valor que se negligencia for vingativo, ou se tiver muitas relações e boa reputação. Roma soube defender-se durante muito tempo deste abuso; logo depois das vitórias sobre Cartago e Antíoco, não tendo mais porque temer a guerra, confiou o comando dos seus exércitos a quem o desejasse, não pelo seu valor, mas por outras qualidades que lhe valessem o favor do povo. Paulo Emílio, por exemplo, se candidatara várias vezes ao consulado, sem êxito; mas quando começou a guerra contra a Macedônia, foi eleito, recebendo de forma unânime a responsabilidade pela condução da guerra, de tal modo esta parecia arriscada.

Desde 1494, a cidade de Florença teve que sustentar muitas guerras. Todos os cidadãos incumbidos de governar o país nessas ocasiões fracassaram; foi quando, por acaso, se descobriu uma pessoa que demonstrou de que maneira se deve comandar um exército: Antônio Giacomini. Enquanto Giacomini teve que enfrentar guerras perigosas, a ambição dos outros cidadãos não se manifestou; ele nunca teve um competidor sério, quando se tratava de designar um general ou um comissário militar . Contudo, quando cessaram as guerras importantes e as operações militares passaram a ser meras oportunidades para a concessão de honrarias e patentes, surgiram rivais; e tantos, que, quando se quis escolher três comissários para dirigir o assédio de Pisa, Giacomini foi deixado à margem.

Embora não se possa provar, de modo incontestável, que o Estado florentino tenha sofrido com o esquecimento a que Giacomini foi relegado, esta é uma conjectura perfeitamente válida. De fato, como os habitantes de Pisa não tinham mais víveres, nem meios de defesa, Antônio Giacomini os teria pressionado tão vigorosamente que Pisa decerto se teria rendido. Mas os pisanos, vendo-se cercados por comandantes que não sabiam pressioná-los, nem conquistar sua cidade em combate franco, resistiram por tanto tempo ao assédio que obrigaram os florentinos a negociar sua rendição, quando poderiam tê-los vencido com a força das armas.

O esquecimento a que se condenou Giacomini poderia tê-lo irritado, e com razão; foi preciso toda sua paciência e todo seu valor para que não quisesse vingar-se, pela perdição da pátria (se isto fosse possível), ou de alguns dos seus rivais. Este é um perigo do qual as repúblicas devem preservar-se, conforme mostraremos no capítulo que se segue.

Capítulo Décimo Sétimo

Não se deve ofender um cidadão e depois confiar-lhe uma função de importância.

Não se deve jamais confiar uma função de importância no governo a quem tenha sofrido uma ofensa grave.

Sabemos que Cláudio Nero, o famoso cônsul, deixou o exército com que combatia Aníbal para se juntar, com uma parte dos seus soldados, ao outro cônsul, em Ancona, atacando Asdrúbal, que vinha reunir-se a Aníbal, seu irmão. Ora, na Espanha, onde estivera lutando contra Asdrúbal, Cláudio teve a oportunidade de forçá-lo a uma situação desvantajosa: obrigou-o a combater, para não morrer à míngua de alimentos. Mas Asdrúbal o entreteve com propostas enganosas de rendição, e conseguiu por fim escapar, roubando a Cláudio a esperada vitória. O episódio, logo que foi conhecido em Roma, provocou o descontentamento do Senado e do povo contra Nero; todos o criticavam, o que lhe causou desprestígio e indignação. Mais tarde, tendo sido enviado como cônsul para combater Aníbal, tomou a decisão que mencionamos. Os romanos, expostos a um perigo iminente, ficaram perturbados pelo espanto até receber a notícia de que Asdrúbal fora derrotado.

Quando se perguntou a Nero o motivo pelo qual tinha tomado uma decisão tão arriscada, pondo em perigo a cidade de Roma, sem ter sido obrigado a isto por uma necessidade extrema, respondeu que o fizera porque sabia que, vitorioso, poderia recuperar a glória perdida na Espanha; derrotado, ter-se-ia vingado dos romanos, que o haviam injuriado com tanta indiscrição, e de modo tão ingrato.

Vimos que o ressentimento por uma injúria teve grande influência sobre um cidadão romano, no tempo em que Roma não se achava ainda corrompida; o seu efeito, logo, não pode deixar de ser ainda mais profundo, tratando-se de cidadão de Estado bem diferente do que era Roma naquele tempo. Como não há remédio seguro que se possa receitar contra tais inconvenientes, intrínsecos ao governo das repúblicas, é impossível estabelecer uma república perpétua: de mil maneiras inopinadas ela caminha seguramente para a ruína.

Capítulo Décimo Oitavo

Nada é mais necessário para um general do que pressentir as intenções do inimigo.

Epaminondas, o tebano, dizia que nada é mais necessário e vantajoso para um general do que conhecer os projetos e as intenções do inimigo. Como este é um conhecimento difícil, merece louvor especial aquele que o consegue de modo especulativo.

E não só é difícil entender as intenções do inimigo, como às vezes o é também saber o que ele está fazendo — tanto o que faz ocultamente quanto suas ações mais evidentes. Quantas vezes, ao fim de uma batalha que terminou com o cair da noite, o general vitorioso se crê derrotado, e o derrotado, vencedor. Esse é um erro que já inspirou decisões funestas, como mostra o exemplo de Brutus e Cássio, que perderam deste modo todos os frutos do triunfo. A ala comandada por Brutus tinha derrotado o inimigo; Cássio, vencido, pensou que todo o exército tinha tido igual sorte; desesperado, apunhalou-se.

Quando a noite caiu, depois da batalha de Miragnano, na qual Francisco I da França enfrentou os suíços perto de Santa Cecília, na Lombardia, alguns suíços pensaram ter vencido, pois não tinham notícia dos seus companheiros derrotados e mortos. Este erro os perdeu, porque resolveram esperar o dia seguinte para voltar ao combate, com grande desvantagem. Participaram do seu erro os soldados do papa e o exército espanhol; este último esteve a ponto de provocar um desastre, pois, pensando sempre na vitória, atravessou o rio Pó; se tivesse continuado seu avanço, teria caído nas mãos dos franceses.

Erro semelhante ocorreu na guerra entre romanos e équos. O cônsul Semprônio tinha avançado com suas tropas ao encontro do inimigo, atacando-o e combatendo-o até a noite, com a sorte indecisa entre os dois exércitos. Por isto os soldados dos dois lados não quiseram retornar aos acampamentos, tomando posição sobre as colinas vizinhas, onde pensavam estar seguros. O exército romano se dividiu em dois corpos, um dos quais seguiu o cônsul, o outro permanecendo sob o comando do centurião Tempânio, cuja coragem tinha evitado a derrota completa

dos romanos, durante o dia. Quando amanheceu, o cônsul se retirou para Roma, sem procurar investigar o que tinha acontecido com o inimigo. O exército dos équos fez o mesmo. Os dois lados, pensando ter perdido a batalha, se retiraram, abandonando o campo ao adversário. Aconteceu então que Tempânio, tendo sabido por alguns inimigos feridos que os seus chefes se haviam retirado, voltou ao campo dos romanos, destruiu o dos équos, e retornou vitorioso à Roma.

Esse triunfo se deveu ao fato de que os romanos foram os primeiros a ter notícias da desordem que confundira o inimigo. Assim, vemos que dois exércitos podem estar sujeitos à mesma confusão, sob o efeito de iguais desvantagens, cabendo a vitória ao primeiro que souber da verdadeira situação do inimigo. Citarei outro exemplo, bem recente, relativo a Florença. Em 1498, os florentinos reuniram um exército numeroso contra Pisa, assediando aquela cidade, a qual os venezianos tinham tomado sob sua proteção. Estes, sentindo que não poderiam salvá-la, decidiram mudar o teatro das operações, atacando Florença em outro local. Penetraram, assim, com um forte exército pelo vale de Lamona, apoderando-se da cidade de Marradi e cercando o castelo de Castiglioni, situado na colina que domina aquela cidade.

Diante deste movimento do inimigo, os florentinos resolveram socorrer Marradi, sem diminuir o efetivo das forças que mantinham diante de Pisa. Reuniram assim um novo corpo de infantaria, equiparam um destacamento de cavaleiros e os enviaram naquela direção, sob o comando de Jacó IV de Apiano, senhor de Piombino, e do conde Rinuccio da Marciano.

Quando os florentinos se aproximaram da colina de Marradi, o inimigo abandonou as proximidades de Castiglioni, refugiando-se na cidade. Depois de alguns dias, os dois exércitos começaram a se ressentir da falta de alimentos e de outros gêneros de primeira necessidade. Sem ousar um ataque contra o adversário, e ignorando reciprocamente as dificuldades sentidas dos dois lados, na mesma noite florentinos e venezianos decidiram abandonar sua posição na madrugada seguinte, batendo em retirada: os venezianos rumo à Berzighela e Faenza, os florentinos na direção de Casaglia e Mugello.

Ao raiar o dia, os dois exércitos já tinham começado a se retirar, quando uma velha camponesa, que saía casualmente da cidade de Marradi, procurou os florentinos no seu acampamento para ver uns parentes. Os comandantes florentinos, informados por ela de que os venezianos se preparavam para partir, ganharam coragem, alterando sua decisão; pensando ser a causa da retirada do inimigo, marcharam ao seu encontro, informando depois Florença de que tinham expulso o exército veneziano.

Esta vitória teve uma só causa: os florentinos foram os primeiros a saber que os adversários recuavam; se a notícia tivesse chegado primeiro ao outro acampamento, teria produzido igual efeito em favor de Veneza.

Capítulo Décimo Nono

Se a clemência é mais necessária do que o rigor para governar a multidão.

A república romana estava dividida pela inimizade entre os nobres e o povo. Contudo, como começasse a guerra, foi enviado em campanha um exército sob o comando de Quíncio e de Ápio Cláudio. Este último, cujo estilo de comando era duro e grosseiro, foi mal obedecido pelos soldados; quase derrotado, teve que abandonar a província sob seu comando. Quíncio, quem, ao contrário, tinha temperamento suave e humano, fez-se obedecer sem dificuldades, e viu seus esforços coroados pelo êxito.

Pareceria, portanto, que, para governar a multidão, mais vale a humanidade do que a soberba, a clemência do que a crueldade. Não obstante, em passagem que é apoiada pela maior parte dos historiadores, Tácito dá uma opinião contrária, dizendo: "In multitudine regenda plus poena quam obsequium valet". Ou seja: "Para governar a multidão valem mais os castigos do que os favores".

Procurando a maneira de conciliar as duas opiniões, poder-se-ia dizer o seguinte: ou se governa homens que ordinariamente são nossos iguais, ou então pessoas que estão todo o tempo subordinadas a nós. Ora, não se pode usar contra nossos iguais, sem quaisquer restrições, as penas e o rigor de que fala Tácito; e como em Roma o povo partilhava com os nobres a soberania do Estado, quem recebia encargo de governo por tempo limitado não podia governar com rigor e brutalidade. De fato, os generais romanos que se faziam estimar pelas tropas, disciplinando-as com suavidade, tiveram mais êxito do que os que se faziam temer, a menos que tivessem qualidades excepcionais, com Mânlio Torquato.

Contudo, quem tem súditos sob suas ordens deve preferir o rigor à clemência, se quiser evitar que estes se tornem insolentes, e desrespeitem uma autoridade muito branda; é disto que nos fala Tácito.

Este rigor, entretanto, deve ser moderado, para não provocar o ódio; porque nenhum príncipe jamais teve qualquer vantagem em se fazer odiar.

A maneira de evitar o ódio dos súditos é respeitar seu patrimônio; é raro, por outro lado, que um príncipe queira verter sangue sem necessidade (a não ser que a espoliação seja o verdadeiro motivo do assassínio): e raramente surge uma tal necessidade. Contudo, se a avareza se junta à crueldade, as oportunidades e o desejo de derramar sangue se oferecem a cada instante, conforme mostramos longamente num tratado especial sobre este tema.

Quíncio merece, portanto, todos os elogios que se deve recusar a Cláudio. E a máxima de Tácito, digna de aprovação dentro de certos limites, não deve servir como guia em circunstâncias semelhantes àquelas em que se encontrava Ápio.

Como falei das conseqüências da brandura e da severidade, não creio que seja supérfluo mostra que um exemplo de comportamento humanitário pôde mais sobre os faliscos do que toda a força das armas.

Capítulo Vigésimo

Um exemplo de conduta humanitária pôde mais sobre os faliscos do que toda a força das armas romanas.

Quando Camilo assediava com seu exército a cidade dos faliscos, um mestre-escola, responsável pela educação das crianças das melhores famílias, querendo ser agradável a Camilo e aos romanos, saiu com os alunos, a pretexto de exercitá-los, e levou-os ao acampamento inimigo. Apresentando-os ao ditador, disse-lhe que poderiam ser usados como reféns, para a conquista da cidade.

Em vez de aceitar a proposta, Camilo fez com que o mestre-escola fosse despido; ordenou que suas mãos fossem atadas às costas e, dando a cada aluno uma verga, mandou reconduzi-lo à cidade a golpes. Os faliscos, impressionados, sentiram-se de tal modo tocados pela proibidade e pela humanidade de Camilo que decidiram entregar-se, abandonando a defesa da sua cidade.

Este episódio memorável prova que muitas vezes um ato de justiça e de humanidade tem influência maior sobre os homens do que a violência e a barbárie; freqüentemente as cidades e províncias que resistem aos exércitos, aos instrumentos de guerra e a toda a força dos homens se deixam desarmar por uma demonstração de humanidade ou de clemência, de castidade ou liberalidade. Além do fato que narrei, a história apresenta muitos outros. Vemos, assim, Pirro, que Roma não pôde expulsar da Itália, afastar-se do país quando Fabrício, demonstrando grandeza d'alma, lhe revelou a proposta feita aos romanos pelo seu médico, que queria envenená-lo.

Cipião, o africano, adquiriu menos reputação na Espanha com a tomada de Cartagena do que com o exemplo de honradez dado ao restituir ao esposo uma prisioneira jovem e bela, gesto que lhe valeu a afeição de toda a Espanha. Este exemplo demonstra também quanto os povos desejam que os grandes homens tenham essas virtudes, objeto do elogio dos historiadores, dos biógrafos dos príncipes, e de todos os que ensinam como estes se devem comportar.

Entre os últimos, Xenofonte se esforça para mostrar as vitórias, e honra o renome obtidos por Ciro graças à sua suavidade e ao seu caráter afável; e o cuidado que tinha em mão ser visto como orgulhoso, cruel ou dissoluto, e em ser imune aos vícios que maculam a vida dos outros homens.

Considerando, todavia, que Aníbal (cuja conduta era oposta à desses homens ilustres) alcançou também grande renome, e vitórias brilhantes, é preciso examinar essa diferença — o que farei no capítulo seguinte.

Capítulo Vigésimo Primeiro

Por que razão Aníbal, conduzindo-se na Itália de modo oposto ao comportamento de Cipião na Espanha, alcançou os mesmos resultados.

Parece-me natural o espanto de quem vê um general conduzir-se de modo completamente diverso daquele que descrevi, para alcançar os mesmos resultados — como se a vitória não dependesse dessas causas, e as virtudes não aumentassem a força ou o êxito, já que agindo de outro modo se consegue igualmente a glória e a reputação.

Contudo, para não me afastar do exemplo dos dois grandes homens já citados, e para melhor esclarecer meu pensamento, lembrarei que mal Cipião invadiu a Espanha, conquistou todos os corações pelas suas virtudes e humanidade; foi admirado e quase adorado pelos povos da Espanha. Já Aníbal, mal chega à Itália consegue o mesmo êxito, com uma conduta oposta — pela violência, pela crueldade, pela pilhagem e sobretudo pela sua má fé. De fato, todas as cidades italianas se revoltaram em favor de Aníbal, e todos os povos da região o seguiram.

Se examinarmos o assunto, encontraremos várias razões para explicar o que aconteceu. A primeira é a de que os homens são de tal modo ávidos por novidades que os que estão satisfeitos com sua situação desejam modificá-la, tanto quanto os que têm motivo real para isto. Com efeito, a experiência demonstra que os homens se atormentam mesmo quando são felizes, e se queixam também na adversidade. Esse fato facilita o trabalho de quem se põe à frente de qualquer reforma; se se trata de um estrangeiro, todos o seguem; se é natural do país é cercado, servido, fortalecido; e, como quer que aja, alcançará logo bons resultados.

Em segundo lugar, os homens são movidos por duas causas podersosas: o amor e o medo; é tão fácil fazer-se obedecer por temor como por afeição. Muitas vezes o chefe temido consegue melhor obediência do que o que é amado. Assim, não importa muito se um general segue um caminho ou outro, desde que tenha grande valor, qualidade que lhe dê reputação exaltada. Quando este valor chega ao grau de eminência de Aníbal e Cipião, compensa todas as faltas que poderiam ser cometi-

das pelo excesso de afeição ou de temor — já que desses dois modos de agir podem nascer problemas graves o bastante para causar a ruína de um príncipe.

Quem estiver por demais empenhado em conseguir a estima do povo, por menos que se afaste dos limites justos, só conseguirá o desprezo; e quem preferiu ser temido, mas agir sem moderação, transformar-se-á em objeto de ódio. Caminhar entre esses dois extremos é absolutamente impossível, dada a natureza do homem: assim, é necessário equilibrar-se com qualidades extraordinárias como as de Aníbal e de Cipião. Sabemos, contudo, que os dois foram prejudicados, e também exaltados, pelo modo de vida de cada um.

Já falei da glória alcançada por ambos. Foi na própria Espanha que Cipião sentiu os efeitos negativos do excesso de bondade, quando seus soldados, e alguns amigos, se rebelaram contra ele. A inquietação humana é tal que, diante da menor oportunidade que se abre à ambição, os homens esquecem os sentimentos que a magnanimidade do príncipe deveria inspirar-lhes — como demonstra o comportamento desses soldados e amigos de Cipião (que, para fazer face ao mal, foi obrigado a empregar o rigor que até então quisera evitar).

Não posso indicar nenhum episódio específico em que Aníbal tenha sido vítima da sua crueldade ou má fé; mas é lícito supor que o temor que inspirava foi a única razão por que Nápoles, e muitas outras cidades, mantiveram a aliança com Roma. É evidente, por outro lado, que seu comportamento ímpio o tornava mais execrável, aos olhos dos romanos, do que qualquer outro inimigo que a república tenha tido. Embora os romanos tenham revelado a Pirro a traição urdida para envenená-lo, quando invadiu a Itália à frente do seu exército, nunca quiseram perdoar Aníbal, perseguindo-o, errante e desarmado, até a morte.

Essas foram as desvantagens que trouxe a Aníbal sua reputação de homem cruel, ímpio e sem palavra. Por outro lado, essa mesma reputação lhe deu algumas vantagens importantes, que todos os historiadores registraram. Por exemplo: embora seu exército fosse composto de soldados de diferentes nacionalidades, nunca houve nele qualquer movimento de rebeldia — o que só se explica pelo terror que o general inspirava. Esse terror, ao lado da sua notória coragem, bastava para unir as tropas na obediência ao chefe.

Concluo, portanto, que não importa muito de que modo se conduz um comandante, desde que suas qualidades sejam suficientes para corrigir os excessos de um ou de outro modo de se conduzir: os dois estilos oferecem perigos e inconvenientes, como já dissemos, quando não são temperados por coragem e talento fora do comum.

Aníbal e Cipião obtiveram iguais resultados — um por ações dignas de elogio, o outro pelo seu comportamento odioso. Devo, agora, mencionar dois cidadãos romanos que, seguindo caminhos diferentes, e igualmente louváveis, alcançaram a mesma glória.

Capítulo Vigésimo Segundo

Como a severidade de Mânlio Torquato e a humanidade de Valério Corvino fizeram com que ambos conquistassem a mesma glória.

Houve em Roma, simultaneamente, dois excelentes generais, Mânlio Torquato e Valério Corvino: iguais na coragem, nos triunfos militares e na glória. Com respeito aos inimigos que combateram, ambos tinham o mesmo valor; contudo, quanto à maneira de dirigir o exército, e de tratar seus soldados, usaram meios completamente diversos. Extremamente severo, Mânlio impunha incessantemente trabalhos penosos às tropas. Valério, ao contrário, tratava os soldados com a mais afável familiaridade. O primeiro entregou o próprio filho à morte, para manter a disciplina; o outro jamais cometeu a menor ofensa contra qualquer pessoa. Contudo, os dois colheram os mesmos frutos de conduta tão desigual — com respeito ao inimigo, à república e a si mesmos. De fato, não se conhece caso de soldado que se tenha recusado ao combate, que se tenha rebelado, ou de qualquer forma resistido às instruções de um ou de outro, embora as ordens de Mânlio fossem tão rigorosas que se passou a chamar de "manliana imperia" todas as ordens marcadas pelo rigor excessivo.

É preciso examinar, portanto, o que obrigava Mânlio a usar tão grande severidade, e por que Valério, ao contrário, preferia abandonar-se à natural suavidade do seu temperamento; estudar as razões de procedimentos tão diversos terem o mesmo resultado; e considerar, por fim, que modelo deve ser imitado, por ser mais desejável e vantajoso.

Desde o primeiro momento em que Tito Lívio se refere a Mânlio, seu caráter aparece como o de um homem dotado da mais firme coragem, repleto de ternura para com o pai e a pátria, respeitoso em relação aos superiores. As primeiras oportunidades que teve de demonstrar seu valor foram no combate em que matou um gaulês e na defesa do pai contra um dos tribunos. Antes de combater esse gaulês, foi procurar o cônsul e lhe disse: "Injusso tuo adversus hostem nunquam pugnabo, non si certam victoriam videam". Isto é: "Sem tuas ordens nunca combaterei o inimigo, mesmo que a vitória seja certa".

Chegando a uma posição de comando, um homem desta têmpera deve querer que todos ajam da mesma forma; sua alma sem fraqueza o leva a dar ordens rigorosas, que devem ser observadas. Uma regra que não admite exceções determinará que as ordens muito severas sejam executadas estritamente. De onde se conclui que quem quer ser obedecido deve saber comandar. E só sabe comandar quem encontra uma certa relação entre suas próprias qualidades e as dos que devem cumprir suas ordens; quando não há essa proporção, é preciso abster-se de ordenar.

Por isto dizia um sábio que, para governar um Estado pela violência, é necessário que haja uma proporção entre aquele que a emprega e o povo que a sofre. Existindo tal proporção, é de se presumir que a violência persista; mas quando o oprimido for mais forte do que o opressor, poder-se-á esperar todo dia que a violência cesse.

Para voltar ao meu assunto, observo que, quando se dá ordens vigorosas, é preciso ter em si este vigor; e quem possui tal força de espírito não pode logo em seguida usar a brandura para fazer executar as ordens que impartiu. Quem não possui esta têmpera deve evitar as ordens extraordinárias; mas, naquelas que pertencem à vida ordinária, pode abandonar-se à sua humanidade, pois as punições comuns não se originam no príncipe, mas nas leis e nas instituições.

Mânlio era obrigado a agir com rigor pela natureza do seu caráter, que o inclinava às ordens severas. Essas ordens têm sua utilidade numa república, porque fazem com que o Estado retorne ao seu princípio, lembrando-lhe a antiga virtude. A república, onde surgissem com freqüência cidadãos cujo exemplo revigorasse as leis, e que não só a protegessem dos desastres mas também a fizessem retornar à sua origem, sem dúvida seria eterna. Mânlio foi um dos que conservaram a disciplina militar em Roma, pela rigidez e a integridade do seu caráter. Orientou-o, a princípio, a natureza do seu caráter; depois, o desejo de fazer observar as ordens ditadas pelas suas inclinações naturais.

Por outro lado, Valério, para quem bastava manter as regras da disciplina em vigor no exército romano, pôde abandonar-se à sua natural humanidade. Como aquela disciplina era boa, não tinha necessidade de forçar sua observância para alcançar a glória. Era, aliás, uma disciplina fácil de se seguir, e os poucos transgressores eram castigados, não devido à crueldade do chefe, mas ao regulamento que a mantinha. Por isto Valério podia seguir sem obstáculos sua inclinação para a brandura, a fim de ganhar o afeto dos soldados, de modo a mantê-los satisfeitos com sua sorte. Em conseqüência, Valério e Mânlio obtiveram o mesmo resultado, embora usassem meios diferentes.

Mas os que pretendessem imitar esses dois grandes homens poderiam incorrer no ódio e no desrespeito que afetaram Cipião e Aníbal; só pelas suas qualidades excepcionais puderam ambos evitar este duplo incoveniente.

Falta-me examinar qual dos dois modos de agir merece mais louvores. É um assunto sujeito a controvérsia, pois os escritores elogiam a ambos; contudo, os que escreveram sobre o assunto parecem pender, de modo geral, mais para Valério do que para Mânlio. O já citado Xenofonte, ao referir os traços de humanidade de Ciro, se aproxima muito do que afirma Tito Lívio a propósito de Valério. Este, quando foi nomeado cônsul, na época da guerra contra os samnitas, falou aos soldados, no mesmo dia do combate, com a afabilidade que marcava todo o seu comportamento.

Depois de reproduzir esta fala, Tito Lívio comenta: "Non alias militi familiarior dux fuit, inter infimos militum omnia haud gravate munia obeundo. In ludo praeterea militari, cum velocitatis viriumque inter se aequales certamina ineunt, comiter facilis vincere acvinci, vultu eodem; nec quemquam adspernari parem, quise obferret; factis, benignus pro re; dictis, haud minus libertatis alienae, quam suae dignitatis memor; et, quo nihil popularius est, quibus artibus petierat magistratus iisdem gerebat". O que quer dizer: "Nunca houve comandante que tivesse maior familiaridade com os soldados; executava de boa vontade qualquer tarefa, por mais humilde que fosse. Além disto, com a mesma cordialidade vencia ou perdia nos exercícios militares de força ou velocidade, sem jamais desprezar quem o desafiasse. Era benevolente na ação, de acordo com a oportunidade; e também no expressar-se, dando menos importância à liberdade dos outros do que à sua dignidade e — o que, acima de tudo, lhe dava popularidade — exercia qualquer função com a mesma habilidade com que a havia conseguido".

Tito Lívio fala de Mânlio de modo igualmente honroso, mostrando que a severidade com que agiu quando da morte do filho teve o efeito de impor tal obediência às tropas que assegurou a vitória dos romanos contra os latinos; leva seu elogio ao ponto de dizer (após descrever aquele triunfo, apontando os riscos corridos pelos romanos, e as dificuldades que tiveram que vencer) que a vitória de Roma se deveu exclusivamente à coragem de Mânlio. Compara, em seguida, os dois exércitos, afirmando que triunfaria o que fosse comandado por Mânlio.

Examinando as opiniões de vários escritores que trataram do tema, seria difícil chegar a um julgamento definitivo. Contudo, para não deixar a controvérsia indecisa, creio que, dentro do âmbito de uma república, o comportamento de Mânlio merece mais encômios, e representa um perigo menor, porque se orienta totalmente pelo interesse do Estado, não sendo ditado pela ambição pessoal — de fato, não se consegue formar seguidores tratando a todos com dureza, tendo em vista apenas o bem público. Tanto isto é verdade, que as repúblicas exaltam este comportamento, de tal forma vantajoso para elas, e que, tendendo ao bem comum, não se pode suspeitar seja de motivação personalista.

Já a maneira de agir de Valério, embora tenha iguais resultados no que se refere ao bem do Estado, pode dar razão a suspeitas, pela adesão pessoal que cria nos

soldados — a qual é bem capaz, após longo comando, de ter resultados funestos para a liberdade pública. Se a popularidade de Valério não teve conseqüências perigosas, isso se deveu a que os costumes políticos de Roma ainda não se haviam corrompido, e também a que não lhe foram confiados poderes perpétuos, ou mesmo de longa duração.

Contudo, se se trata de um príncipe, como o caso estudado por Xenofonte, penderíamos inteiramente em favor de Valério, rejeitando o estilo de Mânlio, pois o que deve ligar o príncipe aos súditos e aos soldados é a obediência e o amor. O soberano é tratado com obediência, porque ele próprio observa as leis e acredita nas suas virtudes. A afeição dos súditos pelo príncipe se deve à afabilidade, à humanidade e a todas as demais qualidades que se reconhecia em Valério e que, segundo Xenofonte, eram também qualidades de Ciro. A afeição pessoal pelo príncipe e o devotamento do seu exército estão perfeitamente em harmonia com todas as demais instituições do governo monárquico; quando um cidadão tem no exército um grupo de partidários, isso não se coaduna com as normas que o obrigam a viver sob o império das leis, obedecendo aos magistrados.

Lê-se, na história antiga de Veneza, sobre uma revolta dos marinheiros contra o povo, de tais dimensões que nem com a força pública ou com o prestígio dos principais cidadãos se conseguiu debelar. De repente, apresentou-se-os aos marinheiros um antigo comandante; foi o bastante para que os revoltos se retirassem, abandonando a luta. Esta obediência tão pronta despertou a suspicácia do Senado, e algum tempo depois os venezianos se protegeram contra essa pessoa, aprisionando-a ou fazendo-a executar.

Minha conclusão, portanto, é a de que o comportamento de Valério é útil num príncipe, mas é perigoso tratando-se de cidadão de uma república; perigoso para a pátria e para ele próprio. Para a pátria, porque prepara o caminho à tirania; para ele, porque leva o Estado a se proteger.

Por outro lado, para um príncipe, o modo de agir de Mânlio só pode dar maus resultados, embora seja útil numa república, especialmente para o Estado. Contudo, há circunstâncias em que tem efeitos negativos: quando o ódio gerado pela severidade aumenta com a suspeita inspirada por outras virtudes. Veremos isso no capítulo que se segue, a respeito de Camilo.

Capítulo Vigésimo Terceiro

Os motivos pelos quais Camilo foi banido de Roma

A conclusão do capítulo precedente foi a de que quem age de modo semelhante ao de Valério faz mal à pátria e a si mesmo; quem toma Mânlio por modelo é útil ao Estado, mas às vezes se prejudica.

Para dar apoio a esta conclusão, citarei o exemplo de Camilo, que se comportava mais como Mânlio do que como Valério. Falando sobre ele, Tito Lívio diz que "seus soldados o admiravam e odiavam ao mesmo tempo" ("ejus virtutem milites oderant et mirabantur"). As qualidades que atraíam a administração dos soldados eram a solicitude, a prudência, a grandeza d'alma, a boa ordem com que comandava o exército; o ódio se originava na sua inclinação para ser mais rigoroso na punição do que liberal nas recompensas.

Tito Lívio atribui esse ódio às seguintes razões: Camilo aplicou em benefício do Estado o produto da venda das terras de Veios, em lugar de promover sua partilha; no momento do triunfo, fez-se conduzir por um carro tirado por quatro cavalos brancos, comparando-se orgulhosamente ao sol; finalmente, tendo prometido doar ao templo de Apolo a décima parte dos despojos de Veios, teve que retirar dos soldados o que eles já haviam pilhado e distribuído entre si.

Este exemplo demonstra claramente quais as ações que fazem com que um príncipe se torne odioso; a principal delas é retirar uma vantagem de alguém que já a possua — um ponto de extrema importância.

Aquele a quem privamos de um benefício não o esquece jamais; sua lembrança é reanimada pela mais ligeira necessidade. E como as necessidades renascem a cada dia, todos os dias se lembrará do que perdeu.

Orgulho e a vaidade são as fontes mais fecundas do ódio, sobretudo entre os homens que gozam de liberdade. Ainda que tal orgulho e ostentação possam não ter resultados prejudiciais, sempre tornam a pessoa detestável. Os príncipes devem evitá-los a todo custo, porque ser objeto do ódio geral sem qualquer vantagem é agir com imprudência e temeridade.

Capítulo Vigésimo Quarto

A prorrogação dos comandos militares levou à escravização dos romanos.

Se examinarmos com cuidado os procedimentos da república romana, perceberemos que sua dissolução pode ser atribuída a duas causas: a primeira delas foi a dissensão provocada pela lei agrária; a segunda, a prorrogação dos comandos militares. Se essas duas causas tivessem sido reconhecidas desde o início, e se houvessem sido corrigidas, a liberdade naquela cidade se teria estendido, tornando-se talvez ainda mais tranqüila.

Embora a prorrogação dos comandos militares nunca tenha contribuído, de modo evidente, para qualquer distúrbio, não há dúvida de que se tornou nociva à república, devido à autoridade que permitiu a alguns cidadãos usurpar.

Se os outros magistrados, cujos mandatos públicos foram prorrogados, fossem sábios e virtuosos como Lúcio Quíncio, o Estado romano não teria corrido tal risco. Trata-se de um exemplo notável de virtude: o povo tinha ajustado com o Senado a prorrogação, por um ano, do poder dos tribunos, porque os considerava aptos a resistir à ambição dos nobres: para rivalizar com o povo, e não parecer em situação de inferioridade, o Senado quis que Lúcio continuasse no consulado, mas ele rejeitou a proposta, dizendo que os maus exemplos deviam ser destruídos, e não reproduzidos e ampliados — e exigindo a nomeação de novos cônsules.

Se todos os cidadãos de Roma tivessem tido igual sabedoria e virtude, não se teria podido introduzir o costume de prorrogar o mandato dos magistrados, nem se teria chegado à prorrogação dos comandos militares — hábito que, com o tempo, levou a república ao desastre.

O primeiro comandante militar a receber este benefício foi Públio Filo: estava assediando a cidade de Palépolis quando seu mandato chegou ao fim; o Senado, preocupado com a vitória almejada, em vez de substituí-lo no comando, nomeou-o procônsul (foi o primeiro a ter este título). Embora ditada pelo interesse do Estado, foi esta inovação que, com o tempo, levou à escravização de Roma.

À medida que os exércitos romanos se afastavam da capital, mais tal prorrogação parecia necessária, e com maior freqüência foi usada, disto resultando dois inconvenientes: o primeiro foi o de que um número menor de cidadãos pôde ganhar a experiência e a reputação do comando militar; o segundo foi o de que, após ter comandado um exército por longo período, um general ganhava a afeição dos seus soldados, os quais passavam a ser seus seguidores. Com o tempo, o exército só reconhecia o seu chefe, esquecendo a autoridade do Senado.

Foi assim que Sila e Mário encontraram soldados dispostos a segui-los, para oprimir a república; foi assim que César impôs seu domínio sobre Roma. Se os romanos nunca tivessem prorrogado o mandato dos magistrados e dos comandos militares; se não tivessem expandido seu poder tão depressa; e se suas conquistas tivesem sido feitas mais lentamente, teriam tardado mais em cair na servidão.

Capítulo Vigésimo Quinto

A pobreza de Cincinato, e de tantos outros cidadãos romanos.

Mostramos em outra parte que uma das regras mais úteis aos governos livres é manter seus cidadãos na probreza. Embora não se possa determinar que instituição, em Roma, se destinava a obter este resultado (já que a lei agrária teve sempre uma oposição encarniçada), sabe-se que, quatrocentos anos depois da fundação da cidade, reinava nela a maior pobreza. Há razão para crer que nenhuma norma era necessária para assegurar este efeito; bastava a convicção geral de que a falta de recursos não vedava a ninguém o caminho das honrarias e das funções públicas: o valor era sempre encontrado, onde quer que estivesse.

Estes costumes austeros faziam com que o desejo de enriquecer fosse menos agudo. Prova evidente disto foi a conduta dos romanos quando os équos cercaram o exército do cônsul Minúcio. Temendo a perda do exército, Roma resolveu nomear um ditador, último remédio contra o perigo de um desastre. Foi nomeado Lúcio Quíncio Cincinato, que se encontrava então num pequeno trato de terra que cultivava com as próprias mãos.

A este propósito, Tito Lívio tem estas palavras de ouro: "Operae pretium est audire, qui omnia prae divitiis humana spernunt, neque honori magno locum, neque virtuti putant esse, nisi effuse affluant opes". O que quer dizer: "Que atentem para este episódio os que desprezam todos os valores humanos em comparação com a riqueza, acreditando que não há lugar para o valor e as altas honrarias fora da abundância".

Cincinato estava lavrando sua pequena herdade, que não tinha mais do que quatro jeiras de extensão, quando chegaram os enviados do Senado para anunciar sua elevação à ditadura dando-lhe conhecimento do perigo iminente que ameaçava a república. Cincinato vestiu sua toga, viajando para Roma; reuniu ali um exército e correu a socorrer Minúcio. Depois de ter derrotado o inimigo, resgatando o cônsul, não quis que os soldados que tinha salvo participassem dos despojos dos équos, lembrando-lhes que por pouco não tinham sido eles os despojados. Afastou Minúcio do consulado, designando-o como simples tenente, e dizendo-lhe: "Permanecerás com este grau até que aprendas a ser cônsul".

Cincinato tinha designado como mestre da cavalaria Lúcio Tarquínio, cuja pobreza o obrigava a combater a pé. Vale observar em que medida a pobreza em Roma era honrosa, e como Cincinato, um homem ilustre e de valor, só precisava de quatro jeiras de terra para cultivar os alimentos de que necessitava. Essa pobreza subsistia ainda no tempo de Marco Régulo; este general, que se encontrava na África comandando tropas romanas, pediu permissão ao Senado para vir cuidar da sua quinta, negligenciada pelos trabalhadores.

É preciso observar, aqui, duas coisas importantes. A primeira é a seguinte: satisfeitos na pobreza, os cidadãos se contentavam com a glória que a guerra lhes podia dar, cedendo todas as outras vantagens ao Estado. De fato, se pensassem em se enriquecer com a guerra, pouco lhes importaria que os seus campos fossem mal cuidados. A outra é a grandeza d'alma dos cidadãos romanos. Colocados à frente de um exército, sua magnanimidade os elevava mais do que os príncipes. Desprezando o poder dos reis e das repúblicas, nada os espantava ou deslumbrava. Retornando à vida privada, se transformavam em modestos lavradores, cultivando suas terras humildes, respeitando os magistrados e todos os seus superiores. Parece quase impossível que o caráter de um homem se possa dobrar a tal mudança.

A pobreza dos romanos durou até os tempos de Paulo Emílio — os derradeiros dias de felicidade da república, quando um cidadão cujo triunfo enriquecera a cidade continuava vivendo pobremente. Naquela época, a pobreza ainda era honrosa, a tal ponto que uma taça dada por Paulo Emílio ao genro, na distribuição de prêmios aos que se haviam notabilizado na guerra, foi o primeiro objeto de prata a entrar na sua residência.

Seria possível discorrer longamente sobre o tema, demonstrando como os frutos da pobreza são superiores aos da riqueza, e como a primeira honrou as repúblicas, os reinos e as religiões, enquanto que a riqueza foi causa da sua perdição. Mas o assunto já foi tratado muitas vezes por outros escritores.

Capítulo Vigésimo Sexto

Como as mulheres podem arruinar um Estado.

Em Árdea surgiu uma disputa entre o povo e a nobreza, provocada por um casamento. Tratava-se de uma rica herdeira, disputada ao mesmo tempo por um nobre e um plebeu. Tendo perdido o pai, os tutores queriam casá-la com o plebeu, mas a mãe preferia o nobre. A disputa provocou tal distúrbio que se chegou à luta armada. Toda a nobreza se empenhou na defesa do nobre; e o povo apoiou o plebeu. Sofrendo este último uma derrota, foi obrigado a sair da cidade, pedindo socorro aos volscos, enquanto que os nobres procuraram os romanos.

Os volscos foram os primeiros a chegar a Árdea, cercando a cidade; os romanos, por sua vez, sitiaram os volscos, obrigando-os a se render pela falta de alimentos. Puderam então penetrar na cidade, executando os chefes do levante e restabelecendo a ordem.

Esta passagem convida a algumas reflexões. Em primeiro lugar, nota-se que as mulheres já causaram muitos acontecimentos funestos, dissensões e dissabores para os governantes. Nesta mesma história, vimos que o ultraje cometido contra Lucrécia derrubou os Tarquínios do seu trono; e que o ataque contra Virgínia precipitou os decênviros do poder. Aristóteles considera os ultrajes cometidos contra as mulheres (por desonra, violação, ou pela corrupção da santidade do matrimônio) uma das causas principais da ruína da maior parte dos tiranos. Este é um assunto que já discutimos no capítulo sexto deste livro, ao tratar das conspirações.

Os monarcas absolutos e os magistrados das repúblicas não devem tratar este tema com pouca atenção. Não poderiam, de fato, atribuir importância demasiada aos incidentes que resultam da presença da mulher, refletindo sobre a forma de remediá-los enquanto o tempo o permite, para que não levem o Estado a ter prejuízos ou a passar vergonha. Foi o que aconteceu com os habitantes de Árdea que, deixando ampliar-se uma discórdia entre grupos de cidadãos, permitiram que se chegasse ao rompimento aberto, sendo obrigados a recorrer à intervenção estrangeira: decisão esta que é a causa mais imediata da perda da independência.

É chegado o momento de examinar o que há de notável nos meios usados para restaurar a unidade numa cidade. Este será o assunto do capítulo seguinte.

Capítulo Vigésimo Sétimo

O que se deve fazer para restaurar a unidade numa cidade dividida, e como é falso que para conservar o poder sobre ela seja preciso mantê-la dividida.

O modo como os cônsules romanos reconciliaram os habitantes da Árdea mostra o que se deve fazer para restabelecer a tranqüilidade numa cidade onde reina a discórdia: exterminar os líderes da revolta.

Não há outro remédio. De fato, só se pode empregar um dos três meios seguintes: desfazer-se sem piedade dos culpados, como os romanos; bani-los da cidade; ou obrigá-los a fazer a paz, aceitando o compromisso de não mais se atacarem. Destes três meios, o último é o mais perigoso, o mais incerto e o mais inútil. Depois que se verteu sangue, é impossível impor a paz pela força durante muito tempo — sobretudo quando os inimigos se avistam todos os dias. É difícil impedi-los de se injuriarem; cada palavra que pronunciam pode dar motivo a nova querela.

Não há exemplo mais marcante do que o da cidade de Pistóia, que quinze anos atrás se encontrava dividida — como ainda hoje — entre duas facções, a dos Panciatichi e a dos Cancellieri; naquela época, porém, a disputa era armada, o que não acontece mais. Após longa controvérsia, chegou-se a praticar em Pistóia tudo o que se faz numa guerra: o assassínio, a destruição e a pilhagem. Os florentinos, que desejavam apaziguar a cidade, sempre tentavam o terceiro meio de que falei; os tumultos, todavia, renasciam, e a desordem aumentava. Cansados da inutilidade dos seus esforços, decidiram servir-se do segundo meio, afastando os chefes das duas facções: alguns foram presos, outro exilados. Só assim se restabeleceu a concórdia na cidade, situação que está hoje consolidada.

É indubitável que o primeiro meio teria sido o mais seguro. Porém, como execução deste tipo tem qualquer coisa de grande e de ousada, uma república débil não ousa efetuá-la; mal tem forças para chegar ao segundo.

Eis aí um daqueles erros cometidos pelos príncipes da nossa época, quando devem avaliar uma situação importante (conforme disse inicialmente). Seria preciso

que conhecessem, antes de mais nada, o modo como agiram os governantes, na antiguidade, em iguais circunstâncias. Mas a falta de vigor dos nossos contemporâneos, produto da má educação e da pouca informação, faz com que se considere o julgamento dos antigos em parte como impraticável e em parte como contrário à humanidade. Adota-se assim máximas completamente equivocadas, como esta que até muito pouco tempo era repetida por pessoas reputadas como as mais sábias de Florença: "é preciso manter Pistóia dividida, e Pisa fortificada" — de fato, duas recomendações inúteis.

Não vou falar aqui sobre as fortalezas, porque já discuti bastante este assunto num capítulo anterior; prefiro limitar-me a demonstrar como é vão o conselho de manter a divisão interna na cidade que se governa, a fim de se impor a própria autoridade.

Para começar, desde que se trate de uma monarquia, ou de uma república, é impossível ganhar ao mesmo tempo a amizade das duas facções em disputa. A natureza do homem o leva a tomar partido em tudo o que oferece diversidade de opinião. Por isto, como sempre certo número de súditos estarão descontentes, perder-se-á o Estado na primeira guerra, pois não será possível conservá-lo com inimigos dentro e fora das fronteiras.

Se se trata de uma república, não há melhor meio de corromper os cidadãos do que introduzir dissensões entre eles, governando uma cidade dividida em facções, na qual cada partido emprega todos os recursos para conseguir aliados. Disso resultam dois grandes inconvenientes: o primeiro é o de que nunca se pode ser amigo do povo, já que não é possível governar bem quando o governo muda a cada instante, conforme triunfe uma ou outra facção; o segundo é o de que a política de fomentar a dissenção divide também a república que a exerce. É o que atesta Biondo, quando declara, referindo-se aos florentinos e aos habitantes de Pistóia: "Os florentinos provocaram a divisão entre eles próprios, enquanto se esforçavam por restabelecer a concórdia em Pistóia". Através deste exemplo podemos avaliar os efeitos funestos das divisões internas.

Quando, e 1502, Florença perdeu Arezzo e os vales do Tevere e do Chiana, ocupados pelos Vitelli e pelo duque Valentino, o rei da França enviou-lhes um emissário, o senhor de Laon, para promover a restituição de todos os lugares que tinham perdido. Ao visitar as fortalezas, esse emissário encontrou em cada uma alguns habitantes que se declararam partidários de Marzoco. O francês criticou vivamente aquele faccionismo, comentando que, no seu país, quem revelasse dar apoio ao rei seria punido, pela implicação de que pudesse haver inimigos do rei; o monarca francês queria que todas as cidades em seus domínios lhe prestassem obediência, e vivessem unidas e sem facções.

A conduta que discutimos, baseada em princípios tão distantes da verdade, se origina na debilidade dos governantes; sentindo que não podem conservar o poder pela coragem e o vigor, estes se permitem atos covardes, que podem ter alguma utilidade em tempos tranqüilos, mas que a perdem e se tornam vãos em tempos difíceis, quando surge a adversidade.

Capítulo Vigésimo Oitavo

É preciso fiscalizar com cuidado o comportamento dos cidadãos, pois ocorre com freqüência que uma ação virtuosa oculta as raízes da tirania.

Roma estava prostrada pela fome, que os alimentos fornecidos pelo Estado não conseguiam debelar. Um certo Spúrio Mélio, que possuía riqueza considerável para o seu tempo, resolveu adquirir cereais por conta própria, distribuindo-os gratuitamente ao povo. Isto lhe valeu tal afeição por parte da plebe que o Senado, temeroso das conseqüências que poderia ter aquela liberalidade, nomeou um ditador contra ele, que o fez executar.

Este episódio notável prova que muitas vezes ações que parecem virtuosas, impossíveis de criticar de modo razoável, se tornam funestas, expondo as repúblicas aos mais graves riscos, quando estes não são remediados oportunamente. Para desenvolver esta idéia, acrescentarei que uma república não pode subsistir sem cidadãos excepcionais, e não pode ter um governo adequado sem a sua participação. Por outro lado, porém, é justamente a celebridade dos cidadãos que fomenta a tirania. Para preveni-la, torna-se necessário criar instituições que não permitam que a reputação de um homem ilustre seja nociva ao Estado ou à liberdade.

Para isto, convém examinar os meios seguidos pelos cidadãos para ganhar notoridade. Há dois deles: um público, o outro privado. O público consiste em influir, e, melhor ainda, em atuar na defesa do interesse comum. É um procedimento que deve estar aberto aos cidadãos, sendo preciso também conceder, aos que assim agem, recompensas tais que lhes dêem suficiente honra e satisfação. E quando o renome adquirido deste modo é puro, não ocasiona qualquer perigo.

Mas quando a reputação é fruto da ação privada (o segundo meio sobre o qual falamos), pode ser nociva e extremamente perigosa. Consiste esta conduta em serviços prestados indistintamente a todos os cidadãos: empréstimos, apadrinhamento de matrimônios, defesa contra os magistrados. São benefícios que formam seguidores, e que geram em quem os concede a ousadia de violar e corromper as leis.

Por isto uma república bem organizada deve abrir caminho a quem busca a popularidade pela ação pública, mas deve fechá-lo aos que querem alcançá-la pela

conduta privada. Foi o que se fez em Roma, instituindo honrarias para os que agiam de modo útil ao público e promovendo a denúncia dos que, sob pretextos diversos, procuravam engrandecer-se pela ação privada.

Quando a denúncia não era suficiente para abrir os olhos do povo, cego pela aparência benéfica de um falso bem, nomeava-se um ditador, cujo poder fazia voltar para dentro dos limites da conveniência pública aqueles que se haviam afastado — como aconteceu no caso de Spúrio Mélio.

Um só ato como o de Spúrio que não se puna, pode subverter uma república, pois é difícil, com tais exemplos, fazer com que o Estado retorne ao seu caminho verdadeiro.

Capítulo Vigésimo Nono

As falhas dos povos têm origem nos príncipes.

Os reis não se devem queixar das faltas cometidas pelo povo que governam, as quais sempre se originam na sua negligência, ou refletem uma falha do próprio soberano. Se percorrer-mos a história dos povos que estão hoje marcados pelos furtos e outros vícios semelhantes, veremos que a responsabilidade é sempre de quem governa, cujo caráter se parece ao dos súditos.

Antes que o papa Alexandre VI destruisse os nobres que dominavam a Romanha, aquela região oferecia exemplo de todas as malvadezas: o mais ligeiro motivo servia de pretexto para assassínios e lutas terríveis. Tais desordens se originavam na maldade dos príncipes, e não na corrupção dos povos, como estes diziam; sendo pobres, esses príncipes pretendiam, no entanto, viver no fausto, o que os obrigava a multiplicar os tributos, sob todas as formas.

Uma das suas práticas mais pérfidas consistia em proibir, por lei, certas ações, facilitando o seu não cumprimento; os infratores viviam impunes, e o seu número naturalmente aumentava, quando então se passava a punir as violações cometidas, não por zelo de justiça, mas na esperança de recolher multas que alimentassem a cupidez dos príncipes.

Em conseqüência, ocorriam muitas desordens; o povo se empobrecia sem se corrigir, e os que perdiam dinheiro procuravam compensar-se abusando dos que tinha menos possibilidade de defesa. Esta era a causa de todos os crimes que mencionamos; os quais, portanto, só podem ser atribuídos à conduta dos príncipes.

Tito Lívio sustenta esta opinião, contando um episódio acontecido com os embaixadores romanos incumbidos de levar os despojos de Veios ao templo de Adolo. Aprisionados por piratas de Lipari, na Sicília, foram conduzidos àquele porto. Ao tomar conhecimento da natureza da doação, o seu destino, e quem a enviava, Timasiteu, governador da cidade, se comportou como se fosse romano. Explicou ao povo que seria ímpio apoderar-se de uma dádiva sagrada, conseguindo seu consentimento unânime para que os embaixadores continuassem viagem com tudo o que

traziam. O caso é comentado pelo historiador com as seguintes palavras: "Timasitheus multitudinem religione implevit, quae semper regenti est similis"; isto é: "Timasiteu despsertou a religiosidade da multidão, que reflete sempre quem a governa". Lourenço de Médici confirma essa opinião, quando diz:

"E quel che fa il signor fanno poi molti,' Che nel signor son tutti gli occhi volti".

O que significa: "Os povos têm os olhos sempre voltados para os governantes; o seu exemplo é para eles uma lei".

Capítulo Trigésimo

O cidadão que deseja empenhar sua reputação em alguma boa obra deve primeiro vencer a inveja geral; e como é necessário provar a defesa da cidade, quando o inimigo se aproxima.

Havendo o Senado romano recebido a notícia de que toda a Toscana se havia levantado em armas para atacar Roma, e que os latinos e os érnicos, que até então eram aliados do povo romano, se haviam associado aos volscos, seus inimigos perpétuos, julgou que a guerra que começava representava um grave perigo. Naquela época, Camilo era um dos tribunos populares; pensou-se que se os seus colegas consentissem em incumbi-lo do comando supremo, seria desnecessário nomear um ditador. Os tribunos aceitaram a proposta: "Nec quicquam de majestate sua detractum credebant, quod majestati ejus concessissent", diz Tito Lívio. Isto é: "Sem pensar que o que fosse acrescentado à posição de Camilo diminuiria sua própria dignidade".

Camilo se utilizou desta deferência para determinar a formação de três exércitos; o primeiro, sob o seu comando, para combater os toscanos; o segundo, chefiado por Quíntio Servílio, com ordens de permanecer nos arredores de Roma, a fim de combater os latinos e os érnicos, caso necessário; o terceiro ficaria sob o comando de Lúcio Quíncio, com o encargo de proteger a cidade, suas portas e a cúria, conforme as circunstâncias exigissem. Ordenou além disto que Horácio, um dos seus colegas, se incumbisse do fornecimento de armas e de víveres, e de tudo o mais que é necessário em tempos de guerra. Por fim, propôs ao Senado e ao povo que seu outro colega, Cornélio, dirigisse os negócios do Estado, deliberando sobre as medidas a tomar cotidianamente. Tal a disposição dos tribunos, naquela época, para comandar e obedecer em benefício da pátria.

Isto nos mostra o que pode fazer um homem bom e sábio, o bem que pode causar, e as vantagens que proporciona à pátria, quando consegue contornar a inveja, este vício que impossibilita muitas vezes a prestação de serviços pelos homens de valor, impedindo-os de exercer a autoridade que é necessária em circunstâncias difíceis.

A inveja pode ser vencida por causa de um perigo iminente, quando todos, enchendo-se de medo, abandonam as ambições pessoais para se submeter voluntariamente a alguém mais capacitado pelo seu valor. Foi o que aconteceu com Camilo, que, já tendo dado provas evidentes de superioridade, três vezes fora nomeado ditador, e governara tendo em vista o bem da república, sem qualquer proveito pessoal, de modo que ninguém temia sua grandeza, ou se envergonhava de prestar-lhe obediência. Têm boa razão, portanto as palavras de Tito Lívio que citei.

A inveja pode ser contornada também quando a morte, natural ou violenta, elimina nossos competidores pelas honrarias e a glória, os quais, vendo nosso êxito, não aceitam uma posição menos importante. Se são homens habituados a viver num Estado corrompido, onde a educação não lhes deu qualquer virtude, é impossível que por alguma circunstância abandonem essa inveja; para alcançar o objeto dos seus desejos, e satisfazer a perversidade da sua alma, assistiriam contentes à ruína da própria pátria.

Para vencer este tipo de inveja, há um só remédio: a morte. Se a sorte for tão propícia a um homem virtuoso que o livre dos rivais, dando-lhes morte natural, ele poderá ascender sem oposição, empregando, sem obstáculos, qualidades que não ofenderão a mais ninguém. Mas, se não tiver esta facilidade, será preciso desfazer-se dos rivais por todos os meios, sem poupar esforços, antes de tentar qualquer empreendimento.

Se lermos a Bíblia, interpretando-a como é devido, veremos que Moisés, para poder afirmar as leis e as instituições, foi obrigado a matar muitos indivíduos que, movidos pela inveja, se opunham aos seus desígnios.

O frei Jerônimo Savonarola estava convencido desta necessidade; Pedro Soderini, "gonfaloniere" de Florença, também a reconhecia. Entretanto, Savonarola não conseguiu sobrepor-se a esses obstáculos, porque não tinha a autoridade necessária e porque não foi compreendido por aqueles que o seguiam (e que teriam o poder necessário para isto). Fez muito bem tudo o que dependia dele; seus sermões contêm muitas denúncias e críticas aos "sábios mundanos" — como chamava os invejosos e todos os que se opunham a seus planos de reforma.

Soderini, por sua vez, pensava que o tempo, a bondade e as riquezas que distribuía terminariam por extinguir esta inveja; jovem ainda, e impressionado com as vantagens que a sua conduta lhe trazia todos os dias, estava persuadido de que ascenderia sem escândalo, sem qualquer desordem ou violência, acima de todos os que por inveja se opunham à sua marcha. Soderini não sabia que não se deve confiar no tempo; que a bondade não basta e que a sorte varia incessantemente; e que nada que se possa dar à maldade mitiga sua fome.

Por isto ambos sucumbiram, e a causa foi apenas o não terem podido ou sabido vencer a inveja.

Outro fato digno de nota é a ordem estabelecida por Camilo, interna e externamente, para a defesa e a salvação de Roma. Não é sem razão que os historiadores esclarecidos, como Tito Lívio, trataram em pormenor certos acontecimentos; fizeram isto para que se pudesse aprender pelos exemplos o modo como essas personagens precisaram defender-se em tais circunstâncias. É preciso observar que a desordem e precipitação é o modo de defesa que apresenta o maior risco e a menor utilidade. Demonstra-o o que aconteceu com o terceiro exército organizado por Camilo para guardar Roma; muitos consideraram (e talvez muitos considerem ainda hoje) tal disposição supérflua num povo bilicoso e que se mantinha sempre em armas, parecendo inútil mobilizar soldados; bastaria distribuir armas aos cidadãos, quando surgisse a necessidade.

Não obstante, Camilo pensava — como pensaria qualquer general experimentado — que não se devia simplesmente permitir à multidão que se armasse, sem uma certa ordem e algumas precauções. De acordo com esse exemplo, todo comandante responsável pela defesa de um Estado deve evitar armar o povo de maneira desordenada; será preciso que designe em primeiro lugar os homens que deseja chamar às armas, os chefes a serem obedecidos, o local de reunião, o destino do exército, ordenando aos que não vão participar da campanha que se mantenham em suas casas, para defendê-las. Os que se conformarem com esta conduta, numa cidade assediada, conseguirão facilmente defender-se; os que agirem de modo oposto, não farão como Camilo, e não se poderão defender.

Capítulo Trigésimo Primeiro

As repúblicas vigorosas e os homens de caráter forte mantêm a dignidade e a firmeza interiores em qualquer situação.

Entre os admiráveis atos e as palavras de Camilo, que o nosso historiador registra para traçar o retrato de um grande homem, há esta frase: "Nec mihi dictatura animos fecit, nec exilium ademit". O que quer dizer: "O exercício da ditadura não me aumentou a coragem, nem ela diminuiu no exílio".

São palavras que demonstram que todos os grandes homens se parecem, qualquer que seja a sua sorte; esta varia, projetando-os ou rebaixando-os, mas eles não mudam; conservam sempre o espírito firme de tal modo unido à sua maneira de viver que a sorte não os domina, como bem se pode ver.

Já os homens sem força de caráter se comportam de modo bem diverso. A boa sorte os embriaga, levando-os a atribuir todas as vantagens que lhe sorriem a virtudes que nunca possuíram; por isto se tornam insuportáveis e odiosos a todos os que os cercam (de onde as rápidas mudanças da sua sorte). E mal são atingidos pela adversidade, recaem no excesso oposto, tornando-se vis e mesquinhos. Em conseqüência, os príncipes que têm este caráter se inclinam bem mais à fuga, nos momentos adversos, do que à defesa; como quem, tendo aproveitado mal um destino fácil, não se tivesse preparado para defender-se.

Esta coragem e esta covardia, que podemos encontrar nos homens, podem ser vistas também nas repúblicas; temos os exemplos de Roma e de Veneza. A primeira nunca se deixou abater pela adversidade, nem o êxito a fez soberba, como ocorreu depois da derrota de Cannes e da vitória sobre Antíoco.

Embora desastrosa para Roma, a derrota de Cannes — a terceira que a cidade sofria — não a impediu de manter sua constância e de levantar novos exércitos; tampouco a forçou a violar as instituições da república resgatando prisioneiros. Roma não enviou emissários a Cartago, ou a Aníbal, para implorar a paz; rejeitando todas as medidas covardes ou desonrosas, voltou-se inteiramente para a guerra. À

falta de homens válidos, escravos e anciãos foram convocados às armas. Quando Hanon, o cartaginês, teve notícia dessas providências, declarou ao Senado de Cartago que pouco se podia esperar da derrota de Cannes. Como se vê, os tempos difíceis não atemorizaram os romanos, nem os fizeram rebaixar-se.

Por outro lado, a prosperidade não os tornou insolentes. Tendo Antíoco enviado embaixadores a Cipião para propor-lhe um acordo, antes de se engajarem no combate (no qual foi derrotado), Cipião impôs, como condição para a paz, que o adversário se retirasse para o interior da Síria, deixando tudo o mais sujeito à generosidade dos romanos. Antíoco recusou, preferindo o combate. Contudo, antes de ser derrotado, mandou outra vez embaixadores com a ordem de aceitar todas as condições que lhe fossem impostas pelo vencedor; este no entanto, repetiu a condição anterior, explicando: "Quod Romani si vincuntur non minuuntur animis, nec si vincunt insolescere solent". O que significa: "Se são derrotados, os romanos não perdem o ânimo; se vencem, não se tornam soberbos".

Os venezianos, ao contrário, seguiram um caminho completamente diferente. Embriagados pela boa sorte, que atribuíam a um grande valor (que não tinham), levaram tão longe sua insolência que só chamavam o rei da França de "filho de São Marcos". Desprezando a Igreja, achavam que a Itália era pequena demais para eles: queriam dominar uma extensão tão vasta quanto a do império romano. Mas quando a sorte os abandonou, e o rei da França os derrotou em Vailá, não só perderam quase todo o território, devido a uma revolta, mas cederam parte dele ao papa e à Espanha, por covardia. Chegaram mesmo à objeção de enviar embaixadores ao imperador, oferecendo-se como súditos; as cartas que escreveram ao papa, implorando sua piedade, são monumentos de vergonha. Quatro dias e uma derrota incompleta bastaram para levá-los a esse estado de ignomínia. Após o primeiro combate, seu exército foi obrigado a bater-se em retirada, perdendo pelo caminho a metade dos efetivos; um dos comissários que se salvou chegou a Verona com mais de vinte e cinco mil homens, de infantaria e cavalaria; assim, se Veneza tivesse ainda algum resíduo de coragem, poderia facilmente ter remediado o desastre, enfrentando a sorte, de modo a vencer ou sucumbir gloriosamente — ou, ainda, depor as armas em condições menos humilhantes. Contudo, a covardia dos seus habitantes, provocada pelo vício das suas instituições, fez com que perdesse ao mesmo tempo a força e a coragem.

É o que acontecerá com todos os que se comportarem deste modo; a insolência nos tempos felizes e a baixeza na adversidade se originam na maneira de viver e na educação recebida; se esta educação for frívola e não incutir a coragem, produzirá homens deste tipo; se for diferente, terá resultado diverso: homens que, tendo um conhecimento mais genuíno deste mundo, não se regozijam tanto com o bem, nem se deixam vencer facilmente pelo mal.

O que se aplica a um só homem aplica-se também a todos os que estão sujeitos a um mesmo Estado, cujas qualidades são sempre iguais às que marca o modo como ali se vive.

Embora já tenha dito, em outra parte, que a boa organização militar é o fundamento de todos os Estados, e que sem ela não pode haver boas leis, ou instituições adequadas, creio necessário repeti-lo. De fato, tal necessidade surge a cada passo no desenvolvimento da história. Vemos, por exemplo, que a arte militar não se pode desenvolver se não é praticada continuamente; e que não é possível praticá-la a não ser com os próprios súditos, porque nem sempre se está em guerra. É preciso, portanto, exercitar o exército nos tempos de paz; e se este exército não foi composto por nacionais do país, isto será difícil, por causa do custo.

Camilo tinha marchado com o seu exército ao encontro dos toscanos; os soldados se atemorizaram com o grande número dos inimigos, pensando não ser possível resistir ao seu embate. Tendo esta preocupação chegado ao conhecimento de Camilo, o general percorreu o acampamento falando a todos os soldados, livrando-os daquele medo; finalmente, deu a seguinte ordem, sem outras disposições: "Quod quisque didicit, aut consuevit, faciat". Isto é: "Que cada um fizesse o que sabia, ou estava habituado a fazer".

Se refletirmos bem sobre o seu gesto e suas palavras, perceberemos que não se poderia dizer e fazer executar coisa semelhante senão a tropas bem adestradas, na paz e na guerra. Um general não poderia confiar em soldados ignorantes, nem ter a segurança de que cumpririam bem o seu dever. Mesmo que um novo Aníbal os comandasse, sucumbiria sob tal peso; como nenhum general pode estar ao mesmo tempo em todos os lugares onde se combate, se não conseguir transmitir aos soldados o seu espírito, de modo que conheçam suas instruções e o seu modo de se conduzir, será levado à derrota.

Portanto, se um Estado se arma e se organiza como Roma, se os cidadãos experimentam diariamente seu valor e sua sorte, em particular e em público, conservarão a coragem e a dignidade, qualquer que seja a situação que enfrentem. Mas se, ao contrário, não se armarem, apoiando-se só nos caprichos da sorte, sofrerão todas as mudanças às quais ela está sujeita, dando-nos um exemplo como o dos venezianos.

Capítulo Trigésimo Segundo

As várias maneiras já utilizadas para perturbar a paz.

Circe e Velitra, duas colônias romanas, se revoltaram contra a metrópole, na esperança de serem socorridas pelos latinos; mas como estes tinham sido vencidos, suas esperanças se desvaneceram, e alguns cidadãos aconselharam o envio de embaixadores a Roma para pedir a clemência do Senado. A proposta, porém, foi rejeitada pelos autores da revolta, temerosos de que o castigo recaisse sobre eles, e, para afastar definitivamente qualquer idéia pacífica, incitaram a multidão a tomar as armas e fazer uma incursão no território romano.

Quando se quer que um povo ou um príncipe rejeite toda acomodação, não há meio mais seguro do que forçá-lo a cometer alguma grave ofensa contra aquele com quem não desejamos a reconciliação; o afastamento da idéia de paz será tanto maior quanto mais se tema o castigo que o ultraje cometido poderá trazer.

Depois da primeira guerra púnica, tendo sido concluída a paz as tropas cartaginesas que tinham lutado contra os romanos, na Sicília e na Sardenha, retornaram à África. Descontentes com o soldo, esses soldados se revoltaram contra Cartago, tendo à frente Mato e Spêndio; a seguir, apoderaram-se de muitas cidades e as devastaram.

Decididos a tentar ao máximo a conciliação, antes de combater os rebeldes, os cartagineses lhes enviaram Asdrúbal, que, por ter sido seu comandante, deveria ter conservado alguma autoridade sobre eles. Mas Spêndio e Mato persuadiram os companheiros de que seria melhor matar o representante de Cartago, e todos os cartagineses que pudessem aprisionar; com isto, queriam fazer com que nenhum dos soldados rebeldes aceitasse as intenções pacíficas de Cartago, obrigando-os a prosseguir na luta.

Assim, os revoltosos o mataram, depois de submetê-lo às torturas mais terríveis. E, para acrescentar à sua barbárie, divulgaram um aviso ameaçando de igual tratamento qualquer cidadão de Cartago que, no futuro, caísse em suas mãos. Esta

decisão, e os massacres resultantes, excitaram ao máximo a ira e a obstinação dos rebeldes.

Capítulo Trigésimo Terceiro

Para assegurar a vitória, é necessário que o exército tenha confiança em si mesmo e no seu comandante.

Quando se quer que um exército seja vitorioso, é preciso inspirar-lhe tal confiança que os soldados estejam convencidos de que nada poderá impedi-los de vencer o inimigo. Tem essa confiança o exército bem armado, bem disciplinado, composto de soldados que se conhecem mutuamente. Tal confiança a disciplina só podem surgir entre naturais do mesmo país, acostumados à vida em comum.

É indispensável que o general goze de estima geral, e que o exército confie na sua prudência. Os soldados confiarão sempre no comandante amigo da disciplina, solícito e corajoso, e que sustente com dignidade sua posição de comando (que manterá ao punir os delitos cometidos, evitando contudo fatigá-los inutilmente). O comandante cumprirá suas promessas; mostrará aos comandados que o caminho da vitória é fácil, ocultando-lhes o que de longe pode parecer perigoso. Bem observadas, essas condições constituem uma das mais importantes causas da autoconfiança de um exército; e a confiança conduz à vitória.

Os romanos utilizavam a religião para inspirar seus exércitos; por meio de auspícios e aruspícios procediam à nomeação dos cônsules, à convocação das tropas, à divisão dos exércitos — e também decidiam o momento oportuno para as batalhas. Um bom comandante jamais tentaria a mais simples sortida sem antes cumprir com essas formalidades, convencido de que estava condenado à derrota se antes de entrar em combate os soldados não ouvissem que os deuses estavam do seu lado. E se um cônsul, ou qualquer general, os levasse ao combate contra a indicação dos augúrios, seria punido, como aconteceu com Cláudio Pulcro.

Embora esse comportamento seja evidente em todo o curso da história de Roma, vale lembrar em especial as palavras que Tito Lívio atribui a Ápio Cláudio, que se queixava ao povo do orgulho e da imprudência dos seus tribunos, alegando que devido a eles os auspícios perdiam influência, como acontecia com todas as demais instituições religiosas: "Eludant nunc licet religionem. Quid enim interest, si

pulli non pascentur, si ex cavea tardius exierint, si occinuerit avis? Parva sunt haec; sed parva ista non contemnendo, majores nostri maximam hanc rempublicam fecerunt". O que quer dizer: "Admite-se que os ritos sagrados não sejam cumpridos. Que importa, com efeito, se as aves não comem, se tardam a sair dos seus abrigos, se um pássaro não cantou bem? São coisas sem importância; mas os nossos antepassados criaram esta república de tanta grandeza respeitando essas coisas sem importância".

De fato, são as coisas pequenas que têm a força de manter a união e a confiança dos soldados, que são a causa primeira de todas as vitórias. Contudo, elas devem vir juntas com a coragem; senão, nada significam.

Tendo enviado um exército para fazer campanha contra os romanos, os habitantes de Preneste instalaram seu acampamento às margens do rio Ália, no local onde o exército de Roma tinha sido derrotado pelos gauleses. Seu objetivo era inspirar confiança nos soldados, e temor nos romanos, com as lembranças associadas ao lugar. Embora a escolha parecesse vantajosa, pelas razões indicadas, o desfecho demonstrou como a coragem genuína pode superar tais obstáculos. Tito Lívio o demonstra de modo evidente, atribuindo ao ditador as seguintes palavras, dirigidas ao seu mestre da cavalaria: "Videsne tu, loci fortuna illos fretos, ad Alliam consedisse? At tu, fretus armis animisque, invade mediam aciem". Ou seja: "Vês que o inimigo, confiando na sorte, acampou no Ália? Tu, porém, confiando nas tuas armas, e na coragem dos teus soldados, o atacarás frontalmente."

De fato, a coragem genuína, a disciplina rigorosa, a segurança que dá o hábito da vitória não se deixam anular por incidentes de tão pouca importância; e um terror sem fundamento, uma desordem imprevista, não conseguirão abatê-las.

É o que demonstra o episódio seguinte: encontravam-se os dois cônsules homônimos — Mânlio era o nome de ambos — frente aos volscos; alguns soldados foram enviados à pilhagem, de modo que estes, e os que ficaram no acampamento, foram cercados. O que salvou o exército não foi a habilidade dos cônsules, mas a coragem dos soldados, o que leva Tito Lívio a comentar: "Militum etiam sine rectore stabilis virtus tutata est" ("Mesmo sem um chefe para comandá-los, os soldados não perderam sua coragem costumeira").

Não quero deixar de mencionar um artifício utilizado por Fábio, ao retornar à Toscana; a fim de inspirar nos soldados a confiança necessária para realizar seus projetos naquele país desconhecido, cheio de novos inimigos, dirigiu-se a eles falando sobre a luta que iriam enfrentar. Depois de expor os motivos pelos quais podiam esperar a vitória, acrescentou: "Poderia referir ainda outras boas razões pelas quais considero a vitória certa; mas seria arriscado divulgá-las". A sagacidade que demonstrou, ao utilizar este recurso, merece ser imitada.

Capítulo Trigésimo Quarto

A fama e a opinião que fazem com que o povo prestigie um cidadão; e se o critério com que ele preenche as funções públicas é melhor que o do príncipe.

Mencionamos, anteriormente, que Tito Mânlio (mais tarde chamado Torquato) salvou o pai de uma acusação que lhe fora feita por Marco Pompônio, tribuno popular. Embora a maneira como Tito Mânlio atuou tenha sido de certo modo violenta e extraordinária, seu amor filial encantou o povo; por isto, em vez de sofrer qualquer reprimenda, foi eleito segundo tribuno das legiões.

Seu sucesso me leva a considerar as bases em que se fundamenta o julgamento do povo ao distribuir favores; se este os distribui com maior discernimento do que os príncipes. Quando se trata de eleger um cidadão ainda não conhecido publicamente, o povo indaga sobre o seu conceito, que é formado por conjecturas, ou pela idéia que o cidadão dá de si. Esta dupla opinião se origina na reputação dos seus antepassados, que se foram homens ilustres, permite presumir a qualidade do descendente — a não ser que seu comportamento prove o contrário; e resulta também da conduta do próprio cidadão.

A reputação deste será a melhor possível se freqüentar a companhia de homens sérios, de bons costumes e sabedoria reconhecida. A indicação mais segura que se pode ter do caráter de alguém é a qualidade das pessoas que o cercam; é evidente, assim, que quem só possui companheiros virtuosos não pode deixar de ter um conceito elevado, pois é impossível que não se pareça em algo com aqueles que freqüenta. Pode-se também adquirir a estima pública por alguma ação extraordinária e brilhante (mesmo que tenha caráter privado) que leve à glória e à honra.

Destes três modos de agir, próprios para fundamentar o renome dos cidadãos, nenhum é mais importante do que o terceiro; de fato, o conceito que depende dos antepassados é enganoso, e merece pouca confiança; ele se dissipa quando não o acompanha o valor pessoal.

O segundo indício — isto é, a qualidade das companhias que se freqüenta — é melhor do que o primeiro, porém bem inferior ao terceiro, pois repousa não em atos que reflitam diretamente a própria virtude, mas sim na opinião alheia, que é muito mutável. Já o terceiro índice, fundado nas ações do indivíduo, expressa desde o início uma imagem que só será apagada por vários fatos de sentido contrário.

Os que nascem numa república devem, portanto, seguir este caminho, procurando adquirir conceito por ações brilhantes. Foi como agiram muitos jovens romanos, fazendo com que se promulgasse algum decreto vantajoso para o povo, denunciando um cidadão poderoso como transgressor das leis, ou cometendo outra ação que lhes desse notoriedade. Não só esta conduta é necessária para lançar uma reputação, como é indispensável para que ela se mantenha e cresça.

Contudo, para ter êxito deste modo, é preciso repetir os gestos brilhantes, como fez Tito Mânlio durante toda a sua vida. De fato, poucos anos depois de defender o pai, de modo tão corajoso e extraordinário, firmando sua reputação inicial, combateu e matou um gaulês — do qual retirou um colar de ouro —, o que lhe valeu o nome de Torquato. E isto não bastou: já maduro, mandou matar o filho por ter lutado sem sua ordem, embora tivesse vencido o adversário. Esses três gestos lhe deram muita fama, fazendo com que a posteridade o celebrasse por eles mais do que qualquer outro romano por qualquer outro triunfo.

A razão é que Mânlio teve muitos rivais no que se refere a triunfos militares, mas muito poucos nesses gestos, cujo valor pertencem só a ele.

O grande Cipião teve menos glória pelas suas vitórias do que pela defesa que fez do pai, jovem ainda, às margens do Tesino; ou pelo episódio ocorrido logo após a derrota de Cannes, quando, brandindo a espada, fez com que todos os jovens romanos jurassem não abandonar a Itália, mesmo que desejassem fazê-lo. Esses são os alicerces da sua reputação, que o levou aos triunfos militares na Espanha e na África. Mas o seu renome chegou ao máximo quando, na Espanha, mandou entregar a filha ao pai, e a esposa ao seu marido.

Comportamento semelhante deve ter, necessariamente, não só o cidadão que persegue a fama para obter honrarias mas também o príncipe que quer conservar a própria reputação em todo o seu domínio. Nada é mais útil para assegurar a estima do povo do que certas palavras e gestos extraordinários, que visem à felicidade do povo, e que projetem a imagem de um soberano magnânimo, justo e liberal, respeitado pelos súditos.

Para retornar ao ponto inicial deste capítulo, afirmo que o povo não se engana quando nomeia determinado cidadão para um cargo público, com base em um dos três aspectos que mencionei; e está ainda menos sujeito a erro quando a pessoa nomeada enriquece o seu conceito com gestos repetidos; neste caso, é quase impossível

que seu julgamento falhe. Só me refiro aqui aquelas nomeações iniciais, antes que os homens públicos se revelem completamente; nelas, o povo sempre cometerá menos erros do que os príncipes, com respeito à corrupção e à fama sem mérito.

Pode ocorrer, é bem verdade, que o povo se deixe enganar alguma vez, seduzido pela notoriedade de um cidadão, por opiniões ou conduta que lhe pareçam de maior valor do que têm realmente — o que poderia não acontecer com um príncipe, pois seus conselheiros não tardariam a lhe abrir os olhos. Entretanto, para que não faltassem bons conselhos ao povo, os fundadores das repúblicas estabeleceram prudentemente que, para o preenchimento dos cargos mais importantes do Estado (onde seria perigoso ter homens sem experiência), seria permitido a qualquer cidadão apontar os defeitos de qualquer candidato, a fim de que o povo, melhor informado, pudesse fazer um julgamento mais completo.

Este era o costume de Roma, como atesta o discurso pronunciado por Fábio Máximo, durante a segunda guerra púnica, quando percebeu que o voto do povo favorecia Tito Otacílio para a função consular. Pensando que naquelas circunstâncias Tito não poderia exercer convenientemente o consulado, manifestou-se contra a escolha, mostrando sua impropriedade — e conseguiu desviar o sufrágio para um cidadão mais capacitado.

Ao eleger magistrados, o povo se orienta pelas provas mais concretas que os homens possam dar da sua capacidade; e quando recebe conselhos prudentes, como acontece com os príncipes, arrisca-se ao erro bem menos do que estes.

Por isto, o cidadão que pretende conquistar os favores do povo deve merecê-los por gestos brilhantes, como os de Tito Mânlio.

Capítulo Trigésimo Quinto

A que perigos se expõem os que tomam a iniciativa de aconselhar uma decisão; perigos ainda mais graves quando a decisão proposta tem caráter extraordinário.

Seria por demais longo e difícil aprofundar aqui os riscos a que se expõe quem gera um empreendimento novo, que exige o concurso de grande número de pessoas; descrever como é difícil conduzi-lo ao objetivo e, uma vez este atingido, mantê-lo. Embora reserve o tratamento deste tema para oportunidade mais favorável, falarei aqui exclusivamente dos perigos a que se expõem os cidadãos, e os conselheiros do príncipe, diante de uma resolução séria e importante, cujas conseqüências vão recair sobre eles.

Habituados a julgar os acontecimentos pelos seus resultados, os homens atribuem a quem aconselha todos os males que resultam da sua opinião. É verdade que, se esta opinião leva a um êxito, segue-se algum encômio; mas tal recompensa não é proporcional aos riscos funestos que corre quem aconselha.

Segundo contam viajantes chegados da Turquia, o sultão Selim se preparava para conquistar a Síria e o Egito, quando o governador da região fronteiriça da Pérsia o aconselhou a atacar aquele país. Persuadido, o sultão se deslocou à frente de um grande exército; chegando àquela região amplíssima, de vastos desertos, onde a água é rara, encontrou os mesmos obstáculos que causaram outrora a perdição das tropas romanas. Embora tivesse batido o inimigo, viu-se reduzido às maiores dificuldades, tendo perdido a maior parte dos seus homens para a fome e para a peste. Irritado com o governador que o aconselhara, madou matá-lo.

A história oferece muitos exemplos de cidadãos que foram exilados por ter dado conselhos com resultados infelizes. Assim, alguns romanos tinham adotado a proposta dos que queriam um cônsul plebeu; o primeiro a ser nomeado sofreu uma derrota a primeira vez que comandou tropas numa campanha. Os que tinham aconselhado aquela inovação teriam sido punidos se o partido popular não fosse tão poderoso.

É evidente que quem deve por obrigação aconselhar um príncipe ou uma república se vê numa situação embaraçosa: se se abstém de aconselhar o que lhe parece útil, deixa de cumprir seu dever; se dá algum conselho, se expõe a perder o cargo, ou mesmo a vida. Isto ocorre porque os homens são de tal modo cegos que só podem medir um conselho pelos resultados que traz.

Refletindo sobre o modo como se pode afastar esse perigo, e essa vergonha, parece-me que o mais seguro é tomar as coisas com moderação; não nos empenharmos em nenhum conselho como se fosse coisa própria, dando nossa opinião serenamente, defendendo-a com modéstia e sem excessos, de modo que se o Estado e o príncipe a seguirem, o façam voluntariamente, e não arrastados pela pressão de quem aconselha.

Seguindo esta conduta, será absurdo que o príncipe ou o povo culpe quem deu um conselho que congregou todas as vontades. Só haverá risco quando surgirem muitos opositores que, se a sorte não favorecer nosso conselho, se apressarão a nos precipitar na desgraça.

Agindo assim não alcançaremos a glória, apanágio de quem está só e dá um conselho coroado pelo êxito, contra a oposição geral; contudo, teremos pelo menos duas vantagens: a primeira, a de afastar o perigo; e a segunda, a glória de ver as conseqüências funestas da rejeição de um conselho oferecido modestamente. E, embora a glória obtida com prejuízo do príncipe e da pátria não cause alegria, não é também coisa desdenhável.

Creio que não tenho outros conselhos a dar sobre o assunto. Aconselhar o silêncio, para ocultar a opinião, seria recomendar uma conduta inútil à república e ao príncipe; e não se evitaria mesmo assim todos os perigos, pois o comportamento de quem agisse desta forma seria suspeito, podendo levar à situação dos amigos de Perseu, rei da Macedônia. Derrotado por Paulo Emílio, e pondo-se em fuga com um pequeno número de amigos, Perseu lhes recordava todos os acontecimentos, tendo um deles ousado criticá-lo pelos numerosos erros cometidos, os quais o tinham arruinado. Gritou-lhe o rei: "Traidor, por que esperaste me ver sem recursos para dizer isto?" E matou-o com as próprias mãos.

Esse cortesão foi punido por ter silenciado quando devia falar, e por ter falado quando devia guardar o silêncio; não soube evitar o perigo do qual pensara escapar deixando de aconselhar o monarca. Penso, assim, que será conveniente limitar-nos à conduta que indiquei.

Capítulo Trigésimo Sexto

Por que os gauleses tiveram e têm ainda a reputação de ser excepcionais no início do combate, e mais fracos do que mulheres no prosseguimento da luta.

A coragem do gaulês que às margens do rio Ânio desafiou os mais bravos romanos, e a luta que travou com Mânlio, me fazem lembrar o que Tito Lívio disse várias vezes: que os gauleses são homens excepcionais quando começam a lutar, mas que, no prosseguimento do combate, se tornam mais fracos do que mulheres.

Refletindo sobre a origem desta opinião, tem-se geralmente a idéia de que tal característica provém da própria natureza dos gauleses, o que considero bem fundado. Mas isto não quer dizer que este traço natural, que lhes dava no início da luta tanta coragem, não pudesse ser disciplinado, de modo a que conservassem a bravura até o fim do combate.

Como prova, lembrarei que há três espécies de exército: a primeira, onde se manifestam igualmente a coragem e a boa ordem, a verdadeira fonte de coragem. Eram assim os exércitos romanos, que durante toda a história de Roma tiveram uma organização excelente, introduzida desde o início pela disciplina militar. Num exército bem ordendo, ninguém faz nada que não tenha sido previamente estabelecido. E nos exércitos romanos (dignos, sob este ponto de vista, de servir de modelo a todas as nações, porque venceram todo o universo conhecido) não se comia ou dormia, não se comprava ou vendia, não se executava enfim nenhuma operação militar ou doméstica sem a permissão do cônsul. E os exércitos que agem de outro modo não são exércitos genuínos: seus triunfos são produto do ímpeto e do entusiasmo, não da coragem verdadeira.

Mas, quando a própria coragem está sujeita a regras, os soldados desenvolvem seu ardor de acordo com a oportunidade. Nenhum obstáculo poderá fazê-los perder a bravura; a boa ordem muito pelo contrário, anima sem cessar sua coragem, e o ardor é alimentado pela esperança da vitória, esperança que não os abandona enquanto subsiste a boa ordem.

O contrário acontece quando prevalece o furor e falta a ordem, como entre os gauleses, cuja impetuosidade não os assistia durante todo o combate. Quando no primeiro embate não alcançavam a vitória, esse ímpeto, sobre o qual fundavam a esperança, e que não era sustentado por uma coragem bem ordenada, se enfraquecia, e deixavam-se vencer quando não tinham à vista nenhum outro recurso com que pudessem contar.

Já os romanos, convictos da sua boa organização, não temiam os perigos e, certos da vitória, combatiam até o fim com igual coragem, firmes e incansáveis; animados pelo fragor das armas, se inflamavam mais e mais, à medida que o combate prosseguia.

O terceiro tipo de exército é aquele no qual falta coragem e disciplina, como acontece nos exércitos italianos dos nossos dias, que são de todo inúteis; não saberiam o gosto da vitória se por acaso não encontrassem adversários afugentados por algum acontecimento imprevisto. Sem que seja necessário dar exemplos particulares, tem-se todos os dias provas da sua covardia.

Para que todos possam compreender, graças à autoridade de Tito Lívio, como é a boa organização militar, e as características que não lhe podem faltar, reproduzo as palavras de Papírio Cursor, ao punir Fábio, seu mestre de cavalaria: "Nemo hominum, nemo deorum verecundiam habeat; non edicta imperatorum, nom auspicia observentur; sine commeatu vagi milites in pacato, in hostico errent; immemores sacramenti, licentia sola se, ubi velint, exauctorent; infrequentia deserantur signa; neque conveniatur ad adecutum, nec discernatur interdiu, nocte, aequo, iniquo loco, jussu, injussu imperatoris pugnent; et non signa, non ordines servant; latrocinii modo, caeca et fortuita, pro solemni et sacrata militia sit".

Eis o significado do que disse Papírio: "Os soldados não têm mais vergonha dos homens ou dos deuses: não obedecem às ordens dos comandantes, nem respeitam os augúrios; erram sem víveres pelo território do país ou por terras inimigas; esquecendo as promessas sagradas, passeiam por onde querem. Abandonam as insígnias, não respondem mais aos comandos. Não executam reconhecimento à noite, combatem em boa ou má posição, com ou sem ordens. Não observam a disposição do agrupamento nem os signos. Como se a arte militar fosse cega e fortuita, e não coisa sagrada e solene".

À luz dessa passagem pode-se julgar se a organização militar é em nossos dias uma instituição sagrada e solene, ou cega e fortuita. Vê-se claramente tudo o que lhe falta para merecer o título de exército, e como está longe de unir a disciplina à coragem, como entre os romanos ou pelo menos de mostrar, como entre os gauleses, uma certa impetuosidade.

Capítulo Trigésimo Sétimo

Se as escaramuças são necessárias, antes de uma batalha; e como fazer para avaliar um novo inimigo, se se quer evitá-las.

Como já tive ocasião de dizer, nas suas ações os homens além das dificuldades naturais, encontram em todo bem algum mal que lhe está de tal modo ligado que parece impossível gozar um sem sofrer com o outro. Tem-se prova disto em qualquer empreendimento. Só se consegue o bem com algum esforço, a menos que a sorte nos favoreça tanto que com sua força vença este inconveniente.

É o que me lembra o relato de Tito Lívio sobre o combate de Mânlio Torquato com o gaulês, que termina com as seguintes palavras: "Tanti ea dimicatio ad universi belli eventum momenti fuit, ul Galloru mexercitus, relictis trepide castris, in Tiburtem agrum, mox in Campaniam transierit". Isto é: "Aquela luta teve tal importância em toda a guerra que o exército gaulês, abandonando em desordem seus acampamentos, retirou-se para os campos tiburtinos, e depois para a Campânia".

De um lado, um general hábil deve evitar acima de tudo o que, tendo pouca importância, produza um efeito negativo sobre o exército; engajar-se numa batalha sem empregar todas as forças disponíveis, embora se arrisque nela tudo o que temos, é condúta das mais temerárias, como já disse anteriormente, ao criticar a defesa dos desfiladeiros. Por outro lado, penso que um general prudente, quando encontra um novo inimigo que tenha boa reputação, deve experimentar sua força com escaramuças ligeiras, antes de se engajar numa batalha; desta forma, seus soldados perderão o temor que lhes possa haver inspirado a reputação de coragem dos adversários.

Isto tem grande importância para os comandantes; é necessário que ajam assim para que suas tropas não pensem que marcham para a derrota. Por meio de engajamentos ligeiros, poderão expulsar do espírito dos soldados o medo do inimigo desconhecido.

Valério Corvino tinha sido enviado pelos romanos com um exército contra os samnitas, novos inimigos de Roma, cuja força ainda não se conhecia. Segundo Tito

Lívio, Valério preferiu provocar breves encontros com os samnitas, "ne eos novum bellum, ne novus hostis terreret". Isto é: "para que o novo tipo de guerra, e o novo inimigo, não aterrorizassem seus soldados".

Contudo, há o risco de que a derrota nesses encontros aumente o temor das tropas, com um resultado contrário ao que se desejava. Em vez de dar confiança aos soldados, pode-se assustá-los ainda mais. Eis, portanto, um desses casos onde o mal está tão próximo do bem (ou os dois estão mesmo confundidos) que se pode chegar a um querendo alcançar o outro.

Por isto, um general hábil deve ter o maior cuidado para não provocar um incidente que desencoraje seus soldados — como começar a campanha com uma derrota. Deve-se evitar todos os engajamentos parciais, a não ser quando se dispõe de grande vantagem, e da certeza da vitória. Evite-se a defesa de passagens onde não se possa reunir todo o exército, e a defesa de posições cuja perda levaria à derrota geral.

Quanto às posições defendidas, é preciso agir de modo que em suas guarnições se possa empregar todas as forças disponíveis, em caso de assédio; o restante do território deve ficar sem defesa.

De fato, quando se abandona sem baixas, o exército não perde a reputação ou a esperança da vitória. Mas quando o inimigo arrebata uma posição que se pensava defender (havendo convicção geral de que se pretendia defendê-la), o prejuízo moral acrescenta à perda, e um acontecimento de pouca importância pode comprometer o êxito da guerra, como aconteceu com os gauleses.

Filipe da Macedônia, pai de Perseu, príncipe belicoso e de grande reputação, ao ser atacado pelos romanos abandonou uma parte do seu domínio, que acreditava indefensável (pois já o havia devastado). Pensou, prudentemente, que correria um risco real de perder a reputação defendendo inutilmente o que preferiria preservar; seria melhor abandoná-lo ao inimigo como se não o interessasse.

Quando, após a derrota de Cannes, os romanos se viram quase completamente arruinados, passaram a recusar socorro à maior parte das cidades que protegiam, recomendando-lhes somente que se defendessem do melhor modo possível. Esta posição é menor do que tentar uma defesa sem poder realizá-la; neste último caso, perde-se ao mesmo tempo a força e os aliados; no primeiro, perde-se só os aliados.

Para retornar à questão das escaramuças, se um general for obrigado a usar este recurso, pela novidade do inimigo, será necessário que o faça com tal vantagem que não haja o menor perigo de ser vencido. Ou então, que faça o que fez Mário, que é o mais prudente.

Mário ia combater os cimbros, povo feroz que ameaçava devastar toda a Itália. O seu grande número, e caráter bárbaro, criavam terror em toda parte — terror que a derrota já sofrida por um exército romano, que os enfrentara, só fazia aumentar. Antes de engajá-los numa batalha, Mário considerou necessário tomar medidas para libertar seus soldados do medo que inspirava a fama do inimigo. General experimentado, mandou que suas tropas acampassem nos lugares por onde os cimbros deveriam passar. Queria que os soldados romanos, protegidos em suas posições, pudessem vê-los, acostumando-se ao aspecto do inimigo: uma multidão desordenada, homens levando armas inúteis, e em parte desarmados, embaraçados com sua bagagem. Poderia assim reaver a coragem perdida, tomando a iniciativa de pedir a ordem de ataque

Esta decisão, na qual Mário demonstrou grande habilidade, deve ser tomada por todos como um exemplo útil, que se deve imitar com empenho se se quer evitar os perigos acima indicados; se não se quer imitar os gauleses, "qui ob rem parvi ponderis trepidi in Tiburtem agrum et in Campaniam transierunt". Isto é: "que, alarmados sem muita razão, retiraram-se para a Campânia, do outro lado do Tibre".

Já que citei neste capítulo Valério Corvino, no capítulo que segue demonstrarei quais devem ser as qualidades de um general, baseando-me em suas palavras.

Capítulo Trigésimo Oitavo

Quais são as qualidades necessárias a um general para que possa inspirar confiança a seus soldados.

Como dissemos, Valério Corvino comandava o exército destinado a combater os samnitas, novos inimigos dos romanos. Para aumentar a confiança das suas tropas, e familiarizá-las com os adversários, começou a provocar escaramuças ligeiras. Mas essas experiências não lhe pareceram suficientes; quis assim falar aos soldados antes do combate, esforçando-se por demonstrar-lhes que o inimigo não valia grande coisa diante da coragem do general e dos soldados romanos.

As palavras que Tito Lívio lhe atribui mostram as qualidades necessárias a um general para merecer a confiança do seu exército: "Tum etiam intueri cujus ductu auspicioque ineunda pugna sit: utrum qui audiendus duntaxat magnificus adhortator sit, verbis tantum ferox, operum militarium expers; an qui, et ipse tela tractare, procedere ante signa, versari media in mole pugnae sciat. Facta mea, non dicta, vos, milites, sequi volo, nec disciplinam modo, sed exemplum etiam a me petere, qui hac dextra mihi tres consulatus sumamque laudem peperi".

Isto é: "De onde se pode ver exatamente o tipo de homem sob cujas ordens se deve ir à guerra: se é aquele que seja um esplêndido orador, bravo no falar mas pouco experiente nas coisas militares, ou o que sabe manter a ordem nas tropas, conduzir as insígnias, comportar-se no meio da batalha. Quero que os meus soldados me acompanhem na ação; não quero que façam o que eu digo. Quero que sigam o meu exemplo, e não só as minhas ordens: com este punho obtive três consulados e muita fama".

Bem examinadas, essas palavras ensinarão as qualidades que deve possuir quem quiser cumprir bem as funções de comandante; quem não as tiver verá com o tempo que esta dignidade — à qual a sorte ou a ambição o tenha elevado — destruirá sua reputação, em lugar de exaltá-la. Porque não são os títulos que dão honra aos homens, mas o contrário. Deve-se retirar ainda outra conseqüência do que disse no princípio deste capítulo: se os generais mais célebres se serviram de meios

extraordinários para revigorar a coragem de soldados experientes, prestes a combater inimigos desconhecidos, com mais razão deve-se empregar tais meios quando as tropas são novas, e nunca enfrentaram um adversário. De fato, se um inimigo desconhecido pode inspirar terror a soldados experimentados, pode-se imaginar o medo que causará um inimigo qualquer a soldados noviços.

Contudo, todas essas dificuldades foram vencidas, com prudência, por generais experientes que só dispunham de soldados novatos, como o romano Graco e o tebano Epaminondas, sobre quem já falei. Esses comandantes conseguiram vencer tropas de veteranos, habituados ao combate. Puderam fazê-lo exercitando seus soldados durante vários meses em lutas simuladas, obrigando-os à obediência e à disciplina, e levando-os depois, com confiança, ao combate verdadeiro.

Por conseguinte, um guerreiro não deve jamais desesperar de criar um exército eficiente, desde que tenha homens à sua disposição. O príncipe a quem faltam soldados, embora seus súditos sejam numerosos, só se pode queixar da sua própria fraqueza e imprudência — não da covardia dos seus homens.

Capítulo Trigésimo Nono

Todo comandante deve conhecer a região onde faz a guerra.

Entre os conhecimentos necessários ao comandante de um exército, um dos mais importantes é o do terreno. Sem este conhecimento, em sua forma geral e particular, não se pode empreender uma boa campanha. E se todas as ciências exigem longa prática, para que se as possa dominar, esta exige experiência maior ainda. É uma experiência que se ganha caçando, mais do que com qualquer outro exercício. Os historiadores antigos relatam que seus heróis (que outrora governavam o mundo) passavam a vida nas florestas, caçando — atividade que oferece um conhecimento particularizado dos lugares e muitas outras noções indispensáveis para a guerra.

Na "Ciropédia", Xenofonte informa que Ciro, pondo-se em marcha para combater o rei da Armênia, lembrou a seus capitães, depois de dar-lhes ordens, que os esperava mais uma caçada, como tantas vezes tinham feito juntos. Aos que ordenou armar uma emboscada nas montanhas, lembrou que agiriam como caçadores que estendem armadilhas em lugares escarpados; e aos que deveriam cruzar planícies, comparou aos caçadores que afugentam a fera do seu covil, fazendo-a correr para as redes.

Segundo o próprio Xenofonte, a caça é uma imagem da guerra. Por isto os guerreiros não poderiam encontrar exercício mais útil e mais honroso. E nada dá um conhecimento mais íntimo de um país repleto de pormenores de terreno.

Quem conhece bem um país poderá aprender facilmente como é o território de um outro, pois há semelhanças entre os países, e entre pontos particulares do seu território, que permitem transpor o conhecimento de uns para outros. Perceberá de relance de que modo um vale, ou uma certa planície, se estende; como se eleva uma determinada montanha, e mil outros pormenores, que a experiência passada lhe ensinou com firmeza. Sem ela, só com dificuldade e um longo estudo poderá conhecer perfeitamente o território de outro país.

Tito Lívio dá um exemplo para apoiar esta afirmativa. Públio Décio era tribuno legionário no exército que o cônsul Cornélio comandava contra os samnitas; ha-

vendo levado seus soldados a um desfiladeiro onde podiam ser cercados facilmente pelos samnitas, Décio percebeu esse perigo e, dirigindo-se ao cônsul, disse-lhe: "Videsne tu, Aule Corneli, cacumen illud supra hostem; Arx illa est spei salustique nostrae, si ean, quam caeci reliquere Samnites, impigre capimus". Isto é: "Vês, Aulo Cornélio, aquele cume acima da posição inimiga? Será a rocha da nossa esperança e da nossa salvação se a ocuparmos prontamente, já que os samnitas não a notaram".

Antes de reproduzir essas palavras de Décio, o próprio Tito Lívio observa: "Publius Decius, tribunus militum, conspicit unum editum in saltu collem, imminentem hostium castris, aditu arduum impedido agmini, expeditis haud dificilem". Isto é: "Públio Décio, tribuno dos soldados, avistou um cume dominando o desfiladeiro e a posição inimiga, difícil de conquistar com soldados completamente equipados, mas não com uma tropa de armamento ligeiro".

Enviando três mil romanos para se apoderarem da colina, chefiados por Públio, o cônsul salvou seu exército. Ao cair da noite, querendo afastar-se com seus soldados, disse-lhes o tribuno: "ite mecum, ut dum lucis aliquid superest, quibus locis, hostis, praesidia ponant, quapateat hinc exitus, exploremus. Haec omnia sagulo gregali amictus, ne ducem circumire hostes notarent, perlustravit". O que quer dizer: "Vinde comigo, enquanto resta um pouco de luz, para ver onde está situado o inimigo, e que caminhos podem ser usados — e foi observar o adversário, vestido como um simples soldado, para que os inimigos não surpreendessem um comandante romano".

Se examinarmos com atenção este relato, perceberemos como é útil que o general conheça a natureza dos países. Assim, se Décio não conhecesse a região onde combatia, não poderia saber como era importante para os romanos se apoderarem daquela colina, nem poderia avaliar, à distância, se ela era acessível ou não. E quando alcançou o cume, querendo descer para chegar até o cônsul, não teria conseguido explorar os caminhos abertos à sua passagem, cercado de inimigos como se encontrava.

Só com um conhecimento perfeito da região pôde Décio salvar o exército romano, apoderando-se daquela colina; e foi esse conhecimento que lhe permitiu depois evitar o inimigo, com todos os que o haviam seguido.

Capítulo Quadragésimo

Na guerra, a fraude é uma conduta gloriosa.

Embora seja condenável empregar a fraude na vida ordinária, durante a guerra ela é louvável e gloriosa. E quem vence os inimigos usando a fraude não merece menos elogios do que quem triunfa pela força das armas. Este é o julgamento dos que escreveram a história dos grandes homens, e que louvam Aníbal e todos os generais que agiram desse modo. Os exemplos são muito numerosos para que se possa mencioná-los aqui.

Na minha opinião, a quebra dos compromissos e dos tratados não é uma fraude gloriosa. Embora explique a conquista de algumas coroas, como expus anteriormente, nunca levou à glória. Refiro-me apenas aos enganos que se aplica ao inimigo, durante a guerra, e que não constituem uma quebra de palavra. Como por exemplo, a conduta de Aníbal, ao chegar perto do lago Trasimeno, quando fingiu uma retirada para poder cercar o cônsul e o exército romano; ou o recurso que usou para escapar de Fábio Máximo, pondo tochas inflamadas nos chifres de uma tropa de animais.

Coisa semelhante fez Pôncio, general samnita, para encerrar os romanos no desfiladeiro de Cáudio. Disfarçando os soldados de pastores, fez com que levassem à planície algum gado, enquanto o grosso do exército permanecia oculto, do outro lado da montanha. Os romanos aprisionaram os "pastores", perguntando-lhes onde estavam os samnitas; todos responderam, seguindo suas ordens, que os samnitas faziam o assédio de Nocera. A notícia, que os romanos acreditaram, levou-os a penetrar no desfiladeiro de Cáudio, onde foram cercados pelo exército samnita.

Esta vitória, alcançada pela astúcia, teria sido ainda mais gloriosa se Pôncio houvesse seguido a orientação do pai, que o aconselhou a libertar todos os romanos se não quisesse massacrá-los, evitando uma meia-medida, destas que não fazem perder nem ganhar amigos: "quae neque amicos parat, neque inimicos tollit".

Medidas que, como já disse em outra parte, são sempre perigosas para o Estado.

Capítulo Quadragésimo Primeiro

A pátria deve ser defendida com glória ou infâmia; em qualquer caso será bem defendida.

Como relatei, o cônsul e o exército romano se encontravam assediados pelos samnitas, que propuseram condições de rendição das mais humilhantes; entre outras, a de fazer passar os soldados romanos sob o jugo, desarmando-os antes de retornar a Roma. Diante dessa proposta, os cônsules ficaram perplexos, e os soldados caíram em desespero. Contudo, Lúcio Lêntulo, um dos oficiais, argumentou que não se devia rejeitar uma solução que implicava a salvação da pátria, pois a existência de Roma dependia da sobrevivência do exército, que cabia preservar a qualquer preço. Sempre se defende bem a pátria, com glória ou com infâmia. Preservando o exército, Roma teria tempo para apagar a ignomínia sofrida; se não pudesse salvá-lo, Roma e sua liberdade seriam também perdidas, embora gloriosamente. O conselho de Lêntulo foi seguido.

Este fato é digno de nota e deve orientar todo cidadão que seja chamado a dar conselhos ao governo da sua pátria. Quando é necessário deliberar sobre uma decisão da qual depende a salvação do Estado, não se deve deixar de agir por considerações de justiça ou injustiça, humanidade ou crueldade, glória ou ignomínia. Deve-se seguir o caminho que leva à salvação do Estado e à manutenção da sua liberdade, rejeitando-se tudo mais.

Os franceses sempre fizeram assim, com gestos e palavras, para defender a majestade dos reis e o poder do seu reino. Não admitem que um certo modo de agir possa ser vergonhoso para o monarca; o que quer que faça o rei, dizem eles, não se expõe jamais à vergonha, no êxito ou na desgraça. Vencedor ou vencido, suas decisões são sempre as decisões de um rei.

Capítulo Quadragésimo Segundo

Não se deve cumprir as promessas extraídas pela força.

Depois da humilhação recebida, o exército romano, desarmado, voltou a Roma com o seus cônsules. O primeiro a decidir, no Senado, que a paz convencionada em Cáudio não devia ser cumprida, foi o cônsul Spúrio Postúmio, alegando que aquele acordo não obrigava o Estado romano, mas só a ele, e aos demais que o tinham aceito sob juramento. Por conseguinte, se o povo não quisesse cumpri-lo, bastaria que os entregasse aos samnitas.

Spúrio sustentou essa opinição com tal vigor que o Senado a aceitou, enviando o cônsul e seus companheiros aos samnitas, para avisá-los de que o acordo não era válido. Mas a sorte favoreceu Postúmio; os samnitas não o aprisionaram e, de volta a Roma, a derrota sofrida lhe conferiu mais prestígio, aos olhos dos romanos, do que o reconhecimento dado a Pôncio pelos samnitas, devido à sua vitória.

É preciso observar aqui duas coisas. A primeira, é que a glória pode ser alcançada por ações de todo tipo, podendo-se encontrar a vitória na própria derrota, seja demonstrando que ela não provoca prejuízo, seja mediante um gesto dramático de coragem que apague a infâmia sofrida. A segunda, é que não é vergonhoso deixar de cumprir as promessas impostas pela força; quando interessa à coisa pública, quebram-se promessas, sem que a vergonha recaia sobre quem as tenha rompido, desde que a força que as impôs deixe de existir.

A antiguidade oferece muitos desses casos; e em nossos tempos não há dia em que não se veja algum exemplo. Os príncipes não observam as promessas ditadas pela força, quando esta desaparece; e também não cumprem as outras promessas, quando cessam os motivos que levaram a elas.

No meu tratado sobre "O Príncipe" examinei em pormenor esta conduta, para saber se é boa ou má, e se um soberano deve considerar-se ligado por tais tratados. Por este motivo, não falarei mais longamente aqui sobre o assunto.

Capítulo Quadragésimo Terceiro

Os homens nascidos no mesmo país conservam quase sempre o mesmo caráter.

Nem é por acaso, nem sem motivo, que os sábios costumam dizer: basta considerar o que foi para saber o que será. De fato, em todas as épocas o que acontece neste mundo tem analogia com o que já aconteceu. Isto provém do fato de que, como todas as coisas humanas são tratadas por pessoas que têm e terão sempre as mesmas paixões, não podem deixar de apresentar os mesmos resultados. É verdade que a conduta dos homens é mais brilhante neste ou naquele país; isto depende da educação que dá forma à maneira de viver de cada povo.

É fácil também conhecer o futuro pelo passado quando uma nação vive há muito tempo sob o império dos mesmos costumes, mostrando-se perenemente avara, continuamente pérfida, ou devotada de igual modo a um outro vício ou virtude. Quem ler sobre os acontecimentos ocorridos na cidade de Florença, examinando também a história dos últimos tempos, verá que os franceses e alemães têm demonstrado, em todas as circunstâncias, avareza e orgulho, crueldade e má fé. Em quase todas as épocas, a república florentina foi vitimada pelos quatro defeitos que citei.

A respeito da má fé, todos sabem quantas vezes se deu dinheiro ao rei Carlos VIII, que prometia restituir as cidades de Pisa, sem que jamais o fizesse, demonstrando sua pouca boa fé e excessiva avidez. Mas, deixemos de lado estes exemplos muito recentes.

Todos podem lembrar o que aconteceu durante a guerra que os florentinos fizeram conta os Visconti, duques de Milão. Sem quaisquer outros recursos, Florença decidiu atrair o imperador à Itália, atacando a Lombardia com todo o seu empenho e todas as suas forças. O imperador prometeu acorrer com muitas tropas, para declarar guerra aos Visconti e defender os florentinos contra aqueles príncipes, com a condição de receber cem mil ducados para se pôr em marcha, e outros cem mil

quando chegasse à Itália. Os florentinos aceitaram, pagando-lhe a primeira quantia, e logo depois a segunda; porém, mal o imperador chegou a Verona, voltou sobre seus passos sem nada fazer, alegando que os florentinos não haviam cumprido todas as cláusulas do tratado.

Se Florença não estivesse constrangida pela necessidade, ou cega pela paixão, e se tivesse lembrado o modo como agiam os bárbaros de outrora, não se teria deixado enganar — neste caso e em muitos outros. Teria visto que sua conduta foi sempre a mesma. Onde quer que fossem chamados, os franceses sempre se conduziram do mesmo modo. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os antigos toscanos; oprimidos pelos romanos, que os haviam batido várias vezes, e vendo que suas forças eram insuficientes para resistir, combinaram com os gauleses, que ocupavam a parte da Itália anterior aos Alpes, que lhes pagariam bastante para que os ajudassem a marchar sobre Roma. Os gauleses receberam o dinheiro mas se recusaram a apoiar os toscanos, alegando que a soma paga se destinava a evitar que devastassem o território da Toscana, e não a mobilizá-los na guerra contra Roma.

Deste modo, a avareza e a má fé dos gauleses privaram os toscanos ao mesmo tempo do seu dinheiro e do socorro com que contavam para a luta contra Roma. O exemplo dos antigos toscanos e dos florentinos dos nossos dias demonstra que gauleses e franceses sempre seguiram os mesmos princípios. Por eles podemos avaliar a confiança que devem inspirar.

Capítulo Quadragésimo Quarto

Com audácia e violência muitas vezes se consegue o que não conseguiu com meios ordinários.

Atacados pelo exército romano, e não podendo resistir ao atacante no campo de batalha, os samnitas decidiram instalar guarnições reforçadas em todas as suas cidades, deslocando o exército para a Toscana, que gozava então de uma trégua com os romanos. Tinham a esperança de que a presença de seus soldados pudesse levar os toscanos a tomar armas contra Roma — ajuda que haviam negado aos embaixadores samnitas.

No discurso que os samnitas dirigiram aos toscanos, para explicar os motivos pelos quais se haviam levantado em armas, há uma expressão notável: "Rebellasse, quod pax servientibus gravior, quam liberis bellum esset". Isto é: "Era pior a paz com servidão do que a guerra com liberdade".

Foi assim que convenceram os toscanos a combater os romanos — em parte pela persuasão, em parte pela presença do seu exército.

Deve-se extrair desse fato a seguinte conclusão: quando um príncipe deseja obter alguma coisa de alguém, não lhe deve deixar tempo para reflexão, se isto for possível, fazendo sentir a necessidade de uma decisão imediata. É o que ocorre todas as vezes que a parte solicitada sente que sua recusa, ou o retardamento da resposta, pode suscitar um ressentimento perigoso.

Temos, em nossos dias, um exemplo marcante desta conduta, no episódio ocorrido com o papa Júlio II e os franceses, e entre o senhor de Foix, general da França, e o marquês de Mântua.

O papa Júlio II tinha a intenção de expulsar os Bentivogli de Bolonha; pensando utilizar as forças francesas, e acreditando que Veneza permaneceria neutra, procurou os franceses e os venezianos; mas como só obteve deles respostas evasivas e ambíguas, resolveu impor-lhes o que queria, tirando-lhes o tempo para decidir. Partiu subitamente de Roma, com todos os soldados que pôde reunir, avançando

rumo a Bolonha; ao mesmo tempo, mandou dizer aos venezianos que permanecessem neutros, e ao rei da França que pusesse suas forças à disposição do papa. Pressionadas pelo tempo, e sabendo que Júlio II ficaria indignado se se recusassem ou se retardassem sua resposta, as duas potências cederam: o rei enviou os recursos solicitados, e Veneza ficou fora do conflito.

Gastão de Foix se encontrava ainda em Bolonha, com o seu exército, quando lhe chegou notícia da revolta de Brescia. Dois caminhos se abriam diante dele para reconquistar a cidade: o primeiro, através das possessões do rei, era longo e fatigante; e outro, mais curto, atravessava os domínios de Mântua. Era preciso passar por aquele território, e fazê-lo por meio de estrada entre lagos e pântanos, que o marquês protegia por meio de fortificações e outros meios de defesa. Decidido a tomar o caminho mais curto, Gastão se pôs logo em marcha, não querendo ser retardado por qualquer obstáculo, como a hesitação do marquês; mandou pedir-lhe, ao mesmo tempo, as chaves da passagem. Desconcertado pela súbita resolução de Foix, o príncipe enviou-as de imediato, o que jamais teria feito se o duque se tivesse conduzido com ímpeto menor. De fato, o marquês era aliado do papa e dos venezianos; tinha mesmo um filho na corte papal, e esses eram bons pretextos para uma recusa. Contudo, surpreendido por uma decisão súbita, cedeu, pelas razões que explicamos.

Foi assim que os antigos toscanos agiram com os saminitas, fazendo com que estes, pela presença do seu exército, tomassem armas contra os romanos — o que antes se haviam recusado a fazer.

Capítulo Quadragésimo Quinto

Qual o método mais vantajoso numa batalha: sustentar o primeiro choque do inimigo para atacá-lo em seguida, ou lançar-se antes sobre ele, com todo ímpeto.

Os cônsules Décio e Fábio foram ao encontro dos samnitas e dos toscanos com dois exércitos romanos, combatendo-os simultaneamente. Convém examinar, nessa campanha, qual dos dois procedimentos diversos, seguidos pelos cônsules, deve ser considerado como o mais eficaz.

Impetuoso, Décio se lançou com toda sua força sobre o inimigo; Fábio, porém, preferiu sustentar o primeiro choque, persuadido de que seria melhor atacar sem pressa, reservando-se para o fim do combate, quando o inimigo tivesse perdido seu impulso inicial.

Pelos resultados, ficou demonstrado que a conduta de Fábio fora mais prudente do que a de Décio; este se esgotou de tal modo após o primeiro ataque que, vendo seus soldados ameaçados de derrota, e desejando alcançar a glória que a vitória não lhe queria dar, decidiu, seguindo o exemplo do pai, sacrificar a vida pela salvação das legiões romanas.

Tendo chegado a Fábio notícia deste episódio, como este estava tão interessado na glória quanto Décio (que a trocara pela vida), avançou com todas as forças que tinha reservado para aquele momento difícil, conseguindo por este meio uma vitória decisiva.

O exemplo mostra que a decisão tomada por Fábio é a mais segura, e a mais digna de ser imitada.

Capítulo Quadragésimo Sexto

Por que certas famílias conservam por muito tempo os mesmos costumes.

Não só diferentes cidades têm costumes e instituições diversas, produzindo cidadãos mais vigorosos ou efeminados, mas também esta diversidade se faz notar, em cada cidade, entre as famílias que a compõem.

Isto é algo que se vê em toda parte, mas há muitos exemplos que se referem a Roma em especial. Assim, a família de Mânlio tinha um caráter duro e inflexível; a de Publícola era humana e popular; e de Ápio, ambiciosa, inimiga da plebe. E muitas outras famílias tiveram qualidades peculiares, que as distinguiam.

São diferenças que não podem derivar simplesmente do sangue (que se mistura pelos casamentos): resultam das diferenças de educação, de família para família. Uma criança começa a ouvir, desde os primeiros anos, que certa coisa é boa ou má, e esta opinião se imprime no seu espírito, servindo de guia para orientá-la toda sua vida. Se não fosse assim, como poderia a mesma vontade dirigir todos os parentes de Ápio, fazendo-os abandonar-se às mesmas paixões (como comenta Tito Lívio a propósito de muitos deles e, em último lugar, acerca daquele que foi censor)?

Um colega deste último tinha deixado o cargo que ocupava, ao fim dos dezoito meses de mandato, em obediência à lei. Ápio, contudo, não seguiu este exemplo, pretendendo o direito de permanecer no cargo cinco anos, conforme a lei original proclamada pelos censores. Sua teimosia engendrou sérias dificuldades, dando razão a longo debate; mas não foi possível forçar Ápio a abdicar, pois ele resistiu à vontade do povo e da maioria do Senado.

No discurso pronunciado contra Ápio pelo tribuno Público Semprônio, encontraremos um relato da insolência da sua família, e do respeito e docilidade com que muitos cidadãos se submetiam às leis e aos desígnios do Estado.

Capítulo Quadragésimo Sétimo

Por amor à pátria, o bom cidadão deve esquecer as ofensas particulares.

O cônsul Mânlio dirigia a guerra contra os samnitas, tendo sido ferido em combate. Este acidente expôs o exército romano a um grave risco, pelo que o Senado julgou necessário enviar-lhe um ditador, Papírio Cursor, para substituir o cônsul na sua ausência forçada.

Era indispensável que o ditador fosse nomeado por Fábio, o qual se encontrava na Toscana com suas tropas; como se conhecia a inimizade entre este e Papírio, os senadores lhe mandaram dois representantes, pois temiam que Fábio não desse seu consentimento à nomeação. Esses deputados foram pedir-lhe que deixasse de lado qualquer sentimento particular de ódio, nomeando-o em nome da salvação da pátria.

Tocado no seu patriotismo, Fábio atendeu ao pedido, embora seu silêncio e outros indícios demonstrassem bem como era penosa para ele tal nomeação.

Eis aí um exemplo que deveria orientar todos os que ambicionam a fama de cidadão virtuoso.

Capítulo Quadragésimo Oitavo

Quando se vê o inimigo cometer um erro muito grande, deve-se crer que ele esconde alguma armadilha.

Obrigado a deixar a Toscana para assistir a algumas cerimônias religiosas em Roma, o cônsul tinha deixado o comando do exército a Fúlvio, seu lugar-tenente. Foi quando os toscanos, pensando atraí-lo com uma armadilha, montaram uma emboscada perto do acampamento romano, enviando para lá muitos animais conduzidos por soldados disfarçados de pastores. Estes chegaram bem perto das tropas romanas, mas Fúlvio, espantado com aquela audácia, julgou-a pouco natural; descobriu-se assim a trama, e o projeto dos toscanos não teve êxito.

Por este exemplo, é fácil de ver que um general não se pode deixar seduzir por um erro manifesto cometido pelo inimigo; deve suspeitar de alguma fraude, pois não é verossímil que os homens levem tão longe sua imprudência. Contudo, muitas vezes o desejo de vingança cega os espíritos, que de modo geral só enxergam o que lhes parece vantajoso.

Depois de ter vencido os romanos nas margens do rio Ália, os gauleses marcharam sobre Roma, cujas portas encontraram abertas, sem proteção. Ficaram ali todo um dia e uma noite sem ousar entrar na cidade, temendo uma armadilha; sem acreditar que os romanos fossem tão covardes ou imprudentes que abandonassem a pátria.

Quando, em 1508, os florentinos foram montar sítio a Pisa, Alfonso del Mutulo, um pisano, caiu prisioneiro dos inimigos, tendo prometido abrir uma das suas portas ao exército de Florença, caso fosse libertado. Solto, foi diversas vezes ao acampamento florentino, tratar com os delegados dos comissários. Nunca ia procurá-los em segredo, mas publicamente, acompanhado de vários concidadãos, que deixava de lado cada vez que falava com os florentinos.

Era fácil perceber a duplicidade da sua conduta, pois não era provável que desse tal publicidade aos seus contatos se tencionasse ser fiel à promessa feita. Mas

os florentinos estavam de tal maneira obcecados pelo desejo de se apossarem de Pisa que se deixaram levar à porta de Luca, onde perderam muitos oficiais e soldados, vítimas da dupla traição de Alfonso.

Capítulo Quadragésimo Nono

Para manter sua liberdade, uma república necessita, todo dia, de novas providências; e sobre os méritos pelos quais Quinto Fábio foi cognominado Máximo.

Como já disse, acontecem necessariamente numa cidade, cada dia, acidentes que vão exigir a presença de um cirurgião e que, se têm uma certa gravidade, requerem os cirurgiões mais hábeis. E embora, por acaso, já tenha havido cidade onde tal não ocorresse, em Roma esses acidentes foram por vezes estranhos e inesperados. Como, por exemplo, quando se descobriu que as mulheres romanas tinham planejado matar seus esposos, sendo que algumas já tinham envenenado o marido, ou preparado o veneno para esse fim.

Esta foi a conspiração das bacanais, na época da guerra da Macedônia, na qual estavam implicados vários milhares de homens e de mulheres.

A conspiração teria exposto o Estado aos mais sérios riscos se não tivesse sido revelada, ou se Roma não estivesse acostumada a castigar grande número de pessoas, quando estas eram culpadas. Se a grandeza da república não se manifestava por uma infinidade de sinais e pela força que aplicava em tudo o que ali se fazia, exprimia-se na qualidade dos castigos impostos a quem errava.

Os romanos não hesitavam em justiçar toda uma legião, ou mesmo uma cidade inteira; nem relutavam em banir oito ou dez mil homens, impondo-lhes condições tão extraordinárias que o seu cumprimento parecia impossível, já não digo por parte de um grupo numeroso, mas mesmo de um só indivíduo. Como, por exemplo, no caso dos soldados que haviam combatido em Cannes, com tão pouca felicidade, e que foram exilados na Sicília — proibindo-se-lhes morar nas cidades, ou comer se não o fizessem de pé.

De todos esses castigos, o mais terrível era o de dizimar um exército, isto é, de executar um homem em cada dez, escolhido por sorteio. Seria impossível encontrar um castigo mais espantoso, aplicável a um grande número de pessoas.

Quando toda uma multidão é culpada, e o autor do crime é incerto, não se pode punir a todos, pois o número dos castigados seria excessivo. Castigar alguns e não outros seria injusto, e encorajaria os que fossem perdoados a repetir o crime. Matando a décima parte dos culpados, pelo critério da sorte (quando todos merecem a mesma pena), faz-se com que o punido se queixe da má sorte e o que escapa tema ser atingido uma outra vez, evitando errar de novo.

As envenenadoras e os conspiradores das bacanais foram castigados, portanto, de acordo com a enormidade do seu crime. Epidemias como essa provocam conseqüências funestas numa república, mas nunca são mortais, pois quase sempre se pode atuar a tempo de extirpá-las. Mas as que ameaçam o governo podem causar sua ruína, se a sabedoria de um homem esclarecido não lhes der remédio.

A generosidade com que os romanos concediam aos estrangeiros o direito de cidadania tinha introduzido em Roma um número tão elevado de imigrantes — e sua influência sobre as eleições era tão grande — que o governo começava a se modificar, afastando-se das instituições e dos estadistas que estava acostumado a seguir. Quinto Fábio, na época censor, percebeu o perigo que o Estado corria e reuniu essas famílias de imigrantes, fonte de desordens, em quatro tribos, impondo-lhes limites estreitos, para que não corrompessem toda Roma.

Fábio avaliou bem o problema, e aplicou ao mal o remédio verdadeiro. A república ficou tão reconhecida que passou a chamá-lo de Máximo, isto é, o Grande.